

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

THAYNÁ GUEDES ASSUNÇÃO MARTINS

PEDRAS PRECIOSAS: HISTÓRIA E MEMÓRIA DE MULHERES SEM FILHOS EM
TERESINA-PI NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX

PONTA GROSSA

2023

THAYNÁ GUEDES ASSUNÇÃO MARTINS

PEDRAS PRECIOSAS: HISTÓRIA E MEMÓRIA DE MULHERES SEM FILHOS EM
TERESINA-PI NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX

Dissertação apresentada para obtenção do título de mestra na Universidade Estadual de Ponta Grossa, Pró-Reitoria de pesquisa e Pós-Graduação, Mestrado em História, Cultura e Identidades.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Georgiane Garabely Heil Vázquez.

PONTA GROSSA

2023

M386 Martins, Thayná Guedes Assunção
Pedras preciosas: história e memória de mulheres sem filhos em Teresina -
PI na segunda metade do século XX / Thayná Guedes Assunção Martins. Ponta
Grossa, 2023.
202 f.

Dissertação (Mestrado em História - Área de Concentração: História, cultura
e identidades), Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Orientadora: Profa. Dra. Georgiane Garabely Heil Vázquez.

1. História. 2. Maternidade. 3. Não maternidade. 4. Gênero. I. Vázquez,
Georgiane Garabely Heil. II. Universidade Estadual de Ponta Grossa. História,
cultura e identidades. III.T.

CDD: 981.06

TERMO DE APROVAÇÃO

THAYNÁ GUEDES ASSUNÇÃO MARTINS

**PEDRAS PRECIOSAS: HISTÓRIA E MEMÓRIA DE MULHERES
SEM FILHOS EM TERESINA-PI NA SEGUNDA METADE DO
SÉCULO XX**

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Curso de Pós-Graduação em História- Mestrado em História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Ponta Grossa, no dia 22 de setembro de 2023, pela seguinte banca examinadora:



Prof^a. Dr^a. Georgiane Garabely Heil Vázquez (Orientador/a)



Prof^a. Dr^a. Joseanne Zingleara Soares Marinho (UESPI)



Prof^a. Dr^a. Lorena Zomer (UEPG)



Prof^a. Dr^a. Angela Ribeiro Ferreira (UEPG)

Ao meu amado e inesquecível irmão Kleiton Ângelo Guedes Assunção Martins (*in memoriam*) que viverá para sempre dentro de nós, e aos nossos pais, Kleiton Assunção Martins e Ana Patrícia Guedes Soares, por todo amor, companheirismo, cuidado e partilha ao longo dessa vida. Eu devo tudo a vocês.

Por caminhos tortos, viera a cair num destino de mulher, com a surpresa de nele caber como se o tivesse inventado.

(Clarice Lispector)

AGRADECIMENTOS

Foram muitas as pessoas que contribuíram na minha caminhada formativa – pessoal e profissional -, e de modo especial no percurso de tessitura desta dissertação, atuando de maneira direta ou indireta para que esse momento se tornasse real. A todas e a todos eu manifesto meus mais sinceros e profundos agradecimentos:

Ao nosso Senhor Jesus Cristo e Nossa Senhora, por todo amor, cuidado, intercessão, livramentos e direcionamentos em todos os momentos de minha caminhada como ser humana e profissional, nas quais venho me constituindo em um constante processo de saber – fazer. Sem essa proteção eu jamais teria chegado até aqui.

Ao meu irmão Kleiton Ângelo (*in memoriam*), ah meu amado Kleitinho, como você faz falta! Nesse momento de alegria e gratidão, você é uma das pessoas que mais faz doer a ausência. Obrigada por me cuidar tanto, por todo zelo, proteção e amor. Você é o meu segundo pai, meu melhor amigo, a base de nossa família. Obrigada por tudo que você fez enquanto eu estive nas graduações, nos estágios, em todos os momentos que precisei. Eu sei que você não está aqui fisicamente, mas está aí do céu olhando para e por todos nós, sua família que te ama para além do infinito. Lembrando de você, também me lembro da música *O anjo mais velho*, no trecho: “tua palavra, tua história, tua verdade fazendo escola, e a tua ausência fazendo silêncio em todo lugar. Metade de mim agora é assim, de um lado a poesia, o verbo, a saudade, do outro, a luta, força e coragem para chegar ao fim [...]” e para além do meu respirar, eu vou lembrar de você! Você segue vivo dentro de mim. Eu te amo!

Ao meu pai, Kleiton Martins, paizinho, nós sabemos das nossas lutas para chegar até este momento. Obrigada por toda inspiração, confiança, amor, proteção e disponibilidade para mim e para tudo que me proponho a fazer. O senhor foi e é imprescindível na minha vida, no meu ser. Obrigada por toda escuta atenta, compreensão nos meus momentos difíceis, nas minhas ausências, nas minhas impaciências. Obrigada por ser esse homem que cumpre plenamente seu papel de pai. Amo infinitamente o senhor!

À minha mãe, Ana Patrícia, Tetezinha, como eu te amo, como eu sou grata por tudo que a senhora sempre fez e faz por mim e pelo Kleiton. Obrigada por ter cuidado tão bem de nós em nossa infância e adolescência, obrigada por toda abdicação que fez em sua vida em prol dos cuidados a mim e ao Kleiton. Todo zelo, afeto, amor, preocupação e defesa. Obrigada por ser essa mãe leoa, que sempre buscou e busca defender seus filhos de todo mal. Sou muito grata por toda escuta atenciosa que sempre dá aos meus problemas pessoais e

acadêmicos, por toda compreensão diante de algumas desistências nesse caminho. Amo muito a senhora!

Ao meu Loopinho, meu companheiro fiel em todos os momentos de escrita e busca por distração. A gente se entende só no olhar. Sabe quando não estou bem e vem me dar amor sem pedir nada em troca. Eu te amo, meu filhinho!

A vocês, minha família, eu dedico essa dissertação, com todo meu amor, respeito e gratidão. Vocês são as pessoas mais importantes da minha vida.

A minha família paterna, minhas tias amadas e queridas, que sempre estão dispostas a me ajudar, incentivar e apoiar. Tias Solimar (tia Preta), França Fina, França Grossa, Clênia, Cláudia e Rosilene. Sem desmerecer nenhuma das minhas outras tias até aqui mencionadas, gostaria de agradecer especialmente a minha tia Ângela, uma pessoa incrível, de uma força que emociona e inspira qualquer ser humano. Minha tia tem nos ensinado muito nos últimos tempos, momento em que poderia ter fraquejado, mas, pelo contrário, se refez e vem se refazendo, fortalecendo a si mesma e a todas nós que temos o privilégio de estar mais pertinho dela. Obrigada por se preocupar comigo e me deixar livre para sempre poder contar com a senhora. Escute, “já Deus tudo certo”. Eu amo vocês!

Aos primos e primas queridos, Jocilêne, Elizângela, Lavoisier, Camile e Maria Paula, vocês também fazem meus dias melhores e mais leves.

As minhas avós e meus avôs, esses são muito especiais. Deram-me o que de melhor eu tenho nessa vida, meus pais. Meu avô Ângelo Martins (*in memoriam*), Patricio Barbosa (*in memoriam*), minhas avós Maria Eterna (*in memoriam*) e Solimar Assunção. De todos, eu infelizmente não pude desfrutar da companhia e aprendizados com a maioria deles, mas, graças a Deus ainda tenho a minha avó Solimar, que segue sendo uma base para nossa família.

Ao agradecer a minha orientadora, Dr^a Georgiane Vazquez, devo separar em dois momentos: à orientadora, pela escolha de meu projeto na seleção de mestrado, por toda escuta, direcionamentos, correções e cuidado com este texto. À amiga e pessoa acolhedora, na qual tenho muito a agradecer pela estadia, cuidado, proteção e amor que me dedicou no período que morei em sua casa. Para esse ponto, eu estendo meus agradecimentos à sua família, nas pessoas de dona Jane, Victoria e Davi, os quais se tornaram a minha família paranaense. Eu não tenho palavras para descrever tudo que eu senti quando estive com vocês. Dona Jane, obrigada por todas as conversas, pela amizade e amor comigo. Victoria, obrigada pelas partilhas em brincadeiras, nas saídas, no convívio. David, você é único. Obrigada por

toda doçura, brincadeiras, companheirismo, cuidado, preocupação. Obrigada por terem dividido a mãe e avó de vocês comigo. Amo cada um de vocês!

À professora Dr^a Joseanne Marinho, por ser essa mulher incrível, que me acolhe como uma filha acadêmica, que me direciona nos caminhos pessoais e profissionais, por ser essa inspiração. Obrigada por todas as contribuições neste trabalho, desde a elaboração do projeto de seleção para o mestrado, a disciplina de seminário de linha, passando pela qualificação e chegando aqui na defesa, mas não somente neste trabalho, mas desde a iniciação científica na graduação em História, passando pela monografia, me introduzindo de maneira competente na pesquisa acadêmica. A senhora é parte primordial nessa caminhada. Obrigada por ser minha mais que ex-orientadora, por ser minha amiga.

À professora Dr^a Mary Gracy, por ser essa amiga, mulher potente, que me compreende, me guia junto à caminhos profissionais. Obrigada por sempre estar atenta as minhas falas, me orientar na caminhada dos estudos em torno da Educação, me mostrar que estou no caminho certo, e sempre lembrar de mim junto aos caminhos formativos. Gratidão pelo companheirismo e amizade.

Aos amigos e amigas queridos e queridas, que sempre me acompanham, me socorrem nos momentos de aflição, que contribuem para a calma de dias leves e alegres quando nos encontramos. Adriana Lima, obrigada pelos dias cuidando de mim no hospital no período em que estive internada, chegando cedinho e indo embora à noite. Ticiane Araújo, Ronyere Ferreira, Gabriel, obrigada por me ouvirem diversas vezes diante de angústias e sofrimentos partes do processo. Sara Maria, Renato, Haêde, Alex, Rairan, Any, Ana, Driele, Rita, Daniele, obrigada por textos baixados, ajudas nas formatações, nas escutas, nas trocas de saberes, ou simplesmente nos momentos de esquecer os estudos e se divertir, conversar sobre outros assuntos. Aos amigos que o mestrado me deu, e que me acolheram de forma afetuosa no tempo em que estive no Paraná e para além: Frederico, Débora, Thiago, Bruno, Mauro e Ricardo. Todos vocês, amigos e amigas, fazem parte desse processo. Gratidão por acreditarem no meu potencial e me encorajarem aos desafios. Que benção poder contar com cada um de vocês.

Às contribuições da professora Lorena na banca de qualificação dessa dissertação, obrigada pela leitura atenta e humana de meu trabalho.

Ao programa de pós-graduação em História da Universidade Estadual de Ponta Grossa e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, que me concedeu a bolsa de estudos em que me oportunizou a possibilidade de maior dedicação para a feitura desse trabalho.

Agradeço, ainda, de maneira muito afetuosa, a cada um dos professores que fizeram parte da minha formação inicial em História, pela Universidade Estadual do Piauí, e em Pedagogia, pela Universidade Estadual do Maranhão. Vocês foram fundamentais para o meu processo de iniciação na constituição dessa profissional professora pesquisadora.

Por fim, eu tenho um agradecimento profundo e muito especial. Obrigada a cada uma das mulheres não mães biológicas que destinaram um tempo de suas vidas para conceder uma entrevista e contribuir com essa pesquisa, possibilitando um estudo mais consistente e efetivo: Ágata, Aragonita, Calcedônia, Ametrino, Berilo, Coral, Coralina, Diamante, Citrino, Crisocola, Dumortierita, Fluorite, Heliotrópio. A cada narrativa de vocês eu aprendi muito, e acredito que todos e todas que puderem ler essa dissertação terão o privilégio de aprender muito também com as histórias de vida de mulheres potentes. Gratidão, com desejo de força e revolução, revolução essa que muitas vezes ocorre de maneira individual e silenciosa, mas que traz em si o poder de mudança, a todas nós, mulheres. Juntas construiremos um mundo mais justo e igualitário.

RESUMO

Esta pesquisa objetivou analisar como as mulheres nascidas entre as décadas de 1950 a 1970, as quais tiveram suas construções sociais e culturais enredadas pela cidade de Teresina-PI, bem como viveram sua juventude e vida adulta no decorrer da segunda metade do século XX, configuraram suas vivências a partir da alternativa da não maternidade. Na busca de responder ao objetivo proposto da dissertação, optou-se pela organização através de capítulos, havendo como fio condutor da pesquisa a história de vida das mulheres colaboradoras, composta por treze sujeitas, que possuíam, como critérios de inclusão no estudo: não ter filhos; terem nascido entre as décadas de 1950 e 1970; e terem suas construções sociais e culturais enredadas pela cidade de Teresina, no estado do Piauí. A metodologia da pesquisa está ancorada na História Oral na busca de analisar as narrativas das colaboradoras diante dos novos significados que foram atribuídos às suas vidas diante da ausência da maternidade, tais como: infância, escolarização, profissionalização, amores, desamores e os aspectos em torno da saúde diante das impossibilidades de uma gestação, que se diferencia da escolha de não ter filhos. Perspectivando compreender o discurso médico local diante de temas que se entrelaçam à saúde reprodutiva feminina, optou-se por inserir no bojo das fontes analisadas a Revista da Associação Piauiense de Medicina, um periódico especializado, escrito e organizado por médicos, que se fez importante por demonstrar que no início da segunda metade do século XX os médicos piauienses, apesar de não abordarem dentro dos artigos analisados a temática da não maternidade de maneira explícita, esses artigos gritam em torno dela, uma vez que abordavam de maneira recorrente assuntos que desencadeariam na saúde reprodutiva das mulheres. Portanto, a sociedade médica teresinense também seguia o curso daquilo que se propagava a âmbito nacional – a valorização da maternidade como função social feminina. A análise das narrativas das histórias de vida das colaboradoras evidenciou que as mulheres passaram por mudanças no processo histórico, em que o ser solteira e a não maternidade passaram a assumir novos valores, as vivências femininas foram sendo modificadas, uma vez que a realização das mulheres não se mostra limitante a maternidade e ao casamento. Gestar, portanto, é um direito de escolha.

Palavras-chave: História. Maternidade. Não maternidade. Gênero.

ABSTRACT

This research aimed to analyze how women born between the 1950s and 1970s, in which they had their social and cultural constructions entangled by the city of Teresina-PI, as well as how they lived their youth and adult life during the second half of the 20th century, configured their experiences from the alternative of non-motherhood. In the quest to respond to the proposed objective of the dissertation, it was decided to organize it through chapters, with the life history of the collaborator women as the guiding principle of the research, composed of thirteen subjects whose inclusion criteria were: not having children; having been born between the 1950s and 1970s; and having their social and cultural constructions enmeshed in the city of Teresina, in the state of Piauí. The research methodology is anchored in Oral History in the quest to analyze the collaborators' narratives in the face of the new meanings that were attributed to their lives in the face of the absence of motherhood, such as: childhood, schooling, professionalization, loves, dislikes and the aspects around of health in the face of the impossibilities of a pregnancy, which differs of the choice of not having children. With a view to understanding the local medical discourse on issues that intertwine with female reproductive health, it was decided to insert the *Revista da Associação Piauiense de Medicina*, a specialized journal, written and organized by physicians, in the midst of the sources analyzed. was important for demonstrating that in the beginning of the second half of the 20th century, doctors from Piauí, despite not explicitly addressing the issue of non-motherhood in the analyzed articles, these articles screamed around it, since they recurrently addressed issues that trigger on women's reproductive health. Therefore, the Teresina medical society also followed the course of what was propagated nationwide – the appreciation of motherhood as a female social function. The analysis of the narratives of collaborators' life stories showed that the women went through changes in the historical process, in which being single and not motherhood started to assume new values, the feminine experiences were being modified, since the realization of the women it is not shown to limit maternity and marriage. Motherhood, therefore, is a right of choice.

Keywords: History. Maternity. Not maternity. Gender.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1	–	Primeiras vilas e primeira capital do Piauí	36
Imagem 2	–	Planta da cidade de Teresina em 1852	37
Imagem 3	–	Praça Rio Branco no final da década de 1940	38
Imagem 4	–	Igreja Nossa Senhora do Amparo início da década de 1970	39
Imagem 5	–	Rio Parnaíba final dos anos de 1970	40
Imagem 6	–	Rio Poti no ano de 1988	40
Imagem 7	–	Cidade de Teresina no ano de 1941 (divisão por bairro)	41
Imagem 8	–	Normalistas em Teresina no ano de 1962	70
Imagem 9	–	Histórico escolar do Ensino Fundamental na escola Leão XIII (1975)	72
Imagem 10	–	Câncer colo de útero	132
Imagem 11	–	Frequência do câncer ginecológico em pacientes de ambulatório da clínica ginecológica do hospital Getúlio Vargas em Teresina (1971- 1972)	137
Imagem 12	–	Nos sintomas da menopausa	142

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	O MITO DA MATERNIDADE: VIVÊNCIAS E SOCIABILIDADES DE UMA VIDA SEM FILHOS	33
2.1	PARA INÍCIO DE CONVERSA: ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL DA CIDADE DE TERESINA-PI	33
2.2	MEMÓRIAS DE UMA INFÂNCIA: VIVÊNCIAS E SOCIABILIDADES EM TERESINA-PI	47
2.3	DOS TEMPOS DE ESCOLA A ACADÊMICAS: VIVÊNCIAS EDUCACIONAIS	63
3	AS MULHERES QUE NASCERAM NO SÉCULO XX: CONFIGURAÇÕES DE UMA VIDA PARA ALÉM DA MATERNIDADE	78
3.1	PROFISSIONALIZAÇÃO: A PRESENÇA FEMININA NO ESPAÇO PÚBLICO TERESINENSE	79
3.2	AMORES E DESAMORES: AS SOLTEIRAS.....	94
3.3	VIVÊNCIAS DE UMA VIDA A DOIS: A CHEGADA DO MATRIMÔNIO	113
4	A MATERNIDADE QUE NÃO CHEGOU: AS ESCOLHAS, O OLHAR MÉDICO, A SAÚDE E A AUSÊNCIA	124
4.1	NAS TRILHAS DA HISTÓRIA DA SAÚDE E DAS DOENÇAS: O CORPO FEMININO EM DESTAQUE	124
4.2	A MEDICINA OLHANDO AS MULHERES SEM FILHOS: UMA MIRADA MÉDICA	129
4.3	MATERNALIZAÇÃO UNIVERSAL: AS CAUSAS DE UMA VIDA SEM FILHOS E O GERENCIAMENTO DO TEMPO EM SUAS VIDAS	148
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	175
	REFERÊNCIAS	179
	APÊNDICE A – FONTE A – ENTREVISTADAS	188
	APÊNDICE B – FONTE B – REVISTA DA ASSOCIAÇÃO PIAUIENSE DE MEDICINA	189
	APÊNDICE C – LISTAGEM DE ARTIGOS DA REVISTA DA ASSOCIAÇÃO PIAUIENSE DE MEDICINA	190
	APÊNDICE D – ROTEIRO DE ENTREVISTA	194
	APÊNDICE E – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO ...	198
	ANEXO A – PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA	201

1 INTRODUÇÃO

A função maternal nem sempre foi vista de maneira valorizada. Ao final do século XVIII é que houve uma forte investida de um projeto que imputava às mulheres a maternidade e todas as funções de cuidar que dela advém como ambiente feminino. A maternidade e a maternagem, colocadas como atribuição essencialmente das mulheres, passaram a figurar como a principal função social das mulheres (MACHADO, 2019). A criação do amor materno enaltecido, idealizado e mistificado foi enredado por meio de uma trama que envolvia diversos fatores, tais como: declínio populacional devido a guerras e pestes, mudança de ordem econômica e social, em que houve a ascensão da burguesia, que possuía como foco o amor romântico e a consolidação do capitalismo. Também foi nesse período que as diferenças físicas passaram a figurar como justificativa para desigualdades sociais, ou seja, a divisão não igualitária do espaço público e privado (XAVIER; ZANELLO, 2016).

Nesse momento, é imprescindível atentar para alguns fatores. A diferença sexual entendida de maneira binária, é um produto do final do século XVIII, pois até o século anterior o que se buscava eram os aspectos em comum dos órgãos reprodutores masculino e feminino (ZANELLO, 2016). Nessa trama de tornar a maternidade como um atributo indispensável às mulheres de maneira dedicada e abdicada, o que houve foram interesses políticos e econômicos vinculados à cultura para se instaurar como natural. A maternidade é natural, não se questiona isso, porém, a forma como foi articulado o maternar – direcionado essencialmente às mulheres – é que não é. A maternagem, como um produto de desenvolvimento de cuidados e afetos (MANSUR, 2003), pode e deve ser desenvolvida por homens e mulheres, não havendo uma condição específica biológica das mulheres para o desenvolvimento de tais funções.

Esse processo de transição de uma maternidade não valorizada para o desenvolvimento da maternidade propagada e valorizada não ocorreu sem resistências. Para que houvesse o sucesso desse projeto, a tática foi desenvolvida por meio da valorização da mulher a partir do atributo de boa mãe, de modo que “A tática, portanto, não veio através da punição ou obrigação, mas sim, pela sedução: elogios às “boas mães” (ZANELLO, 2016, p. 105-106).

A partir de fins do século XVIII iniciou-se a ideia de infância: a criança, que até então era considerada um adulto em miniatura, passa a ocupar um lugar de centralidade na família (MARINHO, 2018). A criança, como futuro do Estado, tem através da mãe o meio

para que o poder público alcance seus objetivos maiores, futura mão de obra para atuação naquela nação, através de um discurso médico fortalecido e apoiado pelo Estado (MARTINS, 2005). Nesse momento, instala-se o campo fértil para a divisão sexual do trabalho, que vai desencadear na naturalização da mulher como pertencente ao espaço privado e o desenvolvimento de suas funções nesse espaço que é invisibilizado, não pago e não valorizado, enquanto as atividades para os homens se vinculam ao ambiente público, de trabalho visto, remunerado e valorizado, o que gera a divisão sexual do trabalho (KERGOAT, 2009).

Cabe considerar que o início desse processo, visível mais fortemente desde fins do século XVIII, está localizado na Europa e passa a ser incorporado no Brasil no século XIX, de maneira mais lenta e descontínua diante de regiões menos urbanizadas e rurais (MARINHO, 2018). Esse cenário trilhado no século XIX, no Brasil, se dá através da transferência da família real para o Rio de Janeiro em decorrência da instabilidade política vivida da Europa. Partindo disso, a administração portuguesa promoveu a “reeuropeização” dos costumes coloniais do país, transpondo hábitos de uma cultura gestada na Europa, com valorização das mulheres e crianças a partir do ideal de família amorosa, e auxílio dos higienistas à família brasileira, no auxílio de novos valores, nuclearizando-se e urbanizando-se (MOURA; ARAÚJO, 2004).

Entretanto, as concepções que a sociedade formou sobre maternidade foram sofrendo uma forte transformação, sobretudo ao longo do século XX, um período em que a valorização da maternidade veio acompanhada do atravessamento de diversas fronteiras pautadas pelo gênero. A partir da segunda metade do século XX, pós década de 1960, as mulheres começaram, de maneira mais intensificada, a aspirar por seus direitos na sociedade, direitos que por muito tempo lhe foram negados.

É um período marcado por maiores liberdades sobre seus corpos e controle do desenvolvimento de suas relações afetivo-sexuais, em que essas já poderiam não ser condicionadas ao desenvolvimento de uma gestação, a partir do advento da pílula contraceptiva. Há uma busca por maior igualdade e liberdade, além da ocupação de espaços outrora negados e/ou limitados, como foram os níveis educacionais e o acesso e permanência feminina ao campo de profissionalização (BADINTER, 2011).

A maternidade foi se tornando uma opção na vida das mulheres, ao menos em certa medida, e a sua inexistência cada vez mais acentuada na trajetória de mulheres que buscavam dar prioridade a suas ambições pessoais, podendo gozar de uma vida em matrimônio sem

filhos, ou ainda optar pela presença da prole, contudo, aliada a outras atividades, sobretudo, no campo profissional (BADINTER, 2011).

Ao mesmo tempo em que se vive um período em que a maternidade não pode mais ser exigida e propagada como uma função social inerente a todas as mulheres— ao menos de maneira tão incisiva, contudo, há de se considerar que o sistema patriarcal e seus ideais conservadores seguem se ajustando e inseridos na sociedade – em que pese todas as conquistas feministas adquiridas ao longo do século XX. Conquistas essas que retiraram as mulheres do confinamento em seus lares, quando elas foram compreendendo os significados de suas vidas a partir de outras vivências que em muito transcendem os limites do espaço privado, da maternidade exclusiva e do casamento. Ainda na atualidade há uma forte investida social para que as mulheres retornem a seus lares, que optem pela maternidade dedicada em detrimento de suas realizações pessoais a partir da profissionalização e escolarização em maiores níveis.

A sociedade brasileira segue investindo em uma culpabilização das mulheres que desenvolvem a conciliação das atividades reprodutivas e produtivas, ou seja, aquelas que optam pela maternidade aliada ao trabalho remunerado no ambiente público, posto que as atividades relacionadas ao cuidar daquela prole continuam a ser incisivamente destinadas, em maior medida, às mulheres. Muitas mulheres, não se mantendo exclusivas para os cuidados com a família na figura de filhos e marido, se sentem em muito cobradas e insuficientes, diante de um ideal de maternidade que não condiz com a realidade vivida no dia a dia. Isso é decorrente da articulação enredada junto com a imposição da maternidade idealizada como função social das mulheres, em fins do século XVIII, em que o sentimento de culpa presente a muitas mulheres que gestaram é resultado do sucesso do poder constitutivo, em que não se cobra a partir da repressão, mas sim, do desenvolvimento do sentimento de culpa (XAVIER; ZANELLO, 2016).

Mesmo em um período em que a chegada da prole na família não se faz mais de maneira extensa, como eram os modelos familiares possíveis de serem vistos até o início da segunda metade do século XX, sobretudo em cidades mais interioranas, à medida que a maternidade foi sendo desenvolvida em menor quantidade de filhos por família, os trabalhos aumentaram. Desse modo, o que é visto hoje é que “mulheres-mães têm mais direitos, mas também mais deveres, e mais presença pública, enquanto no âmbito privado também se exige delas mais do que nunca” (MERUANE, 2018, p. 31).

O fato é que, com as conquistas feministas junto a ocupação de espaços públicos de poder, aumentaram suas responsabilidades. Os papéis sociais masculinos seguem apenas

diante daquilo que já era cobrado – provedor – enquanto as funções a serem desenvolvidas nos cuidados com os filhos e com as atividades do lar seguem imputadas às mulheres, colocando-se o homem apenas como “ajudante” nos trabalhos reprodutivos de uma família que também é dele.

Se antes dos anos 1970 a chegada da prole era concebida como uma consequência natural do casamento, em que as mulheres aptas a procriar correspondiam a esses valores sem muitos questionamentos e a maternidade era vista como desejo universal, com a difusão dos contraceptivos pelo público feminino, a chegada de uma gestação passou a ser uma opção e não mais destino natural das mulheres, havendo as que seguiam desejando um filho, outras optando pela recusa e outras tantas que nunca o quiseram. Se existe escolha, existe pluralidade de opiniões, em que o instinto e desejo universal já não mais se sustentam. (BADINTER, 2011).

Ao que hoje parecem ações femininas naturais, tais como: maior investimento na educação, permanência no campo profissional e escolha pela presença ou não de um filho ou filha em sua vida, nem sempre se configurou dessa maneira. Não dá para pensar sobre o direito da escolha em ser ou não mãe, de casar-se ou não, sem refletir sobre os aspectos educacionais e profissionais, aos quais as mulheres foram acessando com maiores aberturas a partir da segunda metade do século XX.

Ao falar de um cenário nacional – Brasil – a participação feminina em instituições de então terceiro grau (Ensino Superior hoje) datam da década de 1880, ou seja, uma história muito recente. No que se refere ao Piauí, esse movimento é ainda mais recente, datando do início do século XX (CARDOSO, 2012).

Portanto, é nesse cenário de transição de fronteiras anteriormente negadas as mulheres, que as participantes dessa pesquisa vão construir suas trajetórias, havendo na maternidade uma possibilidade de vivência e não mais um destino natural.

Nesse ínterim, a proposta desse estudo é analisar como as mulheres nascidas entre as décadas de 1950 e 1970, as quais tiveram suas construções sociais e culturais enredadas pela cidade de Teresina-PI, bem como ali viveram sua juventude e vida adulta no decorrer da segunda metade do século XX, configuraram suas vivências a partir da alternativa da não maternidade.

A pesquisa que se apresenta está vinculada a um caminho de estudo que advém da graduação no curso de Licenciatura Plena em História pela Universidade Estadual do Piauí, com investigações iniciais oportunizadas pelo Programa de Iniciação Científica (PIBIC), com a pesquisa intitulada *Das causas que não me despertaram ou não me permitiram ser mãe: a*

negação do maternalismo em Teresina (1995-2018), em que visou analisar os fatores que influenciaram a decisão de mulheres de setores médio e de elite de Teresina em não exercer a maternidade no período de 1995 a 2018. A pesquisa teve sua continuidade a partir do Trabalho de Conclusão de Curso, com o título *Da mãe que fui à mãe que não fui: representações na Revista Pais e Filhos (1968-1972)*, no qual buscou-se analisar os principais elementos relacionados ao processo de maternidade e não maternidade no contexto nacional, sob o recorte temporal de 1968 até 1972. Ambas as pesquisas foram orientadas de maneira competente pela professora Doutora Joseanne Zingleara Soares Marinho.

As reflexões em torno da temática sobre a não maternidade partiram, também, de uma inquietação pessoal que dialogou com a tese da professora Doutora Georgiane Garabely Heil Vázquez, na qual ela trata sobre a ausência da maternidade no decorrer do século XX. O período em que essa tese me foi apresentada pela professora Joseanne Marinho encontrava-me em um dilema sobre a existência da maternidade em minha vida a partir de algum momento. Analisar a experiência de maternidade e maternagem desenvolvida por amigas próximas e a transformação que a chegada daquela prole gerava sobre a vida delas, e muito mais sobre elas do que sobre os pais dessas crianças, me fez perceber as ainda fortes amarras que são geradas para as mulheres no que se atrelam aos trabalhos reprodutivos.

No período em que já estava no mestrado deparei-me com mais uma situação que intensificou o interesse pessoal com a temática que venho me propondo a investigar. Fui diagnosticada com miomas, pólipos, adenomiose e uma suspeita de endometriose. Depois de consultar a opinião de vários médicos e médicas, o problema foi se agravando e resultando em uma cirurgia de grande porte em que foram retirados cerca de quarenta e dois miomas. As possibilidades de uma gestação ainda não foram descartadas em sua totalidade, porém, ainda beira muito sobre o campo do milagre e de um tratamento que deverá ser realizado no momento em que eu decida gestar, e que essa decisão não poderá ser tão mais adiada, pois os aspectos biológicos não estão favoráveis.

Se outrora a possibilidade de uma gestação em minha vida foi colocada em questão por aspectos sociais, de análise sobre os impactos negativos que a chegada de uma criança pode gerar na vida de uma mulher, agora, a presença do gestar em minha vivência está condicionada a fatores da saúde. Portanto, ser ou não mãe para mim encontra-se ligado a vários campos de análise: o do patológico, da escolha a partir dos impactos da presença de uma criança na vida feminina, e do tempo, em que esse último eu não disponho mais em larga escala. A temática da não maternidade, portanto, ultrapassa as fronteiras da minha vida

acadêmica, ela chega aos caminhos pessoais de escolha e de impossibilidades a partir do fator saúde.

Os estudos em torno da não maternidade se mostram cada vez mais presentes, contudo, é mais comum encontrar essa discussão a partir de uma perspectiva da psicologia. Na historiografia, a produção acerca do tema ainda se mostra por caminhos iniciais, sendo a tese de Georgiane Vazquez a primeira no Brasil que objetivou discutir a não maternidade. O estudo desenvolvido nessa dissertação implica uma análise a partir de algumas particularidades que o tornam inédito.

A lacuna de pesquisa apresentada aqui está sob o contexto regional e local traduzido na cidade de Teresina, no estado do Piauí. O fio condutor da pesquisa se deu a partir da história de vida das mulheres colaboradoras do estudo, a partir da infância, da educação, da profissionalização, dos amores e desamores, da saúde reprodutiva, da escolha pela não maternidade e pelo gerenciamento do tempo na vida delas. Outro ponto de contribuição da pesquisa se dá junto à escolha da Revista da Associação Piauiense de Medicina no modo como foi analisada. O periódico não traz artigo que demonstre de maneira explícita a não maternidade, e aí que se mostrou importante o olhar atencioso e crítico parte do ofício das historiadoras e historiadores. A revista gritava em torno da não maternidade por meio de artigos que tratavam da saúde reprodutiva das mulheres, de doenças que poderiam implicar em uma infertilidade feminina.

Nesse íterim, é que se faz necessária e urgente a problematização em torno do não desenvolvimento da maternidade a partir de uma visão histórica, objetivando dar visibilidade a uma temática que se encontra presente na sociedade, mas que muitas vezes é colocada no campo da invisibilidade. Assim, apresenta-se, como questão de partida que orientou o processo de construção da pesquisa: como as mulheres que não exerceram a maternidade, nascidas entre as décadas de 1950 e 1970, que tiveram suas construções sociais e culturais enredadas pela cidade de Teresina-PI, significaram suas vidas face ao ideal socialmente construído de maternidade?

A pesquisa é de natureza qualitativa que, na perspectiva de Antônio Chizzotti (2017, p. 36) “[...] qualitativa, para ressaltar as significações que estão contidas nos atos e práticas.”. Desse modo, o que se busca é a compreensão do que os dados da pesquisa querem demonstrar, para além do fenômeno em si, mas diante daquilo que está nas entrelinhas daqueles acontecimentos.

Na busca de responder à questão proposta, estabeleceu-se o uso de um conjunto de fontes, tais como: memórias e fontes orais, as quais foram possíveis a partir de escuta

atenciosa das falas das colaboradoras da pesquisa, o que se fez de fio condutor do estudo, constituindo fator determinante para a constituição dos eixos de análise do texto aqui apresentado. O uso da História Oral utilizado aqui é compreendido como aquele em que não se dá voz àqueles que estão a contar suas histórias para uma determinada pesquisa, “uma pretensão muitas vezes arrogante de nossa parte – porque a voz a eles pertence. O que podemos realizar é um ato delicado de escutar aqueles que nos emprestam a sua voz, as suas memórias, e que esperam de nós ouvidos atentos (ROVAI, 2015, p. 112).

Quanto à memória, seguindo ainda os apontamentos de Marta Rovai, essa pesquisa, apesar de ter por objetivo o trabalho acadêmico, não está limitada a isso, busca-se não passar pelas colaboradoras apenas como pesquisadora, mas tornar-se testemunha ativa de suas histórias, pois essas mulheres não são banco de dados, e muito menos farão um “resgate de suas memórias”, uma vez que a memória não pode ser revisitada, entendida como algo parado que está pronto para ser acessado tal qual como foi vivenciado, mas sim, o que as entrevistadas realizam, ao conceder suas narrativas, é a construção ou presentificação de suas memórias a partir de suas leituras do presente (ROVAI, 2015).

Ainda referente ao conjunto de fontes possíveis de serem analisadas para a pesquisa, acessar o histórico escolar da escola Leão XIII foi importante para demonstrar uma das falas de uma das entrevistadas, a partir da análise das disciplinas que eram ofertadas na escola a partir de uma formação para funções a serem desenvolvidas no lar. Esse documento foi acessado a partir da Secretaria de Educação do Estado, de modo presencial, pois não foi encontrado o material digitalizado e nem mesmo em outros setores, como o arquivo público e bibliotecas. As imagens, outro tipo de fonte, também foram importantes para visualização de alguns locais da cidade de Teresina-PI no recorte aqui trabalhado, as quais foram acessadas por meio de livros e acervo digital.

A Revista da Associação Piauiense de Medicina – RAPM se mostra como uma importante fonte primária utilizada nessa pesquisa, uma vez que divulgava artigos médicos, sendo uma documentação relevante porque demonstra os interesses de pesquisa do setor no período. O acesso aos exemplares da RAPM se deu junto à biblioteca pública da Universidade Federal do Piauí¹. Durante o processo de digitalização e catalogação da revista, teve-se acesso às edições dos seguintes anos: 1939, 1941, 1943, 1950, 1959, 1960, 1961, 1966, 1970, 1971,

¹ Houve ainda o acesso a alguns exemplares da Revista da Associação Piauiense de Medicina no Arquivo Público do Piauí Casa de Anísio Brito, por meio da pesquisadora Livia Moraes, porém estes foram em menor quantidade. Na Universidade Federal do Piauí – UFPI foi o único lugar possível a ser acessado o maior número de exemplares. Cabe considerar que em nenhum outro lugar, nem mesmo no Conselho Regional de Medicina, há o acesso a essas fontes. Portanto, apenas na UFPI há esse acervo, ainda impresso e sem digitalização.

1972, 1973, 1974, 1978. Para este estudo foram abordadas as publicações entre os anos de 1950 e 1978, mais especificamente. A escolha pelo recorte temporal junto à análise do periódico se justifica pelo acesso às fontes, o que foi determinante, bem como pela segunda metade do século XX se configurar em um período de maiores e mais aceleradas transformações na sociedade no que se refere aos direitos das mulheres.

Essa proposta de pesquisa visa discutir a não maternidade entre mulheres que nasceram entre as décadas de 1950 e 1970, abordando fatores relacionados aos interesses pessoais encontrando-se envoltos aos aspectos de educação, profissionalização, dentre outros, bem como os fatores ligados à saúde, os quais transcendem as escolhas pessoais, impossibilitando o desenvolvimento da maternidade, considerando que a maternidade é um elemento cultural que justifica a construção do processo materno como essencial na vida das mulheres.

Para a viabilidade da pesquisa, foi utilizado como fonte principal a História Oral a partir de um conjunto de mulheres que tiveram suas construções sociais e culturais na cidade de Teresina no período da segunda metade do século XX. A entrevista se deu a partir de perguntas abertas com enfoque nas histórias de vida. Foram entrevistadas treze mulheres que, nascidas entre as décadas de 1950 e 1970, não desenvolveram a condição materna biológica.

A partir da história oral que, de acordo com Verena Alberti (1989), utiliza testemunhos de personagens que vivenciaram situações e realidades, visões de mundo, permitindo uma interpretação do passado vivido, bem como uma análise dos elementos subjetivos implícitos nas narrativas que surgem, rompendo silêncios existentes e alcançando informações específicas, tendo como intuito analisar aspectos importantes sobre os interesses e fatores que orientaram o não desenvolvimento da maternidade no cenário teresinense.

Nisso, as colaboradoras da pesquisa foram divididas em três grupos geracionais. A perspectiva empreendida junto a escolha das gerações para divisão de mulheres na pesquisa, longe de ser fator de mera descrição – um dos perigos acenados ao seu uso durante muito tempo (SIRINELLI, 2005) – a escolha pela divisão em geração se dá na busca pela análise das continuidades, descontinuidades e permanências diante de códigos moralizantes inseridos socialmente e culturalmente como naturais, como é a maternidade e a não maternidade a partir de outros significados vividos pelas colaboradoras, tais como o escolar, profissionais, amores, desamores e fatores ligados a saúde. Portanto, esse estudo entende o uso de geração a partir do que Marc Bloch (2002, p. 152) pontuou: “Ela parece destinada a fornecer, cada vez mais, um primeiro balizamento a uma análise ponderada das vicissitudes humanas”.

Na busca de compreender as transformações a partir da não vivência da maternidade biológica é que se mostrou pertinente a divisão por gerações junto às colaboradoras da pesquisa: as nascidas na década de 1950, as pertencentes a década de 1960 e as que nasceram na década de 1970. O primeiro grupo é composto por Ágata², Aragonita³ e Calcedônia⁴. A segunda geração foi composta por Ametrino⁵, Berilo⁶, Coral⁷, Coralina⁸, Diamante⁹. Ao grupo três pertencem Citrino¹⁰, Heliotrópio¹¹, Dumortierita¹², Fluorite¹³ e Crisocola¹⁴. Portanto, essa pesquisa teve a colaboração de treze entrevistadas, as quais foram denominadas a partir de pedras preciosas. Divididas em três gerações, há na primeira geração – as nascidas na década de 1950 – três mulheres, as pertencentes a segunda geração – nascidas da década de 1960 – cinco participantes, e as que se referem a terceira geração – nascidas na década de 1970 – tem-se cinco entrevistadas.

Ressalta-se que algumas das mulheres que participaram da pesquisa nasceram em Teresina no Piauí, mas residem em Timon no Maranhão. Contudo, dadas as disposições geográficas que envolvem as duas cidades, em que se entende a cidade de Timon-MA como

² Nascida na cidade de Miguel Alves, interior do Piauí, em 30 de setembro de 1956. Migrou para Teresina-PI em 1973. Estado Civil: solteira. Alcançou maiores níveis de escolarização, exerceu a profissão de professora.

³ Oriunda de Campo Grande, zona rural do município de Timon no Estado do Maranhão. Nascida em 16 de agosto de 1953. Migrou para Teresina-PI em 1957. Estado Civil: solteira. Não alcançou maiores níveis de escolarização, exerceu as profissões de comerciante e artesã.

⁴ Natural de Luzilândia, cidade do Estado do Piauí. Nascida em 20 de maio de 1952. Migrou para Teresina-PI em 1970. Estado Civil: viúva. Não alcançou maiores níveis educacionais, exerceu a profissão de comerciante por poucos anos, e hoje se identifica como “dona de casa”.

⁵ Nasceu em Teresina, capital do Piauí, no dia 16 de janeiro de 1962. Estado civil: solteira. Alcançou maiores níveis educacionais, exerce a profissão de contabilista.

⁶ Oriunda de São João da Serra, cidade do Estado do Piauí. Nascida em 29 de junho de 1964. Migrou para Teresina-PI em 1968. Estado civil: solteira. Alcançou maiores níveis educacionais, exerce a profissão de professora universitária em instituição privada.

⁷ Origem de Angical, cidade do Estado do Piauí. Nascida em 23 de junho de 1965. Migrou para Teresina-PI em 1979. Estado civil: solteira. Possui formação em nível superior no curso de Letras, havendo exercido a profissão de professora.

⁸ Oriunda de Teresina, capital do Piauí. Nascida em 16 de setembro de 1965. Estado civil: solteira. Não alcançou maiores níveis educacionais, exercendo a profissão de secretária e digitadora em escola da rede privada de ensino.

⁹ Origem de Caxias, cidade do Estado do Maranhão. Nascida em 18 de novembro de 1963. Não se recorda o período exato em que migrou para Teresina-PI com sua família, apenas relatou que ainda era bebê. Estado civil: solteira. Não alcançou maiores níveis educacionais, tendo exercido a profissão de babá, encontrando-se aposentada na atualidade.

¹⁰ Nascida em Teresina, capital do Piauí, no dia 15 de julho de 1970. Reside na cidade de Timon-MA. Estado civil: solteira. Chegou a maiores níveis de educação, exercendo a profissão de Assistente Social.

¹¹ Oriunda de Teresina, capital do Piauí. Nascida no dia 07 de fevereiro de 1973. Reside na cidade de Timon-MA. Estado civil: solteira. Formou-se em Licenciatura plena em Geografia e exerce a profissão de professora nas redes municipais de Teresina-PI e Timon-MA.

¹² Origem de Teresina, capital do Piauí. Nascida em 22 de agosto de 1974. Reside na cidade de Timon-MA. Estado civil: solteira. Não alcançou maiores níveis educacionais e exerce a profissão de artesã.

¹³ Nascida em Teresina, capital do Piauí, em 24 de novembro de 1977. Estado civil: solteira. Não alcançou maiores níveis educacionais. Exerce a profissão de doméstica.

¹⁴ Origem de Teresina, capital do Piauí. Nascida em 01 de junho de 1979. Reside na cidade de Timon-MA. Estado Civil: solteira. Alcançou maiores níveis educacionais, embora esteja sem trabalhar até o momento da entrevista, exercendo a profissão de analista de departamento pessoal.

parte da grande Teresina-PI, ligando-se por meio de três pontes, as relações sociais e culturais desenvolvidas no cenário de Teresina envolvem as vivências das residentes em Timon, visto que as mulheres que moram no município de Timon trabalham e/ou desenvolvem atividades na capital do Piauí. Portanto, as relações que envolvem as vivências das que moram nas duas cidades encontram-se relacionadas.

Os critérios de inclusão para a participação na pesquisa foram: mulheres nascidas entre as décadas de 1950 até fins da década de 1970 e que tiveram suas construções socioculturais permeadas pela influência do cenário teresinense e não possuir filhos. O recorte de escolha das entrevistadas deveu-se ao fato dessa temporalidade localizar-se no período antecedente a inserção da pílula contraceptiva no Brasil, a própria inserção do contraceptivo na década de 1960 e por fim, devendo-se ao fato de o cenário da pesquisa, Teresina-PI, localizar-se em uma cidade distante dos centros urbanos mais industrializados do país, entende-se que as inovações demoravam um pouco mais para se firmar. Como critérios de exclusão para as participantes do estudo, tem-se aquelas mulheres que não se enquadram nas características apontadas.

Compreendendo que apenas o período referente as décadas de 1950 a 1970 não dava conta da análise, que deveria ser desenvolvida diante das configurações de vida a que essas mulheres foram delineando a partir da alternativa da inexistência de uma maternidade em suas vidas, é que o estudo traz como recorte temporal a segunda metade do século XX, visto que foi no decorrer desse período que essas mulheres entraram na fase da vida reprodutiva.

Para a seleção das participantes da pesquisa foi utilizada a técnica semelhante à executada por Georgianne Vazquez (2015), denominada bola de neve. Tal metodologia consiste no encontro de colaboradoras da pesquisa a partir da indicação de mulheres que vivenciaram/vivenciam experiências semelhantes, o que, tratando desse estudo, se torna o fato de não desenvolvimento da condição materna por mulheres que residem no eixo Teresina e região da grande Teresina, no caso a cidade de Timon, mas que possuem suas relações produtivas, sociais e culturais entrelaçadas ao município de Teresina.

A técnica metodológica bola de neve (*snowball*) utiliza cadeias de referência, uma rede de contatos, na qual os participantes iniciais de um estudo indicam novos participantes, que vão indicando outros novos colaboradores e assim sucessivamente, até que seja alcançado o objetivo proposto. (BALDIN; MUNHOZ, 2011). Seguindo essa técnica é que foi possível chegar ao número de participantes da pesquisa.

O primeiro contato com as possíveis colaboradoras da pesquisa foi viabilizado através de mulheres pertencentes à família da presente pesquisadora, em que estas conheciam

outras mulheres que se encaixavam nos critérios de inclusão da pesquisa. Outra maneira que viabilizou o contato com as colaboradoras pertencentes a geração das nascidas na década de 1950 foi a ida ao Centro de convivência Marly Sarney¹⁵, o qual intermediou o primeiro contato com as mulheres dessa geração. Entretanto, a participação da instituição de socialização não se fez de maneira direta, ou seja, a sua participação se deu apenas na disponibilização do contato dessas mulheres após uma conversa prévia com elas, indagando-as sobre disponibilidade em participar do estudo. Passado esse contato primeiro, o centro não mais teve participação. Desse modo, a pesquisa não irá coletar dados em uma instituição coparticipante, tornando-se impossibilitada a apresentação da carta de anuência decorrente da falta de uma instituição de vínculo dessas mulheres. Diante disso, as colaboradoras do estudo podem ser vinculadas a qualquer local da cidade de Teresina-PI.

Quanto aos procedimentos que foram adotados para a pesquisa, teve como base Verena Alberti (2013), contando com a etapa de pré-entrevista, dando-se a partir do contato inicial com as colaboradoras da pesquisa, apresentando o projeto e como se daria a sua colaboração no estudo. O segundo momento foi pautado pela entrevista propriamente dita, com agendamento prévio junto às entrevistadas. O local a ser efetivado o encontro para a realização das entrevistas foi definido a partir da escolha das colaboradoras, em lugar, horário e data que melhor se adequaram às suas rotinas, o que resultou, assim, em sua realização na residência das colaboradoras, em um shopping da capital do Piauí, na vinda de uma das colaboradoras à residência da pesquisadora e no local de trabalho de uma delas a partir de uma sala reservada. Por fim, foi realizada a etapa de transcrição das entrevistas e apresentadas às colaboradoras, para que fosse então assinado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

No que concerne aos riscos oferecidos às participantes da pesquisa, visualizou-se riscos mínimos previstos como: constrangimento em algum momento da entrevista, no que diz respeito a determinadas perguntas; possível cansaço e/ou desconforto. Entretanto, foram pensadas maneiras de atenuar os riscos, por meio da interação entre a pesquisadora e as

¹⁵ O centro fica localizado na rua Jônatas Batista, sem número (ao lado do ginásio Verdão), na cidade de Teresina-PI. Ligado à prefeitura municipal de Teresina, por meio da secretaria municipal de cidadania, assistência social e políticas integradas – SEMCASPI. Com funcionamento nos horários matutino e vespertino, o centro oferece o serviço de convivência e fortalecimento de vínculos com atividades recreativas, culturais, artesanais e orientações socioeducativas. Tem como objetivo promover a integração da pessoa idosa na sociedade e melhorar a sua qualidade de vida através do fortalecimento dos vínculos familiares e elevação da autoestima. Dentre as atividades que o centro desenvolve há: dança, artesanato, atividade física, canto coral, sociopedagógicas e academia popular da terceira idade (CENTRO DE CONVIVÊNCIA MARLY SARNEY, 2023).

participantes, de modo a ser possível gerar uma pausa no momento do desconforto, proporcionando um ambiente agradável para um melhor desenvolvimento do diálogo.

Outro risco diz respeito à preservação do anonimato das participantes do estudo, em que se buscou anonimizar a identificação das participantes, conforme estabelecem as Resoluções do Conselho Nacional de Saúde nº. 466/2012 e 510/2016 que tratam das normas regulamentadoras de pesquisas que envolvem seres humanos. Contudo, coube ainda as participantes do estudo optarem por sua identificação ou não, conforme o artigo 9º, parágrafo V da Resolução 510/2016, que afirma sobre os direitos do participante “decidir se sua identidade será divulgada e quais são, dentre as informações que forneceu, as que podem ser tratadas de forma pública.”. Assim, caso fosse o desejo da colaboradora, ela teria o direito resguardado sobre sua identificação.

Nesse ínterim, as colaboradoras foram nomeadas a partir de nomes de pedras preciosas. Cada um dos nomes foi pensado a partir do que foi possível sentir em cada história de vida partilhada nas entrevistas. Heliotrópio remonta a satisfação, vitalidade em uma vida de amor, proteção, movimento. Esses significados relacionam-se a vida da entrevistada pela satisfação que ela tem em sua vida e nos rumos que tomou/escolheu, mas também ao que a pesquisadora deseja a ela, no sentido da vitalidade para ir além, buscar conquistar aquilo que ela ainda deseja. Citrino relaciona-se a autoestima, sucesso profissional. Os desejos da pesquisadora a ela é que tenha cada vez mais realizações em seu campo profissional e segurança em seu campo afetivo. Fluorite remete a fortalecimento e autoconfiança, então, que ela tenha cada vez mais confiança em si mesma para alcançar os seus sonhos de vida (pessoais e profissionais).

Aragonita, outra entrevistada, está ligada à calma, uma boa pedra para momentos de pesadelos, o que se relaciona à sua libertação e saída de um pesadelo que foi sua vida durante algum tempo, a partir do marido usuário de drogas. Calcedônia representa paz, proteção. Vincula-se a sua anulação diante dos cuidados a seus irmãos. Ágata relaciona-se à vitalidade, amizade e justiça. Entrelaça-se a colaboradora no que diz respeito à vitalidade que demonstra sobre a vida. Ametrino vincula-se à capacidade de estabelecer ligações, sendo auxiliar na busca pelo sentido da vida, o que se relaciona com a sua espiritualidade, seu ser católica atuante.

Dumortierita, outra colaboradora, remete à disposição e concentração, o que se vincula a ela no desejo de que ela nunca perca a disposição em correr atrás de seus objetivos pessoais e profissionais. Coralina remete à proteção, paz, cura e sexualidade. Vincula-se à colaboradora no desejo que ela se cure da dor da perda (o abortamento). Diamante está ligado

à proteção, coragem, força e cura, e relaciona-se à vida da entrevistada na força que teve que desprender para enfrentar os obstáculos, as doenças, os desafios que a vida foi lhe impondo. Coral liga-se à vitalidade, equilíbrio emocional. Está vinculado à entrevistada na tranquilidade, aceitação e reservas com que leva as escolhas de sua vida. Berilo está ligada à sensibilidade, amor, energia e estímulo à sexualidade. Vincula-se à colaboradora pela sensibilidade com que descreveu os romances passados por sua vida e ao estímulo da sexualidade, quanto às provocações que teve diante do ideal de tornar-se freira. Crisocola liga-se à paz, sabedoria, amor e os negócios. Está atrelada à vida da entrevistada pela paz com que entende a vida, a ligação com o mundo dos negócios a partir de sua profissão, bem como o desejo da pesquisadora para que ela siga uma vida em movimento.

Destaca-se que as entrevistadas nesse estudo advinham de setores sociais desfavorecidos economicamente, encontrando-se na atualidade a partir de setor médio e baixo da população, o que oportunizou uma maior compreensão dos aspectos culturais introduzidos na sociedade, considerando suas continuidades e descontinuidades. As mulheres que hoje se encontram em uma condição social financeira estabilizada conseguiram essa mudança social através do acesso a maiores níveis de escolarização e consequente profissionalização.

Ressalta-se que o projeto vinculado a essa pesquisa passou por avaliação no Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Desse modo, o estudo buscou se adequar às normas de ética dispostas na Resolução do Conselho Nacional de Saúde nº 466 de 2012, o qual trata das diretrizes e normas que regulamentam as pesquisas envolvendo seres humanos, assim como a Resolução nº 510, de 2016, que aborda as normas aplicáveis às pesquisas em Ciências Humanas e Sociais.

Alinhado à perspectiva empreendida nesse estudo, analisa-se Michel de Certeau (1982), que compreende a historiografia em seu desenvolvimento pautada pela investigação e análise das fontes, na qual busca-se ir além do que se encontra posto, explorando as entrelinhas do objeto de pesquisa. Desse modo, o historiador explora o passado na busca da compreensão de quais incompletudes há naquela dada pesquisa. Diante disso é que o presente estudo se alinha na busca da investigação diante do não desenvolvimento da condição materna por mulheres teresinenses, na busca da compreensão dessa realidade e seu impacto diante de um cenário regional.

Uma pesquisa que se vincula aos estudos de gênero, em que é possível refletir que a partir do que se propõe este texto, junto às falas de mulheres não mães no cenário teresinense, é perceptível que “A visibilidade da experiência se torna então evidência para o fato da diferença [...]” (SCOTT, 1998, p. 301-302). Desse modo, a pesquisa visa tornar as

experiências dessas mulheres em não desenvolvimento da condição materna visíveis, e compreender o que está relacionado a isso e suas implicações. Tal fato torna o uso da história oral, no que se relaciona com a antropologia, para viabilizar a propagação das vozes dos excluídos, abordando temas da vida cotidiana, como são as vivências de mulheres não mães, surpreendendo a história acadêmica não somente por sua fonte, mas também a partir de seu objeto e sua problemática. (JOUTARD, 2005).

Diante das análises que foram desenvolvidas a partir da história de vida das colaboradoras da pesquisa, entendida aqui como o fio condutor do estudo, ao puxar esse fio outras tessituras foram sendo enredadas, sobretudo ao foco da pesquisa “A não maternidade”. Portanto, tornou-se imprescindível pensar os estudos em torno do corpo, da saúde, da doença e da própria prevenção em meio ao fazer historiográfico, o que requer pensar em como esse campo de análise passou a ser desenvolvido por historiadores e historiadoras. Jean-Jacques Courtine (2008), ao indagar sobre como o corpo se tornou objeto de investigação histórica, constata que, mais precisamente por volta do início do século XX, a relação corpo e espírito deixa de ser parte de uma linha divisória, acenando para uma vida humana espiritual e corpórea. Desse modo, pontua que o século XX inventou teoricamente o corpo. A partir dessa quebra da linha divisória entre corpo e alma, o corpo passa a ser entendido como ligado ao inconsciente e, nesse movimento de amarra do sujeito, este último é envolvido por diferentes atravessamentos, nos quais transcendem os limites biológicos, em que as influências sociais da cultura provocam igualmente transformações.

Marcadamente o corpo, como objeto de busca por dominação através de normas, condutas, sobretudo ligadas ao campo da moralidade, tinha nos limites ditados pelo gênero, raça, classe, lugar “privilegiado” de busca por dominação. As mulheres buscavam romper com esses controles justamente através do que se buscava controlar – seus corpos. Gritos como “Nosso corpo nos pertence!” ecoavam nos anos de 1970, na busca pelo direito sobre o aborto (COURTINE, 2008).

Portanto, pensar temas relacionados ao corpo, a saúde e a doença, como mencionado anteriormente, é atuar dentro desses novos objetos de análise histórica possíveis a partir da virada histórica cultural. Desse modo, como apontam Jean Boutier e Julia Dominique (1998, p. 36), “A “nova história” fundou-se, entre outras coisas, no estudo das massas – a verdade é então assegurada não pela operação crítica [...] e na recusa da divisão entre documentos “verdadeiros” e “falsos” – todo documento é útil para o historiador[...]”. Nesse sentido, presencia-se o avanço do conhecimento histórico sobre áreas outras às quais anteriormente não se destinava um olhar atencioso da pesquisa.

A urgência de novas pesquisas diante de novos objetos, novos problemas, e, portanto, novos métodos, amplia as temáticas junto às investigações historiográficas. Diante desse campo renovado é que a temática da não maternidade, a partir de seus atravessamentos, analisadas pela ótica do que está posto dentro de uma fonte de pesquisa que também vai surgir e ser reconhecida como tal a partir da abertura de novas temáticas de análise da pesquisa histórica, como é nesse estudo a Revista da Associação Piauiense de Medicina – RAPM e a narrativa de mulheres não mães, se revela importante para o campo da História.

Anne Marie Moulin (2008) revela que o século XIX já havia estabelecido o direito à doença de maneira reconhecida pelo Estado providência. Mas é no século seguinte que inaugura um novo direito do ser humano, o direito à saúde, sobretudo relacionado à assistência médica. Entendido como um século da medicalização, a medicina ocidental passou a ser o principal recurso em caso de doença, e não só isso, mas também um guia de vida que em muito contrapunha o que era conscientemente vivido de maneira tradicional.

Ou seja, por meio do discurso médico, que foi se constituindo cada vez mais em um verdadeiro guia para a vida cotidiana das pessoas, com a justificativa de que suas recomendações, que muitas vezes eram traduzidas em verdadeiras regras de comportamento, funcionavam para vigiar, controlar e disciplinar os corpos. É válido considerar que os progressos em torno de práticas de cura através de conhecimento científico foi potencializador e importante para a sociedade no que diz respeito a superação de doenças. Entretanto, esse processo se articulou em um movimento de intencionalidades em que figuravam os interesses do setor dominante de cada período.

Portanto, se o momento fosse de interesse pelo crescimento demográfico, pela preocupação com a futura mão de obra para o país, e por que não dizer, a mão trabalhadora do próprio período, no qual a presença feminina em desenvolvimento de trabalho reprodutivo no ambiente privado se fazia de forte interesse para as camadas dominantes, uma vez que desenvolveriam um trabalho não remunerado, com garantias de uma mão de obra masculina precarizada, o discurso médico estaria preocupado com a saúde reprodutiva feminina, bem como com o desenvolvimento de características consideradas como pertencentes à natureza das mulheres. Assim, mesmo esse domínio médico havendo encontrado uma certa resistência junto à população, no que diz respeito a agora falta de autonomia plena sobre seus corpos, é possível concluir que houve e ainda há uma subordinação dos corpos aos conhecimentos médico científico, e, portanto, às suas normatizações.

O século XX, encarado como um período em que eliminou muitas doenças, na verdade mais as diluiu do que efetivou sua eliminação. Esse século também foi marcado por

transformações nos modos como lidar com as doenças, no sentido sociocultural. Se anteriormente a doença, e no caso, a busca pela cura, se tornava um “espetáculo” em que muitos assistiam ao desenrolar da trama, no século XX isso vai sofrer alterações, passando para o campo do privado o momento da enfermidade. Tornava-se uma relação de confiança e gratidão diante daquele que se confiava à cura, o médico (MOULIN, 2008).

Segundo Moulin (2008), se a palavra-chave para o século XVIII era felicidade, enquanto a do século XIX foi liberdade, pode-se inferir que a que se refere ao século XX é a saúde. Convém ressaltar que a concepção de saúde se encontra reformulada desde 1946 a partir da Constituição da Organização Mundial de Saúde, definida não apenas pela ausência de doença, mas como um estado de completo bem-estar físico, mental e social. Portanto, o corpo passa a ser visto como um lugar em que deve ser exibido bem-estar em todas as vertentes, físicas e psicológicas, e a busca pela qualidade de vida é permeada para além da cura diante da doença já instalada, mas ao campo da prevenção e do controle diante daquilo que ainda nem existia, mas que poderia surgir – a doença.

As pesquisas em torno da história da saúde e das doenças no Brasil, de maneira mais sofisticada em seus aspectos teóricos e metodológicos, remonta ao final da década de 1980, o que foi provocando uma intensa profissionalização de historiadores e historiadoras a respeito desse campo de estudo dentro da história que se instituía. Tal movimento resultou na criação de periódicos científicos, instituições, livros, congressos, programas de pós-graduação, disciplinas e linhas de pesquisa em caráter nacional. Esses fatores evidenciavam a institucionalização do campo (TEIXEIRA; PIMENTA; HOCHMAN, 2018).

Há de se considerar que a perspectiva histórica também esteve presente em meio às escolas de medicina, cursos de saúde pública, dentre outros campos profissionais no Brasil. Contudo, a História estava, nesses espaços, de maneira mais saudosista e memorialista, o que gerou uma crítica de historiadores aos modos como os médicos se propunham a escrever essas Histórias da medicina, sem rigor metodológico. Entretanto, publicações como essas foram fundamentais para abertura de uma discussão em torno da reforma sanitária, reforma psiquiátrica e suas demandas de humanização, o que figurou e deu espaço a também crítica diante do conhecimento médico e suas práticas de poder. O campo da história da saúde e das doenças foi se consolidando ao longo da segunda metade do século XX, a partir de uma perspectiva multidisciplinar, que rendeu diversas publicações em livros, teses, dissertações, e que, se outrora eram visualizadas de maneira limitante ao eixo Rio de Janeiro e São Paulo, a partir do início do século XXI evidenciaram-se as pesquisas no contexto regional, além do aprofundamento das relações internacionais (TEIXEIRA; PIMENTA; HOCHMAN, 2018).

Dilene Nascimento (2005), ao caracterizar a doença, a coloca como não somente um conjunto de sintomas, que levará o indivíduo a procurar um médico, mas a percebe como um acontecimento que ameaça e modifica a existência, tanto no campo individual, quanto coletivamente. Ou seja, o olhar que foi destinado durante muito tempo para as doenças, ficou restrito ao saber médico e dos higienistas, mas, quando passa para o campo da pesquisa histórica, essa relação de análise sofre alterações, levando em conta a dimensão social da doença e não mais puramente patológica.

Outro ponto se dá em torno de como os médicos olhavam para a doença do indivíduo. Seria o corpo doente ou a doença? Dilene Nascimento (2005, p. 30) acentua que “Tratar o corpo como objeto e, portanto, liberado da sua história particular, leva o médico a se relacionar com a doença e não com um homem doente – o corpo passa a ser contabilizado epidemiológico e demograficamente.”. Se para a medicina o objeto é a doença, para estudos nas áreas de ciências humanas, e aqui mais especificamente na área da História, o objeto que merece atenção encontra-se para além da doença, é o indivíduo doente. Não se entende, portanto, a doença em separado do ser, sobretudo se esse indivíduo é uma mulher, pese as relações de gênero imersas na busca da manutenção de regulamentações e normas para vigiar e controlar esse corpo, que é dela, mas que segue regulamentado pelas normas sociais. Assim, buscar-se-á compreender como as construções e convenções socioculturais se relacionam com as particularidades da enfermidade vivenciada.

Portanto, o que se pretende é unir a doença à experiência do doente, que é antropocêntrica e por excelência também social (REVEL; PETER, 1995). Esse estudo se articula, também, com a história da saúde e das doenças no seu sentido de construção social e cultural, à medida que as doenças vão ganhando uma maior dimensão a partir de determinada época e interesses sociais que são revestidos em modelos culturais. Doenças que podem gerar uma infertilidade feminina – a partir de alguns tipos de cânceres, aborto, menopausa, dentre outras questões que foram possíveis de ser analisadas a partir da Revista da Associação Piauiense de Medicina, bem como da retomada da narrativa das entrevistadas, fontes primárias desse estudo.

Para pensar o debate sobre a saúde e a doença ligadas ao que pode resultar em não desenvolvimento da condição materna biológica, há de se considerar os estudos de gênero, bem como a compreensão das relações sociais articuladas sob o viés cultural. Nesse sentido, analisar a Revista da Associação Piauiense de Medicina diante de temas que operam sobre a

saúde feminina no que tange a infertilidade e esterilidade¹⁶, a partir de um discurso que possui como respaldo o caráter científico, convém considerar o que Erni Orlandi (2000, p. 15) assinala:

A Análise de Discurso, como seu próprio nome indica, não trata da língua, não trata da gramática, embora todas essas coisas lhe interessem. Ela trata do discurso. E a palavra discurso, etimologicamente, tem em si a idéia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando.

Entende-se o discurso operado na Revista da Associação Piauiense de Medicina como o homem falando, e não simplesmente o homem falando, mas o caráter científico que esse indivíduo representa a partir de seu discurso, um caráter que revela interesses que se encontram para além do que está posto, nas intencionalidades sociais de um setor dominante que se articula com o saber médico científico e opera sobre o campo da verdade. Segundo Orlandi (2000), na análise do discurso a busca se dá pela compreensão da língua fazendo sentido na sua acepção de trabalho simbólico, ou seja, ligada ao trabalho social geral naquilo que é constitutivo do ser humano e de sua história. Portanto, é buscar compreender o discurso não de maneira isolada, mas, de acordo e levando em consideração os aspectos que versam em torno do seu fazer-existir humano, o cultural, social, econômico, racial e setorial.

Desse modo, a busca empreendida nesse estudo a partir da análise do que está posto na fonte primária – RAPM – e como o discurso médico científico operado na Revista da Associação Piauiense de Medicina significa aspectos em torno da não maternidade biológica, ou seja, compreender os meandros do que não está dito de maneira explícita, mas as intenções projetadas e articuladas de maneira implícita nos artigos selecionados para análise.

Pensar o uso de periódicos como fonte de análise de pesquisa histórica nem sempre foi possível. Ainda na década de 1970 era presente a resistência quanto ao uso de periódicos para compreensão de aspectos em torno da história do Brasil. Mesmo diante de uma já consistente presença de difusão da imprensa no país, em que jornais e jornalistas já possuíam um acervo significativo de edições de circulação em diferentes partes do país, a resistência se fazia presente. Diante disso, já era apontada a importância de estudos sobre a história dos periódicos, contudo, havia grande resistência para o uso de periódicos como fonte de análise histórica que pudesse contribuir para a escrita da História. Esse descrédito junto aos periódicos enquanto fonte histórica se dava não somente diante de um contexto brasileiro,

¹⁶ Vale considerar a diferença entre infertilidade e esterilidade. A primeira se relaciona com a diminuição da possibilidade de engravidar. Já a esterilidade está vinculada à incapacidade absoluta de engravidar através das relações sexuais (FARINATI; RIGONI; MULLER, 2006).

mas era nesse cenário que se percebia o peso da história tradicional, na qual havia a compreensão da busca de um ideal a partir de métodos tradicionais de pesquisa, o que implicava também em outro ponto, que é o da valorização de temáticas tradicionais, como a política, o homem branco. Contudo, a partir da escola dos Annales foi possível perceber a abertura de novos campos de pesquisa, tais como o mundial e o regional, assim como as pesquisas em torno da infância, a morte, a loucura, as feminilidades. Entretanto, mesmo diante dessa crítica já existente por volta da década de 1930 pela escola dos Annales em torno do pensamento diante dos periódicos como análise de fonte histórica, o pensamento predominante ainda girava em torno da visão tradicional, valorizando os documentos oficiais como mais próximos da realidade dos fatos, e mais neutro (DE LUCA, 2015).

Ao analisar esse percurso de resistências quanto a presença dos periódicos como importante fonte de análise da pesquisa histórica, é possível visualizar que esse progresso quanto à valorização e uso de jornais e revistas em pesquisas dentro da História se deu articulado com o avanço e transformações nas temáticas de investigação, o que, segundo a autora supracitada, foi perceptível por meio dos títulos das pesquisas.

Convém destacar que a revista que foi analisada nesse estudo não carrega um cunho jornalístico, pois foi produzida por estudiosos e especialistas das áreas dos temas que iam ser tratados. Nesse ponto, ficam evidentes aspectos que só são passíveis de serem analisados por meio do uso de periódicos, os quais se evidenciam através da escolha do tipo de temática que foi abordada em determinado artigo, que eram usados como exemplos diante da explicação de um assunto e outro não, o que evidencia questões de gênero, esforços para impor a visão de um determinado setor social e controle sobre outro, ou seja, projetos intencionais de controle social, em muito com foco no corpo das mulheres e suas funções reprodutivas.

Maria Helena Capelato (1988) demonstra que os meios de comunicação se inclinam a desviar os olhares dos leitores e espectadores para ângulos convenientes aos dominantes. Assim, nessa manipulação das visões em privilégio a objetivos de lucros e/ou ideológicos, gera-se um impedimento para que os interesses dos menos favorecidos sejam expostos. Contudo, embora a revista aqui analisada não se trate de uma publicação de meio jornalístico de massa, possuía sua articulação com planos convenientes ao setor dominante. Assim, seguindo a análise de Capelato (1988, p. 13), “A imprensa registra, comenta e participa da história. Através dela se trava uma constante batalha pela conquista dos corações e mentes”. Compete a historiadores e historiadoras analisar os atravessamentos do discurso imposto nos periódicos, o que já inicia pela escolha da revista a ser analisada, a qual está vinculada à temática que se pretende investigar. Pensar o discurso médico científico sobre assuntos que se

entrelaçam com a não maternidade biológica se faz pertinente diante de uma revista especializada em assuntos médicos.

Diante das análises desenvolvidas a partir das fontes analisadas em diálogo com bibliografia a respeito do tema, atingiu-se algumas reflexões possíveis a partir de parte das histórias de vida das mulheres entrevistadas, cujos resultados alcançados serão possíveis de serem acessados ao longo dos três capítulos em que este trabalho está dividido.

O primeiro capítulo está composto por três tópicos, nos quais se buscou realizar um panorama do cenário da pesquisa, apresentando um pouco a cidade de Teresina desde a sua fundação, seguindo pela análise de vivências da infância das colaboradoras da pesquisa e seus possíveis impactos na escolha pelo não exercício da maternidade, e por fim, refletindo sobre os trajetos no campo educacional dessas mulheres, e de como isso teve relação em seus processos de não maternidade.

O capítulo dois tratou do processo de profissionalização dessas mulheres, analisando as aberturas para esse campo social que iam se delineando para as mulheres teresinenses no cenário da segunda metade do século XX, seguido da reflexão sobre as experiências afetivo-sexuais vivenciadas por elas ao longo de suas vidas, separadas por dois grupos, aquelas que nunca desenvolveram a divisão de uma moradia com um companheiro, as solteiras, e aquelas que se casaram ou que em algum momento dividiram moradia com um parceiro.

O capítulo três chegou à abordagem da não maternidade biológica vivenciada pelas colaboradoras diante de suas causas, bem como o aborto, a contracepção, dentre outros aspectos vinculados a não maternidade. O capítulo inicia com uma análise teórica acerca da maternidade, bem como das primeiras análises sobre a Revista da Associação Piauiense de Medicina, demonstrando a importância da sua vinculação ao conjunto das fontes para essa pesquisa. O segundo tópico traz a análise de alguns artigos de exemplares da Revista da Associação Piauiense de Medicina, o que se mostrou imprescindível para pensar como a comunidade médica do início da segunda metade do século XX pensava a não maternidade, ou melhor, os aspectos em torno da saúde reprodutiva das mulheres. O último item retomou o uso da História Oral, analisando as causas que levaram essas mulheres participantes do estudo ao não desenvolvimento da maternidade biológica, assim como o gerenciamento do tempo em suas vidas, perspectivando pensar como a sociedade olha para o tempo das mulheres sem filhos, e as imposições que lhes são colocadas.

2 O MITO DA MATERNIDADE: VIVÊNCIAS E SOCIABILIDADES DE UMA VIDA SEM FILHOS

Este capítulo tem como objetivo analisar as vivências de mulheres que não foram mães a partir dos significados e caminhos que foram sendo nutridos por elas ao longo de suas vidas. Pretendeu-se desenvolver uma análise a respeito de partes significativas em suas trajetórias, com destaque para a infância e os caminhos educacionais percorridos por elas.

O capítulo encontra-se organizado a partir do tópico primeiro intitulado *Para início de conversa: organização territorial da cidade de Teresina-PI*, em que se objetivou abordar de maneira geral e breve o contexto de construção da cidade de Teresina e sua localização, além de uma primeira abordagem sobre os ares feministas que o município respirava. O segundo item, *Memórias de uma infância: vivências e sociabilidades em Teresina-PI*, foi pensado com o objetivo de compreender as relações vivenciadas no período da infância pelas mulheres participantes da pesquisa. Suas relações com familiares, com os pais, irmãos, tipos de cuidados que foram postos a elas com outrem, a fim de conhecer parte de suas histórias de vida na relação com os familiares. No último tópico, *Dos tempos de escola a acadêmicas: vivências educacionais*, foram abordados alguns caminhos trilhados pelas mulheres em suas vidas diante do cenário educacional, na busca de pensar como as relações com vistas à emancipação feminina através da escolarização foram sentidas e vividas por elas.

Pensar uma vida sem filhos está para além da inexistência da prole na vida de mulheres e homens. Compreender os significados atribuídos à vida dessas mulheres a partir de uma caminhada sem a maternidade biológica, bem como os possíveis impactos de acontecimentos em sua infância e juventude na escolha ou impossibilidade de uma gestação, é o que se pretendeu nesse capítulo.

2.1 PARA INÍCIO DE CONVERSA: ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL DA CIDADE DE TERESINA-PI

Teresina-PI, no alvorecer da segunda metade do século XX, início da trajetória de mulheres que vivenciaram experiências de vida que transcenderam os limites dos papéis sociais culturalmente construídos – esposas, mães e donas de casa – e se inseriram no experienciar de novas possibilidades a que o cenário do espaço público poderia oferecer a

elas, uma vida pública¹⁷.

Reconhecendo as fragilidades, diante daquilo que March Bloch (2002) pontua como “ídolo das origens”, do campo escorregadio a que o historiador por vezes se arrisca a adentrar, o qual consiste em recorrer ao início de tudo diante daquilo que se pretende investigar, entendeu-se como necessária a análise, ainda que de maneira geral e relativamente sucinta, dos primórdios da constituição do que hoje se entende por Teresina, a capital do Piauí.

Tal escolha se compreendeu necessária pela pesquisa fazer parte de um programa de pós-graduação de outro Estado, mais precisamente no sul do país. Diante disso, é que se recorreu a uma abordagem, ainda que sucinta e geral, do cenário sobre o qual a pesquisa se propôs a tratar – Teresina.

Para adentrar na história de vida de mulheres que tiveram de alguma maneira suas construções sociais, culturais e para além disso, suas formações como sujeitas, trilhadas no cenário da cidade de Teresina-PI, se compreendeu como importante o recuo na História da cidade, a partir de alguns de seus aspectos mais gerais, de modo a se fazer entender o lugar sobre o qual a pesquisa trata.

Nisso, convém rememorar Certeau (1990), para pensar sobre a importância atrelada à diferença entre lugar e espaço, de modo que os indivíduos, em especial nesse estudo, as mulheres, foram remodelando formas de viver e socializar em uma sociedade, a partir de um contexto regional que, mesmo seguindo a ordem vigente, não deixaram de acrescentar os seus modos particulares que transcenderam os limites do imposto, alterando a cidade a partir da transformação dos lugares em espaços praticados.

À vista disso, o lugar é posto como a ordem, as convenções socializadas como naturais e que, ao serem estabelecidas, devem ser seguidas para uma sociabilidade harmoniosa. Desse modo, “um lugar é, portanto, uma configuração instantânea de posições. Implica uma indicação de estabilidade.” (CERTEAU, 1990, p. 201). Atrelando a perspectiva da pesquisa, o lugar seria aquele dedicado às mulheres na sociedade em um contexto privado e público. Diante da ideia de que se deve viver respeitando as normas estabelecidas para boa

¹⁷ Em fins do século XIX, as mulheres já iniciam sua presença e participação no espaço público, atraídas, principalmente pelo mercado de trabalho. Entretanto, ainda sob uma segregação sexual do espaço público. Existiam lugares praticamente proibidos às mulheres – políticos, judiciários, intelectuais e até esportivos... –, e outros que lhes são quase exclusivamente reservados – lavanderias, grandes magazines, salões de chá... na cidade, espaço sexuado, vão, porém, se deslocando, pouco a pouco, as fronteiras entre os sexos (PERROT, 1998, p. 37). A perspectiva empregada a vida pública de mulheres, nessa pesquisa, transcende os limites do que foi considerado em fins do século XIX. Ainda que diante de proibições, veladas ou escancaradas, as mulheres na segunda metade do século XX já iniciavam sua participação em espaços anteriormente inimagináveis para elas, sem deixar de considerar as continuidades, descontinuidades e o tempo que as mudanças levavam para acontecer de uma região para a outra.

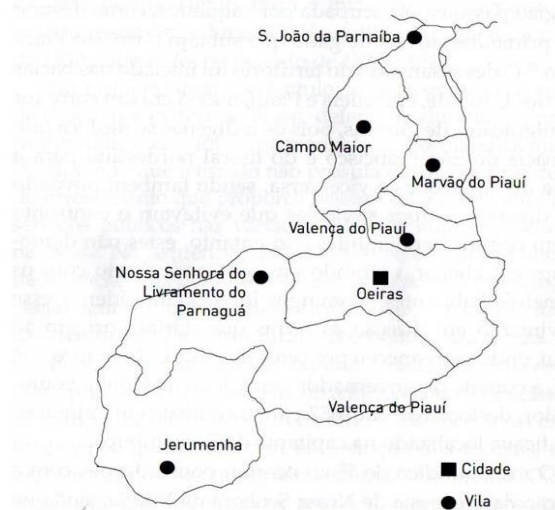
aceitação em coletividade, há aquelas que fogem aos padrões preestabelecidos e conseguem transformar os lugares em espaços praticados. A essas mulheres, durante muito tempo na História, foi dedicado o campo da invisibilidade. Contudo, esse terreno do invisível não gera mais sustentação às práticas conservadoras, se é que um dia gerou.

O espaço, compreendido como o encontro desse movimento desprendido no lugar, é avaliado pelo autor como “um lugar praticado. Assim a rua geometricamente definida por um urbanismo é transformada em espaço pelos pedestres.” (CERTEAU, 1990, p. 202). Portanto, o lugar sem as interações dos sujeitos é apenas um lugar comum, a partir do lugar como espaço praticado é que é possível sentir e pensar as transformações em sociedade. Posto isso, é visivelmente importante conhecer o lugar, no que concerne a estrutura de organização social, regional, política, econômica, mas, também, compreender as vivências de mulheres que em suas práticas desenvolveram transformações na cidade.

Teresina é capital do Piauí, Estado que se estende entre o arco descrito pelo rio Parnaíba e as montanhas pertencentes ao sistema nordestino do Brasil (NUNES, 2007). A primeira capital do Estado foi Oeiras, antiga Vila da Mocha. A mudança da capital do Piauí de Oeiras¹⁸ se mostrava um anseio de muitos, visível desde fins do século XVIII, dado a diversos fatores, dentre eles os considerados pelo então presidente da província do Piauí, Dr. José Ildefonso de Sousa Ramos, em 1844, apresentado à Assembleia Provincial, no qual pontuava que a capital deveria estar situada em um lugar salubre, abundante de água, aprazível, fértil e que pudesse oferecer vantagens em comunicações com toda a província. (FREITAS, 2020). No mapa que segue (Imagem 1), é possível visualizar a posição da antiga capital no Estado do Piauí.

¹⁸ “entre morros agrestes edificada” – é possível compreender que Clodoaldo Freitas estivesse, ao fazer uso dessa expressão, realizando uma menção ao soneto atribuído a Tomás Joaquim Pereira Valente, 1º conde de Rio Pardo, que administrou o Piauí entre 1844-1845, no qual vai constar, na primeira estrofe: “É cidade de Oeiras capital, / Em estéril terreno edificada, / E de agrestes montes rodeada, / Nada agradável, o seu local”. O soneto foi transcrito no jornal A Imprensa em agosto de 1885 (soneto, 14 ago. 1885, p. 4). [nota dos organizadores da obra “História de Teresina] (QUEIROZ; FERREIRA, 2020, p. 17).

Imagem 1 – Primeiras vilas e primeira capital do Piauí

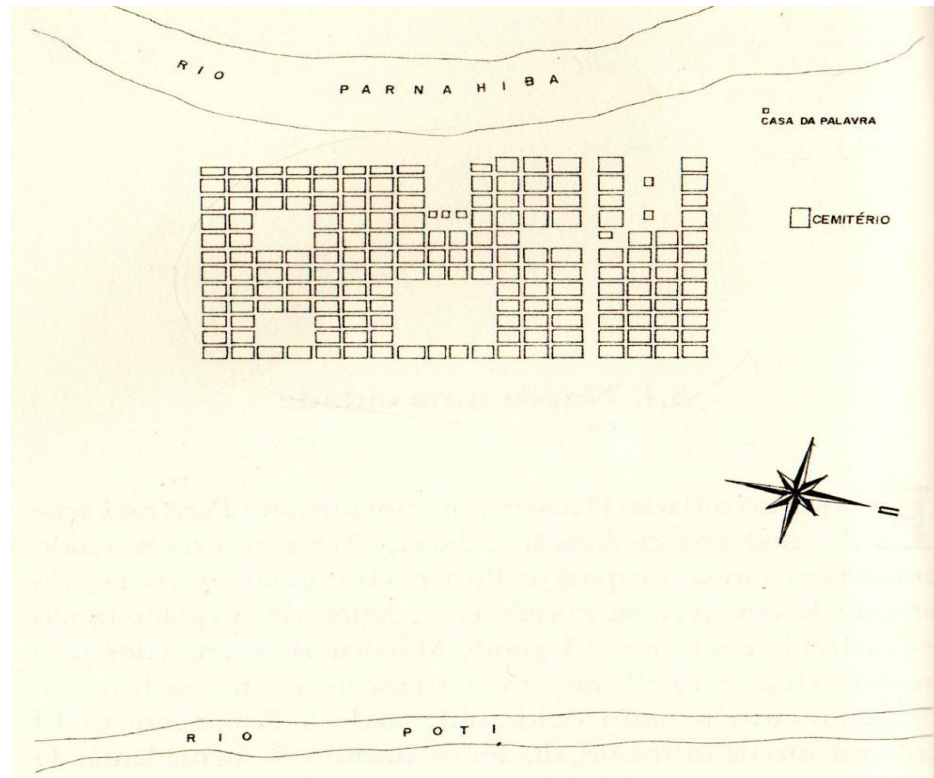


Fonte: BAPTISTA, João Gabriel. Mapas geo-históricos. Teresina: Haley, 1986, p. 32. Cópia da foto: Joseanne Marinho, 2018, p. 44.

Como pontua Joseanne Marinho (2018), a mudança da capital Oeiras para a região que daria origem à cidade de Teresina, no período compreendido pela primeira metade do século XIX, ocorreu em um cenário de intensa urbanização pelo qual passavam as principais cidades brasileiras. Inicialmente, o lugar escolhido para sediar a nova capital havia sido Vila Velha do Poti, contudo, o então presidente da província, José Antônio Saraiva, desiste da decisão, pois o lugar era sujeito às enchentes. Assim, surge a iniciativa de criar a Vila Nova do Poti, à margem direita do rio Parnaíba, onde seria construída Teresina¹⁹, cuja planta inicial (Imagem 2) se apresenta a seguir.

¹⁹ A defesa pela escolha do lugar era pontuada por “Um grupo de políticos progressistas liderados por Saraiva, de que era um lugar salubre, portanto, menos propício às epidemias [...] além disso, sua localização às margens do rio Parnaíba, possibilitaria o desenvolvimento da navegação, o que seria favorável ao incremento da comunicação e do transporte, o que deveria favorecer as relações políticas e comerciais com a corte.” (MARINHO, 2018, p. 46-47).

Imagem 2 – Planta da cidade de Teresina em 1852



Fonte: NASCIMENTO, Francisco Alcides do. **A cidade sob o fogo: modernização e violência policial em Teresina (1937-1945)**. Teresina: EDUFPI, 2015, p. 126.

No que tange à disposição arquitetônica da cidade de Teresina, esta teve seu traçado urbano projetado, inicialmente, a partir de ruas com um padrão de linhas retas, um plano rígido comparado a um tabuleiro de xadrez. Assim, a capital possui uma topografia leve, com acidentes naturais praticamente inexistentes (NASCIMENTO, 2015).

Portanto, instalada em 1852, feita a transferência da então capital Oeiras para Vila Nova do Poti, que viria a ser a atual Teresina, que nasce com o intuito de romper com as dificuldades de comunicação do Estado com as outras províncias do país, bem como diminuir a dependência econômica junto ao Estado vizinho, Maranhão. Nisso, Teresina nasceu a partir da ideia de modernidade, com a perspectiva de ruptura com o atraso. Capital planejada, erguida em um local centralizado do Estado, o que possibilitaria crescimento social e econômico a partir de suas condições de navegabilidade ofertadas pelo rio Parnaíba. (NASCIMENTO, 2011).

Ainda no decorrer do século XIX, em um cenário de busca por inovações em todo o panorama nacional, em que a então capital do país – Rio de Janeiro – estava influenciada pelos ares de modernidade europeus, o Piauí possuía essa busca por mudança, a partir da ideia de uma nova capital para o Estado que correspondesse melhor às expectativas com o novo, o

moderno. No Brasil, as mudanças ocorridas, sobretudo no Sudeste, a partir da abolição, assim como da separação de Igreja e Estado, foram fatores contribuintes para provocar uma crescente urbanização e mudança nos modos de vida (QUEIROZ, 1998). Seguindo a busca pela ideia de modernização da cidade, pode-se observar a fotografia que segue (Imagem 3), na qual se encontra a praça Rio Branco, no final da década de 1940, com seus jardins em estilo europeu.

Imagem 3 – Praça Rio Branco no final da década de 1940



Fonte: Museu Virtual da Imagem e do Som do Piauí.

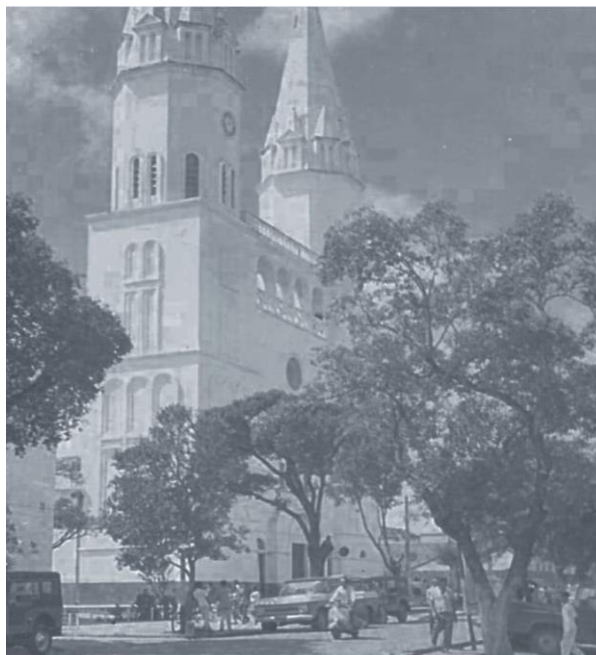
Contudo, o cenário que se encontra retratado na imagem não correspondia à realidade de todo o município, há que se considerar que se tratava do centro, o espaço em que os olhares dos administradores da cidade se concentravam, atendendo aos anseios de uma elite local. Teresina, no início do século XX, ainda se apresentava sob aspectos de pobreza, marcada pela existência de casas de palha na região central, o que em nada agradava aqueles que almejavam uma imagem mais moderna para a capital, dentre eles os legisladores, cronistas e visitantes, que observavam esse cenário de pobreza central com censura. Nessa mesma época, havia outros problemas, dessa vez, junto aos casebres instalados nos centros da cidade. Em períodos em que a chuva não surgia, algumas dessas casas eram devoradas pelo fogo²⁰, o que gerava uma situação de não moradia para aqueles que residiam naquela morada

²⁰ Diante da busca por ideias de modernidade para Teresina, surgia um forte desejo pelo desaparecimento das casas de palha da área central da cidade, pois não condizia com os anseios de modernização e higienização que rodeavam o município. O boom desses incêndios ocorreu no ano de 1940, ainda tratados como resultantes do calor aliado às condições físicas das próprias moradas. Contudo, no ano seguinte, os incêndios voltaram a

e a consequente desocupação daquele espaço social (NASCIMENTO, 2011).

A instalação da capital do Piauí em Teresina, portanto, trouxe como consequência a navegação a vapor do rio Parnaíba e a criação de outros povoados à margem do mesmo rio, como Porto Alegre, União, Santa Filomena, Uruçuí, dentre outros. Assim, Teresina situa-se em local denominado Chapada do Corisco, terreno que compreende de norte a sul, um quarto de légua para cada lado, havendo como centro a igreja do Amparo (Imagem 4), e de leste a oeste o espaço que compreende os rios Parnaíba (Imagem 5) e Poti (Imagem 6) (FREITAS, 2020).

Imagem 4 – Igreja Nossa Senhora do Amparo no início da década de 1970



Fonte: Museu Virtual da Imagem e do Som do Piauí.

Imagem 5 – Rio Parnaíba final dos anos de 1970



Fonte: Museu Virtual da Imagem e do Som do Piauí.

Imagem 6 – Rio Poti no ano de 1988



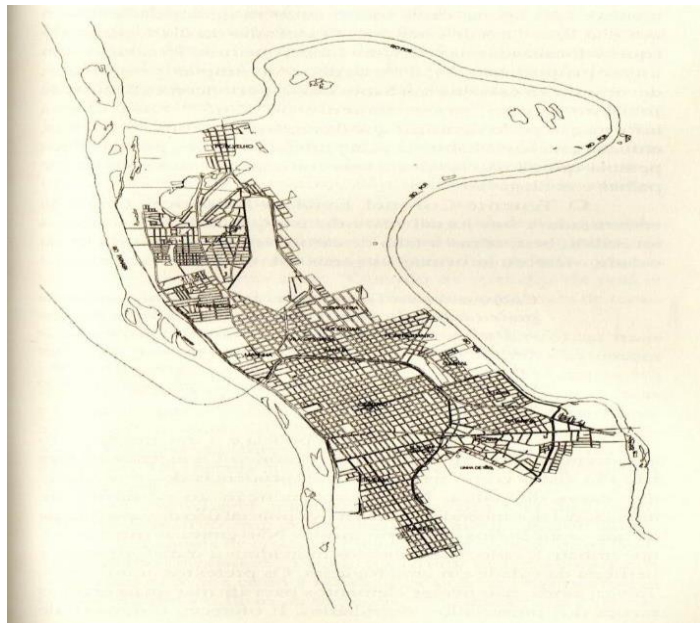
Fonte: Museu Virtual da Imagem e do Som do Piauí.

A primeira imagem se refere à igreja de Nossa Senhora do Amparo, a primeira que teve Teresina, situada na rua Rui Barbosa, centro da cidade. Compreendida, portanto, como o

marco zero da cidade. Na segunda imagem, encontra-se o rio Parnaíba que, dentre outras características, divide a cidade de Teresina-PI e Timon-MA, as quais se ligam pelas três pontes existentes na atualidade, a saber: ponte João Luiz Ferreira, popularmente conhecida como ponte metálica; ponte Presidente José Sarney, mais conhecida como ponte da amizade; e, por fim, há a ponte engenheiro Antônio Noronha, a qual é chamada de Ponte Nova. Por último, há a Imagem 6, em que é possível visualizar uma imagem panorâmica da ponte Juscelino Kubitschek, algumas casas de palha e o rio Poti.

Pensar a criação de três pontes para ligação de uma cidade e outra – Teresina-PI a Timon-MA – é importante para compreender ainda alguns aspectos que permeiam a presente pesquisa. Como já mencionado anteriormente, algumas das colaboradoras do estudo caracterizam-se, também, por serem nascidas em Teresina-PI e habitarem em Timon-MA, as quais compreendem muitas de suas sociabilidades oriundas da cidade de Teresina. Aqui convém compreender a relação estreita entre os dois municípios, nos mais variados sentidos, econômicos, políticos, sociais, habitacionais, profissionais, educacionais, dentre outros, e a perspectiva de Timon sendo entendida como pertencente a grande Teresina, o que pode ser melhor visualizada no mapa que segue:

Imagem 7 – Cidade de Teresina no ano de 1941 (divisão por bairro)



Fonte: NASCIMENTO, Francisco Alcides do. **A cidade sob o fogo**: modernização e violência policial em Teresina (1937-1945). Teresina: EDUFPI, 2015, p. 233.

Timon-MA se situa à margem esquerda do rio Parnaíba, como pode ser visto no mapa. Atualmente, segundo dados do IBGE cidades, pautados pelo censo de 2022, a cidade

maranhense possui uma população de 174.465 habitantes, possuindo fronteira entre as cidades de Caxias, Matões e a capital do Piauí – Teresina. A forte ligação com a capital vizinha possibilitou ao longo do tempo o seu relativo crescimento socioeconômico, bem como as fortes relações educacionais e profissionais entre moradores de ambas as cidades.

As urbes são marcadas pela concepção de cidades irmãs durante o fim do século XIX e início do século seguinte, baseadas pelo processo de formação no que diz respeito às relações sociais e comerciais. Contudo, em fins da primeira metade do século XX, as diferenças entre as duas cidades foram se mostrando mais acentuadas, uma vez que a capital do Piauí – Teresina – foi ganhando melhoramentos urbanísticos no tocante a ruas calçadas, transporte público, água canalizada, iluminação pública, dentre outros aspectos arquitetônicos, o que não foi seguido pela cidade do interior do Maranhão – Timon (SANTOS, 2007).

A aproximação com a cidade de Teresina também gerava oportunidades de acesso a maiores níveis educacionais para aquelas e aqueles que residiam no município de Timon, uma vez que Timon, até a década de 1960, ainda era constituída hegemonicamente sob aspectos rurais, sem muita diferença entre campo e cidade. Desse modo, não seguindo o curso de modernização que Teresina ia desenvolvendo ao longo do século XX, o que antes eram consideradas cidades irmãs, na década de 1980 já se instaurava uma outra concepção, a de Timon como a prima pobre da capital piauiense. (SANTOS, 2007).

Ainda que Teresina tenha avançado no sentido modernizador no decorrer do século XX, o sonho de progresso para o Estado do Piauí, sobretudo a partir da capital Teresina, foi se tornando cada vez mais distante do imediato, partindo para um processo de décadas, o qual possuiu grandes avanços no decorrer da segunda metade do século XX, com a instalação de universidades, abertura e maior acesso do público feminino a níveis de escolarização e profissionais.

Trilhando os caminhos de meados da década de 1970, a capital Teresina era representada a partir de uma perspectiva de cidade que se modernizava, encontrando-se em constante transformação, e que levaria o Estado a um patamar semelhante ao de grandes capitais do país. Todo esse imaginário se prolongou, gerando um processo migratório cada vez mais crescente na busca de uma melhoria de vida e crescimento profissional. (FONTINELES, 2016).

Ligado a esse movimento de busca por modernização da capital, e consequente ideário de prosperidade posto à sociedade da época, é que a cidade de Teresina foi possuindo uma população cada vez maior, o que é possível visualizar nos dados fornecidos por Alcides Nascimento (2021, p. 21) “Em 1950, a população total de Teresina era de 90.723 habitantes.

Já na década de 1970 ela tinha saltado para 363.666 habitantes. O censo demográfico de 1980 indica que moravam na cidade 538.294 pessoas.”.

A expansão demográfica, vivenciada por Teresina na segunda metade do século XX, ocasionou problemas sociais, especialmente relacionados à moradia, o que acarretou o aumento da ocupação de espaços na periferia da cidade. Embora por volta da década de 1970 já fosse possível visualizar a criação de conjuntos habitacionais para atender a população menos abastada que chegava do interior do Piauí, ou mesmo de outros Estados, ainda não era suficiente. Todo esse processo de expansão da cidade e criação de conjuntos habitacionais foi intencional e não puramente em favor dos menos favorecidos, havia interesses na retirada dessa população das zonas mais centrais do município, sob a perspectiva de uma modernização autoritária e higienização dos espaços (FONTINELES; SOUSA NETO, 2017).

Outro ponto de análise sobre a cidade de Teresina que se fez importante, nesse momento já articulado em alguma medida com as falas das colaboradoras, foi relacionado ao que era o movimento feminista vivido no município.

No processo histórico existiram mulheres que lutaram por igualdade e autonomia, mesmo diante dos momentos mais repressivos para elas, ainda que não estivessem organizadas a partir de movimentos em defesa dos direitos femininos. Somente a partir da organização, convencionalmente nomeada pelas bibliografias por ondas²¹, é possível analisar de maneira mais sistematizada esse processo, embora não haja como definir o início e fim de um período apenas por um acontecimento. Compreendendo como conveniente entender um pouco desse processo diante de diversos direitos femininos, inclusive o de não ser mãe e não ser questionada por essa escolha ou impossibilidade, é que buscar-se-á caminhar pelas trilhas dos movimentos feministas.

Entendido como primeira onda do movimento feminista, o marco temporal parte do fim do século XIX até a primeira metade do século seguinte, iniciado no Reino Unido e nos Estados Unidos. As feministas da primeira onda problematizavam a sua restrição ao espaço privado, além da imposição de papéis de submissão. As reivindicações que mais se destacaram nesse período foram o direito de participação feminina na vida política e econômica da sociedade, havendo no sufrágio a pauta central. Cabe considerar que essa primeira onda do movimento feminista era organizada por mulheres brancas. Nisso, cabe refletir que as mulheres negras, embora não estivessem junto a esse movimento organizado e

²¹ O termo “onda feminista”, segundo Jacilene Silva (2019, p. 7), “se refere ao tempo histórico em que houve efervescência acentuada de determinadas pautas e problemáticas das mulheres que agiam e tomavam a frente dos debates.”.

ainda buscassem seu reconhecimento como sujeitas, houve mulheres negras que revolucionaram e estavam reivindicando seus direitos no mesmo período da primeira onda. Destaca-se o discurso *Ain't I A Woman?* – em português se traduz para “Eu não sou uma mulher?” – proferido na *Women's Convention* em Akron, Ohio, no ano de 1851 pela ex-escravizada, abolicionista e ativista dos direitos das mulheres, Sojourner Truth, Nesse discurso, Truth pontua que a cultura dos Estados Unidos colocava as mulheres brancas diante de alguns cuidados e privilégios em detrimento das mulheres negras, tais como o trabalho fora de casa, entendendo a mulher negra como aquela que possuía aptidões para o trabalho fora do lar diante de funções duras e resistência física (SILVA, 2019).

No rol das colaboradoras da pesquisa, há uma diversidade de raça e camada social. Das treze colaboradoras, apenas três se identificam como brancas, nove como pardas e uma como negra. Oito delas são de camada média ou compactuam com valores desse setor da população, e cinco se identificam como pertencentes à camada baixa. Portanto, esses dados, diante dos setores sociais a que as mulheres participantes da pesquisa pertencem, se relacionam com essas lutas feministas que abrem caminhos a novos modos de pensar as pautas das mulheres a partir das diferenças sociais e raciais, uma vez que as participações das mulheres em sociedade são múltiplas e possuem suas especificidades a partir de cada contexto.

Seguindo ainda Jacilene Silva (2019), no Brasil, o movimento feminista ganhou efervescência no início do século XX, em 1932, com a conquista do direito ao voto feminino. Por volta da década de 1950, tem-se os primeiros passos da segunda onda do movimento. O marco desse período foi a publicação de *O Segundo Sexo*, de Simone de Beauvoir, em 1949. Aqui iniciam-se as distinções entre sexo e gênero, entendendo o primeiro como uma característica biológica e a segunda como uma construção cultural. A principal reivindicação das feministas da segunda onda estava em torno da crítica prática e teórica da condição feminina vigente, ou seja, a busca da superação da opressão sofrida por elas sob a ótica de que eram incapazes.

A terceira onda, marcada pelo recorte das décadas de 1980 e 1990, evidenciou novas questões, trouxe novas mulheres, lésbicas, da classe trabalhadora, negras. Elas deram início a um feminismo identitário, no qual entendiam que as diferenças de classe, raça/etnia e sexualidade interferiam nos modos de opressão vividos por cada mulher. Por fim, a quarta onda do movimento feminista ainda está sendo vivenciada. Caracterizada pela presença da articulação do movimento pelas plataformas de redes sociais, na propagação de que a igualdade entre os sexos ainda não é uma realidade (SILVA, 2019).

Como afirma Celi Pinto (2003), o feminismo não se trata de um movimento popular, e a sua difusão entre a camada popular vai ocorrendo ao longo de sua trajetória de maneira estratégica diante de seus aspectos políticos. Os feminismos se difundiram de maneira mais naturalizada junto à intelectuais, mulheres que compunham um setor privilegiado e erudito da sociedade. Em sua maioria, eram professoras ligadas aos cursos de ciências humanas.

Diante disso, e aliado às respostas de grande parte das entrevistadas perante a pergunta sobre o seu conhecimento e ligação com os movimentos feministas, é possível perceber que até hoje as pautas e teorias sobre os movimentos não se encontram acessíveis a todos os públicos. Ao responderem sobre essa pergunta, algumas falas se deram enredadas a causas trabalhistas no sentido sindical da categoria, como foi com Ágata, quando relembra que:

Assim, o que eu tive... Em relação... Por exemplo, se tinha greve de professores. Já quando eu já era formada. Eu estava dentro da greve. Sempre participei daquilo ali. Porque era uma luta nossa. Que a gente queria conseguir... Era por um salário melhor. Era uma vida melhor. Era... Melhores condições de trabalho. E para a escola também. E eu sempre lutei por isso. Eu era assim. De cabeça de estar em... Na greve, eu estava lá no meio. Na porta do Karnac. Tudo isso. Falar com o governador. Que a gente tem. Não vou citar o nome dele. Eu sempre fiquei... A frente. Sempre gostei de estar (ÁGATA – primeira geração, 2022).

Essa memória de Ágata torna visível que o seu entendimento sobre o movimento feminista ainda estava muito voltado apenas às causas trabalhistas, e mesmo assim sob uma perspectiva equivocada, pois o sentido traduzido por ela não foi das diferenças salariais entre homens e mulheres, por exemplo, mas sim da categoria professor como um todo. Outras respostas enveredaram diferentes caminhos, como foi o descrito por Ametrino:

não, sabe?! Eu só ouço falar, as vezes ligo a televisão, vejo... às vezes eu acho tão radical, acho que elas são muito... eu vejo assim, não sei, porque não estou muito... Mas às vezes eu vejo, não preci... eu acho assim, que a mulher, ela tem o lugar dela, não é que ela vai ficar, né, inferior aos homens porque não está, né, [...] a gente sabe que tem essa... né, essa competição, às vezes assim, mas as vezes eu acho que elas são muito radicais, eu acho, assim, meu pensamento... tem umas que vão assim até assim ao extremo né, assim, aquela coisa... acho que não vejo necessidade... para isso não. Então eu... eu observo... (AMETRINO – segunda geração, 2022).

A perspectiva enredada por Ametrino esclarece que ela não possui conhecimento sobre o movimento, mas, pelo pouco que tem acesso diante do assunto, o entende como negativo. Esses dois relatos revelam o quanto o conhecimento sobre as verdadeiras causas, atuações e conquistas realizadas através dos movimentos feministas, ao longo da História e sua importância para a sociedade em geral, sobretudo para as mulheres, necessita acessar as

camadas mais populares da sociedade. Ainda é necessário se fazer conhecer de verdade, apagando o caráter depreciativo que muitos segmentos impõem sobre.

Essas falas também são reveladoras quanto ao cenário da pesquisa. O conhecimento sobre os feminismos na cidade de Teresina ainda é limitado. Em Teresina, segundo pesquisas realizadas por Elizângela Cardoso (2014), desde o final do século XIX intelectuais da capital já tomavam conhecimento sobre ações feministas de mulheres que estavam em curso na Europa, nos Estados Unidos e em algumas cidades do Brasil, e já se tornavam atentos ao tema dos feminismos. Mais uma vez a discussão em torno dos feminismos esteve restrita a um setor privilegiado da sociedade, quando em Teresina a escrita sobre o assunto se deu a partir de um conjunto de mudanças que atravessavam a vida de parte das mulheres pertencentes às camadas alta e média, nas primeiras décadas do século XX. Foi um momento em que mulheres desses setores sociais estavam saindo do espaço privado e de seus papéis tradicionais, organizando uma esfera pública feminina. Acesso à leitura, lazer, educação, trabalho e escrita começava a fazer parte do universo de aspirações e experiências femininas.

Nalva Rodrigues (2008), ao analisar a participação feminina teresinense na política e os movimentos feministas, consegue perceber que as mulheres teresinenses que iam se incluindo nos movimentos sociais e na política institucionalizada no decorrer da segunda metade do século XX, não se identificavam como feministas, mas como defensoras de pautas femininas. Esse fato dava-se em virtude das notícias que chegavam ao Estado do Piauí através dos jornais, o que em muito resultava em opiniões distorcidas. Tal afirmação é corroborada com as narrativas de algumas das entrevistadas que falaram sobre sua relação e entendimento com os movimentos feministas, como foi com Ametrino, pertencente a segunda geração, o entendendo de maneira distorcida através das informações que chegavam até ela através dos meios midiáticos.

É imprescindível fugir do tom generalizante, haja vista que houve mulheres diversas em todo curso histórico, e que em meio a esse contexto de construção e imposição ao ideal de mulher mãe, houve aquelas que desviaram do caminho entendido como natural. Aqui encontram-se as mulheres participantes desse estudo que, apesar de não se encontrarem ligadas às teorias dos movimentos feministas, foram em certa medida transgressoras de sua época. Possuindo como característica comum a não maternidade biológica, essas mulheres foram significando suas vidas de diversas maneiras, em que a inexistência da maternidade biológica foi vivida por causas diferentes.

Elencou-se como parte necessária na pesquisa essa breve abordagem diante de alguns acontecimentos para implantação da estrutura do que viria ser a capital do Piauí, recorte

espacial do estudo. Como visto, a cidade passou por muitas transformações ao longo de sua História, importantes para situar de onde está se falando. Vale mencionar que aspectos em torno do município serão retomados à medida que se fizerem necessários ao longo do texto, sobretudo mais especificamente relacionados ao recorte temporal da pesquisa.

2.2 MEMÓRIAS DE UMA INFÂNCIA: VIVÊNCIAS E SOCIABILIDADES EM TERESINA-PI

Terça-feira, 3 de maio de 2022. Foi o primeiro contato com o centro de convivência Marly Sarney²², localizado na rua Jonatas Batista, em Teresina-PI. A aproximação com mulheres pertencentes à geração das nascidas durante a década de 1950 foi particularmente mais complexa pela falta de proximidade e conhecimento com tal público que contemplasse os requisitos para contribuição na presente pesquisa. Diante disso, buscou-se a realização do mapeamento desse grupo de colaboradoras a partir de um ambiente de efetiva participação de mulheres pertencentes a essa faixa etária.

Cabe ressaltar que a positiva receptividade junto a gestão do centro foi de suma importância para que fosse viável a proximidade com as então possíveis colaboradoras do estudo. O coordenador do órgão público realizou o contato prévio com as mulheres participantes do local que, nascidas durante a década de 1950, não haviam desenvolvido a maternidade biológica, explicando sobre os objetivos da pesquisa. Partindo disso, foi disponibilizado o contato das senhoras para a responsável pelo estudo, o que tornou possível o diálogo inicial para melhor compreensão do que realmente se tratava a pesquisa, bem como se daria a colaboração destas. Posteriormente, foram marcados os encontros presenciais para a produção da entrevista na residência de cada uma delas.

Convém refletir que nesse período, compreendido entre os anos de 1950 e 1970, a condição feminina em Teresina era caracterizada por diversos marcadores sociais. O casamento e a maternidade ainda eram vistos e propagados como condições essenciais para a vida das mulheres em sociedade, e aquela que não atingisse tais requisitos era considerada como não tendo havido alcançado a forma de realização feminina. Portanto, a situação de solteira era vista de maneira negativa. Os valores dominantes ainda disseminavam como incompatíveis as funções de casamento, profissão e filhos.

²² Como já explicado anteriormente, na introdução, o contato com as pertencentes a primeira geração – nascidas no decorrer da década de 1950 – só foi possível através da aproximação com o centro de convivência Marly Sarney.

Desse modo, a travessia vivenciada pelas mulheres colaboradoras desse estudo, e outras tantas mulheres nascidas no decorrer da segunda metade do século XX em Teresina, foi do espaço essencialmente privado para a conciliação dos espaços público e privado – o que ainda gera dupla jornada de trabalho para as mulheres e conseqüente sobrecarga – ou o distanciamento de papéis tradicionais femininos, na medida em que algumas, a maioria das participantes da pesquisa, permaneceram solteiras (CARDOSO, 2012).

No final da década de 1950, mais precisamente no ano de 1957, iniciou o processo migratório das senhoras pertencentes as gerações das décadas de 1950 e 1960 – retratadas nesse tópico –, para Teresina- PI. Primeiro, com a chegada de Aragonita que, nascendo no interior do Maranhão, chega à capital do Piauí aos quatro anos de idade, seguida de Berilo, natural de uma cidade do interior do Piauí, que migra para a capital em 1968, também aos quatro anos de idade. O processo migratório seguiu com a ida de Calcedônia em 1970, aos 18 anos de idade, e Ágata em 1973, com 17 anos.

Portanto, as mulheres colaboradoras desse estudo possuem uma vivência e construção cultural e social nas terras teresinenses que se encontram para além das décadas de 1950 a 1970, pois a construção como sujeitas no curso da história de suas vidas caminha para mais, delimitada nessa pesquisa pelo marco temporal da segunda metade do século XX.

Esse foi um período em que se pode destacar o processo de expansão do comércio na cidade, bem como do território urbano, havendo a construção de diversos conjuntos habitacionais, e a ocupação da zona leste pela classe média, acrescido do processo de desocupação do centro da cidade (FAÇANHA, 2003).

Em se tratando dos espaços de sociabilidade e lazer em Teresina, por volta da década de 1970, já era possível encontrar uma cidade repleta de bares, restaurantes, teatro e cabarés. Em meio a esses circuitos de lazer existentes na capital, iam se moldando modos e características que buscavam definir o público a pertencer a cada ambiente a partir de distinções políticas, ideológicas e econômicas. Portanto, as sociabilidades possíveis a partir desses espaços públicos possibilitavam aproximações. Essa década na cidade evidenciava, a partir das possibilidades surgidas nas noites da cidade, a já busca pela ruptura com certos padrões normatizados, envolvidos ao corpo como político, o papel social do indivíduo, as relações homem e mulher na sociedade e o próprio sexo (SILVA; MOURA, 2020).

Todas as mulheres nascidas durante a década de 1950 e que são colaboradoras desse estudo são oriundas de cidades do interior do Piauí e Maranhão, e ao se encontrarem em fase de adolescência ou mesmo ainda na infância passaram a viver na capital do Estado do Piauí, Teresina.

No que concerne às mulheres pertencentes a geração da década de 1950, os encontros foram marcados e desmarcados algumas vezes por parte delas, pois ambas costumavam passar boa parte dos seus fins de semana nos sítios com familiares e amigos. A primeira a confirmar o encontro foi Ágata. O primeiro contato pessoalmente, depois de algumas conversas pelo celular, já foi marcado por um diálogo especialmente íntimo e particular. A ideia que ficou visível foi de que ela ainda não teria parado para pensar a sua condição de mulher não mãe, pois somente imaginava-se desenvolvendo a maternidade biológica a partir do matrimônio, dado aos moldes culturais em que foi educada, o que ficou evidente quando indagada se ela acreditava que o desenvolvimento de sua profissão teria se constituído como um fator de interferência para que ela se tornasse mãe, ela relatou “Que só quem tinha filho quem tem... Quem casasse, né? Até muito tempo, eu tinha isso em minha cabeça. E eu dizia. “Eu não quero casar.” “Por isso, eu não quero ter filho.” (ÁGATA – primeira geração, 2022).

A fala de Ágata refletiu uma visão não singular, mas plural, em meio às mulheres daquela geração – nascidas no decorrer da década de 1950. Se Ágata não possuía o desejo de desenvolver o matrimônio, era uma consequência natural não pensar na ideia de gerar um filho. Não se casar e, portanto, não ter filhos, era a regra, exceção seria o contrário. A colaboradora, então, estava cumprindo o que a sociedade esperava dela como mulher. Nisso, convém rememorar Ricouer (2007), tomando por base a compreensão de que a História Oral é capaz de reunir múltiplas temporalidades, de modo que as lembranças rememoradas pelas entrevistadas tornaram possível compreender os significados que elas atribuíam a vivências ao longo de suas vidas e de como elas foram compreendendo o mundo e as formas de ser/estar em sociedade.

A isso, é pertinente analisar o conceito explorado por Bourdieu (2007), *habitus*, relacionado à perspectiva posta como natural exposta por Ágata, de que a maternidade só seria ou, pelo menos, só deveria ser uma realidade a partir do casamento. O *habitus* vem como o cumprimento de uma função social esperada pelas mulheres da época, em que “é esta espécie de sentido do jogo científico que faz com que se faça o que é preciso fazer no momento próprio, sem ter havido necessidade de tematizar o que havia que fazer, e menos ainda a regra que permite gerar a conduta.” (BOURDIEU, 2007, p. 23).

Tal perspectiva pode ser incorporada a visões relativas ao campo científico, como também a vida cotidiana diante de suas dimensões culturais. Pensar, questionar sobre uma realidade que está naturalizada, e muito mais, transcender aos limites impostos a ela é um processo longo, permeado por continuidades, descontinuidades e rupturas. Em se tratando

aqui do processo específico da condição de mulher não mãe, em que ser solteira e escolher gerar um filho seria causa de uma condenação social, fez e ainda faz parte de uma mudança social que gerou e ainda gera conflitos com determinados valores sociais e culturais.

Desse modo, a mudança desse *habitus*, o qual era entendido como parte de uma mulher virtuosa, vai sendo modificado aos poucos, a partir de diversos fatores, sejam as mulheres que optaram por enfrentar os preconceitos sociais diante de uma mulher-mãe solteira, ou mesmo junto àquelas que não possuíram escolhas diante da chegada de uma gestação indesejada, ou ainda por mulheres como Ágata, que não se casaram e por isso não tiveram filhos. Outro contribuinte foram as discussões em torno do feminino, as próprias lutas acadêmicas diante das discussões teóricas, e da própria comunidade na busca pela existência visível de mulheres dentro de uma sociedade que deve ser igualitária.

As mulheres pertencentes à primeira geração falaram muito. Apesar da diferença de idade entre elas e a pesquisadora, elas não mediram palavras para narrar suas vivências. Considera-se como fator relevante o fato de a responsável pela pesquisa não ter vínculo com nenhuma das mulheres, o que pode ter se feito de mobilizador para que elas sentissem segurança em falar. Entretanto, junto a algumas das mulheres nascidas durante as décadas de 1960 e 1970 houve maiores reservas ao falar do vivido, ao rememorar suas histórias de vida, sendo algumas colaboradoras, mais objetivas nas respostas e sem a demonstração de muitas emoções. Desse modo, houve pluralidade nas formas como as mulheres se sentiram ao rememorar vivências por vezes tão íntimas de seu passado. Ao escolher a abordagem da história de vida, se faz imprescindível a relação de confiança entre pesquisador e colaborador ou colaboradora. Desse modo:

Há um caráter terapêutico nesse método e ético; uma dimensão interventiva, inscrita na escuta oferecida pelo pesquisador e no fato de que contar a história é recriá-la, é produzir uma leitura sobre as experiências vividas, produzir ressignificações e produzir uma escrita. O sujeito narrador da história não se limita, assim, a ser um “objeto” de pesquisa (NOGUEIRA Et Al, 2017, p. 469).

As colaboradoras dessa pesquisa, portanto, são primordiais para a produção da escrita desse texto, entendido como um processo permeado pela parceria da pesquisadora a partir de sua escuta atenta, em primeiro lugar, e das mulheres não mães que narraram suas histórias. Apesar de a pesquisadora não possuir vínculo anterior com as entrevistadas, foi possível vivenciar uma relação de confiança no momento da entrevista, ainda que diante do primeiro contato pelo telefone tenha havido algumas reservas por parte de algumas das mulheres, entre todas as gerações, na busca de compreender melhor do que se tratava o estudo, ou mesmo sobre o que elas precisariam falar. Tais reservas foram quebradas por boa

parte do grupo de entrevistadas no momento da entrevista, em que as pertencentes à década de 1950 se destacaram sob uma recepção calorosa, de muito afeto e disponibilidade para com a pesquisadora.

Ágata destacou-se no que diz respeito às emoções ao narrar sobre infância, ponto importante de iniciação do diálogo desenvolvido com as mulheres participantes do estudo, haja vista a importância de compreender suas construções formativas para analisar suas histórias.

Ágata, ao recordar sobre sua meninice, falou de maneira latente de seu pai, relembando de forma amorosa a relação da mãe e do pai para com ela, mas enfatizando o amor e a afinidade com seu pai. Quando indagada sobre sua infância e quais lembranças ela possuía de sua infância, ela expõe:

Ah, as lembranças na infância é exatamente isso que eu estou dizendo. A convivência que eu tive com o meu pai... Com minha mãe que foi mais isso assim, né? Do jeito dela. Quando a gente ia para a aula. Que ele deixava a gente em União [Ágata e seus irmãos e irmãs foram levados para outra cidade, chamada União²³, para estudar, onde ficaram até o então magistério, hoje compreendido como Ensino Fundamental, em que Ágata ficou até 1973], eu chorava dizendo que queria morar com ele no interior. Que eu não queria estudar. Que eu queria ser era burra mesmo. Mas, era porque eu queria está colada com ele, né? Eu até dormia. Dormia junto com ele. Eu era muito ligada com ele. Muito. Muito. A minha mãe, eu já não era muito assim, daquele chamego. De estar abraçando. De estar beijando. Não era. Porque eu tinha medo, né? De estar abraçando. De estar beijando. Não era. Eu já vim fazer isso depois que ela estava acamada [a mãe de Ágata passou dezesseis anos acamada]. Mas, o meu chamego era com meu pai. De estar abraçando, beijando. Era o meu pai e ele saía no cavalo, eu montava na garupa e ele me levava. Então, era assim. Eu me lembro demais desse tipo de coisa assim. Foi. Minha vida foi assim. (ÁGATA – primeira geração, 2022).

Ágata teve em sua vida a figura de um pai amoroso. Diante disso, um ponto de análise ligou-se ao fato de que, mesmo possuindo, à luz de suas memórias, um referencial familiar compreendido como positivo, ela não chegou a desenvolver o matrimônio, nem mesmo cogitou a ideia de ter filhos. Portanto, o fato de uma vida conjugal e familiar observada como harmoniosa na vida de seus pais não se constituiu como mobilizador ou fator de interferência para Ágata em suas escolhas junto à sua vida privada.

Vale lembrar o contexto social que Ágata estava inserida. Havendo nascido na segunda metade da década de 1950, ela teve sua fase reprodutiva por volta da década de 1970, um período de já grandes transformações na vida das mulheres. A família dos anos 1970 “foi

²³ Cidade do interior do Piauí, situada a 64 km da capital Teresina. Segundo dados do IBGE cidades, referentes ao último censo, 2022, tem uma população de 46 mil 119 pessoas. *População no último censo* IBGE, Censo Demográfico 2022.

resultado dos desencontros entre conservadorismo e desejo de liberdade”. (DEL PRIORE, 2020, p. 204). Ainda seguindo a mesma autora, compreende-se que esse foi um período em que a autofelicidade passou a vir a frente dos cuidados entre os cônjuges ou mesmo com membros da família. Passou a existir uma ordem diferente das prioridades femininas. Vieram o eu, depois o você e, bem mais longe, eles.

Ágata viveu sua juventude em uma temporalidade histórica em que a mulher iniciava fortemente o caminho rumo a sua emancipação. Embora o casamento e a maternidade já pudessem se configurar a partir de escolhas, colocadas cada vez mais no campo do adiamento ou mesmo da inexistência, esse fator se mostrava mais preponderante junto aos grandes centros urbanos. Teresina, uma cidade de população constituída em grande parte por pessoas vindas do interior, e com forte apego ao catolicismo, ainda caminhava a passos lentos em meio a essas mudanças já visíveis no contexto nacional. Contudo, houve mulheres como Ágata, que mudavam as trilhas do que era considerado destino social para elas, o casamento e a maternidade, em que a escolarização em maior nível e a profissionalização já vinham como objetivos centrais em suas vidas. Assim, “Enfim, a modernidade parecia dispensar o casamento e a família de sua função histórica: garantir a sobrevivência da espécie.” (DEL PRIORE, 2020, p. 200).

A lembrança positiva da colaboradora referente a seu pai seguiu de maneira recorrente em alguns pontos da entrevista. Quando indagada como era a sua relação com seu pai, Ágata se emocionou, chegando a chorar, meio tímida, e ainda envergonhada por demonstrar um choro a alguém na qual ela não possuía tanta intimidade, revelado na sua fala:

Eu acho difícil falar do meu pai [Choro de emoção] meu pai faz muitos anos que ele faleceu, mas é como se fosse assim... Hoje, sabe? Eu não tenho assim... Era um paizão mesmo. [...] então, por isso que eu [Choro de emoção] você tocou nesse assunto. Você desculpa aí, mas... (ÁGATA – primeira geração, 2022).

A rememoração e desejo de narrar sua constituição familiar de maneira positiva seguiu durante toda a entrevista. Ágata migrou para Teresina junto com os irmãos e irmãs para estudar, no ano de 1973, mas os pais continuavam morando na fazenda da família em Miguel Alves²⁴, apesar de sempre estarem visitando os filhos em Teresina. Como mesmo relembra Ágata, os irmãos foram casando-se e saindo da casa da família, uma vez que a casa da família – situada em um espaço central da cidade de Teresina – rua Rui Barbosa, bairro Matinha – ficou para as irmãs que não se casaram. Assim, tem-se a ideia das irmãs solteiras

²⁴ Cidade do interior do Piauí, situada a 117 quilômetros da capital. Possui uma população, segundo dados do último censo 2022, de 32 mil e 150 pessoas. *População no último censo*: IBGE, Censo Demográfico 2022

como desamparadas, aquelas que necessitavam de olhar mais atencioso por parte da família, restando no lar apenas Ágata, a irmã, que também não chegou a se casar e não teve filhos, e a sobrinha, de quem hoje em dia Ágata é tutora, pois sua irmã – mãe adotiva da sobrinha – faleceu. A sobrinha é diagnosticada com esquizofrenia, e todos os cuidados para com a sua saúde ficam a cargo de Ágata. Portanto, a entrevistada desenvolve uma função materna em tempo integral.

Reforçando a ideia de união familiar junto aos seus, Ágata enaltece a relação com seus irmãos, 14 no total, sete homens e sete mulheres:

[...] a relação com meus irmãos. Meu Deus do céu. Os meus irmãos sempre foram bons. É tão tal que até hoje mesmo... Eu sou aposentada. Só mora aqui, eu. Aquela ali. A filha da minha irmã, que faleceu, mas eu levo ela, né? Eu que cuido dela, eu que sou... A tutora dela. E é só eu, ela e outra irmã. [...] E assim, meus irmãos sempre... Nunca deixaram de estar aqui. Todo final de semana. Se a gente vai para o interior. Vai um final de semana e outro não. Eles levam a gente para lá, né? Eu não dirijo. Ela não dirige e nem a outra. Mas, eles passam aqui e levam a gente. Porque a nossa vida foi sempre assim, os irmãos eram muito unidos. Quando tem algum problema na família. Financeiro, ou de doença, qualquer coisa... Estão os irmãos ali todos para ajudar. O que ganha mais contribui com mais. O que ganha menos contribui com menos. E é tão tal que minha mãe morreu em cima dessa cama. Ela usava fralda e os medicamentos dela eram muito caros. E eles tinham uma mesada dela de sustentar a casa. De médico, de tudo. Tudo médico particular. Os exames particulares. E você acredita que até hoje, eles nunca deixaram de dar. Continuam dando. Todos os meus irmãos. E as vezes eu dizia. “Não precisa.” Mas, eles davam. (ÁGATA – primeira geração, 2022).

Esse ponto se mostrou de destaque na narrativa de Ágata, que buscava deixar evidente a boa relação que possuía com os irmãos. A preocupação que os irmãos possuem com elas – as solteiras – o afeto e a ajuda, em todos os quesitos, inclusive, o financeiro. Essa narrativa se constrói diante de um enredo em que Ágata tenha ficado no lugar de sua mãe na conjuntura familiar, aquela que contribuiu na criação dos sobrinhos, a casa que ficou para estar sempre cheia aos fins de semana durante as reuniões familiares e o próprio afeto que recebe dos sobrinhos, pois “[...] eles me veem... Como se eu fosse mãe deles, né?” (ÁGATA – primeira geração, 2022).

Portanto, é possível avaliar a presença de um desenvolvimento de maternagem a partir de outras configurações, que não as biológicas, mas culturais. Entendendo que muito mais que gerar filhos, as mulheres maternam. A maternagem está para além do gerar a prole, do dar à luz a um bebê, encontra-se ligada as situações relativas ao cuidar. É desprender cuidados e fortalecer laços emocionais. A maternagem é uma condição vivenciada por mulheres mães que gestam um filho, mas, também, por mulheres não mães biológicas que assumem papéis afetivos e de responsabilidade para com a criança (MANSUR, 2003).

Cabe analisar que no século XX foi instaurado o projeto nacionalista que colocava a família como instituição social fundamental, havendo na figura da mulher a centralidade. Na busca da manutenção desse projeto, articulavam-se Estado, Igreja católica, profissionais liberais, dentre outros setores da elite brasileira, na busca da manutenção do ideal tradicional de família com vistas ao que se entendia como progresso da nação. Havia a convicção de que para esse avanço ocorrer era necessário a manutenção da saúde física e moral dos brasileiros, e nesse cenário as mulheres foram postas como produtoras de um papel central desempenhado a partir da função maternal (FREIRE, 2006)

Nesse momento, a medicina também atuou de maneira incisiva diante dos modos de maternar, em que os conhecimentos junto aos cuidados que deveriam ser dedicados as crianças, advindos de familiares, se mostravam incipientes, agora era hora de uma maternidade, e porque não dizer maternagem, científica. A medicina iniciava a difusão dos conhecimentos de higiene e o nascimento da puericultura como campo de atuação médica, legitimando a maternidade científica, e tornando marginal outros modos de cuidar que não estivessem ligados aos direcionamentos da medicina (FREIRE, 2006). Assim, as mulheres participantes dessa pesquisa estavam inseridas em um período em que os cuidados com outros seres ainda eram vistos essencialmente como parte das funções femininas em sociedade.

Em se tratando das configurações concebidas como pertencentes a um ideal de figura paterna e materna no cenário brasileiro e, também, regional, no período da segunda metade do século XX, é conveniente lembrar que desde o início do século XX as crianças foram tomando espaços privilegiados dentro do seio familiar, pois “inauguraram uma infância de século XX vestida de inocência, mas investida de plenos poderes no espaço doméstico.” (MERUANE, 2018, p. 15). À medida que a infância foi sendo centralizada na sociedade, às mulheres foi sendo implantado um modelo ideal que atendesse aos anseios de uma cultura ainda marcadamente patriarcal. O modelo de mãe era visto como aquela abdicada, cuidadosa, protetora, ou seja, empurrada aos massacres do espaço essencialmente privado. A que fugia à regra era entendida como desviante.

A mãe de Aragonita, outra entrevistada, seguiu a lógica do ideal do dever-ser-da-mulher, expressão usada por Meruane (2018). Com o pai, ela não desfrutou de uma relação próxima, pois só o via “num período de férias de um mês assim” (ARAGONITA – primeira geração, 2022). Tal distanciamento se dava pelo fato de Aragonita nascer e ter seus pais morando no interior do Maranhão, e aos quatro anos de idade já ter ido morar em Teresina-PI, com sua mãe e seus irmãos, pois “Mamãe disse assim. “Eu vou para Teresina.” “Botar Aragonita para estudar.” “Porque eu não vou deixar ela no interior.” [...] Sem estudo.” Ai, eu

cheguei com quatro anos de idade (ARAGONITA – primeira geração, 2022).

Na vida de Aragonita, a figura paterna não se fez presente. Diante do que ela nomeou de “defeitos” do pai, ele possuía relações fora do casamento, o que acentuou a decisão de sua mãe em ir para a capital do Piauí ofertar melhores condições de vida para Aragonita e seus irmãos. O pai de Aragonita seguiu em partes a lógica do modelo de pai higiênico, seguindo o conceito utilizado por Jurandir Costa em “Ordem médica e norma familiar”, pois se mantinha como provedor da família que se mudara, mas não possuía relação de proximidade e acompanhamento da educação dos filhos.

Relacionada a essa fala torna-se possível perceber a preocupação da mãe de Aragonita no que diz respeito à importância de seus estudos, evidenciando uma já notável mudança na percepção da própria família, quando já compreendiam como melhor caminho para suas filhas a profissionalização. Ainda por volta dos anos de 1957 tal preocupação é evidenciada na tomada de atitude da mãe de Aragonita, resultando na mudança do interior para a capital.

Durante a Primeira República, realizava-se a expansão da vida urbana, diante de um processo de crescente valorização dos espaços urbanos. Teresina-PI, apesar de se encontrar ainda diante de modelos femininos que impunham como ideais os papéis de esposa e mãe, diante da necessidade de sobrevivência, levou mulheres ao exercício de atividades remuneradas. Mesmo as pertencentes as camadas mais privilegiadas de Teresina necessitavam cada vez mais adentrar o espaço de profissionalização. Assim, “a mulher do início do século XX, em Teresina, encontrava-se dividida entre ocupar novos espaços, lutando pela sua emancipação, ou aceitar sem grandes questionamentos o papel de mãe, esposa e filha que a sociedade tentava lhe impor.” (BRANCO, 2013, p. 141).

Vale destacar que as colaboradoras da pesquisa pertencem a uma camada não tão privilegiada da sociedade. Muitas são oriundas de famílias que viviam no interior do Estado, seja do Piauí, seja do Maranhão, e tiveram acesso à escolarização através de esforços familiares. Contudo, nem todas atingiram aos níveis universitários de ensino, de modo que ficou refletido nas profissões que foram desenvolvidas pelas colaboradoras. Tais aspectos serão retomados adiante ao tratar de escolarização e profissionalização. Pensar tais questões abrem caminho para compreender que para as nascidas na segunda metade do século XX as condições de acesso a maiores níveis de escolarização e profissionalização ainda se mostravam difíceis, portanto, para as mães dessas mulheres a situação era ainda mais latente.

Mesmo diante do que pontua Castelo Branco (2013), sobre a inserção do público feminino cada vez mais crescente e necessária diante da vida urbana, é preciso deixar claro a

quem se destinava essa abertura no acesso a escolarização e profissões mais valorizadas na sociedade, ainda que sob caráter de extensão das atribuições de cuidar. Era uma parte privilegiada da sociedade, pois as pertencentes a camadas menos abastadas os espaços destinados eram outros. E ainda assim, o destino de mulheres que vivenciaram a juventude em Teresina no início do século XX era traduzido em poucos anos de estudo, casamento muito cedo, significação da vida a partir de papéis tradicionais, como os de esposa, mães e donas de casa. Desse modo, a educação das moças dessa época era essencialmente voltada para o lar. (CARDOSO, 2012).

Se as mães das colaboradoras não tiveram acesso a esse espaço de poder, ao chegar a vez de suas filhas, estas já tinham consciência de que a melhoria de seus futuros estaria ligado à educação e profissionalização, o que mostra as mudanças sociais e culturais que vão sendo modeladas no meio social.

E é nesse movimento de importância, abdicção e valorização da busca de uma vida melhor para a filha através da educação, que a mãe de Aragonita é rememorada, sendo narrada como “tudo para mim. Tudo... (Pausa longa) eu não gosto nem de falar, porque eu sinto muita saudade dela. (Pausa longa). Mas, ela foi tudo. Ela foi pai. Foi mãe. Criou a gente, mesmo com pouco estudo.” (ARAGONITA – primeira geração, 2022).

A narrativa de Aragonita demonstra que sua mãe teve que se sacrificar, assumindo responsabilidades que não eram somente dela, mas também do pai de Aragonita. A história de uma dentre tantas outras mulheres mães que tiveram que se submeter a uma vida de dificuldades, assumindo responsabilidades que não eram somente delas, pelo fato de homens compreenderem a paternidade a partir de um menor peso que a maternidade, algo que não se findou com o fim do século XX, e que até a atualidade ainda é possível ver. Portanto, mulheres que configuram suas vidas em prol dos filhos não porque são boas mães, mas pelo fato de se encontrarem em situações impostas a elas.

Em outra entrevista, Calcedônia, ao rememorar as lembranças de sua infância, evidenciou que não vivenciou de maneira forte e positiva a vida com seus pais, pois “Eu pouco morei com meu pai. Eu morava com minha avó. Eu vim embora para Teresina... Bem novinha. Vim morar com minha avó e meus pais ficaram lá, no interior de Luzilândia²⁵.” (CALCEDÔNIA – primeira geração, 2022). Aliado a essa mudança de Calcedônia para a capital do Piauí para estudar, também houve um fator ainda mais latente para o

²⁵ Cidade do interior do Piauí, situada a 239 km da capital Teresina. Segundo dados do IBGE cidades, referentes ao último censo, 2022, tem uma população de 25 mil 375 pessoas. *População no último Censo*: IBGE, Censo demográfico 2022.

distanciamento dela com sua mãe.

A mãe de Calcedônia faleceu durante um de seus partos, que foram muitos ao longo de sua jornada, dezesseis no total. Apesar de Calcedônia não ter verbalizado um trauma sobre esse aspecto de sua vida a partir da morte de sua mãe, ou mesmo relacionado essa causa como um possível desdobramento para a sua condição de mulher não mãe, ao menos do ponto de vista biológico²⁶, não dá para deixar de levar em consideração o impacto de uma situação como essa no processo de construção da pessoa como mulher, gestando ou não. Essa foi uma recordação muito dolorosa para a colaboradora da pesquisa, uma vivência sofrida, na qual ela relembra:

[...] minha mãe... Ela faleceu muito nova... Muito nova mesmo ((Voz emocional)). Morreu de parto minha mãe. Eu estava aqui em Teresina. Estudando. Ai, eu passei por essa aflição muito grande. Deus levou minha mãe... Mas, Deus é muito grande, né? Fiquei com meus irmãos. Ajudando a criar meus irmãos. Passei por muita... Não dificuldade assim... Financeira. Meu pai tinha condição, mas para ajudar a criar meus irmãos foi sofrimento. Mas, Deus é tão grande que nós estamos aqui. Estamos criados, trabalhando. Tudo vivendo cada qual sua vida. E tudo deu certo. (CALCEDÔNIA – primeira geração, 2022).

Ainda que ao deixar conhecer e sentir um momento difícil atravessado em sua vida, demonstrando com tristeza as lembranças da morte precoce de sua mãe, Calcedônia imediatamente dá luz a imagem do divino, do poder que Deus teve em sua vida e de seus irmãos. Calcedônia não teve tempo para o luto, logo foi convocada a assumir funções que outrora pertenciam a outra pessoa também do sexo feminino, a sua mãe.

Desse modo, na memória narrada por Calcedônia foi possível notar diversas configurações de mudança em sua vida. Ela, que já não morava com seus pais, e, portanto, não matinha um contato tão forte com ambos, com o impacto do falecimento de sua mãe também chegaram sobre ela novas responsabilidades – o cuidado com os irmãos. Aliado a tais fatores, foi possível notar a forte presença da religiosidade em sua fala, evidenciando que, mesmo diante das dificuldades que a vida foi lhe impondo, Deus estava ali ofertando condições de superação, deixando claro que no final tudo deu certo, tanto para ela, como para os irmãos.

Um fator relevante a ser considerado nas narrativas de Calcedônia é que ela não teve tempo para desfrutar de uma infância regada a brincadeiras. Quando indagada sobre suas memórias desse período ela narra que “As lembranças de minha infância... Eu não tive. Foi só

²⁶ Calcedônia cuidou dos irmãos e irmãs mais novas até a fase adulta, havendo em um de seus irmãos, o mais novo, a criança que foi cuidada como filho primeiramente por ela, e depois também pelo marido, configurando-se no filho que eles não puderam ter.

criar meus irmãos. Batalhar pelos meus irmãos até os 26 anos”. (CALCEDÔNIA – primeira geração, 2022). Pensar a vivência de Calcedônia traz à luz uma questão não somente circunstancial, mas simbólica²⁷ e de gênero²⁸, em que, mesmo fazendo parte de uma família de irmãos e irmãs volumosa, a responsabilidade do cuidar para com os irmãos menores, a partir daquele momento órfãos de mãe, ficou a cargo das mulheres, sobretudo de Calcedônia.

Assim, a vivência narrada na entrevista estava correspondendo, de certo modo, a valores simbólicos “[...] (incluindo imagens de gênero e divisão sexual do trabalho) de uma comunidade. Portanto, destaca a dinâmica e a interdependência entre fatores estruturais, tendências políticas e ideológicas e certo “estado de cultura” (FAUR, 2014, p. 51).

A permanência de relações de cuidar, indicadas especialmente a mulheres, sobretudo aquelas que não desenvolvem o matrimônio e/ou constituem uma família, encontram-se inseridas em um projeto de sociedade capitalista que visa, a partir da análise de Silvia Frederici (2017, p. 26):

i) o desenvolvimento de uma nova divisão sexual do trabalho; ii) a construção de uma nova ordem patriarcal, baseada na exclusão das mulheres do trabalho assalariado e em sua subordinação aos homens; iii) a mecanização do corpo proletário e sua transformação, no caso das mulheres, em uma máquina de produção de novos trabalhadores [...]

Se a subordinação do corpo feminino não vem a partir dos cuidados aplicados a sua própria prole, ela é empurrada para responsabilidades com terceiros, sejam os pais, os irmãos, os sobrinhos, enfim, a visão de gerenciamento do tempo das não mães é sempre vista como mais flexível. No caso de Calcedônia, essa imposição chegou precocemente, aos dezoito anos de idade com a morte de sua mãe, e não lhe deixou escolhas. O cuidar foi desenvolvido não para com sua própria prole, mas com os filhos de sua mãe.

A sociedade impõe os cuidados infantis, com idosos, doentes e qualquer outra parte da família que esteja necessitando de algum tipo de olhar mais cuidadoso, para o público feminino. Essa imposição é gerada pelas marcas do patriarcado, o qual “está presente em quase todas as culturas do mundo e se define como sistema em que os homens têm a tarefa de

²⁷ Compreendida como uma violência ainda mais opressora, pois a relação oprimido e opressor se torna ainda mais latente com a permissividade do primeiro, que não conseguindo visualizar a violência não luta contra ela, pois a partir de aspectos/ações produzidos socioculturalmente é interpretada como natural (BOURDIEU, 2007).

²⁸ Gênero compreendido aqui a partir de uma construção social e cultural das diferenças sexuais. Partindo disso, “fundamentalmente, passamos a perceber que o universo feminino é muito diferente do masculino, não simplesmente por determinações biológicas, como propôs o século 19, mas sobretudo por experiências históricas marcadas por valores, sistemas de pensamento, crenças e simbolizações diferenciadas também sexualmente.” (RAGO, 1998, p. 92-93). Assim, a vida de Calcedônia foi marcada por imposições e diferenciações de responsabilidades, pautadas essencialmente pelo seu gênero.

alimentar e proteger a família, assumindo todas as funções fora de casa. Às mulheres cabem a organização do lar e a educação dos filhos (DEL PRIORE, 2020, p. 10). Se essa mulher não cumpriu a sua então dita função social – gestar – ela deve contribuir socialmente de outras maneiras, ainda ligadas ao cuidar, como foi o caso de Calcedônia. É a visão do trabalho reprodutivo devendo ser desenvolvido de qualquer modo pelas mulheres. Trata-se de gerar condições de trabalho super explorado a outro indivíduo, na maioria homem, diante da força de trabalho feminina estar sendo consumida de forma gratuita e invisível no espaço privado.

Falando em trabalho reprodutivo, pesa que as configurações sobre os modos de vida de homens e mulheres em sociedade não são frutos de um destino biológico, mas sim, de construções socioculturais que têm suas bases no trabalho e que se revelam a partir de uma divisão sexual do trabalho. Tal divisão reflete em prejuízos às mulheres no campo de desenvolvimento profissional remunerado, uma vez que aos homens se reserva, em sua maioria, a atribuição ao campo de trabalho capitalista remunerado, ou seja, aquele ofício visto e pago, o chamando trabalho produtivo. Às mulheres, há sua divisão entre as funções fora de casa e que geram um salário, e aquelas atividades relativas aos cuidados da família, um trabalho invisibilizado e não pago, o trabalho reprodutivo (MELO; CASTILHO, 2009).

Outra entrevistada chegou a destinar alguns cuidados com irmãos mais novos, embora sob uma perspectiva diferenciada da vivida por Calcedônia. Berilo, nascida em São João da Serra²⁹ em 1964, e migrado para Teresina em 1968, relatou:

Inicialmente com os irmãos mais novos e com uma pouca diferença, minha irmã que é um ano mais nova do que eu, o outro irmão que é dois a três anos mais novo, e que eu brincava com eles, eu cuidava deles também, porque era uma forma de me manter ocupada e dentro de casa, não ir para o sol, mesmo que eu quisesse ficar na sombra, mas eu poderia correr, eu poderia comer alguma fruta do quintal, na época que a gente tinha quintal. A gente comia canapu, ciriguela, umbu, o caju que colhia, a goiaba, a ata, fruta do conde. Então, minha mãe, não, não pode porque tá quente, não, não porque isso eu não sei se vai lhe fazer mal, eram muitas restrições, então, eu fui educada para brincar dentro de casa e cuidar dos irmãos mais novos. Então, eu cuidei dos irmãos mais novos, depois na adolescência, já na vida adulta, os irmãos já estavam, já não eram mais crianças eu fui cuidar dos sobrinhos, por que eu ia para a casa das minhas tias elas gostavam muito de mim e eu delas, quando elas não eram casadas e eu criança, elas cuidavam de mim, então eu ia pra casa delas e eu cuidava dos meus primos, cuidava mesmo, de dar banho, de amamentar com a mamadeira, de tudo, eu ajudei alguns primos, pronto, aí mais tarde evoluiu para os sobrinhos. (BERILO – segunda geração, 2022).

Ainda que sob um viés de preocupação da mãe de Berilo sobre a sua saúde frágil e não poder desenvolver muitas atividades/brincadeiras no espaço público quando criança, é

²⁹ Cidade do interior do Piauí. Situada a 129 km da capital Teresina. Segundo dados do IBGE cidades, referentes ao último censo, 2022, tem uma população de 6 mil 114 pessoas. *População no último censo*: IBGE, Censo Demográfico 2022.

notável a investida do que era permissível para sua saúde frágil – o cuidado com os irmãos – e, para além desse cuidado com os irmãos na infância, dado ao fato da maternidade não ter chegado em sua vida, vieram os sobrinhos, o cuidado com os filhos dos irmãos e primos, como Berilo mesmo enfatiza “cuidava mesmo, de dar banho, de amamentar com a mamadeira” (BERILO – segunda geração, 2022). A forma como ela narrava esse cuidado com os parentes era traduzida com entusiasmo, demonstrando que, embora não tivesse desenvolvido a maternidade biológica, sabia lidar com crianças, com os cuidados a serem ofertados com o ser infantil, e assim, estaria de alguma maneira cumprindo com a função social dita como pertencente às mulheres a partir de uma visão tradicional

Nesse momento, é possível perceber a forte presença da maternagem quando Berilo ainda nem possuía as condições biológicas necessárias para desenvolver uma gestação. Lembra-se que para maternar não se faz necessário gerar, e a Berilo, ainda criança, já era “permitida” as relações de cuidar. E como a “não-maternidade não exclui a maternagem, tarefa feminina por excelência exercida no interior do espaço privado nos últimos dois séculos.” (MANSUR, 2003, p. 120), tornou a vivência de Berilo, tão próxima a tantas outras histórias de mulheres, o desenvolvimento de responsabilidades com irmãos, na infância, e a continuidade disso, com os sobrinhos na sua vida adulta de mulher não mãe.

Berilo, ainda que buscasse narrar sua família como muito protetora, justificando as restrições que viveu durante a infância pela preocupação com sua saúde, tornou possível visualizar um determinado sentimento de tristeza pelo não vivido. Aqui inserem-se os meandros do uso da História Oral, pois, como pontua Pollak (1989), transcende os limites dos documentos oficiais, pois tornam visíveis as memórias, através da fala, de indivíduos que tenham sido colocados à margem, silenciados em determinado período da história, como foram as mulheres. Nesse momento específico, torna visível, através dos gestos e do modo de falar no momento da entrevista, sentimentos que Berilo não conseguia ainda externar com profundidade na fala. O não permitido diante de uma infância regada a brincadeiras das mais variadas, que envolvessem o correr, o pular, esforços físicos pertencentes a vida de uma criança livre, que ela não poderia desprender por conta de sua saúde.

Diante das análises junto as narrativas de Calcedônia – primeira geração – e Berilo – segunda geração – sobre a infância, tornou-se convidativo rememorar aspectos inseridos de maneira silenciosa, mas não menos intencional, em determinadas brincadeiras diferenciadas por gênero. Ainda que não tenham mencionado a relação com bonecas, até mesmo porque Calcedônia nem teve direito a brincadeiras na sua meninice, as suas vivências infantis estiveram em torno do maternar, convém pensar em Lina Meruane (2014, p. 19), que aponta

que a “complexa maquinaria entra em movimento na infância, com a boneca de pano, com os apetrechos domésticos em sua versão brinquedo-de-plástico, com as narrativas que enaltecem de maneira precoce a procriação.” Se para Calcedônia e Berilo não houve necessariamente a boneca e os brinquedos de plástico simbolizando o que deveriam exercer como atividade social futura, foram levadas ao caminho da maternagem, ou cuidados infantis, a partir da realidade posta em suas vidas, muito além da imaginação, do porvir, da possibilidade futura de uma gestação e cuidado com a prole. Essas, então crianças, tiveram que lidar com a chegada de tamanha responsabilidade antes mesmo de poderem decidir se queriam ou não o exercício da condição materna.

Já que foi possível refletir sobre a infância, as brincadeiras e o que nela está incorporado, cabe mencionar mais uma vez o pensamento de Meruane (2014, p. 19), que coloca:

A boneca nos braços não é nada inocente: “Ao dar uma boneca de presente a uma menina se está dando, por acréscimo, sua maternidade”, adverte a escritora chilena Diamela Eltit. “Ao dar de presente a um menino um carrinho o que se dá é sua capacidade de dirigir. A capacidade de continuar um caminho e encabeçá-lo.

Analisar essa vivência tão plural no dia a dia de cada indivíduo, vista sob uma ótica tão velada pela lente da inocência, em que parece natural presentear meninas com bonecas e acessórios de afazeres do lar, enquanto que para meninos soa tão comum dar de presente carros, jogos, brinquedos que visam estimular a liberdade, o raciocínio lógico, em que passará despercebida a violência cometida com meninas e meninos, na qual também não gera a oportunidade desses meninos serem estimulados a cuidar de um bebê, a fazer comida, a limpar uma casa, a desenvolver um trabalho reprodutivo.

Nesse jogo de interesses sociais, marcadamente tradicionais, as mulheres são colocadas em um cenário desfavorável, no qual “Quem não puder dirigir, deverá ser dirigido, e as mulheres são empurradas a seu destino materno.” (MERUANE, 2014, p. 19). Sendo levadas, muitas vezes, a posições postas culturalmente como naturais e pertencentes à sua condição de ser mulher, as mulheres seguem sendo convocadas ao destino da maternidade.

Ainda pensando as infâncias, retoma-se a entrevista realizada com Ágata, a qual trouxe boas recordações de seus momentos infantis a partir das brincadeiras de sua época:

A gente gostava de brincar de Cancão... Corda. Com as meninas vizinhas. Eu lembro disso que ainda hoje, essas meninas são nossas amigas. Já estão todas casadas. São avós. Eu que não me casei. Avós, tudo. Já tem até netos, bisnetos. Então, era assim, a nossa vida... Durante o dia era em casa, estudando, mas a noite, a gente ficava na porta e era brincando. Era brincando de... De Cancão. Era de jogar aquelas pedrinhas

assim, né? E pegava de cinco... Era pular corda. Esconde e esconde. Naquele tempo, a gente brincava era na rua mesmo. Muito, muito. Ave Maria, a minha vida tinha muito dessas coisas assim. Que hoje, eu não vejo as crianças fazendo isso, né? (ÁGATA – primeira geração, 2022).

Falar das lembranças de infância mostrou-se significativo e prazeroso para Ágata, no tocante as brincadeiras, as amizades desenvolvidas e nutridas até a atualidade. É perceptível o caráter externo ao lar para o desenvolvimento das brincadeiras, e, apesar de na sua memória não mencionar a participação masculina nesses momentos, visualiza-se a menção de recreações que não necessariamente estariam ligadas ao que poderia ser encarado como extensão das atribuições femininas. É possível perceber a relação estabelecida entre o presente e o passado, no qual as suas brincadeiras de criança se mostravam melhores do que as desenvolvidas pelas crianças de hoje. É o passado divertido e o hoje não vivido pelas infâncias modernas. Aliado às lembranças de Ágata diante de brincadeiras que se incorporavam ao campo do masculino, tem-se a narrativa de Aragonita, quando expõe que:

No Primário... Era muita brincadeira. Pula pula. Jogar bola. Cantar. Já no Ginásio era mais era festinha, sabe? Adorava quando fazia festinha, que era do colégio e fora e a mamãe deixava a gente ir, mas festinha quando a gente já estava adolescente. E a parte do Científico já era assim... A gente se encontrava mais era fora. As brincadeiras nossa era mais com as filhas das comadres das vizinhas. E geralmente, a gente era bem-conceituada na rua e as nossas colegas. Se dizia assim. “Se as filhas da dona Josema sair.” “Pode ir” E eu digo assim. ((Risos)) “O pessoal deixa a gente sair e não sabe como a gente é fora.” Não. Mas, a gente era comportadinha, sabe? Mas, se eles viam um jeito que todo mundo ia respeitar, aí ele saia. Ai, deixava sair. (ARAGONITA – primeira geração, 2022).

As lembranças sobre as brincadeiras de Aragonita vieram à tona quando indagada sobre seu tempo de escola. Nota-se que já havia mulheres inseridas, dentro de um cenário por volta da década de 1960 em Teresina-PI, em brincadeiras incorporadas culturalmente ao campo do masculino, como é jogar bola³⁰. Também ofereceu destaque em sua fala para as festinhas nos tempos de escola, e de como ela e sua irmã eram conceituadas na rua onde moravam. Aragonita expressou essa fala com ar de satisfação, pois eram bem-vistas na fala dos vizinhos, e mesmo trazendo uma certa risada ao falar que ninguém sabia como elas agiam

³⁰ Desde os fins do século XIX, na Europa, foi possível perceber uma tentativa de firmar o futebol como prática feminina. Durante a Primeira Guerra, alguns países como Inglaterra e França chegaram a organizar jogos femininos como forma de entretenimento da população, de forma que, em alguns momentos durante o conflito, mulheres operárias ocuparam lugares junto a campeonatos. Contudo, findada a Grande Guerra, as mulheres são retiradas do espaço dos jogos, tornando-se uma prática restrita para mulheres. No Brasil, por volta de 1940 instalou-se a restrição feminina junto à prática esportiva do futebol a partir do decreto Lei 3.199 de 14 de abril de 1941, acentuado durante a ditadura militar com a proibição do Conselho Nacional de Desportos (CND), em 1965, que proibia a prática de mulheres no futebol e outros esportes. Somente em 1979 foi extinta a proibição, e regulamentada a prática em 1983 (MAGALHÃES, 2010).

fora do bairro, fez questão de deixar claro que ela e sua irmã eram “comportadinhas”. Vale destacar que Aragonita e sua irmã eram moças de família³¹ e, se comportando dessa maneira, bem como sendo bem-vistas aos olhos da vizinhança, estavam correspondendo a valores sociais de Teresina no período. Entre os anos de 1950 e 1970, o enfoque dos princípios morais tradicionais ainda prevaleciam na cidade, permeados pela manutenção dos valores relativos ao corpo e à sexualidade (CARDOSO, 2012).

Nota-se, portanto, a ideia de respeito social sobre as mulheres, e ainda, a diferenciação do que era permissível e cabível ao ser feminino e ao masculino compreendidas apenas pela classificação binominal. Nisso, convém refletir que o “gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar relações de poder” (SCOTT, 1990, p. 21). Assim, as construções culturais exercidas na sociedade estão localizadas sobre intencionalidades opressoras, encontrando-se na divisão sexual dos âmbitos de vivência social a normatização sob a perspectiva da naturalidade. As mulheres, por sua vez, vão sendo tomadas sobre forte desejo de dominação na e pela sociedade ainda conservadora e limitante.

Ser possível ter acesso à infância dessas mulheres a partir de suas narrativas se traduziu de maneira significativa para a criação do diálogo que foi empreendido durante as entrevistas. Não iniciar tocando diretamente na vivência do não exercício da maternidade tornou visível que muito mais do que falar diretamente sobre a singularidade pertencente a todas as colaboradoras da pesquisa – o não desenvolvimento da condição materna biológica – a centralidade do estudo é levar a história dessas mulheres ao maior número de pessoas.

Seguindo essa vertente – história de vida das colaboradoras da pesquisa – aliada a elementos constituintes de suas vivências e que estão inseridos na lógica de configuração de suas vidas, é que o tópico seguinte foi pensado. Analisar a escolarização dessas mulheres é o que se pretendeu atingir a seguir.

2.3 DOS TEMPOS DE ESCOLA A ACADÊMICAS: VIVÊNCIAS EDUCACIONAIS

Muitos são os fatores que podem estar relacionados à escolha, desejo ou mesmo impossibilidade da presença de uma gestação na vida das mulheres. Pensar a forte

³¹ Expressão de parte do vocabulário da segunda metade do século XX, sobretudo, por volta dos anos de 1960. A emergência de novas palavras operando na sociedade e seus significados operando e delineando lugares de jovens e não jovens na sociedade. Tais linguagens se constituíam como fortes marcadores, a partir de seus significados, em que a depender do lugar desejado a ser ocupado pela jovem vivia-se sobre o medo dos estilhaços que poderiam ser respingados de maneira negativa diante dos múltiplos significados das palavras. (QUEIROZ, 2006).

contribuição do movimento feminista nesse cenário de transformação a que a sociedade foi inserindo-se é indispensável, uma vez que a maternidade e o casamento foram considerados, durante muito tempo na História, condições indispensáveis para a realização plena da mulher em sociedade.

No cenário teresinense as representações das pautas feministas foram sendo desenvolvidas de maneira tímida inicialmente. Desde fins do século XIX e início do século XX já era inevitável falar e pensar sobre as pautas feministas e colocá-las no campo do invisível, haja vista que o processo de busca por maior igualdade entre os gêneros já vinha sendo firmado em um contexto internacional e no próprio cenário nacional, diante dos centros urbanos mais desenvolvidos (CARDOSO, 2010).

Levando em consideração o período de transições, mudanças decorrentes de novas formas de viver em sociedade, dadas as certezas das diferenças temporais em que esses processos ocorriam de um lugar para outro no país, e Teresina sendo uma cidade mais interiorana, com marcas tradicionais fortemente enraizadas na população, as mudanças ocorriam mais vagarosamente. Há de se considerar que ao passo em que nas grandes cidades do país as discussões em torno da emancipação feminina encontravam-se intensas, de modo que as influências europeias chegavam mais depressa, tem-se na ainda tímida Teresina apenas o início de um processo que já causava temor a parte da elite intelectual da cidade.

As preocupações centrais em torno do debate sobre as reivindicações das mulheres versavam sobre educação, profissionalização e o sufrágio, pelo menos nas primeiras décadas do século XX. Tais vertentes eram colocadas a partir de uma perspectiva de complementariedade das funções já consideradas pertencentes ao feminino – casamento e maternidade – pois aquela que teria em mãos a criação, cuidado e direcionamentos junto àquele ser que viria a ser o futuro da nação, deveria ser minimamente instruída, escolarizada para tal função. (CARDOSO, 2010).

Saltando algumas trilhas de décadas, por volta de 1960 até 1980, foi possível perceber novas configurações dos feminismos em Teresina. Até a década de 1970 era possível ver grupos de mulheres se organizando em busca da resolução de pautas já defendidas pelo movimento feminista, embora muitas se colocassem em posição de fuga da declaração como feministas, fazendo uso do termo feminino para se denominarem (RODRIGUES, 2008). Partindo disso convém rememorar Teresinha Queiroz (2006), que pontua que a linguagem sendo e instituindo poder, considerada como o lugar da própria identidade, podendo ser encontro dos iguais, ou o contrário, o lugar de colisão, do conflito. As palavras, portanto, suscitam medo e recusa, operando distanciamentos. A partir dessa perspectiva de linguagem,

nota-se o poder e, porque não dizer, a complicação e motivo de recusa de alguns setores preferirem por muito tempo se manter longe da autodeclaração feminista.

A recusa pela nomenclatura feminista justifica-se por perspectivas equivocadas sobre o real sentido dos feminismos que foram postas ao longo da luta, tais como a empreendida na década de 1970, em que as mulheres, ao tempo que propunham determinadas mudanças sociais, eram compreendidas como se colocando contrária ao sexo masculino. Essa propagação, portanto, fortalecia a resistência de muitas mulheres e homens em se mostrarem favoráveis ao movimento feminista, por medo de críticas negativas (RODRIGUES, 2013).

Entretanto, ainda seguindo a autora supracitada, na década de 1980 em Teresina, foi possível visualizar características antes não vistas, como o aumento da presença feminina organizada através de palestras, passeatas e encontros que mantinham como foco o universo feminino. O foco seguia diante de lutas iniciais – educação, profissionalização e sufrágio – agora com ênfase na necessidade de maior presença feminina no universo político e a intensificação da luta por direitos femininos.

Compreendendo a educação como parte imprescindível do processo de emancipação feminina, e para além dela a profissionalização, é que se buscou compreender os caminhos percorridos por essas mulheres participantes do estudo no que diz respeito às suas trilhas educacionais. O processo migratório de grande parte das entrevistadas para Teresina se deu em favor da busca por maiores oportunidades de educação vislumbradas pelos pais das então jovens moças de família.

Entretanto, dentre as entrevistadas, nem todas atingiram maiores níveis educacionais. Do total de treze colaboradoras do estudo, seis não conseguiram adentrar o Ensino Superior, e sete se formaram em diversas profissões, as quais serão abordadas mais a frente, no capítulo seguinte. Dentre as mais velhas, nascidas nos anos de 1950, das três entrevistadas apenas Ágata conseguiu atingir o nível Superior a partir do Curso Normal Superior. No que se refere às nascidas na década de 1960, três atingiram o Ensino Superior e duas não conseguiram. Quanto às pertencentes à geração dos anos de 1970, das cinco mulheres entrevistadas, três atingiram o campo universitário e duas não.

Em 1973, Ágata, fruto da primeira geração, de família piauiense que residia no interior do Estado, migra para Teresina em busca de melhores condições de estudo e consequente profissionalização. O desejo dela era de formar-se no curso de odontologia. Esse ponto da memória e desejo não concretizado da entrevistada se fez importante para pensar algumas questões que se encontravam inseridas no cenário educacional em Teresina no recorte da década de 1970.

O processo de inserção feminina a maiores níveis de escolarização se deu de maneira lenta e com ressalvas. Embora já não houvesse como conter os anseios do público feminino a busca por escolarização, profissionalização e considerável independência, vieram as restrições diante de quais espaços e/ou profissões elas deveriam ocupar.

Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron (2014), na obra *Os herdeiros*, traz uma análise sobre como o sistema educacional pode ser excludente e evidenciar as diferenças sociais, acentuando-as a partir da camada social a que o indivíduo pertence. A desigualdade de acesso aos estudos se evidencia em dois parâmetros: a entrada e permanência de homens e mulheres na educação formal, em que as origens de seus pais, e, portanto, as suas, são preponderantes quanto ao caminho que será trilhado na caminhada formativa. Outro fator, que se relaciona à condição social que o indivíduo herda de seus pais, está na escolha dos cursos que serão seguidos por eles e elas. Fica evidente que alguns cursos seriam mais acessíveis a pertencentes da elite, e outros mais possíveis a herdeiros de um setor menos favorecido da sociedade. Considera-se, ainda, que essa realidade se mostrava ainda mais agravada para as mulheres pobres. A realidade de Ágata e das outras colaboradoras desse estudo inserem-se nessa conjuntura em que a origem social se articula como determinante na constituição educacional e profissional.

Cursos como Direito, Medicina, Odontologia, Farmácia, e outros, ainda permaneceram durante muitos anos sob o monopólio masculino. No período compreendido pela década de inserção de Ágata ao nível superior de ensino, o curso de seu desejo inicial já era ocupado por mulheres, embora a presença majoritária feminina ainda permanecesse junto ao curso professoral.

Segundo análise realizada por Elizângela Cardoso (2012), na década de 1970, as áreas que possuíam a presença feminina de maneira mais ampla eram os cursos de formação de professores, de Direito e Odontologia, nessa ordem. Portanto, o espaço que Ágata desejava ocupar já era uma realidade para as mulheres, contudo, o recorte de classe se faz importante para compreender os caminhos que não permitiram que ela chegasse a tal objetivo, pois, pertencendo a uma camada menos favorecida da sociedade e não conseguindo ter êxito em passar no vestibular para cursar de forma gratuita, não possuía condições para ir estudar fora do Estado.

Fiz o Segundo Grau e depois fiz... Fiz Administração. E quando eu terminei. Eu queria procurar. Porque eu gostava muito assim, de estudar. Mas, não tinha como. Meu pai não tinha condições. Mesmo assim, meu pai ainda pagou dois anos no Andreas para eu fazer cursinho. Mas, nesse tempo, eu era muito enrolona. Eu saía, eu ia era assistir filme com minhas colegas... E terminei desistindo. Ai, no último

ano que ele pagou. Foi o ano que ele faleceu. Ai, eu disse. “Não, agora eu quero é trabalhar.” “Eu quero é trabalhar.” Ai, foi quando eu... Fui estudar para ser professora. Passei no concurso e me formei professora (ÁGATA – primeira geração, 2022).

As dificuldades financeiras se mostraram decisivas na escolha de Ágata em desistir do sonho em tornar-se odontóloga. Nesse movimento de busca por uma atividade profissional que lhe gerasse garantias de inserção no mundo do trabalho, ela visualizou na carreira docente o meio mais seguro. Em meio a essa escolha de Ágata, pode-se ver as fronteiras expostas pelo gênero, tendo a área docente como um campo cada vez mais consolidado como feminizado, mostrando-se como meio garantido de acesso a condições de consolidação no mercado profissional, o que evidenciava o caráter ainda marcadamente masculino em determinadas áreas de atuação, a partir da separação do que era considerado ambiente de saber feminino e masculino.

Até meados da década de 1930 o magistério era visto como uma das poucas profissões acessíveis às mulheres de elite, o que gerava, além de um ganho financeiro, um aperfeiçoamento intelectual, o que desencadeava no acesso dessas mulheres a um status social intelectualizado, além de inserção em funções públicas. Porém, a partir da década de 1950, houve uma crescente no exercício do magistério, o que gerou uma ampliação das mulheres que acessavam esse campo de formação, deixando gradativamente de ser um ambiente de busca de formação pela elite, para ser popularizado e acessível a outros estratos sociais (MATOS; BORELLI, 2013). Nesse movimento de popularização da profissão docente é que se inseriu Ágata, deixando de lado o sonho da odontologia e buscando meios possíveis de entrada e permanência no mercado de trabalho. Contudo, há de se considerar a importância que o acesso feminino teve na mobilização social na vida dessas mulheres.

A primeira formação de Ágata foi no curso técnico em Administração, mas, não realizando-se na profissão, sentia que deveria ir em busca de seu desejo maior, pois acreditava que seria odontóloga. Contudo, diante das tentativas frustradas, e a necessidade de se inserir no mercado de trabalho, ela seguiu o caminho que compreendia como mais facilitador para desenvolver atividade no espaço público, a atividade professoral, o que expõe em sua narrativa:

Assim [...] Eu estudei. Ai, eu fiz Administração [Ágata fez o curso técnico em administração no Liceu Piauiense e posteriormente pela escola Técnica do Piauí, na qual passou dois anos] [...] Ai, eu fiz cursinho. Porque eu tive muita vontade de ser dentista. Na minha cabeça, eu ia ser dentista. Eu tinha uma coisa assim. Eu fiz vestibular duas vezes para dentista e não consegui... Passar. Por isso, eu resolvi estudar para ser professora. Ai, eu fiz para professora. Me preparei. Passei num concurso. Me formei (ÁGATA – primeira geração, 2022).

Na vivência de Ágata foi possível perceber alguns novos marcadores sociais que iam sendo delineados nas perspectivas das mulheres teresinenses na segunda metade do século XX. Mesmo não possuindo grandes recursos financeiros, ela chegou a possuir duas formações. Ainda aliado à escolha da segunda formação, tem-se uma área que no início do século XX foi cenário de grande presença feminina, sobretudo da elite, como permissível ao acesso das mulheres a campos educacionais maiores. Entretanto, ao período compreendido como o de inserção de Ágata no Ensino Superior, a formação nos cursos formadores de professores e professoras já não se colocava como atrativo na mira das mulheres de uma camada social mais favorável. Outros horizontes abriam-se na perspectiva feminina. Desse modo, o marcador social se mostra, mais uma vez, como limitante na escolha de vida de muitas mulheres. Contudo, o desejo e a possibilidade real de uma possível, mas não concretizada inserção de Ágata em um curso mais elitizado, evidencia o que Teresinha Queiroz (2006, p. 226) pontuou:

Essa distinção social guarda íntima e estreita relação com a construção das novas subjetividades e com a busca da diferença, em momento em que o emergente desejo do único está radicalmente ferido pelo movimento mais geral de ampliação das classes médias, de homogeneização via escolarização e consumo, enfim, pela ameaça real da avassaladora sociedade de massa.

A busca da ocupação de maiores e melhores espaços para a vida das mulheres foi o que pretendeu Ágata e diversas outras mulheres, buscando romper com amarras de uma sociedade excludente, em que marcadores sociais, como classe, raça, gênero foram e ainda são condicionantes para a vivência de mulheres. Para compreender um pouco mais sobre o ambiente formador de Ágata e de tantas outras mulheres que vieram do interior dos Estados do Piauí e do Maranhão, convém pensar que Instituto era esse, Antonino Freire³², o qual ofertava curso normal para mulheres que desejavam ingressar na atividade professoral. Um ponto destacado por Ágata era em relação à sua rebeldia no que diz respeito às vestimentas exigidas no Instituto Antonino Freire:

[...] A única coisa que eu não gostava. Que eu sempre fui muito assim. Por exemplo, tinha que usar saia comprida. E eu... Era danada para encurtar minha saia. E eles

³² Nascida como Escola Normal de Teresina, em 1864, de acordo com a Resolução Provincial nº 565, essa instituição tinha como objetivo preparar professores para atuar no ensino elementar (antigas primeiras letras). Com a duração de dois anos, vivenciando mudanças no decorrer de sua trajetória histórica. Em 1922 é reinaugurado com o nome Escola Normal Antonino Freire, no governo de Mathias Olympio, passando a funcionar em um prédio próprio de características neoclássicas, mantendo essa nomenclatura até sua transformação em Instituto Antonino Freire na década de 1970, com uma estrutura pedagógica influenciada pelo regime militar (SOARES, 2004).

colocavam para fora. O diretor sempre mandava sair. E ele sempre fazia isso e eu Meu Deus do céu. “Eu sempre vou passar minha vida.” Eu sempre fui assim... Como é que eu posso dizer. Eu não aceitava esse tipo de repressão, sabe? Ai, eu vim para fazer o Instituto e quando eu chego para fazer o Instituto do mesmo jeito... Minha saia tinha que ser bem aqui [abaixo do joelho] e eu cortava. E a mulher disse que não... Até que eu já estava perto de terminar mesmo e eu deixei para lá do que jeito que eles queriam. Então, esse tipo de repressão que eu tive... No meu tempo foi isso. (ÁGATA – primeira geração, 2022).

É visto que havia imposições sobre as normalistas. Havia um rigor diante do que era compreendido como aspectos de moralidade, traduzidos nas vestimentas, no comportamento, o que evidenciava a condição imposta sobre o feminino ainda por volta de fins da década de 1970 e no decorrer da década seguinte. O processo de controle dos corpos, sobretudo das mulheres, tem forte participação dos médicos, junto a disseminação de seus discursos higienistas que iniciam pelas cidades e invadem o espaço privado, chegando ao particular, aos modos individuais de como conduzir sua vida em sociedade. Através da regulação dos indivíduos, na busca de adaptá-los a uma nova ordem vinculada ao capitalismo, há a criação de características corporais, sentimentais e sociais (COSTA *et al*, 2006). A narrativa de Ágata vincula-se à medicalização social, em que a medicina passa a atuar por meio da normalização social através do desenvolvimento de regras morais ligadas ao trabalho, higiene e hábitos cotidianos, aliados à expansão de produtos, atos e consumo médico (COSTA *et al*, 2006).

No trecho da entrevista de Ágata foi possível perceber formas de não contentamento e livre aceitação diante de situações que ela acreditava serem repressivas, e buscava meios de superar essas regras. Mas, também foi possível visualizar decisões estratégicas tomadas por ela, no sentido de que compreendeu ser a melhor escolha para aquele momento – a aceitação das imposições – tendo em vista que já estava próxima à conclusão de seu objetivo maior, que era a formação.

Ao recuar um pouco na história da Instituição de formação de professores em Teresina, entre as décadas de 1930 e 1940, o curso possuía um caráter de dupla intencionalidade: além de preparar as mulheres para a atividade professoral, prepará-las para o contexto familiar e vida doméstica.

Fator que deixa claro essa intencionalidade é analisada por Joseanne Marinho (2021), que observa que, apesar de o instituto funcionar como externato misto, a predominância do público era feminina. Outro aspecto que caracterizava as intencionalidades da formação ofertada na instituição era a diferenciação do currículo para mulheres e homens, com disciplinas direcionadas ao feminino, tais como economia doméstica, trabalhos manuais e puericultura, além das disciplinas de educação moral e cívica e música. Desse modo, ficava

evidente o caráter disciplinador dos corpos femininos a partir da também formação educacional.

Essa concepção de educação, fornecida pela instituição desde os anos de 1930, manteve-se, ao menos em certa medida, ainda em fins da década de 1970 e início da década seguinte, como expôs Ágata. Partindo disso, é conveniente visualizar a Imagens 8 abaixo:

Imagem 8 – Normalistas em Teresina no ano de 1968



Fonte: Centro de formação dos servidores públicos Antonino Freire

A imagem oito refere-se a uma turma da escola normal em Teresina no ano de 1968³³. Pode-se perceber na foto que a única figura masculina que havia na turma era do professor Raldir Cavalcante Bastos. Portanto, uma turma composta apenas por mulheres, o que reforçava a configuração da presença majoritária feminina para a função da atividade professoral a que o curso normal propiciava.

Ainda seguindo a discussão diante dos aspectos morais que guiavam a educação feminina, e mais precisamente as futuras professoras, nota-se diversos desencontros ofertados pela ótica da feminização do magistério (ROSEMBERG, 2013). Tomando por base não

³³ A imagem mais recente que foi possível ser acessada pela pesquisadora, no que concerne a figura das normalistas em Teresina-PI na segunda metade do século XX.

somente a formação nos institutos de Educação, mas o porvir, a consolidação do curso de Pedagogia e outras áreas da docência, que seguem sofrendo pelas amarras deixadas por esse processo, tem-se os baixos salários, as condições precárias de trabalho, a sua não valorização, e ainda, a discriminação quanto a presença masculina nessa área, sobretudo, relacionada à Educação Infantil e Séries Iniciais, campo primeiro de atuação do pedagogo e pedagoga. Abre-se destaque para tal curso de formação por ser a área ofertada outrora para atuação futura dos que ali ingressavam nos Institutos de Educação, levando em conta as mudanças advindas com o curso a nível superior, Licenciatura em Pedagogia, e suas habilitações.

Ainda no tocante às questões morais sempre atreladas àqueles e àquelas que viriam atuar na atividade docente, cabe refletir sobre a preferência por mulheres nessa profissão, mas ainda com ressalvas.

Na busca de negar a sexualidade da professora, ela se tornava alvo de fortes investidas. O contato físico deveria ser permeado de cuidados, o ideal de docente era que ela não fosse casada, pois, encontrando-se em matrimônio poderia vir a engravidar, o que causaria grandes curiosidades de alunas e alunos. Portanto, havia uma espécie de incompatibilidade da relação trabalho e casamento e a conseqüente maternidade, já que a condição de casada poderia causar indagações das crianças e jovens sobre sua vida sexual e afetiva, bem como acrescia a esses fatores a ideia de impossibilidade de conciliação entre trabalho reprodutivo e o trabalho do espaço público, em que o primeiro deveria ser priorizado (LOURO, 2006).

Há que se considerar que esse cenário de incompatibilidades se transformou ao longo das décadas, já que esse discurso residia mais fortemente no início do século XX. Contudo, leva-se em consideração que, como todo processo histórico, cultural e social, ainda que tenha sofrido mudanças ao longo do tempo, ainda deixa suas marcas, mesmo que sutilmente. Nisso, vale perceber as constantes investidas na formação educacional de jovens moças da segunda metade do século XX em Teresina, não somente no curso de formação de professoras, mas na Educação Básica, como pôde ser observado a partir da narrativa de outra entrevistada.

Coralina, pertencente a uma geração diferente de Ágata, nascida em 1965, não chegou a cursar o Ensino Superior de formação. Entretanto, ela destacou elementos de moralidade e para além disso, de cuidados com o lar e aspectos ligados a maternidade, ensinados no contexto da Educação Básica.

Na minha época. Agora que não tem mais. Na minha época no ginásio. No 9º ano. Tinha uma disciplina chamada, Educação para o Lar. E lá tinha essas coisas. Tinha um boneco para trocar fraldas. Essas coisas. Hoje em dia não existe mais. [...] Tinha

escola, era projetado com disciplinas que visualizassem o casamento e a maternidade futura das mulheres, entendidas como consequências naturais de seus processos de existir. Assim, é possível refletir que havia mulheres que ainda conformavam sua educação a partir das representações de mãe educadora e dona-de-casa profissional, como foi mais incorporado na primeira metade do século XX (CARDOSO, 2010). Contudo, para mulheres pertencentes à geração da segunda metade do mesmo século, apesar de ainda prevalecer uma educação pautada sobre essa vertente tradicional, nem todas incorporaram os preceitos de tais ensinamentos, como é o caso das mulheres colaboradoras dessa pesquisa, evidenciando o caráter de transformação que se encontrava em curso no país, considerando o tempo que esses processos levam para chegar até regiões mais interioranas.

Se até o início do século XX as reivindicações feministas estavam mais fortemente ligadas ao direito à educação, trabalho e inserção política, contudo, mantendo-se sem tantas ressalvas no que diz respeito a maternidade, ou melhor, a escolha pela não maternidade e casamento, a partir da segunda metade do mesmo século, mais precisamente pós década de 1970, as pautas dos feminismos incorporavam de maneira incisiva a luta pela liberação das mulheres. As mulheres vão redescobrir seus corpos, seu sexo, o prazer, a amizade, a fraternidade, o amor entre as mulheres e a homossexualidade. Foi tempo de novas aberturas conquistadas ao público feminino, maiores direitos, participação e busca por igualdade entre os gêneros (PERROT, 2007).

Ainda analisando as nuances geracionais incorporadas pelas mulheres participantes da pesquisa, no que diz respeito aos modos como eram desenvolvidos os ensinamentos no contexto da educação básica, tem-se Ametrino, nascida em 1962, portanto, ocupando espaços educacionais desde fins do século XX e início do século seguinte. Ao lembrar dos modos como eram direcionados os ensinamentos em sala de aula, ela narrou:

Os professores, eles diziam assim, *olha você tem que estudar para você ser alguém na vida, para vocês se formarem, ser um doutor, um professor*, né ele falava muito isso aqui, os professores né. E depois falavam também, né construir uma família, né mas você tem que estudar para você também, né passar para os filhos, para você ser uma pessoa, para você ser uma pessoa grande... grande é o doutor, que eles diziam... Eles diziam assim, os professores, passavam isso para a gente, né... (AMETRINO – segunda geração, 2022).

Embora seja possível perceber a presença de uma abertura por maior participação feminina nos espaços públicos de poder, através, sobretudo, da educação, o chamamento para as atribuições impostas como pertencentes às mulheres seguia firme e de maneira incisiva. Um ponto de destaque nesse trecho da narrativa de Ametrino se deu com “você tem que

estudar para você também passar, né passar para os filhos[...]” (AMETRINO – segunda geração, 2022). Nesse momento, fica evidente a ainda presença de aspectos pertencentes ao que foi muito mais difundido e incorporado no sistema educacional formal na primeira metade do século XX, entendido como mãe educadora e dona de casa profissional, como já foi abordado anteriormente. Seguem algumas permanências, embora sob um novo arranjo narrativo, acompanhado de ideais mais emancipadores, mas, ainda, com as mesmas intencionalidades.

Outra entrevistada, Crisocola, nascida em 1979, teve sua formação educacional em uma geração diferente das outras abordadas até aqui. Chegando a atingir educação em nível superior de ensino, é dos ensinamentos ainda em tempos de educação básica que ela relembra de sua vivência escolar:

Eu acho que não era muito falado na minha época, eu acho que até porque hoje em dia, como está tudo mais claro, tipo sexualidade... as meninas têm um contato. tem iniciação da vida sexual mais cedo, tudo na minha fase escolar, assim eu acho que era meio camuflado. Eu ia para escola mesmo só para aprender... aprender a ler, escrever, fazer matemática e tirar nota boa. A minha tarefa era essa... Eu não consigo visualizar essa lembrança de... *ah mulher é para casar, para ter filho*, não! Já essa parte mesmo já vim ser... vim ver um pouco já maior, tipo na adolescência com 18, 20 anos já, mais ou menos nesse, nessa faixa etária. (CRISOCOLA – terceira geração, 2022).

Embora não percebendo a perspectiva da maternidade e matrimônio como imposições e modos de vida que deveriam fazer parte da vida das mulheres, e só tendo sentido tal cobrança na fase adulta, a lembrança de Crisocola se deu em torno de aspectos morais, em que entende que no seu tempo de escola tudo era muito mais proibido em ser mencionado, assuntos no campo da sexualidade eram mesmo colocados no terreno do oculto, do invisibilizado. Esse tabu colocado diante dos assuntos relacionados à sexualidade ainda hoje é possível de ser vivenciado, sobretudo em cidades como Teresina, ainda apegada a concepções tradicionais e religiosa, em que a ideia de moralidade segue investindo sobremaneira junto às mulheres, ainda sob o viés da moça direita e moça falada.

Desse modo, analisando as variantes em meio a educação recebida pelas diferentes gerações aqui abordadas, convém rememorar Verena Alberti (2010), ao falar sobre o estabelecimento de tipologias. Nas narrativas abordadas até aqui, foi possível compreender que as gerações foram se diferenciando em alguns momentos, à medida que a educação recebida advinha de um período mais próximo do fim do século XX, cada vez mais ia se distanciando das concepções que caracterizavam a educação recebida por uma geração que

teve sua educação formal mais próxima do início da metade do mesmo século, percebendo que a geração de mulheres em fase educacional de fins do século XX se caracterizava por outros percursos menos incorporados aos aspectos essencialmente morais, familiares, e muito mais emancipatórios.

Berilo formou-se em Licenciatura Plena em Pedagogia, com habilitação no magistério na Universidade Estadual do Piauí, seguida de outra habilitação, daquela vez em supervisão escolar, ofertada pela Universidade Federal do Piauí. Tais formações foram desenvolvidas nos idos de 1992. A vivência de Berilo mostrou-se singular por possuir uma família pertencente a uma maior escolarização, que desenvolviam a docência na cidade do interior do Estado do Piauí – São João da Serra.

Creio que os meus pais de certa forma foram uma referência, meu pai que era contador, mas ele também, por conta da cidade de não ter professor, essa carência de professor, e ele também ministrou aula, também exerceu atividade docente, então, eu tive uma influência muito forte deles. (BERILO – segunda geração, 2022).

A influência dos pais na escolha e continuidade na profissão de Berilo foi determinante. Viver em uma família que valorizava o conhecimento, o desenvolvimento de uma profissionalização pelas filhas e filhos foi primordial para o que ela se tornou enquanto mulher em sociedade. Tais pontos revelam mais algumas características de mudança no cenário social e cultural da época.

Por muito tempo, como afirma Guacira Louro (2006), a ignorância foi considerada atributo de pureza, colocando as mulheres que ousavam não ser ignorantes como não-puras. Nesse ínterim, há de se fazer imprescindível entender que nem todas as mulheres aceitavam de maneira passiva as imposições figuradas de normas, havia aquelas que fugiam da representação do senso comum sobre o ser feminino e escapavam daquilo que era representado como ser mulher, podendo, assim, serem levadas a outro estigma, a representação de mulher-homem.

Contudo, pensar a referência que não somente a família de Berilo foi em sua vida, mas as influências dos pais das então jovens moças que concederam suas histórias de vida para essa pesquisa, evidenciou a mudança na concepção dos papéis a serem desenvolvidos pelas mulheres na sociedade. Portanto, apesar de muitas dessas vivências possuírem características de continuidades diante de normas tradicionais que excluem as mulheres da participação em diversos setores, foi possível visualizar a transformação historicamente ocorrida nas representações do ser mulher.

Outra história que chama atenção é a de Calcedônia que, mesmo havendo migrado do interior do Piauí para a capital com o objetivo de estudar, teve seu caminho marcado pelo inesperado, o qual lhe impediu de seguir maiores níveis de educacionais.

[...]estudei aqui em Teresina. Nesse tempo era o Primeiro Grau e Segundo Grau. Fiz o Primeiro Grau. Fiz o Segundo Grau e quando foi para eu fazer um curso de Contabilidade. Só cheguei. Nem até no meio. Parei. Porque eu tinha uma missão muito grande de cuidar delas [as irmãs] tudo adolescente dentro de casa. Ai, eu arranjei foi um emprego. Fui trabalhar. (CALCEDÔNIA – primeira geração, 2022).

Esse trecho da entrevista de Calcedônia denota alguns marcadores sociais. Devido à morte repentina de sua mãe, ela foi posta a uma situação de cuidados com outros indivíduos – seus irmãos – o que gerou mudanças e escolhas que deixaram sua própria vida em segundo plano. Primeiro fator se dá na escolha de quem estaria condicionado às responsabilidades junto àqueles irmãos, a ela, uma mulher e não a um outro irmão homem. Segundo, devido a condições financeiras, Calcedônia se ver obrigada a abandonar o curso de contabilidade, que lhe ofertaria melhores condições de vida e maiores garantias profissionais no futuro, por ter que ajudar com as despesas dos irmãos e dela mesma.

Outra colaborada que não seguiu maiores níveis de escolarização foi Diamante. Por motivos diferentes dos elencados por Calcedônia, Diamante revela que, por escolha pessoal, ela não sentia vontade de estudar, quando narra:

Ah, eu não lembro... Foi em 79... Eu estudei naquele colégio perto do corpo de bombeiros. Eu não sei... Um dia desse eu até me lembrei o nome. Agora eu não sei mais. Já estudei no Anísio de Abreu, ali na Miguel Rosa. Ai eu parei porque eu achava que olhar filho dos outros era futuro para mim... Ai hoje eles são todos formados e eu não sou nada ((Risos)) mas não estou arrependida porque foi um gosto meu ninguém disse. “Ah você não vai para a escola não.” “Você vai trabalhar.” Não. Todos me davam apoio para estudar. Eu que não queria. (DIAMANTE – segunda geração, 2022).

Mesmo diante da fala de Diamante em afirmar que a escolha por não seguir nos estudos tenha sido sua, convém analisar seu contexto de vida. Pensar que ela não fazia parte de um setor privilegiado da sociedade, que a família não possuía condições financeiras e nem educacionais favoráveis, a busca de maior investimento a partir da educação poderia ser compreendida por Diamante como um caminho longo e mesmo impossível de ser alcançado. Mesmo convencida de que a escolha por seguir sendo babá e não ter acessado outros ramos educacionais e profissionais tenha sido sua, com a perspectiva e olhar do hoje para o passado vivido, ela não acredita que aquela escolha tenha sido a melhor decisão a ser tomada por ela, e complementa com a visão de que aqueles, de quem ela cuidou, hoje ocupam posições de privilégio na sociedade, e ela não.

Refletir as vivências narradas diante das escolhas ou imposições dos acontecimentos da vida junto a Calcedônia e Diamante dá luz a se pensar sobre o acesso à escolarização ofertado ao período em que as mães delas ingressariam ao campo educacional dialogado com os índices disponíveis ao período em que seria de escolarização para elas.

Em 1940, o nível de analfabetismo em Teresina chegava a 64,44%, enquanto a nível de Piauí o índice chegava a 77,11%. Saltando algumas décadas, em 1970, em Teresina, a taxa de analfabetismo era de 48,32%, enquanto a nível de Piauí o percentual de pessoas que não sabiam ler e nem escrever era de 67,59% (CARDOSO, 2012).

Em um panorama a nível nacional, na década de 1970 as mulheres já eram percebidas como maioria no Ensino Médio, se constituindo como uma crescente, e nos anos de 1990 esse cenário foi ampliado ao nível superior de ensino. Nos anos 2000, seguindo a ampliação da presença feminina na ocupação desses espaços, foi a vez da pós-graduação atingir um número maior de mulheres. Assim, é evidente o movimento crescente de presença feminina nos níveis escolares (ROSEMBERG, 2012).

O que pode ser observado, diante da análise dos dados apresentados, bem como da camada social a que Calcedônia e Diamante pertenciam, embora tenha havido uma ampliação de acesso a níveis educacionais para as mulheres ao longo da segunda metade do século XX, tanto a nível nacional, como a nível regional, em que Teresina seguia a tendência nacional de ampliação do sistema educacional público, é que as possibilidades referentes ao sistema escolar ainda figurava de maneira seletiva, havendo o predomínio de ocupação desses espaços por homens e mulheres de setores médios e altos da sociedade.

Diante do que foi apresentado até aqui, foi possível perceber continuidades e discontinuidades diante de uma educação marcadamente tradicional e que levou mulheres a serem educadas junto a perspectivas muito mais morais e com vistas a responsabilidades com o futuro, do que propriamente profissionais. Não se pode deixar de levar em consideração que, mesmo diante de uma cidade com visões tradicionais sobre o ser mulher, a maioria das entrevistadas foram privilegiadas pelo acesso à educação, não tendo a maternidade como única meta de vida. Ficou evidente que as mulheres aqui apresentadas, cada uma a sua maneira, insurgiram contra pensamentos hegemônicos de sua época. Seguindo o fio condutor de emancipação possíveis de serem vivenciadas por essas mulheres, é que o capítulo seguinte foi planejado.

3 AS MULHERES QUE NASCERAM NO SÉCULO XX: CONFIGURAÇÕES DE UMA VIDA PARA ALÉM DA MATERNIDADE

Neste capítulo analisou-se os caminhos profissionais e experiências afetivas de mulheres que não desenvolveram a maternidade biológica no cenário teresinense. Buscou-se o desenvolvimento de uma análise a partir das lembranças das mulheres, com destaque para o desenvolvimento profissional seguido por elas e suas memórias afetivas e sexuais.

O capítulo encontra-se dividido a partir de três tópicos, em que o primeiro é intitulado *Profissionalização: a presença feminina no espaço público teresinense*, no qual discorreu-se sobre a vida profissional trilhada pelas mulheres e até que ponto essa profissionalização se mostrou como fator de interferência na constituição de uma maternidade biológica para elas. O segundo item está intitulado como *Amores e Desamores: as solteiras*, analisando as vivências afetivas-sexuais que as mulheres entrevistadas para essa pesquisa tiveram ao longo de suas vidas, e de como isso impactou na não presença de uma prole para essas mulheres, haja vista que se tratou de um período em que a maternidade era bem-vista socialmente sob a constituição de um núcleo familiar e não pela perspectiva de mulheres-mães-solteiras. O último tópico deste capítulo é nomeado por *Vivências de uma vida a dois: a chegada do matrimônio*, em que se analisou trajetórias amorosas de mulheres que se encontravam casadas no momento da entrevista e/ou que haviam desenvolvido uma relação afetiva matrimonial sem a conotação contratual.

Esse capítulo se revelou importante por entender as vivências dessas mulheres a partir de ângulos que se encontram diretamente relacionados ao desenvolvimento ou não de uma maternidade. À medida em que a profissionalização feminina foi ganhando um novo espaço na vida das mulheres, a partir de maiores aberturas no campo educacional, como visto no capítulo anterior, e consequente permanência do público feminino no ambiente profissional produtivo, a presença de um filho ou filha foi deixando de ser o centro de busca de realização social e pessoal para as mulheres e ganhando o espaço do adiamento ou mesmo inexistência. Analisar o campo afetivo da história de vida dessas mulheres também se mostrou imprescindível para pensar até que ponto a presença ou ausência de uma relação afetivo-sexual se mostrou como fator para a inexistência da condição materna biológica na trilha de suas vidas.

3.1 PROFSSIONALIZAÇÃO: A PRESENÇA FEMININA NO ESPAÇO PÚBLICO TERESINENSE

Diante das mulheres que aceitaram contribuir com esse estudo, nem todas puderam ter acesso ao Ensino Superior. Embora algumas das colaboradoras tenham pontuado que esse não acesso se deu por escolha pessoal, é conveniente ter em mente que as condições sociais, culturais e econômicas impactaram e impactam as escolhas dos indivíduos. Portanto, não ter seguido uma carreira a partir de maiores níveis de escolarização escancara os recortes de classe como determinantes para vivências de muitos sujeitos e sujeitas, sobretudo em um período em que, embora já houvesse uma ampliação do sistema educacional público no país, a sua ocupação ainda era, e porque não dizer é, para uma camada privilegiada da sociedade.

Ainda que seja possível afirmar que as mulheres alcançaram grandes conquistas, acentuadas ainda mais desde a segunda metade do século XX, o que lhe oportunizou maiores acessos a níveis educacionais, profissionais, escolhas e direitos sobre seu corpo, suas vivências, a continuidade da espécie humana ou não a partir de seu corpo, o desenvolvimento de atividades entendidas como inerentes ao ser feminino ainda seguiu e segue entranhado diante daquilo que muitos – setor dominante e conservador – julgam ser compreensões do feminino, sinônimos de feminilidade, características que emancipação nenhuma conseguiu extinguir, pois ainda seguem como imprescindíveis para a profanada completude feminina.

Analisar as profissões, desenvolvidas por cada uma das mulheres que narraram suas histórias de vida para essa pesquisa, é perceber uma costura operada a partir de características culturais e simbólicas, penetradas e naturalizadas, nas quais não se nota o caráter violento e controlador em que se opera a saída das mulheres do espaço essencialmente privado para a conciliação com as atribuições produtivas. As imposições diante daquilo que se espera das mulheres na sociedade são enredadas de maneira cada vez mais sutil, mas, não menos solicitadas. Será, então, que as mulheres estão mais próximas de uma real e efetiva libertação de seus corpos e mentes para efetivamente desenvolverem suas trajetórias?

Se, outrora, os papéis exigidos às mulheres eram relacionados a tríade casamento-dona-de-casa-mãe, à medida que a participação feminina foi crescendo no cenário público e níveis de profissionalização, as antigas atribuições não deixaram de existir. Vinha então, o papel de conciliação que as mulheres deveriam e são chamadas a ter.

As mesmas perguntas que faziam as mães, avós, bisavós e tataravós de mulheres pertencentes as mesmas gerações das entrevistadas nesse estudo, ainda seguiram fazendo a elas e mais ainda, seguem fazendo às mulheres pertencentes a essa geração. Esta pesquisa traz

como mote a não maternidade na vida de mulheres nascidas na segunda metade do século XX, mas as articulações a que são envolvidas a essa temática de maneira inevitável estão para muito além. Ainda que as mulheres tenham conquistado maiores direitos, os relacionamentos amorosos, o casamento e a consequência, entendida ainda como natural – a maternidade – são cobranças sociais presentes na vida, sobretudo, das mulheres.

Desde fins do século XIX o trabalho, sobretudo no que concerne ao ambiente fabril, colocava as mulheres legitimamente no espaço público – e aqui, mais uma vez, cabe pensar de que mulheres está se falando, pois o trabalho fabril, precarizado, pouco remunerado, era destinado a determinado público de mulheres, as de camada popular. No século seguinte, já foi possível visualizar a participação feminina em outros espaços, mais bem vistos socialmente. Foi a vez do processo de escolarização feminina, que se deslocou e demonstrou força, que foi ampliada na segunda metade daquele mesmo século com os movimentos feministas (QUEIROZ, 2006).

Nesse ínterim, não dá para desvincular os significados que essas mulheres colaboradoras dessa pesquisa foram delineando em suas trajetórias de momentos importantes para a participação feminina na vida pública. Teresinha Queiroz (2006) destaca dois processos marcantes na história dos séculos XX e XXI: o processo de expansão da rede escolar carregado pela maior presença feminina nos níveis educacionais e novas dimensões do trabalho feminino fora do espaço privado, seguido, logicamente, das tensões que envolvem as relações entre os sexos, ou melhor, das mudanças de relações entre os sexos.

Mesmo diante de avanços no cenário nacional e local no que diz respeito à presença feminina em espaços cada vez mais públicos, há de se considerar o que Teresinha Queiroz (2006, p. 248) insere:

A dança do tempo é uma dança singular e o tempo da história, sobretudo quando se trata da dimensão dos costumes, não avança na mesma velocidade para todas as mulheres. Frações do feminino se inserem diferentemente nessas cronologias que coexistem nos mesmos espaços.

O que antes se delineava como destino certo na vida de muitas mulheres – aquelas que correspondiam aos valores sociais tradicionais – que ainda seguiam como valores centrais a serem vivenciados na vida das mulheres pertencentes a geração das aqui contribuintes, ainda que de maneira tímida, pertencente ao campo do incomum, em que as mulheres não mães entrevistadas foram buscando outras formas de projetar suas vidas, em que a maternidade tornou-se apenas uma possibilidade, mas não o centro de suas vida.

Se nessa dança do tempo as mudanças não se desenvolvem na mesma velocidade

para todas as mulheres, em um período de crescente participação feminina nos espaços públicos de poder, sobretudo ligados aos maiores níveis de escolarização, nem todas as participantes da pesquisa adentraram o universo do nível superior de ensino. Com base nisso, é que se compreendeu oportuno elaborar um quadro (Quadro 1) demonstrativo das profissões das mulheres pertencentes a essa pesquisa:

Quadro 1 – Profissões

NOME	DATA DE NASCIMENTO	PROFISSÃO
Calcedônia – Primeira geração	20 de maio de 1952	Dona de casa
Aragonita – Primeira geração	16 de agosto de 1953	Artesã
Ágata – Primeira geração	30 de setembro de 1956	Professora
Ametrino – Segunda geração	16 de janeiro de 1962	Contabilista
Diamante – Segunda geração	18 de novembro de 1963	Babá
Berilo – Segunda geração	29 de junho de 1964	Professora
Coral – Segunda geração	23 de junho de 1965	Professora
Coralina – Segunda geração	16 de setembro de 1965	Secretária
Citrino – Terceira geração	15 de julho de 1970	Assistente Social
Heliotrópio – Terceira geração	07 de fevereiro de 1973	Professora
Dumortierita – Terceira geração	22 de agosto de 1974	Artesã
Fluorite – Terceira geração	24 de novembro de 1977	Doméstica
Crisocola – Terceira geração	01 de junho de 1979	Analista de departamento pessoal

Fonte: Elaborado pela autora.

Retomando o que foi pontuado logo no início desse tópico, sobre as mulheres que narraram não ter adentrado o Ensino Superior por escolha, tem-se as vidas de Diamante e Coralina. A primeira destacou-se logo no início da entrevista, quando indagada sobre qual era a sua profissão: “Agora não sou nada... Já estou aposentada. Mas durante muito tempo trabalhei cuidando de criança.” (DIAMANTE – segunda geração, 2022). Por encontrar-se em posição de aposentada e não ter se profissionalizado a partir de uma formação a nível formal, a narrativa de Diamante revela que ela não se entende como uma sujeita que atualmente tenha contribuição socialmente. Essa análise é reveladora em diversos aspectos.

À medida que os ideais burgueses foram se instituindo, o valor o trabalho doméstico decrescia, e com isso gerava o que se entendia como ociosidade das mulheres, o que passava a ser menosprezada pela moralidade burguesa. Entretanto, ao mesmo tempo em que iniciava uma valorização pela participação feminina no trabalho produtivo, havia o temor pelos prejuízos que essa saída das mulheres do espaço essencialmente privado pudesse acarretar para o que se projetava como funções essenciais e de primeira ordem às mulheres – a maternidade e os cuidados com o lar. Assim, passa a ser valorizado o trabalho assalariado para as mulheres, contudo, havendo algumas ressalvas: o modelo de família burguesa exigia uma divisão sexual do trabalho, e por assim ser, o trabalho assalariado das mulheres deveria

ser relacionado a funções como extensões de seus papéis familiares, além de manter os salários baixos, entendido por muito tempo como um complemento a renda principal familiar, pese que o emprego feminino continuava a ser “complementar” ao emprego “masculino”. (BESSE, 1999).

No caminhar do século XX, sobretudo no decorrer da segunda metade daquele século, as conquistas feministas vinculadas a inserção feminina em espaços de poder a partir de maiores níveis educacionais e profissionais, ultrapassando as fronteiras do que era visto como profissão extensiva aos compreendidos papéis sociais das mulheres, foram se mostrando mais aceleradas. Contudo, essa presença feminina em outros espaços públicos se destinou majoritariamente a um público específico, de mulheres privilegiadas em sua condição social mais abastada. Mulheres como Diamante, pertencentes a uma camada pobre da população, empregos de menor valor social eram os que se mostravam mais acessíveis a elas. Portanto, com a forte desvalorização a que os trabalhos domésticos foram sendo moldados, é que Diamante se vê como uma mulher sem valor produtivo atualmente. Uma sociedade etarista e excludente leva mulheres como ela a não se perceberem importantes e contribuintes, diante do importante papel desempenhado ao longo de uma vida de trabalho que é produtivo, mas se entrelaça às camadas reprodutivas do viver.

Outro trecho que evidencia o distanciamento dela junto aos estudos por direções que a vida foi tomando, e não necessariamente por uma escolha essencialmente pessoal, revelou-se ainda quando as perguntas se encontravam direcionadas ao seu período escolar:

Frequentei até a 7ª série. Eu parei em 79. Para cuidar de uma criança. Foi a primeira criança que eu cuidei. Hoje ele é juiz... No Maranhão. Se chama Marcos Aurélio. Foi a primeira. Parece que ele já tem... Quarenta e poucos anos. Eu novinha com ele no colo e hoje ele já é juiz. É pai. Tem duas filhas [...] Tenho demais [contato com as crianças que cuidou] Minha filha por onde eu passava só deixava coisas boas. Só para retornar depois. Eu tenho contato. Quando eu precisar eu ligo. “Marcos Aurélio estou precisando disso e disso.” “Davi...” que é o irmão do meio dele e o Leonardo. Todos os três. Um é Policial Federal, outro da Civil e Marcos Aurélio que é juiz. (DIAMANTE – segunda geração, 2022).

A forma com que Diamante falava das então crianças que havia cuidado e que se tornaram profissionais renomados no meio social a partir de maiores níveis de escolarização, torna evidente a sua admiração e valorização aos estudos. Narrar o que essas crianças se constituíram, com tanto entusiasmo, revela um desejo de também ter podido alcançar esse espaço social. Na costura de sua fala ela faz questão de deixar claro que, de certa forma, ela teve participação no que esses sujeitos se transformaram no hoje.

Coralina, outra entrevistada, também expôs que não seguiu nos estudos formais por

escolha própria:

Ah, sobre o estudo, eu vou falar a verdade, eu nunca fui de estudar não ((Risos)). Faltava muito. Repeti a série duas vezes quando eu era pequena. Nunca fui de estudar não. Eu ia para recuperação. Essas coisas. Eu tenho só até o Ensino Médio. Até meus irmãos me cobram, né? Porque eu não terminei. Tem um que ainda hoje fala. “Coralina termina teus estudos.” Mas eu não tenho essa vontade. Eu procuro... Vejo o pessoal estudando e tudo. Mas... Não dá para mim. [...] Não... Vontade eu tenho, mas ao mesmo tempo eu tenho medo de não aprender. Sei lá (CORALINA – segunda geração, 2022).

Coralina narra que não tinha aptidão para as atribuições de uma educação formal. Tenta evidenciar que a escolha por não ter alcançado o nível superior de educação foi essencialmente sua, dadas as circunstâncias advindas desde os tempos de escola na Educação Básica. Entretanto, sua fala final expõe que essa escolha foi também levada por caminhos que a vida foi lhe impondo. Ter a vontade de adentrar o Ensino Superior e ao mesmo tempo ter medo do que poderia vir, demonstra um receio de decepcionar outras pessoas que possam vir a acreditar em seu potencial nos estudos para alcançar maiores níveis no ambiente profissional, bem como o não se sentir capaz de compreender o que aquele nível de ensino exige. A história de Coralina tem um caráter ainda mais singular que de outras mulheres que não se formaram e que contribuíram para essa pesquisa. Ela trabalha em um ambiente educacional desde os dezessete anos de idade como secretária. O local de trabalho de Coralina se trata de um grupo de ensino, funcionando desde a Educação Infantil até o nível superior de ensino.

Coralina relata que muitos colegas de seu ambiente de trabalho chegam a solicitar que ela ingresse na faculdade, contudo, ela revela um medo, que se mostra enredado por diversos fatores: pessoais e profissionais, diante de si mesma, da família e de seus colegas de trabalho. Nisso, convém rememorar mais uma vez Verena Alberti (2010, p. 186), quando esta coloca que:

Há momentos nas entrevistas de História Oral – não em todas – em que se pode perceber que a narrativa de determinados acontecimentos e situações cristaliza realidades que são condensadas e carregadas de sentido. Nesses momentos, a narrativa do entrevistado vai além do caso particular e oferece uma chave para a compreensão da realidade.

Portanto, pensar as histórias de vida relacionadas aos caminhos que levaram à profissionalização de Diamante e Coralina, ambas da segunda geração, torna evidente a vivência de muitas mulheres que, assim como elas, acreditam que o não seguimento em um caminho profissional mais estável advindo de maiores níveis de conhecimento se deu a partir de escolhas que tenham produzido para suas vidas, quando, na verdade, essas escolhas são

muitas vezes traçadas por fatores que independem de um domínio pessoal.

Outro ponto importante de análise das histórias de vida das mulheres participantes dessa pesquisa está em torno das escolhas profissionais que seguiram. Professoras, artesãs, assistente social, babá, doméstica, donas de casa, contabilista e analista de departamento pessoal. É visto que as profissões escolhidas pelas colaboradoras foram traçadas sob um viés que, embora cultural, foi compreendido como natural. Assim, é possível perceber os marcadores profissionais processados a partir do gênero, sinal de que a sociedade da segunda metade do século XX ainda investia fortemente nos papéis tradicionais femininos, o que acarretava às mulheres a sua sempre presença no desenvolvimento de ações no espaço privado, e mesmo quando se caminhava rumo ao âmbito público, este era restrito, havia funções destinadas à sua condição de ser mulher (MATOS; BORELLI, 2013).

Mesmo diante das duas mulheres que optaram por profissões que não necessariamente estariam diretamente ligadas a ambientes compreendidos como pertencentes ao desenvolvimento das feminilidades, como foi com Ametrino, da segunda geração, e Crisocola, da terceira geração, há de se considerar alguns fatores. Primeira característica de análise diante das escolhas das duas se dá em torno do período em que nasceram, e, conseqüentemente, os valores com que foram educadas, Ametrino, pertencente a geração das nascidas na década de 1960, e Crisocola nascida em fins da década seguinte. Desse modo, tiveram seus processos educacionais formativos em fins do século XX e início do século seguinte, quando, mesmo fazendo parte de uma educação ainda pautada nos aspectos morais, a importância da independência financeira das mulheres já estava mais consolidada. Outro aspecto a ser considerado se dá no fato de que, mesmo possuindo uma formação superior mais no campo dos números – contabilidade –, Crisocola desenvolveu e desenvolve sua atividade profissional em um ambiente ainda marcadamente feminino – a escola.

Refletir sobre essa tímida mudança vivenciada por algumas mulheres no que diz respeito às escolhas de formação profissional, requer pensar questões que estão para além do que se encontra posto. É preciso pensar sobre o processo de implantação da educação formal de mulheres. As diferenças implantadas nos currículos escolares por longos anos deixaram suas marcas na vida do público feminino.

A falta de coeducação, entendida como uma educação escolar que não diferencie conteúdos e práticas pedagógicas para homens e mulheres conforme ideais masculinos e femininos hegemônicos, além de uma educação de qualidade sem discriminação étnico-racial, regional ou socioeconômica (ROSEMBERG, 2013), ou seja, a não vivência do mesmo currículo para homens e mulheres, se mostra como um dos fatores que geraram e geram uma

instabilidade na garantia de oportunidades no meio profissional a todas as mulheres, mesmo com a crescente presença do público feminino à educação escolar, mais intensificada desde a década de 1960 no Brasil. A segregação sexual informal, ocorrida mesmo em escolas mistas, vem sendo denunciada desde a década de 1970, o que se evidenciava de maneira sutil a partir da oportunidade de “escolhas” de crianças sobre quais disciplinas desejava cursar. Desse modo, o resultado versava na direção de meninos para áreas com conteúdos tecnológicos e das Ciências Exatas, enquanto as moças se direcionavam para as Ciências Humanas, Letras, Literatura e o Magistério (ROSEMBERG, 2013).

Ainda seguindo a autora supracitada, a partir de um processo de ocupação das mulheres nas universidades, adentrando e se firmando na posição de mulheres formadas, outra preocupação ia surgindo pelas feministas – a associação entre educação escolar e mercado de trabalho. Os caminhos educacionais escolhidos pelas mulheres ainda desencadeavam em ramos profissionais menos valorizados. Somente em estudos mais recentes, com análises a partir dos anos 2000, é que se apontam uma maior entrada feminina em espaços de formação anteriormente centralizados no público masculino.

Nesse interim, é possível avaliar que todo esse processo de segregação de carreiras a partir do gênero foi perpetuado e acreditado como verdade a partir de ações cotidianas enredadas culturalmente, em que não existiriam aptidões femininas e masculinas, mas sim o estímulo diante de todas as áreas do conhecimento, o que iria gerar de fato o poder de escolha efetiva das carreiras a serem seguidas, pois poderiam conhecer os caminhos que levariam as possíveis escolhas.

Foi nesse cenário de mudanças, ainda que tímidas, quanto aos caminhos formativos que poderiam ser desenvolvidos por mulheres, que Ametrino e Crisocola escolheram suas profissões. Entretanto, há de se destacar que a maioria das colaboradoras optaram por profissões tradicionalmente compreendidas como femininas. Porém, nem todos os caminhos profissionais traçados pelas entrevistadas ocorreram como planejados. Dentre as que não conseguiram alcançar uma formação universitária, tem-se a história de Calcedônia. No caso dela, a experiência com o mundo do trabalho se deu de maneira repentina, necessária e urgente.

Calcedônia teve apenas um trabalho produtivo em toda a sua vida. Ela relembra que esse início se deu pelo fato de ter que ajudar na criação dos irmãos e irmãs que, com a morte de sua mãe, os cuidados para com eles teriam sido destinados a ela. Portanto, começar a trabalhar foi a maneira como Calcedônia encontrou para continuar em Teresina com seus irmãos e irmãs. No começo, ela ainda tentou conciliar estudos com o trabalho e os cuidados

com os irmãos, mas logo se viu obrigada a não prosseguir com o campo educacional:

O que eu mais fazia na escola era dormir ((Risos)). Olha trabalhava. Passava quase a noite toda fazendo as coisas para eles. Mas, quando entrava sete horas da noite na escola. Era só dormir. Dormia mais dormia. Colocaram um apelido de minha santinha. Os meninos diziam assim. “Oh, minha santinha.” “Minha santinha só quer dormir.” “Não quer nada na vida.” Mas, muitas vezes a pessoa não sabe a vida que a gente leva, né? Ai, eu dizia. “Ai Meu Deus! Só Deus.” Eu não ia discutir. Não. Ai, eu procurei. Procurei. Eu disse. “Meu Deus, eu tenho que fazer o Primeiro e o Segundo Grau, que eu não vou ficar sem estudar.” Ai foi o que aconteceu. Só cheguei até lá e parei. Elas adolescentes me dando trabalho. Começaram a namorar. Me dando trabalho. Ai, eu tive que cuidar delas. Nesse tempo. Eu pegava era cinturão. E eu saia correndo. Surrando uma. Surrando outra. Ai, elas me esculhambavam. Diziam as coisas comigo. Mas, Graças a Deus não teve nenhuma... Prostituta. Nove mulheres. Não teve nenhuma para o mundo e nem para a rua. Nem caía em bebedeira. Porque nesse tempo droga era diferente, né? Mas, para cair no mundo. Qualquer uma poderia cair, mas eu batalhei tanto que Graças a Deus nenhuma é do mundo. Graças a Deus. Tem que agradecer muito a Deus. Batalhei muito. Mas, hoje sou satisfeita com minha família (CALCEDÔNIA – primeira geração, 2022).

Ponto de atenção junto ao trecho acima se dá sobre a ideia de mulher direita e mulher errada. Nota-se a forte preocupação das mulheres acerca das prédicas sociais. A sociedade teresinense do século XX era vigilante quanto a moralidade das moças. Elizangela Cardoso (2010), ao analisar a dimensão simbólica da prostituta na cidade de Teresina, identificou que a imagem da prostituta na cidade instituíam limites aos comportamentos femininos no espaço público, nos gestos e comportamentos. A inclusão de códigos dominantes nas ações que desenvolveriam representações para si era direcionada pela ameaça da qualificação de prostituta, de rapariga. Além desse aspecto de temor por parte das moças, havia ainda o pavor da caracterização sobre a *mal falada*. Essa era aquela qualificada por aceitar um namoro de maneira rápida, flertar com vários rapazes, namorar por namorar, sair sozinha com o namorado, conceder intimidades ao namorado, não respeitar os horários, além de outros comportamentos que representavam a *mal falada*. Essa representação, portanto, atuava como contramodelo do que era considerado primordial para que as moças se transformassem em *moças de família*. Portanto, a preocupação demonstrada por Calcedônia, mulher pertencente a primeira geração, se mostrava real e valorizada na época, haja vista que o corpo feminino no período era rigorosamente vigiado e controlado.

Ser considerada mulher honesta era atributo amplamente procurado e motivo de preocupação e vigilância quanto aos comportamentos femininos, de maneira ainda incisiva na segunda metade do século XX, na cidade de Teresina-PI. Para que mulheres se mostrassem moças respeitadas diante da moral e dos bons costumes, e dentre os predicados para que fosse considerada uma “mulher ideal” ela deveria realçar o riso, elegância, graça e bondade.

Portanto, até o início da segunda metade do século XX – e ainda com suas investidas mais enraizadas em cidades como Teresina, com caráter mais interiorano e que se considere as suas singularidades – “honra, boa conduta, pureza, refinamento, eram exigidos das moças e senhoras “distintas”, pois o comportamento é que lhes dava respeitabilidade” (FÁVERI, 1996, p. 47).

Outro ponto de destaque na fala de Calcedônia se deu pelo fato de que ainda que seus caminhos iniciais tenham sido a opção pelo emprego, à época em uma farmácia, sua vida não seguiu a partir de uma consolidação no mercado de trabalho remunerado. Logo ao casar-se foi limitada pelo marido quanto às atividades a serem desenvolvidas no espaço público, pois ele não permitia que ela seguisse trabalhando e nem mesmo retomasse os estudos. Esse fato demonstra as marcas do patriarcalismo diante do poder masculino sobre a mulher, em que o homem entendia a esposa como pertencente a ele, podendo decidir sobre seu presente e futuro, permeado pela ideia de provedor e manipulador de sua companheira. Calcedônia narrou essa parte de sua vida com ar de conformismo, de quem não teve outra escolha, tendo em vista a educação que havia recebido, embora tenha consciência de que a liberdade é um direito e que o vivido por ela por imposição do marido não foi correto. Sobre isso ela relembra:

Era diferente. Não tinha esse direito [da mulher ser independente]. A gente tinha que estudar porque a pessoa não poderia viver sem estudo. Mas, quando eu me casei com ele, sabe o que ele disse? “Agora você não vai estudar não.” “Eu vou lhe dar de comer.” “Vou lhe dar as coisas.” “Muito errado.” Porque hoje em dia não acontece mais... As mulheres querem ser independentes. É um direito que todo mundo tem, mas no meu tempo não era não... Ai, eu fui por ele, né? Não vai estudar mais. Ai, eu não fiz curso nem nada. Minhas irmãs quase todas fizeram (CALCEDÔNIA – primeira geração, 2022).

Analisando esse trecho da narrativa de Calcedônia, cabe rememorar o motivo que a levou a migrar do interior do Piauí para a capital Teresina, ficando longe dos pais. Calcedônia havia migrado para Teresina para estudar, na busca de maiores níveis de escolarização e consequente independência financeira, ainda que em sua fala ela demonstre que naquele tempo as mulheres não tivessem esse direito. Mais uma vez, as imposições da vida levaram essa outra entrevistada a realizar “escolhas” diante de situações que não cabia outra opção, ao menos naquele momento. Ao fim dessa narrativa, foi possível visualizar a verbalização, ainda que tímida, de uma mágoa em sua vida, em que não teve oportunidade de fazer nenhum curso, pois teve que cuidar de suas irmãs e irmãos, evidenciando na sua fala que suas irmãs, quase todas, fizeram, mas ela não.

Cabe pensar, que mesmo Calcedônia se encontrando no mercado de trabalho por volta da década de 1970, em que a presença feminina já estava cada vez mais crescente no espaço público, tanto a nível nacional, como regional, ela fazia parte de uma cidade mais interiorana, portanto, com fortes resquícios de concepções sobre os papéis femininos propagados fortemente no século XIX e início do século XX.

À vista do que está sendo discutido nesse tópico, cabe pensar em algumas marcas do movimento feminista. Em um primeiro momento, em fins do século XIX, o movimento feminista vinha denunciando as convenções, na busca de provar que mulheres não eram inferiores aos homens, e que, assim sendo, poderiam ocupar os mesmos papéis e posições sociais que eles (MANSUR, 2003).

Por volta da segunda metade do século XX, o movimento seguiu abordando a não inferioridade das mulheres, porém, foi-se desfazendo do argumento de igualdade entre os sexos. O que se objetivava então era não mais a similitude, mas as diferenças sem hierarquia. Assim é que as mulheres puderam alcançar grandes e fortes conquistas, sobretudo, nos fins do século XX, tais como: escolarização, trabalho remunerado, participação social e política. Contudo, o que ainda se mantém como uma das principais lutas e conflitos para as mulheres, está no quesito conciliação que a dupla jornada de trabalho gerou e gera para o público feminino. Se para as mulheres sua participação na esfera social teve mudanças, o mesmo não ocorreu com o público masculino, o que ainda gera não igualdade em direitos e deveres para ambos (MANSUR, 2003).

À vista das conquistas feministas na esfera pública é que as colaboradoras dessa pesquisa narraram encontrar no desenvolvimento de suas funções produtivas caminhos de realização pessoal e profissional. Nesse quesito, destaca-se a fala de Citrino:

É o ponto mais feliz da minha vida, minha carreira profissional, eu me formei em 2008 e tive a oportunidade de exercer a profissão em... 2009, 2010 por ai assim, eu faço um trabalho que eu amo muito assim, Assistente Social, no departamento de auditoria, que é... Atendimentos em domicílios, auxiliando os... Menos favorecidos, sabe? Acolhendo, viabilizando fraldas, cadeiras de roda, medicamentos, encaminhando para assuntos oncológicos no estado, na regulação entre Maranhão e Piauí. E na UPA, né? Na urgência e emergência que eu amo de paixão³⁵. (CITRINO – terceira geração, 2022).

A valorização atribuída à profissão por parte das mulheres é um fator que vem se consolidando desde a segunda metade do século XX, em que o casamento e a maternidade foram sendo colocadas no campo do secundário e não mais primordial para a vivência

³⁵ Depois da entrevista, Citrino foi convidada a trabalhar como Assistente Social na Promotoria de Justiça da cidade de Timon-MA, deixando o seu trabalho na auditoria da mesma cidade e conciliando suas funções entre a promotoria e Unidade de Pronto Atendimento-UPA, do município.

feminina. Embora Citrino tenha alcançado sua formação superior no decorrer do século XXI, aos 38 anos de idade, é incontestável que se leve em consideração as transformações que iam sendo modeladas na conjuntura social desde a segunda metade do século XX.

Citrino fazia parte de uma família de um setor menos privilegiado da sociedade, e para essas moças já se almejava, junto a suas famílias, uma estabilidade financeira a partir da escolarização e profissionalização. Como pontua Marcia Santana (2008), esse segmento da sociedade brasileira e teresinense, desde a segunda metade do século XX, já investia fortemente na educação dos filhos, objetivando a qualificação profissional para a obtenção de melhores postos de trabalho, bem como para ajudar a família financeiramente.

Como já foi analisado em alguns momentos até aqui, a educação formal de mulheres nem sempre foi valorizada. Os modelos de educação para as mulheres foram sendo modificados ao longo dos anos, à medida em que iam se delineando novos interesses sociais sobre o feminino.

Até o século XIX o modelo predominante era identificado a partir de Sant'Anna, a mãe da virgem Maria, que ensinava a sua filha a partir de seu livro de preces, ou seja, uma educação limitada aos aspectos religiosos e conseqüentemente morais. Posteriormente, foi sentida a necessidade de uma educação formal para as mulheres – com restrições – a partir da consolidação dos ideais burgueses, em que essas mulheres, futuras mães daqueles homens que seriam o futuro da nação, deveriam ser educadas para educar seus filhos. Nesse ínterim, defendeu-se uma educação para mulheres diferenciada, a partir da premissa de que o feminino era menos inteligente e mais frágil que os homens. Aqui, inseriu-se disciplinas para atuação no ambiente privado, direcionadas para as mulheres, destacando-se Economia Doméstica, insistindo na ideia de mulher como “rainha do lar” (ROSEMBERG, 2013).

Ainda seguindo a mesma autora, no decorrer do século XX o processo de educação feminina no Brasil perpassou por outras trilhas, havendo o período em que se criticou a escola mista, foi estimulada a formação de mulheres na profissão professora, sob o argumento de que elas, com sua característica dita como inerente à sua condição de mulher, teriam vocação para o sacerdócio que se considerava o magistério. Também houve o combate à educação diferenciada, que possuía como argumento a consequência disso: ocupação de postos de trabalho com menor remuneração salarial que os ocupados pelo público masculino. Em outro momento, defendeu-se a ampliação da educação de moças, pois, a partir de maior inserção nos meios educacionais, elas adiariam a chegada do primeiro filho, colocariam um espaço maior entre uma gestação e outra, cuidariam melhor da prole já existente no seio familiar e, assim, haveria um controle do ciclo de pobreza. Houve ainda a volta da defesa da segregação

sexual nas escolas sob a ideia de que melhoraria o desempenho das meninas em matemática e os meninos pudessem melhorar seus rendimentos na instituição de ensino, haja vista que não estariam competindo com o sexo oposto. Por fim, o que se pode perceber como permanência em meio as reivindicações femininas no cerne do acesso à educação, é a escola mista, o acesso, permanência e sucesso no sistema educacional, e a coeducação.

Portanto, Citrino e as outras mulheres colaboradoras dessa pesquisa desenvolveram seus processos formativos em um contexto de grandes mudanças nas perspectivas femininas, não só advindas das próprias jovens moças de família à época, mas como uma valorização e incentivo dos seus próprios pais. Entretanto, o universo feminino ainda ia sendo desenhado a partir do ambiente público e privado, em que, ao mesmo tempo em que já se incorporavam investidas da importância da profissionalização feminina para suas filhas, os pais e a sociedade em geral insistiam na importância de ser uma boa esposa, mãe e dona de casa.

Mulheres que foram tornando suas trajetórias singulares em meio a um cenário de ainda forte valorização dos papéis tradicionais femininos possuem em comum o não desenvolvimento da condição materna e significações de suas vidas a partir de outros caminhos. Perceber essa ampliação das ofertas de ensino no país e no cenário regional desde a segunda metade do século XX, bem como a valorização de mulheres educadas, até mesmo pelo público masculino, vem se mostrando como mais uma mudança nesse processo histórico das vidas femininas. Se outrora a mulher boa para casar era aquela vista como pouco questionadora, com menores instruções escolares e muito mais dotada de atributos domésticos, hoje, já é possível perceber uma descontinuidade nesse processo, tendo em vista que as mulheres educadas a partir de maiores níveis de escolarização e, portanto, maior acesso a melhores postos de emprego, têm sido vistas com bons olhos para uma relação amorosa. Assim, seria possível dizer que mulheres formadas e profissionais estabilizadas poderão ser consideradas o novo dote feminino?

Dentre as colaboradoras que narraram ter se encontrado na profissão que desenvolveram ao longo de sua vida em atividade no espaço remunerado, uma fala que teve peso a ponto de ser citável³⁶ foi a de Coral, ao expressar:

Eu trabalhei 30 anos em sala de aula. Foi um período, assim, muito bom, mas a gente, eu tive bastante dificuldade, em uma escola pública, os alunos, assim, a gente vê que não são assim bem instruídos em casa né, e pra gente manter esses alunos, orientar direitinho fica muito difícil, que a gente chega dá uma orientação... Ah não, mas meu pai disse que isso é assim. Fica muito difícil, mas graças à Deus eu

³⁶ Fazendo uso do termo utilizado por Verena Alberti (2010, p. 186), quando a narrativa do entrevistado vai além do caso particular, oferecendo um caminho para compreensão da realidade. Quando isso acontece, a narrativa oferece tal peso que se torna-se citável.

consegui, esses 30 anos de serviço, aí passei a trabalhar no ensino médio também, mas deu tudo certo, os alunos, aqueles adolescentes com dificuldades, a gente chamava pra conversar, uns melhoravam, outros não, mas, graças à Deus deu certo. (CORAL – segunda geração, 2022).

A fala de Coral remete a um dos atributos a que a profissão professora foi sendo desenhada ao longo do tempo. O que foi expresso por ela se deu a partir de um caráter de instrução aos seus alunos, os quais, à medida que apresentavam problemas, deveriam ser conduzidos a um melhor caminho por ela, a professora. Essa característica expressa na fala de Coral, que traduz o pensamento e vivência de tantas outras professoras, encontra-se ancorada em uma perspectiva cultural que foi enredada junto ao magistério.

Desde fins do século XIX, mais precisamente entre 1835 e 1890, o magistério foi uma profissão ocupada essencialmente pelo público feminino, embora os homens ainda seguissem dentro do ambiente escolar como profissão, mas, a partir de outros cargos, de maior comando, tais como: direção, inspeção e funções técnicas e administrativas. O campo profissional professoral foi, portanto, tornando-se feminizado, apreciando-se o público feminino para tal função por ser visto como mais capaz de cuidar, educar e disciplinar as crianças (MATOS; BORELLI, 2013).

Outra incorporação que foi dada diante do entendimento do magistério como sacerdócio reflete até a atualidade – os baixos salários – disseminando-se a ideia de que a boa docente não se preocupava com o salário, pois sua concentração estava voltada para a formação dos alunos (MATOS; BORELLI, 2013). Tais aspectos evidenciam-se de maneira incoerente e inversamente proporcional, sobretudo aos dias atuais, tendo em vista que a baixa remuneração leva a professora e professor a desenvolver a atividade docente de maneira mais precarizada, pois tem que se dividir em mais de uma escola.

Essa discussão leva a outro diálogo, desenvolvido no livro de Paulo Freire *Professora sim, tia não*, em que o autor pontua, dentre outras coisas, a importância da nomenclatura correta para designar a docente que está em sala de aula. Ao chamar de *tia*, há um caráter, velado, de que aquelas crianças se traduzem em uma extensão da sua família, quando na verdade não é. O chamamento correto, *professora*, denota a atuação profissional que aquela sujeita está desenvolvendo naquele ambiente, no qual não o faz sem perspectivas profissionais e base teórica para tal.

Portanto, torna-se imprescindível considerar a importância da superação desses diversos marcadores sociais que se encontram envolvidos na escolha e desenvolvimento da profissão docente, o que não gera ganhos para nenhuma das partes, seja a professora, o professor e até mesmo os estudantes.

Embora nenhuma das entrevistadas tenha pontuado o exercício profissional como fator determinante de interferência e/ou impedimento para o desenvolvimento da condição materna, Berilo, outra entrevistada, falou algo singular:

Bom, a construção de não ser mãe, acredito que tenha uma influência muito forte da minha atividade profissional, acredito que sim. Porém, não foi determinante não. [...]eu fui educada pra exatamente, era romper pra que mãe ficasse só no lar, que tivesse uma profissão, a minha mãe disse, olha, depois de casada é que fui estudar, ter uma profissão, mas você pode ter a sua profissão antes de construir sua família. (BERILO – segunda geração, 2022).

Mais uma vez, é possível analisar as mudanças na forma como as famílias, sobretudo as mães, direcionavam suas filhas. Embora a ideia de casamento e família ainda estivesse empregada no discurso das famílias, a educação e a consequente profissionalização iam tomando a centralidade na busca do que deveria ser alcançado pelo feminino. Outro trecho marcante da narrativa de Berilo se deu diante dessa fala:

[...] bem, aí eu fui participar de grupos de jovens, o trabalho da Igreja, e aí eu comecei a ver que eu não queria ser mãe, que eu não queria me casar e ter filhos, e eu não poderia ter filhos sem ser casada, então pela minha formação né, não que não pudesse e que a minha geração já tinha, mas que eu, eu achava que se eu fosse freira, aí eu poderia trabalhar minha espiritualidade, eu poderia conhecer muito mais, eu não teria essa obrigação de lar, e nem aquela dependência de ser a esposa[...]. (BERILO – segunda geração, 2022).

Nesse fragmento, é possível retomar a ideia de conciliação já desenvolvida por aqui. Berilo foi a única colaboradora que elencou os aspectos profissionais tendo, em alguma medida, contribuído para o não exercício da maternidade. Na sua fala, torna-se evidente uma preocupação feminina que ainda se mostra tão presente e cada vez mais viva – as atribuições da dupla jornada de trabalho. Não se casar, e não ter filhos, livra as mulheres de uma sobrecarga de trabalhos reprodutivos e lhes garantem maior estabilidade, acesso e permanência nos espaços profissionais.

A ligação mãe-filho e a teoria do vínculo vêm se instituindo como mais uma maneira de confinar as mulheres ao espaço privado. Tais teorias se propõem a demonstrar um elo instintivo entre a mãe e a prole, baseadas em dados fornecidos pelo mundo animal. E assim, “A diferença é que, enquanto o vínculo trata da conexão do filho com a mãe, a ligação toma a direção oposta, da mãe com o filho” (FORNA, 1999, p. 91). Nisso, a teoria da ligação situa-se como a antiga ideia de instinto maternal, porém, agora com armaduras científicas.

Esse enredo é construído a partir de construções culturais que vão sendo forjadas ao campo do natural e que impõem, às mulheres que optam pela maternidade, uma vida repleta de obrigações. As sociedades vão modelando os modos de criar filhos, que inserem como

sendo os mais corretos, se não os únicos modelos existentes. Os sociólogos e antropólogos pontuam que a maternidade é uma construção social e cultural, que impõe não somente como esses filhos serão criados, mas quem deve criá-los. Contudo, em alguns lugares a maternidade foi sendo construída de maneira diferente. Há lugares em que a mãe não é vista como a única responsável pelos filhos, e ninguém espera que ela seja, e os homens se envolvem muito mais com a vida da prole. Nesses ambientes, não há, para a mulher, o conflito entre trabalhar e ter filhos, a mãe não é empurrada a se sentir culpada por suas escolhas pessoais (FORNA, 1999).

Será, então, que as mulheres mães desse tempo presente e recente têm conseguido livrar-se da culpa de suas escolhas pessoais que transcendem os limites das atribuições puramente maternas? É visto que não. Com as maiores conquistas e espaços alcançados pelas mulheres ao longo dos últimos anos, os papéis masculinos não se modificaram na mesma intensidade, assim, foi e continua a ser imputado às mulheres uma sobrecarga de atribuições. Será então que está se vivendo o tempo, do que foi indagado por Lina Meruane (2018, p. 16), como “numa reciclagem atual da mãe-empregada, tornaram-se mães-totais e supermães dispostas a arcar com casa, profissão e filhos sobre seus ombros, sem reclamar.”? Não sem reclamar, gritar, vocalizar suas questões, dores, dissabores e inquietações dos pesos que com a maternidade são chegados, mulheres se encontram se mobilizando em uma busca de vida mais igualitária em direitos e deveres entre homens e mulheres, na busca de uma maternidade tão leve, que chegue a ser exigida e entendida sob a leveza do que é ser pai em suas atribuições.

Ainda diante de permanências tão impositivas ao feminino, a quem ousa dizer que não deseja a maternidade é impregnado um olhar tortuoso, desconfiado e julgador. Contudo, não dá mais para ocultar as mulheres sem filhos – mesmo as casadas, a quem a cobrança pela chegada da prole é ainda mais acirrada – gerar filhos não pode mais ser posto como consequência natural, as sem filhos também ecoam suas vozes e se fazem ouvir.

À vista das análises empreendidas referentes à escolarização das colaboradoras, considerou-se os processos de suas profissionalizações. Assim, foi possível avaliar a importância da abertura, conquista, acesso e permanência de muitas mulheres a esferas disponíveis no espaço público – escolarização a maiores níveis e profissionalização – como fator preponderante. Porém, não representou uma ruptura total, pois permaneceram características ligadas somente ao espaço privado como consequência da vida feminina. Ainda assim, foi possível sentir esse momento – segunda metade do século XX – como marco temporal na descontinuidade da visão de casamento, maternidade, e atribuições com o lar, como imprescindíveis para a completude feminina.

Essas novas trilhas de possibilidades para as mulheres teresinenses se mostraram como maneira destas irem buscando novos significados e ocupações para suas vidas, em que a maternidade e o matrimônio foram perdendo espaços de centralidade e ocupando cada vez mais o campo do secundário.

Seguindo o fio de análise das histórias de vida das mulheres participantes dessa pesquisa é que se atribui, como campo de diálogo imprescindível para compreender os significados que foram sendo delineados pelas mulheres em suas vidas, as relações amorosas. À vista disso, é que os tópicos seguintes se costuram.

3.2 AMORES E DESAMORES: AS SOLTEIRAS

As mulheres brasileiras foram traçadas a partir de diversos modelos ao longo do curso histórico. Ora com pouco ou nenhum prestígio na sociedade, nem mesmo junto ao contexto familiar, em outro momento foi sendo traçada a partir de uma valorização diante da sua condição de mulher-mãe. Posteriormente, as mulheres foram conseguindo romper com determinadas barreiras, não sem relutância, quanto à sua participação na esfera pública de poder, sobretudo ligada aos maiores níveis de escolarização e profissionalização. Contudo, essa fase última veio impregnada dos aspectos de conciliação, que seguia gerando sobrecarga e cobranças sociais às mulheres. Atualmente, na modernidade ou pós-modernidade, como alguns preferem nomear, não há como conter as tensões existentes na dualidade maternidade e novas visões do feminino, em que a participação no espaço público de poder a partir de suas várias instâncias se constitui como campo atrativo para as mulheres, em que a maternidade vai sendo postergada ou mesmo ocupando o espaço da inexistência na vida de muitas delas.

A tríade casamento – maternidade – dona-de-casa ainda seguiu como cobrança social para as mulheres teresinenses de maneira incisiva no início da segunda metade do século XX, entendendo a participação feminina no campo do trabalho produtivo como uma marca que deveria ser compreendida e exercida como transitória para as mulheres. Como analisaram Elizângela Cardoso (2012) e Carla Rodrigues (2021), a respeito, dentre outras coisas, da condição feminina em Teresina entre o período de 1950 e 1970, a partir do discurso que ia sendo desenvolvido nos jornais de circulação local da época, as mulheres eram escritas entre o público e o privado, permanecendo o segundo como aquele que deveria ser o objetivo principal de vida feminina.

Essa conjuntura de normas, modelos e concepções encontrava-se para além das investidas sobre o casamento, mas o que nele estaria acarretado a sua dita natural

consequência, a maternidade. Portanto, não seguir a esses padrões preexistentes e permanecer solteira, seja por escolha, seja por consequência circunstancial, ainda se revela objeto de fortes investidas preconceituosas contra as mulheres, encaradas, por vezes, como incompletas pela falta de um marido, e muito mais, de um filho ou filha.

Realizando um retrospecto diante dos significados que o ser solteira foi adquirindo ao longo da história, vale lembrar de Mary Del Priore (2009), que analisa a condição feminina no Brasil Colônia, no qual o matrimônio, e não só ele, mas, a sua consequência maior e mais valorosa – a maternidade – deveria ser almejado por todas as mulheres, pois era através dele que se atingiria o respeito, a mobilidade social e a segurança, critérios a serem alcançados pelo público feminino. Entretanto, ao passo em que o casamento e a maternidade iam ganhando traços de importância social, a vida sexual, sobretudo das mulheres, encontrava-se vigiada sob a mira da punição social, moral e religiosa, pois as práticas sexuais dentro do casamento deveriam ser regradadas e nunca demasiadas.

Nesse ínterim, as mulheres estariam sendo agentes da Igreja e do Estado dentro da própria instituição familiar, a partir de seus projetos controladores, em que, junto de suas normatizações às mulheres casadas, condenavam o amor demasiado. Tal condenação atuava não somente junto àquelas que se encontravam em matrimônio, impondo que suas práticas deveriam estar guiadas pela procriação, mas, sobretudo, junto àquelas que se situavam em posição ainda mais marginalizada, as não casadas, que em tal situação sentiam-se atraídas pela estabilidade sugerida pela chegada do casamento (DEL PRIORE, 2009).

Segundo Ronaldo Vainfas (1989), o significado atribuído a mulher solteira no período do Brasil colônia não era o que hoje lhe é conferido, de mulher não casada, mas sim, sob a conotação de mulher desimpedida, livre, sem a proteção do marido ou da família. Seria, portanto, passível de envolver-se em qualquer relação amorosa e/ou sexual. Tal vinculação de significado encontrava-se também para regiões fora do Brasil colônia, como na Espanha, em que ser solteira era mulher suspeita de viver desregradamente. Em Portugal, ser mulher solteira era como se dizia “mulher que nunca casou”, ‘mulher que não tem marido’, ‘mulher pública’, quase um sinônimo de meretriz, ainda que sem conotação profissional”. (VAINFAS, 1989, p. 69)

Ao tempo de mudanças e deslocamentos de fronteiras sobre condições de vivências impostas culturalmente pelo gênero, o sentido de ser mulher pública também sofreu alterações. Há que se pensar sobre o conceito de mulher pública, que por volta do século XIX já vai adquirindo outra conotação, não mais ligada ao contexto do pejorativo, mas sim, da ocupação cada vez mais frequente do público feminino aos espaços público de poder. Pese

que, por muitos anos, o que perdurava era a ideia de que “Para os homens, o público e o político, seu santuário. Para as mulheres, o privado e seu coração, a casa” (PERROT, 1998, p. 10). Ao caminhar para o século XX, sobretudo para a segunda metade desse período, foi possível romper com tais amarras que ainda se faziam resistentes às lutas feministas, posto que o espaço do público foi sendo ocupado pelas mulheres.

Retomando a análise sobre as nuances do ser solteira, foi possível perceber a fragilidade e a carga preconceituosa a que era imputada àquelas que não se encontravam em condição de casada, alocadas ao campo da margem da sociedade. Sem a proteção da família e sem marido, era compreendida como aquela com quem poderiam ser desenvolvidas relações sexuais sem grandes responsabilidades, o que revela o caráter frágil, desonrado e desrespeitoso sobre aquela que não possuía proteção masculina do pai ou do marido, concepção que perdurou pelo século XIX e início do século seguinte, de maneira mais incisiva. Entretanto, há de se considerar que, em meio às solteiras, havia, para muitas, a figura de um pai, irmão, ou mesmo um cunhado, como foi possível ver na história de Ágata, que até hoje segue coberta pelo véu de proteção dos irmãos, e não só ela, mas também a outra irmã solteira.

Observa-se, portanto, que as mulheres solteiras foram, durante muito tempo, marginalizadas no curso da História, quando não incorporadas ao campo do desrespeito, da ideia de perigo relacionada às questões sexuais, imaginadas como aquelas sem proteção – pois em sua condição de mulher necessitavam da tutela de um homem, seja pai, seja irmão, seja marido, para serem vistas como protegidas – que eram simplesmente incorporadas ao campo do oculto, daquelas que existem como um problema que deveria ser ignorado.

À vista disso, muitas mulheres viveram por longos anos sendo educadas para casar-se, ter filhos e cuidar do lar. Aquelas que não conseguiam atingir a propagada ideia de êxito de ser “escolhida” por um homem seriam encaradas a partir de diversos estereótipos. Aqui convém rememorar os estudos de Zanello (2016), que aborda os dispositivos de subjetivação das mulheres diante de aspectos que ainda são naturalizados como fundamentais para a plena realização das mulheres, os quais são traduzidos em dispositivo do amor e dispositivo materno. O segundo é decorrente do primeiro, uma vez que para compreender o dispositivo amoroso a autora cria a metáfora da “prateleira do amor”, na qual as mulheres se subjetivam em uma relação mediada pelo olhar de um homem que as escolha. Essa prateleira passa a ser regida por um ideal estético que, entendendo os homens como avaliadores, os colocam em um patamar de escolha, e desencadeia na rivalidade entre mulheres, que deverão, nessa acepção, buscar sempre brilhar mais que a outra, chamar mais atenção. Entender-se a partir da

prateleira do amor torna mulheres vulneráveis, sob a ideia de que devem ser “escolhidas”. O dispositivo materno, acena como uma consequência desse primeiro dispositivo, pois a mulher sendo “escolhida” por um homem, deve casar-se e então dar um filho a esse homem. (ZANELLO, 2016).

Portanto, as mulheres solteiras colaboradoras desse estudo ultrapassaram as fronteiras dos dois dispositivos que são imputados a elas como meios de subjetivação. Rompem, portanto, com noções impostas do que deveria se constituir de trilhas no caminho das mulheres em desenvolvimento de uma de suas principais funções sociais – a maternidade.

Contudo, ao longo das conquistas feministas as performances das mulheres foram tomando novos espaços, conquistando liberdade, emancipação e inserção em lugares outrora negados. As mulheres, hoje, não mais compreendem o casamento como um único destino para suas vidas e, muito menos, para sua completude. Pelo que se pode analisar diante das histórias de vidas das entrevistadas, na segunda metade do século XX essa já não se configurava como único meio de realização pessoal das mulheres. Ressalta-se que em todo o tempo sempre houve aquelas que, mesmo sendo filhas de seu tempo, com algumas incorporações diante do cultural, também ultrapassaram as fronteiras das interdições, negando concepções naturalizadas a elas por ordem do “destino natural”. Abordar os amores e desamores vividos pelas colaboradoras da pesquisa se tratou de um eixo mais íntimo, e não iniciar a entrevista por ele revelou-se de grande valia para que as mulheres se sentissem mais abertas a falar. Algumas narraram de maneira mais detalhada sobre amores vivenciados, rompidos e ainda vividos, outras optaram por falas mais simples, sem muitos detalhes, sem muitas lembranças, memórias que não queriam externar.

Outro ponto que também se evidenciou, ao tratar sobre os romances, foi a forma como as mulheres pertencentes a diferentes décadas foram conjecturando a ideia do namorar, os modos de significância que esse ato ia sendo incorporado ao longo das gerações.

Para melhor análise e compreensão das questões relacionadas às vivências dos amores pelas mulheres participantes do estudo, optou-se por dividir esse eixo a partir de dois núcleos: as mulheres solteiras, aquelas que podem até se encontrar namorando, porém nunca mantiveram uma relação conjugal, seja através do casamento, seja através da moradia compartilhada com o então parceiro; e aquelas que se encontram casadas, ou que já viveram maritalmente com alguém.

Foi possível verificar que não houve uma singularidade entre as casadas e as solteiras no tocante àquelas que falavam mais abertamente sobre suas relações e aquelas que preferiam a objetividade. Todas as colaboradoras, independente da geração, desenvolveram relações

afetivas em algum momento de suas vidas, porém, algumas demonstraram em suas narrativas boas lembranças, memórias marcantes, e outras, ainda que tenham igualmente vivenciado uma relação amorosa, não se interessaram em falar com mais detalhes, entusiasmo ou ressentimento, apenas viveram e deixaram guardadas em algum lugar da memória que não convinha, ao menos naquele momento da entrevista, recordar com mais intensidade.

Ainda que nenhuma das colaboradas da pesquisa tenha narrado a experiência de um grande amor, exatamente com essas palavras, destaca-se a narrativa de Coralina, pertencente a geração da década de 1960, que, havendo possuído um namorado em sua adolescência ao qual destinava muito afeto, acabou por se separar devido às circunstâncias que ainda se revelam com ar de tristeza por aquela história não ter se concretizado em um matrimônio.

Antes mesmo de ser indagada sobre seus relacionamentos, Coralina já começou a falar sobre esse desamor, o qual se fez de forte influência em sua decisão quanto ao não desenvolvimento da condição materna, aspecto esse que será abordado mais a frente com mais afinco. Dos amores vividos por Coralina, ela exemplifica aquele passado por sua juventude: “A gente se gostava muito” (CORALINA – segunda geração, 2022). Ela continua:

minhas colegas as vezes diziam que tinham visto ele em não sei onde, né? E aí, eu não brigava, mas eu dizia. “Olha, minhas colegas disseram que viram você em não sei onde...” e ele ficava com raiva e dizia que eu só acreditava nas minhas colegas e eu dizia para ele. “Pois no dia que eu ver.” “Não precisa mais você ir lá em casa.” E um dia eu vi com meus próprios olhos e eu não fiz nada. Não fui lá discutir. Nem nada. Eu simplesmente fui embora. E um dia ele bateu lá na porta de casa. Queria falar comigo e eu disse. “Não, a gente não tem mais nada para conversar não.” “Eu não falei que quando eu visse não precisava mais você vir aqui.” E pronto. (CORALINA – segunda geração, 2022).

Apesar do forte sentimento narrado por Coralina, sentido com reciprocidade, a relação foi marcada por infidelidades, sobre o que ela era sempre alertada pelas amigas, seguindo, no entanto, com a relação. No dia em que presenciou a traição decidiu não mais seguir com o relacionamento. Apesar do então namorado ter ido em busca de uma reconciliação, Coralina manteve-se decidida pela recusa, apontando o fim do relacionamento. No entanto, a história de Coralina segue com mais um capítulo inesperado quando, encontrando-se grávida, procurou o antigo companheiro para falar-lhe sobre o que tinha ocorrido, e a resposta foi negativa, traduzindo-se em “quando eu falei para ele. Ele disse que era para eu inventar uma história. Que não era dele. Aí, eu me revoltei. Eu peguei e fiz um aborto... Clandestino, mas fiz.” (CORALINA – segunda geração, 2022). Tal ponto será abordado com maior profundidade mais à frente na pesquisa.

Analisar a fala de Coralina a partir de sua memória é convidativo lembrar de Janaina

Amado (1995, p. 131), quando traz a perspectiva de História e Memória. A autora pontua que:

Embora relacionadas entre si, vivência e memória possuem naturezas distintas, devendo, assim, ser conceituadas, analisadas e trabalhadas como categorias diferentes, dotadas de especificidade. O vivido remete à ação, a concretude, às experiências de um indivíduo ou grupo social. A prática constitui o substrato da memória; esta, por meio de mecanismos variados, seleciona e reelabora componentes da experiência.

A separação e desilusão de Coralina para com o então companheiro foi um fato, outra coisa, diferente, foi a memória que ela elaborou a respeito dele. A memória, portanto, vai construindo significados para as vivências de Coralina. Assim, pensar o uso de História Oral é tornar visível subjetividades que não seriam passíveis de serem encontradas junto a outras fontes.

Foi possível sentir uma certa nostalgia por parte de Coralina enquanto ela falava do amor que não seguiu, uma lembrança de algo que poderia ter dado certo, mas que foi interrompido. Ela não narra a história de seu amor com raiva, mas, talvez, com uma certa mágoa. Coralina finaliza esse trecho da conversa relatando como esse homem vive hoje: “E ele casou com ela. Ele tem duas filhas. Já são formadas também. São duas moças. Uma é nutricionista e a outra é contadora. Ai tá lá... Mora em Timon, mas... Não deu... Para casar.” (CORALINA – segunda geração, 2022), frisando que ele se casou com outra pessoa (aquela com quem ele havia cometido a traição para com Coralina), teve filhas, constituiu uma família, mas que entre eles não deu certo para casar.

A ideia que pode ser visualizada na fala de Coralina, embora sob uma perspectiva de conformidade com a não chegada do matrimônio com aquele amor de juventude, é revelada ligada diante de um processo cultural que ainda acomete as mulheres diante de algumas permanências advindas desde o Brasil colônia, com a forte presença do discurso da Igreja, em que:

Sermões e pastorais exaltando o sacramento do matrimônio serviam tanto para justificar a instalação de um aparelho burocrático e afirmar o poder da Igreja no Novo Mundo, quanto para difundir as benesses dessa falsa relação igualitária, no interior da qual o equilíbrio residia na dominação masculina e consentida submissão feminina. (DEL PRIORE, 2009, p. 109).

Esse projeto de dominação feminina através do casamento, que segue como modelo preponderante, vai sendo efetuado no Brasil entre os séculos XVI, XVII, XVIII, por razões de Estado, pela necessidade de povoamento das capitanias, na busca de um controle social. (DEL PRIORE, 2009). Projeto esse articulado com forte apoio da religiosidade, visando inserir as

mulheres no matrimônio e seus acarretamentos sob uma ótica de igualdade, quando na verdade o que se tomava como resultado era o confinamento das mulheres ao âmbito privado a serviço de uma sociedade hierarquizada pelos homens.

Esse processo está vinculado à construção do patriarcado e suas ainda fortes permanências na sociedade. Em análise sobre o assunto, Mary Del Priore (2020) o localiza como um sistema que está presente em quase todas as culturas do mundo, em que caberia aos homens as tarefas de alimentar e proteger a família a partir das funções assumidas no ambiente externo ao lar. Para as mulheres, caberia a organização do lar e educação dos filhos, ou seja, as atribuições restritas ao recôndito do lar. Caminhando um pouco mais na história, a partir dos anos 1970, o conceito foi incorporado pelo feminismo para denominar um sistema social de opressão das mulheres pelos homens. Assim, o termo passou a ser alvo de críticas diante da busca da superação de características sociais que classificassem relações desiguais entre homens e mulheres, em que os primeiros colocavam o ser feminino em posição de desrespeito.

Se igualdade é uma palavra que nem sempre foi projetada para se pensar a relação entre homens e mulheres na sociedade brasileira, teve-se no casamento a forte marca das relações desiguais exercidas do masculino sobre o feminino. Em situação de tutela sob um chefe da família – o patriarca – as mulheres encontravam-se sempre em condição desfavorável aos homens, pois estariam em condição de obediência e servidão ao pai e depois ao marido. Esse processo se instalou no Brasil advindo, dentre outros fatores, daquilo que os primeiros colonizadores trouxeram para o país a partir da desconfiança que se tinha sobre a mulher, bem como a perspectiva de que a ela caberia obedecer ao homem. Desse modo, trouxeram o modelo patriarcal, constituído de “clãs cujos membros se submetiam ao marido, ao pai ou ao patriarca” (DEL PRIORE, 2020, p. 19).

Pensar esse processo é perceber as permanências ainda existentes, sendo passíveis de serem percebidas a partir da fala de Coralina que, mesmo não vocalizando o seu desejo de ter chegado a desenvolver o matrimônio, externou a mágoa pelo não vivido. Pensar o contexto teresinense de fins do século XX, e sua influência nas construções sociais e culturais de moças como Coralina, fruto da segunda geração, é compreender que o casamento ainda seguia como uma característica de cumprimento das funções sociais femininas, embora não se configurasse como a única.

Apesar de a narrativa de Coralina estar marcada por um amor que não seguiu, ela faz questão de enfatizar que seguiu sua vida. Não mais vivenciou um novo grande amor, mas “Isso não quer dizer que eu não saia, não me divirta não. Eu tenho namorado. Mas não para

dizer. ‘Vamos morar junto?’ ‘Vamos casar?’ ‘Vamos ter um filho?’ Mesmo porque a idade já não dá mais.’ (CORALINA – segunda geração, 2022). A narrativa de Coralina torna evidente mais um fragmento das fortes permanências do patriarcado. Através dessa fala de Coralina vê-se que o casamento é sustentado como a perspectiva da reprodução. Ainda que ela tenha seguido a sua vida a partir de novos romances, relata que não se trata de uma relação com perspectivas de futuro, de um casamento, atrelando como justificativa o fator de sua idade. Tal fato remonta a mais uma forte amarra cultural, o padrão de que essas condições – casamento – devem acontecer sempre na juventude.

Diante da experiência de amores difíceis, tem-se a vivência de Citrino sobre um de seus relacionamentos, o qual, longe de relatar como grande amor vivido e não continuado, tal relação lhe despertou impactos negativos em suas lembranças.

Se outrora as mulheres tiveram que se submeter a relações abusivas e não tão consensuais através de uma perspectiva de acordo entre famílias, de submissão ao desejo do pai, com o passar do tempo, com a chegada de novos ideais de sociedade burguesa, que tinha como centro da família a criança que seria consequência do matrimônio, apresentou-se uma nova concepção de casamento, agora pautado pelo amor romântico (DEL PRIORE, 2006).

Muito mais do que libertar as mulheres de situações meramente contratuais entre famílias, o amor romântico, a partir da ideia de que se levaria em conta o desejo das mulheres, as intenções daquele homem para com a sua pessoa através da conquista, seria mais uma forma de restringir as mulheres a esse campo privado em que o casamento pode vir a se resumir.

O amor, como sugere Jurandir Costa (1999, p. 13), possui três principais afirmações que visam sustentar o credo amoroso dominante, são elas:

1) o amor é um sentimento universal e natural, presente em todas as épocas e culturas; 2) o amor é um sentimento surdo à “voz da razão” e incontrolável pela força da vontade e 3) o amor é a condição *sine qua non* da máxima felicidade a que podemos aspirar.

Pensar o amor como um sentimento universal vivido em todos os tempos, é visualizar aquilo que é selecionado e posto como natural, pensar nesses amores heroicos vividos como grandes histórias nas quais se devem aspirar. Contudo, “a capacidade para reconhecer semelhanças ou diferenças em fatos afastados no tempo e no espaço é ensinada e aprendida como qualquer outra.” (COSTA, 1999, p. 13). Assim, essa aceção de universalidade empreendida pelas sociedades vai se constituindo e consolidando como obrigatória, e aquela que foge à regra condena-se a não experiência de um supremo amor. O

amor é uma relação, como sugere Zygmunt Bauman (2009, p. 18):

Em todo amor há pelo menos dois seres, cada qual a grande incógnita na equação do outro. É isso que faz o amor parecer um capricho do destino – aquele futuro estranho e misterioso, impossível de ser descrito antecipadamente, que deve ser realizado ou protelado, acelerado ou interrompido. Amar significa abrir-se ao destino, a mais sublime de todas as condições humanas, em que o medo se funde ao regozijo num amálgama irreversível. Abrir-se ao destino significa, em última instância, admitir a liberdade no ser: aquela liberdade que se incorpora no Outro, o companheiro no amor.

Pensar o amor, a partir da perspectiva de Bauman, como um sentimento que ao mesmo tempo gera medo e a incerteza sobre o que esperar do outro, esses sentimentos devem ser superados em virtude do regozijo advindo do amor vivido. Nessa perspectiva, a sociedade vai construindo imposições violentas a homens e mulheres na busca de responder às expectativas de um projeto violador de escolhas, pois, apesar de aparentemente o indivíduo possuir essa liberdade de escolha sobre seu corpo, se deseja ter determinada vivência – como é a matrimonial – há imposições veladas ou mesmo expostas sobre os papéis que devem ser desempenhados por homens e mulheres no meio social.

Embora tenha havido grandes conquistas rumo à emancipação feminina junto aos movimentos feministas ao longo da História, sobretudo aqueles ligados à segunda metade do século XX, no Brasil as mulheres, inspiradas nas lutas e pautas que já vinham ocorrendo no Estados Unidos, reivindicavam como centro das discussões o que foi denominado como Movimento de Libertação das Mulheres. Era o momento do corpo feminino e o seu prazer ganharem a centralidade das pautas. É marcadamente no período pós década de 1960, com o advento da pílula anticoncepcional, que viria garantir possibilidades de separação entre procriação e sexualidade (DEL PRIORE, 2020).

Ainda nesse cenário de transformações ao alcance feminino, convém refletir sobre outra questão que foi fundamental no processo de emancipação das mulheres – o divórcio. Além de poder decidir se casar com quem quisesse e se quisesse, o ser feminino também precisava de uma outra conquista, a de, não se encontrando satisfeita na relação matrimonial, poder separar-se. Nisso, por volta da década de quarenta do século XX, foi instituído o desquite, mais precisamente no ano de 1942, a partir do artigo 315, da Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916. Apesar de ser um meio para que o casal que optasse pela separação pudesse dividir seus bens materiais, eles ainda não estariam livres para novos casamentos, pois esta consistia em uma modalidade de separação, mas o casal ainda não era considerado quite com a sociedade, ou seja, não poderia se envolver em outra relação por meio legal.

O divórcio, aos moldes como se entende na atualidade, só viria a ser instituído a

partir da Emenda Constitucional nº 9 de 1977, na qual foi regulamentada pela Lei 6. 515 de 26 de dezembro daquele ano. Assim, o divórcio foi instituído em 26 de dezembro de 1977. Ainda diante desses novos rompimentos a configurações anteriormente impostas no que diz respeito às relações amorosas, a lógica sobre o amor ainda persistia e persiste sobre fortes investidas, em que “o romantismo amoroso foi e continua sendo uma das marcas registradas da cultura ocidental.” (COSTA, 1999, p. 18).

O romance no cenário teresinense da segunda metade do século XX já estava em disputa com os novos anseios femininos. Como já abordado anteriormente, era um período em que as mulheres já se inseriam no mundo escolar, acadêmico e profissional. As relações amorosas, por sua vez, iam se delineando a partir desses novos formatos, no vai e vem desse trânsito feminino nas suas novas trilhas. Os flertes, as paqueras e os namoros iam ocorrendo nesses novos espaços de sociabilidades possíveis para moças e rapazes, sem esquecer de levar em conta os fatores sociais e econômicos que os envolviam e, por consequência, lhes oportunizavam frequentar. Cinemas, praças, escolas, clubes, igrejas, eram alguns desses novos meios possíveis de acenar para um flerte. (CARDOSO, 2010)

Citrino, havendo possuído vários namoros ao longo de sua juventude, apesar de “nunca almejei o casamento porque não eram pessoas que eu dizia que eu queria para marido” (CITRINO – terceira geração, 2022), houve um que mais se destacou em sua narrativa, aquele mais longo e mais conturbado, que a deixou revoltada, por conta do:

Envolvimento que a gente teve de vários anos e o que eu percebo, que eu constatei é, que eu fiquei até assim meio frustrada por conta de tanto tempo e não ter reconhecimento, como se a gente... A dedicação que a gente teve esse tempo todo não passasse de nada, porque para eles, eles têm a mente muito pequena, torta e não respeita o espaço, principalmente quando a mulher... Se destaca profissionalmente é um incômodo muito grande para eles, veem traição em todas as ações de trabalho da gente (CITRINO – terceira geração, 2022).

Vários anos de sua vida dedicados a uma relação que só lhe traz à memória más recordações. Ciúmes, violência psicológica, interferência no ambiente profissional e no próprio desempenho de suas relações profissionais. O incômodo da ascensão profissional e destaque da mulher. Essas são algumas marcas das lembranças relatadas por Citrino ao falar dessa relação. Um relacionamento que durou 23 anos, cheio de receios, inseguranças e desejos não possíveis de realização pelo medo, o medo de encerrar aquele namoro.

Citrino faz parte de uma família de bases tradicionais, com “questão de princípios e base familiar” (CITRINO – terceira geração, 2022). Sua família é constituída de 6 irmãs e dois irmãos. Das mulheres, apenas duas se casaram, as outras quatro seguem solteiras e

morando todas juntas com sua mãe³⁷. As irmãs que casaram seguiram morando no mesmo terreno da família, em casas separadas, mas com quintal compartilhado, o que levou a convivência efetiva das tias que não casaram com os sobrinhos fruto das irmãs casadas.

Retomando as dificuldades enfrentadas por Citrino durante a relação duradoura, ela expõe que foram:

22 anos que já vinha desgastado a muito tempo, a princípio era um amor assim, que eu pensei que seria eterno, que ele seria meu marido, que eu iria casar e tudo, mas com o passar do tempo a gente vai conhecendo a pessoa e a pessoa vai mostrando realmente quem é. E ele era totalmente o oposto do homem que eu me apaixonei e que deixei de gostar, que tive coragem, graças a Deus e atitude, porque por ser um relacionamento duradouro, as pessoas diziam e ele ser muito agressivo, muito machista, conservador, as pessoas diziam que ele poderia me matar se eu terminasse com ele. Mas assim, as ameaças, assim, a desvalorização foi tão grande que fez ter coragem de terminar com ele, porque tudo... Para ele era motivo de traição. Eu não poderia ter principalmente amigo homem e como meu trabalho requer mais amigos homens, eu vivo no meio dos homens, meus amigos a maioria são homens e... Ele não aceitava isso [...] (CITRINO – terceira geração, 2022).

Relação duradoura, pautada por muitos momentos de tensão, os quais se sobressaem na memória de Citrino, quando não expõe lados positivos sobre o período em que esteve com o então namorado. Medos, angústias, ciúmes, imposições sobre o que poderia fazer e o que não deveria, ainda que o namorado não falasse para não falar com determinada pessoa, só o fato de saber que logo após aquele contato desenvolvido por Citrino seria motivo para discussão, o que configura como uma das várias violências sofridas por Citrino ao longo dessa relação, a psicológica. Mesmo diante de tantos medos em colocar um fim a essa relação, Citrino consegue se libertar, possuindo como estopim o fato de que “ele achava que todo e qualquer homem que eu falasse...Eu tinha um caso com ele, eu acho que isso foi a gota d’água, a falta de respeito, a falta de confiança... Que fez a gente terminar... A gente não, eu terminar.” (CITRINO – terceira geração, 2022).

Citrino faz parte de uma geração – nascida na década de 1970 – ainda marcada pelos moldes de educação feminina pautados em aspectos tradicionais, mas que já vinha almejando novos ares sobre a nova condição feminina que estava a ser acenada para as mulheres. Possuindo as suas bases formativas constituídas na segunda metade do século XX, a busca por uma relação afetiva não estaria condicionada ao ser escolhida por um homem, pois, como analisado por Elizangela Cardoso (2010), esse período foi marcado, também, pelas influências do que se passava nas telas do cinema, o que despertava novos anseios nas jovens moças de família no que diz respeito à busca de um pretendente a marido. O impacto do cinema, e das

³⁷ Senhora de 82 anos, viúva e mãe de 10 filhos.

transformações a que a sociedade ia sofrendo a partir dos diversos setores, alteraram as percepções que as mulheres possuíam de si mesmas e acerca dos homens, das relações amorosas, das atividades domésticas, tornando-se assim críticas a uma realidade vivida por suas mães e que não necessariamente deveria ser vivenciada por elas.

Ter que aguentar, portanto, não era uma única via existente para as mulheres teresinenses de fins do século XX. A juventude teresinense vinha se tornando protagonista de mudanças mais expressivas desde a década de 1950, com a abertura de novas experiências possíveis a eles e elas, reflexos de mudanças que estavam em processo de explosão no mundo. A intensificação da urbanização, o acesso a novas tecnologias e sua incorporação ao cotidiano das pessoas iam delineando novas vivências à juventude. Nisso, a paquera, o sexo, os estudos, o lazer, a moda, os costumes foram sendo forjados entre os valores tradicionais e os novos significados atribuídos pelos jovens a essas práticas, de modo a delinear outras referências e romper com imagens conservadoras atribuídas aos jovens (SANTANA, 2008).

Mesmo diante de uma formação já pautada nessas novas aspirações femininas e compreensões sobre novas formas de se relacionar afetivo-sexualmente, o rompimento, por parte de Citrino, de uma relação fincada nas variadas maneiras de abuso e violência não se consolidou de maneira rápida e fácil, pelo contrário, foi uma relação difícil de ser rompida.

O cenário retratado a partir das falas das colaboradoras, sobretudo Citrino, evidencia uma realidade ainda sofrida por muitas mulheres – as variadas violências contra as mulheres – dada à hierarquização que alguns setores da sociedade tentam impor do masculino sobre o feminino.

As violências contra as mulheres têm suas marcas profundas ainda fincadas na cultura Ocidental, haja vista as permanências do patriarcado nas relações sociais. Por isso, pensar o conceito de violência requer muita cautela, pois sendo dinâmica ela vai se ajustando e ganhando novas formas e significados com o passar do tempo, acompanhando as transformações socioculturais e se vestindo de outras maneiras, sem deixar de existir. A violência se constitui como uma construção social, e por assim ser, é resultado de um conjunto de interações entre os sujeitos (ABRAMOVAY, 2005).

A violência sofrida por Citrino encontra-se em meio àquelas mais silenciosas, que não são externadas com agressões físicas, mas são igualmente letais para a vida em sociedade. Pensar esse tipo de violência e tantas outras que atuam de maneira velada está relacionado a formas específicas do simbólico. Pensando o termo a partir de Bourdieu (2007), essas outras agressões são disseminadas contra as mulheres muitas vezes de maneira mascarada, ou mesmo relacionada a padrões preexistentes da cultura machista e misógina que naturaliza a

opressão sobre as mulheres. Assim, elas se naturalizam gerando um ciclo vicioso em que a vítima se vê como culpada e não consegue sair da relação.

Setores dominantes da sociedade sempre buscaram formas de justificar a dominação a que as mulheres precisavam ser submetidas para o bem social, desenhando as mulheres a partir de ideais de tentação, demonização, de pecado. Depois, a ideia implantada era a de que a melhor maneira de lidar com esse ser – mulher – era a partir do confinamento delas ao espaço do lar, do casamento e suas atribuições. Para seguir esse processo de permanência das mulheres ao privado, instalou-se o imaginário de mulher frágil, dócil, serena, e que quanto mais próxima da virgem Maria estivesse, sob a perspectiva da pureza, mais estaria no caminho certo e aceitação social.

O amor romântico é mais uma dessas formas de opressão sobre as mulheres, sob a idealização de que para se viver um grande amor, esse deve ser cheio de tempestades e não sereno, pois é na busca de “consertar” o namorado/marido que a mulher deve se firmar. O fracasso ou sucesso da relação conjugal é imposto sobre as mulheres. Como destaca Jurandir Costa (1999), o amor romântico é aquele representado a partir de algo mais forte que o próprio sujeito que se encontra em estado de amor, aquele sentimento que aprisiona, causando a sensação de não continuidade sem a presença do/da amado/da, rodeado de angústia.

Mary Del Priore (2006), ao produzir um estudo sobre a história do amor no Brasil, realiza um traçado diante dos significados atribuídos ao amor, entendendo-o como um sentimento vivido de maneira mutável a partir da vinculação que se faz com o seu tempo. O panorama apresentado pela autora evidencia que as mudanças inseridas aos modos de namorar no país foram desde meios mais rigorosos pertencentes ao modelo patriarcal de família, até as mudanças advindas com a maior liberdade proporcionada pela pílula e revolução feminista, do amor-paixão ao amor que chegaria ao casamento. Amar é, portanto, um sentimento construído e vivido de diferentes maneiras. Ligado a características culturais, o ser que de amor encontra-se envolvido incorpora atributos de seu tempo, nos modos como viver esse sentimento. Assim, são alguns dos significados pertencentes ao que se denomina amor na cultura Ocidental.

Notadamente, esse caráter imaginário idealizado junto ao amor romântico contou com forte apoio da literatura e do cinema para firmar-se junto as moças, principalmente. Em seu estudo sobre o amor e casamento em Teresina durante o recorte de 1920 a 1960, Elizângela Cardoso (2010) realiza uma análise assertiva quanto ao impacto da literatura nos modos como as jovens teresinenses idealizavam o amor, e, portanto, o que seria a sua consequência mais feliz – o casamento.

Nessa conjuntura atravessada por algumas continuidades e outras tantas descontinuidades junto à esfera do que se entendia sobre o amor é que as mulheres pertencentes às gerações presentes nesse estudo tiveram suas construções culturais. Com base nisso, pode-se perceber as dificuldades em sair de relações difíceis e abusivas, como a vivenciada por Citrino, bem como a expressão de melancolia de Coralina ao lembrar do seu amor de juventude. No entanto, é válido ressaltar que as mudanças sociais e culturais, já em curso desde fins do século XIX no mundo Ocidental, chegando com seus atrasos nas cidades mais interioranas, como é o caso de Teresina-PI, que entre fins do século XIX e início do século seguinte foi possível ver de maneira mais efetiva a chegada da modernidade e as surpresas advindas dela na cidade de Teresina-PI. O progresso materializado em inovações utilitárias que, embora não fossem acessíveis a todos os setores da sociedade, indicavam os novos rumos a que a civilização ia tomando, bem como as novas formas que iam se delineando entre as pessoas nos modos de pensar e sentir, o que não foi absorvido de maneira passiva por todos e todas, característica ligada a todo novo processo que se encontra em transformação, com seus sustos, admiração e medos (QUEIROZ, 1998). Esse processo de transformação se fez de força e importância na constituição de outras maneiras de essas mulheres significarem suas vidas, a partir da liberdade.

Em se tratando de processos culturais nos quais essas mulheres foram educadas, sobretudo as pertencentes as décadas de 1950 e 1960, destacou-se duas das colaboradoras da pesquisa. Ao serem indagadas sobre seus amores, as respostas versaram sobre: “Tinha meus namoradinhos. Passava uma semana, duas e largava.” (DIAMANTE – segunda geração, 2022), e “Só namorinho mesmo. Eu namorei muitos anos e não deu certo. Eu namorei com outro. Aqui em Teresina mesmo. Já formada. Já trabalhando. Eu professora. A gente namorou quatro anos. Não deu certo... Pronto. Acabou.” (ÁGATA – primeira geração, 2022).

Apesar de possuírem vivências singulares, em que Ágata chegou a possuir um relacionamento mais duradouro, de quatro anos, e Diamante não ter chegado a se envolver amorosamente com alguém por um longo período, passando só entre uma e duas semanas e largava seus então relacionamentos, as duas dividem um aspecto em comum no que diz respeito às suas vivências afetivas, como os trechos a seguir indicam: “nunca fui a um motel. Nunca dormi na cama com um homem. Nunca... E não sinto falta. Nunca senti falta disso.” (ÁGATA – primeira geração, 2022); “Eu tenho 58 anos e nunca tive relação com ninguém. Não tenho como dizer isso não. Nunca tive. Nunca fui para um motel. E também nunca perguntei ninguém como é.” (Diamante – segunda geração, 2022).

Foi possível perceber na fala das duas entrevistadas a sensação de satisfação em

relatar esse fato, deixando claro que chegaram a ter seus namorados, porém “Era namoro mesmo. Nunca de... Hoje em dia. No namoro, as pessoas vão logo transar, né?” (ÁGATA – primeira geração, 2022). As mudanças e permanências de concepções sobre um mesmo ato vão sendo continuadas ou quebradas ao longo do tempo. Para Ágata, demonstrar que o namoro daquele tempo era mais respeitável do que o estilo de namoro que se leva hoje em dia, foi a ideia de relação entre o passado e o presente, no qual, na concepção de Ágata aquele modo anterior era melhor que o de hoje, a tal ponto que ela nunca chegou a ir a um motel e evidencia que não sente falta.

Do mesmo modo é Diamante que, usando os mesmos termos de Ágata, “nunca ir a um motel”, deseja passar uma ideia de mulher virtuosa, seguindo aquilo considerado como preceitos de virtuosidade da educação que recebeu de seu tempo. Ao tratar sobre o perigo da sexualidade feminina, Mary Del Priore (2006) aborda a valorização do hímen para se consagrar como uma mulher virtuosa. Diante do discurso médico e religioso, a presença da virgindade feminina foi considerada, até o fim do século XX, como um dos meios de “consagrar a ética do bom e do mau comportamento sexual” (DEL PRIORE, 2006, p. 213). Assim, Ágata e Diamante, ao valorizar a sua condição de mulheres virgens, estavam correspondendo a valores ainda presentes de maneira incisiva no período em que elas foram educadas, ou seja, entendiam que para se manterem mulheres virtuosas deveriam permanecer com o seu hímen intacto, sem terem desenvolvido suas sexualidades, ao menos na forma da prática sexual.

Desde o período colonial no Brasil o que se buscava implantar nas mulheres era a dita piedade mariológica, além da ideia de proximidade com os ideais da virgem Maria, em que o modelo de feminilidade a ser almejado deveria ser ditado pela devoção a Nossa Senhora, o qual correspondia a comportamentos castos, em que a virgindade era cultuada (DEL PRIORE, 2009).

A ideia de piedade mariológica determina que, para se conter o “diabo doméstico”³⁸, dever haver a implantação do casamento como destino para uma boa aceitação social, pois a mulher estaria cumprindo seus deveres em sociedade, e aquela que não fosse escolhida para o matrimônio deveria se manter pura, virgem. Esse imaginário, embora já sob desconstrução, ainda reina em alguns ambientes, sobretudo aqueles ligados à religiosidade³⁹, em que dados os

³⁸ Considerada também um “diabo doméstico”, ela fora pintada na literatura da época clássica como um poço de vícios digno dos filhos das trevas: enganadora, melíflua, concupiscente, fétida, infecta, gastadora, desbocada [...] (DEL PRIORE, 2009, p. 33).

³⁹ Ambas as senhoras, Ágata e Diamante, se mostraram bastante religiosas. A primeira demonstrando ser ainda mais fervorosa, com muitos artefatos religiosos em sua casa, tais como: salmos bíblicos espalhados nas

avanços e retrocessos pertencentes ainda a determinadas culturas e regiões, tem-se no Piauí a ainda presença da busca da virtuosidade por algumas mulheres, gerando nas senhoras Ágata e Diamante motivo de orgulho em se manterem “virtuosas”, ou seja, virgens.

Ainda ligada às perspectivas tradicionais de base familiar e construções socioculturais, tem-se a história de Berilo, que embora tenha possuído “alguns namorados, [...], eu não cheguei a noivar porque eu não entendo porque eles eram tão especiais... Ainda bem que eles foram em momentos distintos, porque se tivesse sido tudo ao mesmo tempo, teria sido muito difícil, eles eram muito especiais” (BERILO – segunda geração, 2022). Ela narra seus relacionamentos de adolescência com muito entusiasmo, de maneira positiva. Exalta que todos que passaram pela sua vida amorosa foram muito especiais, porém, ela descreve a história de um, em especial.

[...] mas teve um que a gente enfim, se distanciou, não sei por que, aí ele morre numa noite de natal, acidente de moto, e como a gente tava de férias eu só soube quando eu voltei, ele tava na universidade, eu só soube quando eu voltei. Antes disso, no ensino médio também alguns, mas o que aconteceu, ah, eu dizia que queria ser freira, namorava, mas depois largava, porque – não, Berilo, enquanto tu não vai para o convento fica namorando comigo – aí, não, não dá certo, enfim, era por aí. Aí, quando eu estava na Universidade [Universidade Estadual do Piauí, cursando Licenciatura Plena em Pedagogia], eu já tinha resolvido essa questão, problema do pai, enfim [o problema de saúde no coração que ocasionou a sua morte]. Aí eu fiquei um tempo, não, eu vou, não quero namorar com ninguém agora, eu acho que eu tinha que ser freira mesmo, porque eu namorando com uma pessoa que dava tudo certo, tão lindo maravilhoso, aquela história, se for noite de natal, ele não ligou, aí ele não quer saber de mim não, já arranjou foi outra, e ainda fiquei com remorso, quando eu soube que ele tinha morrido, que eu achava que ele tinha me esquecido e arranjado outra, enfim, passou muito tempo. (BERILO – segunda geração, 2022).

A narrativa de Berilo versa sobre variados momentos de sua vida. Ela inicia rememorando sobre aquele relacionamento que mais marcou sua juventude, o qual terminou de maneira trágica, com a morte do então namorado. Ao mesmo tempo ela relembra, dentro da mesma história, que houve outros namorinhos, mas que ela possuía um desejo de ser freira. Contudo, Berilo esteve resolvida quanto a sua não ida para o convento, e finaliza frisando que acredita que deveria ter sido mesmo freira, pois em sua lembrança há marcas daquele amor que foi interrompido bruscamente por uma fatalidade, o qual era “tão lindo maravilhoso”, mas que não se concretizou. Assim, ela acaba atribuindo o acidente e consequente morte daquele por quem nutre uma boa recordação, até hoje, ao fato de que não era para se envolver com ninguém amorosamente, mas sim, ter sido freira.

paredes de sua casa escritos a mão em papéis A4, os quais, como ela mesma relatou, foi no tempo da pandemia que ela espalhou aqueles cartazes nas paredes de sua residência.

Buscando compreender um pouco mais sobre os meandros do desejo e não concretude em tornar-se freira, Berilo foi sendo indagada um pouco mais sobre o assunto, quando ela explica que:

[...]eu fazendo o ensino médio, quando eu decidi fortemente, eu tenho que focar naquilo que eu quero [ser freira], eu estava no segundo ano do ensino do segundo grau. E aí o meu pai ele é diagnosticado com problema do coração muito avançado e que ele teria pouco tempo de vida, aí eu, ah, se eu for para o convento eu vou ficar longe do meu pai e a minha relação com ele era muito forte, aí eu disse – não meu Deus, tem que ter fé, meu pai não vai morrer, eu acho que isso é uma prova de fé e se eu tiver usando isso como desculpa para não ir para o convento, é porque eu não tenho essa vocação – aí eu passei um tempo muito conflito em relação a isso aí é muito conflituoso, e aí aparecia os candidatos a namorar, casar comigo sabe, tão lindo, maravilhoso, simpático, tudo, sabe, [...] não, isso é provação, é provação – aí a freira, a irmã que me orientava ela dizia – isso é provação – ela queria que eu fosse freira – isso é provação, você não pode, se você quer dizer que gosta muito dele pense pelo menos três vezes, não diga hoje, diga pelo menos daqui a três dias – era assim e eu ficava... (BERILO – segunda geração, 2022).

Berilo relaciona diversos momentos e vivências de sua vida com o que seriam provações para que ela não seguisse o seu real destino, ser freira. Ora pelos namoricos que iam surgindo em sua vida, os pretendentes e namorados com quem ela chegava a se relacionar, desenvolver certo tipo de sentimento, no entanto, coloca a sua ideia de vocação para o celibato como primordial em sua vida. Aliado as suas próprias convicções havia os conselhos das freiras com as quais possuía contato, quanto a pensar três vezes antes de dizer que estaria gostando de um rapaz. Outro momento que se coloca como emblemático quanto ao prosseguimento de sua vocação se dá na descoberta da doença de seu pai, pois eles eram muito próximos e ela não poderia deixá-lo doente.

Analisar a ideia de vocação investida por Berilo ao longo de sua juventude, torna convidativo pensar quais os caminhos já se mostravam disponíveis para moças na ainda pacata cidade de Teresina em fins do século XX. Desde fins da década de 1950 já foi possível perceber no cenário de Teresina uma abertura para a presença feminina nos espaços educacionais em maiores níveis e consequente profissionalização, resultado de uma urbanização e industrialização mais intensa, características pertencentes aos anos dourados⁴⁰, embora esse fosse um período ainda marcado pelas tentativas de situar o espaço público como ambiente propício para o homem desenvolver suas funções de provedor da família, e a mulher como devendo priorizar suas funções no espaço privado da maternidade e cuidados com o lar. (RODRIGUES, 2021). Berilo desenvolveu sua juventude e caminhos produtivos em fins do

⁴⁰ Anos Dourados, entendido como o Brasil dos anos de 1950, em que o país passou por um intenso processo de industrialização e acelerado crescimento urbano. Tais processos foram geradores do aumento de abertura das possibilidades educacionais e profissionais para mulheres e homens, além da ampliação do acesso ao lazer, informação e consumo (RODRIGUES, 2021).

século XX, tempo em que a profissionalização feminina e escolarização já estavam mais consolidadas como caminhos possíveis e mais ainda, caminhos que ganhavam o campo da prioridade na vida das mulheres.

Outro campo de análise, que se abre com a vivência de Berilo, se dá em torno do peso que a religião católica exercia e ainda exerce sobre muitas famílias teresinenses. A Igreja Católica desenvolveu, ao longo do século XX, diversas maneiras de se manter tutelando a sociedade. Devido às transformações em curso na segunda metade do século XX, a Igreja Católica em Teresina foi agindo diante de diversas frentes sociais para seguir controlando as ações cotidianas entre mulheres e homens, sobretudo no que se referia a educação das moças de família, atuando através de ações benemerentes, incentivo aos pais sobre o dever de matricular seus filhos e filhas em escolas católicas, e colocando a família como “a instância social capaz de educar as futuras gerações, dentro de rígidos princípios morais e cristãos e assim, frear o mal que assolava a sociedade: a secularização dos costumes.” (OLIVEIRA, 2009, p. 26).

Portanto, a família de Berilo a educou seguindo princípios do que era imposto pela Igreja Católica, pautado pela religiosidade, e que, embora colocasse como importante a presença de uma profissionalização como garantia de um futuro melhor, o casamento e a maternidade seguiam acenando como mecanismos fundamentais para o pleno desenvolvimento das funções femininas.

A não ida de Berilo para a vida no convento se confirma com a real situação de saúde seu pai, quando “minha mãe chamar todo mundo pra dizer que o meu pai tava com um problema muito sério que ele poderia ter uns três anos de vida, mas ele poderia infartar a qualquer momento, infarto fulminante [...]” (BERILO – segunda geração, 2022). Seu pai segue na busca da cura para sua doença, realiza tratamento, mas “enfim, ele não sobreviveu” (BERILO – segunda geração, 2022). Em meio a essa conjuntura foi se moldando a família de Berilo, que, mesmo com o falecimento de seu pai, não segue para o convento, pois:

[...] aí eu nem fui, eu terminei o ensino médio e não fui para o convento porque a minha mãe dizia que precisava de mim, mas ela precisava mesmo do apoio, eu tenho certeza disso, mas era também uma forma dizer ela vai... não, minha Nossa Senhora me perdoe, mãe me perdoe, mas era uma forma da Berilo não ir para o convento né, não quero que minha filha seja freira. (BERILO – segunda geração, 2022).

Os pais de Berilo não eram a favor da filha tornar-se freira. Em muitos momentos da narrativa, ela rememora isso, enfatizando o desejo dos pais para que ela tivesse uma profissão e depois constituísse uma família. Analisar essa parte da história de Berilo deixa claro as marcas que as construções culturais e os modos pelos quais a educação vai sendo construída

estão intimamente relacionados aos projetos de vida que vão se delineando na trajetória dos indivíduos. Uma educação de bases ainda tradicionais, com algumas perspectivas emancipadoras, como a já importância da inserção feminina nos níveis de escolarização e mercado de trabalho produtivo, mas sem deixar de estar ligada a composições tradicionais.

Berilo não chegou a relatar se seguiu virgem ou não, e mesmo demonstrando o forte interesse em ter seguido no celibato, ela trouxe à tona muitos de seus romances vividos ao longo de sua juventude, sempre com aspectos positivos relacionados a eles. A história de vida de Ágata, Diamante e Berilo, consideradas suas singularidades, relacionam-se ao que está em torno de concepções tradicionais de educação. A busca em se afirmar virgem, ou mesmo na busca da obtenção de uma religiosidade mais aflorada, estão enredadas em uma trama que muito tem a ver com intencionalidades de opressão sobre as mulheres.

Diante disso, tornou-se pertinente indagar essas mulheres sobre como elas se sentiam ao ter chegado à maturidade sem o desenvolvimento do matrimônio, o que para algumas chegou a ser uma resposta difícil de elaborar, pois “Eu não sei nem nisso não... Porque eu nunca pensei nisso.” (ÁGATA – primeira geração, 2022). Entre as colaboradoras da pesquisa, houve aquelas que relataram viver a solteirice de maneira muito natural e tranquila, outras cogitaram a ideia de que seria melhor se houvesse a companhia de um parceiro para dividir a vida, o que se evidencia nas narrativas que seguem:

Eu levo com naturalidade. É como dizem, o que tiver que ser será. Se um dia eu tiver que casar. Dependendo da idade. Se for para ser. Vai ser. Que tiver que ser... Será. Mas é como eu disse para você. Meus relacionamentos. Eu tenho meus relacionamentos. Eu tenho. Mas não é uma coisa assim seria. De dizer. “Eu vou passar o final de semana na casa de fulano.” Não. Eu ainda sou antiquada. (CORALINA – segunda geração, 2022).

Tranquilo, porque o matrimônio é assim... Para mim, eu sempre, eu fico observando, ouvindo relatos de amigas que não são felizes, frustradas, relacionamentos conturbados, falta de respeito, não respeita o espaço delas é... E eu não me arrependo porque eu tenho minha liberdade, eu sinto falta assim, de uma companhia, mas não sinto falta de marido, de jeito nenhum, pois liberdade é tudo, a liberdade é tudo na vida de um ser humano. (CITRINO – terceira geração, 2022).

Coralina, da segunda geração, descreve sua condição de solteira de maneira natural, embora se preocupe em relatar que o fato de nunca ter casado não significa que ela não mantenha relações amorosas, pois ela possui seus relacionamentos. Porém, se declara antiquada por não desenvolver uma relação com maiores liberdades. Citrino, parte da terceira geração, analisa os pontos positivos de ser solteira pela vivência de suas amigas casadas, que não possuem a mesma liberdade que ela tem já que não é casada. Pontua que sente falta de uma companhia, mas não de um marido. A percepção entre a antiquada percebida por

Coralina e a liberdade apontada por Citrino se relaciona com o residual e emergente analisado na perspectiva de Raymond Williams (1971, p. 125), quando entende que o residual “por definição, foi efetivamente formado no passado, mas ainda está ativo no processo cultural, não só como um elemento do passado, mas como um elemento efetivo do presente”. As maneiras como Coralina entende sobre como deve agir diante de seu relacionamento atualmente é resultado dos resquícios de uma cultura dominante que atuava de maneira intensa até fins do século XX, mas que permanece sobre algumas mulheres diante da adaptação dos códigos moralizadores do sistema patriarcal.

O emergente, vinculado ao surgimento de novos significados e valores, é o que desencadeia em novas práticas e novas formas de organização social e das relações, ou seja, o aparecimento de elementos de uma nova formação cultural (WILLIAMS, 1971). Nisso relaciona-se a liberdade de que fala Citrino, em que se mostra uma nova perspectiva em torno do que é posto na cultura dominante. Se ser solteira ao longo do século XX era motivo de certo desprestígio para as mulheres, no sentido de que não cumpriram suas impostas funções sociais – casamento e maternidade – ao colocar a liberdade como parte importante atrelada a condição de solteira, há um novo significado posto como emergente e que traz novas possibilidades de interpretação de um símbolo presente na cultura dominante do passado e ressignificado no presente.

Ser solteira para as mulheres colaboradoras desse estudo, portanto, não se constitui como um desvio ou incômodo, mas sim, como uma condição que foi possível em suas vidas a partir de suas escolhas pessoais, nas quais o matrimônio foi se configurando inexistente na vida de cada uma delas, ao menos até o momento da entrevista. O ser solteira se tornou só mais uma de suas características, que não lhes define como mulher, posto que essas mulheres foram configurando novas formas de viver a partir da opção de não seguir um padrão normativo.

Ser solteira e não ter filhos parecia então aceitável à época das mulheres pertencentes as três gerações aqui abordadas, até porque a maternidade para as concepções morais do século XX ainda deveria ser acompanhada do ideal de família. Contudo, se casar e não desenvolver a maternidade poderia ser um complicador para os moldes sociais impostos. Com base nisso, é que o tópico seguinte visa analisar a vivência das mulheres casadas sem filhos.

3.3 VIVÊNCIAS DE UMA VIDA A DOIS: A CHEGADA DO MATRIMÔNIO

Pensar no casamento como um passo importante para a construção de uma nova

família – ainda que esse estudo não acredite na premissa de que só se caracteriza como constituição familiar aquilo que advém de moldes tradicionais de matrimônio, tanto no que diz respeito à celebração da união a partir da Igreja e/ou da justiça diante dos aspectos legais, quanto daqueles que se encontram em busca da relação conjugal, não se restringindo a homem e mulher. Entretanto, vale refletir sobre alguns conceitos básicos de família, parentesco e casamento, incorporados na sociedade ao longo do tempo.

Primeiro ponto importante para se compreender a perspectiva empreendida nessa pesquisa sobre a concepção de família, encontra-se aliada à pluralidade que o termo pode sugerir. Entender, pois, a diversidade das maneiras familiares, o uso mais correto seria então famílias, no plural e não no singular. Seguindo essa linha de constituição familiar e os conceitos básicos diante do que pode ser desenvolvido e partilhado a partir da sua constituição, entende-se por família um grupo de pessoas relacionadas diretamente por conexões parentais, em que os membros adultos são responsáveis pelos cuidados com as crianças. Os laços de parentesco, por sua vez, se traduzem em conexões entre indivíduos que se estabelecem tanto por casamento, como por linhas de descendência, que seriam mães, pais, irmãos, filhos. Por fim, o casamento é definido como uma união sexual entre duas pessoas adultas, que seja reconhecida e aprovada socialmente (GIDDENS, 2005).

O casamento como instituição social reconhecida e aprovada socialmente passou por variadas mudanças ao longo do tempo, de arranjos contratuais entre famílias para a escolha do parceiro através do amor romântico. Pautado em estudos como o de Jurandir Costa (2004), o matrimônio durante o período colonial no Brasil estava configurado sob a vertente da manutenção e união de riquezas a partir da escolha de maridos para filhas pertencentes a famílias abastadas, relacionadas a núcleos familiares similares no quesito condição econômica.

Seguindo o autor supracitado, o dote era uma maneira de passar parte dos bens da família da então jovem noiva para o futuro marido. Para aquelas cujas famílias não possuíam condições financeiras capazes de ofertar um bom dote para o pretendente da filha, restava, muitas vezes, o celibato. Outras questões encontravam-se em torno das configurações matrimoniais no período colonial no Brasil, como os fatores raciais, fazendo com que, muitas vezes, as relações de casamento se formassem a partir de parentes próximos ou afastados, visando a não possibilidade de união que pudesse revelar a condição de ex-escravizados no sangue. Aliado a essas escolhas de matrimônio para jovens moças de famílias abastadas, havia a forte presença de casamentos consanguíneos, entre primos com primos e tios com sobrinhas, sendo também predominante a união matrimonial entre jovens moças e senhores mais velhos.

Tais razões afastavam as possibilidades da existência de amor no desenvolvimento do casamento. Concepções que se encontravam asseguradas pelo caráter também religioso, visto que no catolicismo predominava a ideia de casamento para procriação, e os cônjuges não deveriam se amar mais do que amar a Deus, pois a Deus deveriam dar a devoção que lhe era devida, e que o amor conjugal poderia lhe roubar. Sendo assim, “o casamento não celebrava, portanto, o reconhecimento social da união amorosa entre indivíduos. O amor não era um pressuposto necessário à ligação conjugal. Como, aliás, a atração física, cuja ausência ou presença em nada alterava a composição da aliança.” (COSTA, 2004, p. 216).

Contudo, no século XIX foi sendo corroída a visão de casamento de razão – termo utilizado por Jurandir Costa (2004), para se referir aos matrimônios no período colonial –, pois novos ideais foram sendo incorporados na sociedade, e a criança foi ganhando grande espaço. Assim, pensar no matrimônio apenas sob os aspectos econômicos não mais fazia parte dos novos caminhos que a sociedade esperava das atribuições que o casamento deveria fornecer para a sociedade. Mulheres e crianças vão se tornando o centro da instituição familiar, na qual o pai, modelo e chefe de família, a partir dos aspectos políticos e econômicos, ia perdendo espaço. Não sem intencionalidades, a criança, possuindo grande prestígio social, tem na figura da mulher-mãe aquela que iria ser a responsável por seu futuro, o qual traria prosperidade para o país, a partir de sua futura mão de obra.

Desse modo, vai ganhando espaço o amor romântico, a escolha do parceiro que seria o futuro pai de seus filhos, com quem dividiria a sua vida a partir de então. Passaria a entrar em vigor o que foi denominado por Jurandir Costa (2004) como o casamento como instituição higiênica. A reviravolta diante daquilo que era considerado imprescindível para o matrimônio foi substancial. Se no modelo antigo de casamento o que predominava eram os fatores econômicos, agora, com o modelo de casamento higiênico, o que estava em voga era a hereditariedade. Aos homens era indicado a busca de uma esposa com a pureza da alma e vigor do corpo. À mulher, havia as mesmas recomendações, a busca girava em torno de um homem sadio. Ambas as sugestões se dariam pela busca de uma prole saudável.

Ao fim do século XIX e início do século seguinte, a partir da instauração da ordem burguesa e o advento do positivismo, foi se consolidando a importância que era dada socialmente ao casamento, e não somente a ele, mas o desenvolvimento de uma maternidade como missão feminina. Seguindo o ideário positivista, ao homem caberia as atribuições resultantes do desenvolvimento no espaço da rua, ou seja, o trabalho e o sustento financeiro do lar. À mulher, eram direcionadas atitudes de submissão, tais como o respeito ao pai e ao marido, e os cuidados referente a educação dos filhos e do lar (PEDRO, 2004).

Esse período posterior à Proclamação da República instaurou intensa vigilância sobre o comportamento feminino, sobretudo àquelas pertencentes às camadas populares, as quais não poderiam se restringir ao espaço doméstico, quando em muito deveriam contribuir com a subsistência familiar. Para elas era levado à tona de maneira reiterada o fantasma da prostituição, para que suas consequências fossem lembradas pelas mulheres que deveriam ter seus comportamentos regradados e longe daqueles desenvolvidos pelas mulheres perdidas. Assim, essa vigilância buscava separar as moças “honestas” das “perdidas” (PEDRO, 2004).

No início da segunda metade do século XX, em Teresina, ainda era possível visualizar alguns tipos de namoros desenvolvidos. Havia o flerte, o qual deveria ser conduzido pelo homem, partindo de um olhar arrebatador, ocorrido em muito nas praças da cidade, local de circulação de moças e rapazes solteiros. Outra categoria de namoro era denominada de bolinação, o qual ocorria no escurinho do cinema. Havia ainda o namoro por correspondência, que ocorria por cartas, com declarações dos enamorados e encontros marcados através do envio dos escritos (OLIVEIRA, 2009).

No cenário nacional, Carla Bassanezi (2004), analisando os anos dourados, pontua que as diferenças entre as funções femininas e masculinas ainda se faziam nítidas, e a moral sexual diferenciada para as mulheres permanecia forte, definindo a mulher ideal a partir dos papéis femininos tradicionais traduzidos na ocupação doméstica, cuidados com filhos e marido, ou seja, características que ainda se colocavam como intrínsecas às feminilidades por meio do ideal de instinto materno, doçura e compreensão. A moralidade, portanto, favorecia as experiências sexuais dos homens enquanto atuava na restrição da sexualidade feminina aos parâmetros do casamento convencional. Também havia a preocupação das moças em se mostrarem *moças de família*, fugindo do estigma das *mal faladas*, possuindo gestos contidos, preservando a inocência sexual, sendo aconselhadas a se manterem virgens até o casamento, o que se diferenciava do que era concebível aos rapazes, posto que, para esses, era permitido ter experiências sexuais.

Esse panorama nacional não se diferenciava do regional, uma vez que as investidas sobre a moral das moças seguiram de maneira incisiva por muito mais tempo. Por volta da década de 1950, na sociedade teresinense ainda figurava a dupla moral sexual no que dizia respeito às relações amorosas. As mulheres eram separadas pela visão masculina em mulheres para casar e mulheres para brincar, e os homens entendidos a partir de um viés de senso prático e devendo cumprir suas funções de provedor. As mulheres deveriam manter-se atentas às provocações advindas das relações afetivas, buscando fugir das “provas de amor” muito solicitadas pelos namorados ou noivos. Outro aspecto que foi ganhando transformação se

relaciona aos locais de encontros dos casais. Para além das praças e cinemas, o carro ia se tornando acessível a alguns setores sociais e cabia às mulheres a recusa quanto aos convites para passeios nos veículos sozinhas com o namorado ou noivo. Assim, os discursos disseminados na sociedade através da imprensa, por exemplo, alertavam as moças quanto ao espírito prático dos rapazes, que por vezes faziam promessas que não cumpriam e estavam realmente em busca de testar a sexualidade das moças. (OLIVEIRA, 2009).

Portanto, o período em que as colaboradoras dessa pesquisa desenvolveram sua juventude, e que as que em algum momento se encontraram em estado de matrimônio com outro indivíduo, apesar das aberturas e novas compreensões sobre os espaços passíveis de serem ocupados pelas mulheres na sociedade, as fronteiras em relação a sexualidade ainda não se encontravam totalmente superadas. Não era possível se falar em educação sexual nas escolas, e as mães ainda se restringiam a uma abordagem superficial sobre o assunto junto a suas filhas.

Retomando a análise sobre casamento como instituição higiênica a luz de Jurandir Costa (2004), quanto aos novos ideais de busca pela formação do matrimônio, foi vivido de maneira contrária por Calcedônia, pois “eu me casei com uma pessoa que é estéril. Não faz filho.” (CALCEDÔNIA – primeira geração, 2022). Foi assim que Calcedônia se referiu ao fator de interferência para o não desenvolvimento de uma maternidade biológica, a partir da esterilidade do marido. Seguindo a ideia de casamento como instituição higiênica, Calcedônia foge à regra, e constituiu o seu matrimônio com uma pessoa estéril. Mesmo não sendo uma situação de conhecimento da família, o casal já era ciente, ainda no período do namoro, sobre a esterilidade do homem.

Em meio a essa configuração, é importante analisar aspectos da vida de Calcedônia, que possuiu uma infância e adolescência voltada para o cuidar dos irmãos e irmãs mais novos e novas. A mãe de Calcedônia, tendo falecido muito cedo, a impulsionou aos cuidados de uma prole que não era sua. Marcada por muitas obrigações, a vida de Calcedônia foi cercada de muitos enfrentamentos, e pouco teve tempo para se ocupar com a sua própria vida. Indagada sobre relacionamentos, ela narrou:

Ah, meu Deus para ser sincera, eu não tive nenhum namorado na minha vida. Porque minha mãe faleceu e eu só fui cuidar da minha família. Das minhas irmãs, dos meus irmãos. Tudo criancinha. A escadinha assim. Com 1 ano e 8 meses até... 20 anos. Fui cuidar dos meus irmãos. Nunca arranjei... As pessoas simpatizavam comigo. Mas, eu corria, eu não aceitava. Eu não aceitava. Se fosse possível eu corria até chegar em casa. Nunca me aproximei. Ai, o pessoal dizia que eu não me casava porque eu queria dar exemplo para minhas irmãs e eu dizia. “Gente, eu tenho oito irmãos.” “Se eu der mal exemplo.” “O que vai acontecer?” Ai, eu nunca dei mal exemplo para elas... (CALCEDÔNIA – primeira geração, 2022).

Calcedônia desviava de todas as regras dos novos padrões impostos sobre o casamento, a idealização do amor, da vivência de uma vida amorosa para se sentir completa e realizada. Em suas lembranças há muito mais a presença da preocupação com as responsabilidades que possuía com sua família do que com a possibilidade de um amor. Calcedônia evidencia a preocupação de, além de cuidar dos irmãos e irmãs, dar bons exemplos a eles, algo percebido até mesmo pelas pessoas de fora da família. Lembra que havia aqueles que até simpatizavam com ela, porém, como ela mesma pontua, ela “corria”. Embora tenha chegado a se casar, nesse trecho da narrativa de Calcedônia ela pontua que nunca se apaixonou. Foi então que se inseriu as suas lembranças de como conheceu, se envolveu e chegou a se casar com o seu marido.

Esse namorado [único namorado da vida de Calcedônia, e marido até hoje] é porque a gente trabalhava junto na farmácia. Esse rapaz insistia tanto. Até que eu perdi minha paciência. Ai, eu comecei a assistir filme que nesse tempo era no Royal, que ficava ali, na Treze de Maio. A farmácia era ali. Ai, eu comecei a assistir filme. Saía oito horas da farmácia. Comecei até que eu aceitei, mas eu ainda não queria. (CALCEDÔNIA – primeira geração, 2022).

Em nenhum momento do diálogo foi possível ouvir e perceber na narrativa de Calcedônia a presença daquele amor incondicional, regado a uma paixão avassaladora, características típicas desse amor projetado como o amor a ser idealizado e buscado para uma vivência plena (COSTA, 1999). O amor de Calcedônia foi permeado por proposições do destino e convencionalidade. Foi a partir da insistência daquele que viria a ser seu marido que Calcedônia acabou perdendo a paciência e aceitando, inicialmente, assistir a filmes com ele e posteriormente iniciar um relacionamento.

Depois de oito anos de namoro, então decidem se casar. Calcedônia relatou que todos eram contra o casamento. Tanto da família dele, como suas irmãs. O motivo se dava pelo fato de ambos serem os responsáveis familiares por aqueles. As irmãs de Calcedônia sentiam necessitar da proteção e cuidados dela e a mãe e irmãos do seu noivo também eram dependentes dele. Sobre o desenvolvimento para a chegada de fato do casamento, Calcedônia discorre:

Eu me casei no dia 7 de outubro de 1978 [...] Minhas irmãs não queriam que eu me casasse... De jeito nenhum... Eu tinha uma irmã que tacava até a cabeça na parede ((Risos)). “Vamos morrer todo mundo.” “Se você se casar, vamos morrer todo mundo.” “Porque é você que cuida das coisas.” “Quem toma conta das coisas.” E eu disse. “Morre nada.” “Vocês têm que seguir a vida de vocês.” “E eu seguir a minha.” (CALCEDÔNIA – primeira geração, 2022).

Diante de tamanha resistência familiar, os noivos optaram por preparar tudo que

viesses a envolver a vida conjugal deles para então, somente depois de tudo organizado, avisar as famílias.

Passamos um ano e seis meses com a casa alugada. E quando nós já montamos tudo. A gente disse. “Nós vamos dizer, só quando tiver bem pertinho.” Ai, eu tinha uma irmã que trabalhava na Universidade. Essa mulher descobriu. Ai, descobriu e eu disse. “Mulher, é ele que mora sozinho.” “Não tenho nada a ver com isso não.” “A casa não é para ser minha não.” Ai, nós marcamos o casamento. Assistimos tudo escondido e tudo. A união e tudo. Fazia parte da Igreja das Dores⁴¹. [...] e o Padre Luís disse que queria... Padre nesse tempo... Já falecido. Ali, é a Igreja das Dores. Eu morava ali pertinho na casa que papai deu. Ai, ele disse. “Olha, quando você casar, eu quero filmar seu casamento.” “Para passar lá no encontro de casal.” “Lá da Piçarra.” E eu disse. “Está bom.” Ai, nós marcamos tudo direitinho. Foi ele que fez nosso casamento. Ai, deu certo, mas desse jeito. (CALCEDÔNIA – primeira geração, 2022).

Alugaram a casa, planejaram o casamento, participaram das reuniões na igreja para receber a consagração do matrimônio, marcaram a data, e só então comunicaram de fato para as famílias. Apesar de uma das irmãs de Calcedônia ter descoberto a casa alugada pelo noivo, Calcedônia conseguiu inverter a situação e convencer de que a casa não era para ela também. Entretanto, quando chegou o momento de anunciar para as duas famílias que haveria o casamento, foi motivo de muita contrariedade.

Faltavam cinco dias para o casamento. Ai, ele avisou na casa dele e eu avisei na minha. Eu não estou lhe dizendo que na minha família, eu tinha uma irmã que tacava até a cabeça na parede e eu dizia. “Mulher tu quebra tua cabeça desse jeito.” E eu dizia. “Mulher te acalma.” “Uma mulher nova dessa.” Ai, a mãe dele atacou um dor de barriga... Febre. E outros vomitando. Tudo doente. Minhas irmãs ficaram tudo doente. Ele era quem cuidava da casa dele e ajudava a sustentar os irmãos. Ele tinha condição elevada. E ele era que era o da casa e eu era a lá de casa. Ai, ele disse. “Se não fizer assim, a gente não casa não.” Ai, a mãe dele disse que não dava certo. Os irmãos dele disse que não queria, as minhas irmãs não queriam e eu disse. “Olha com fé em Deus e nossa senhora.” “Não passa não.” (CALCEDÔNIA – primeira geração, 2022).

Calcedônia relembra os detalhes de como se dera o seu casamento. Narra que queria um vestido de noiva, e que embora o noivo houvesse oferecido ajuda financeira para comprar, ela não aceitou e pediu ao pai que vendesse duas cabeças de gado a que ela tinha direito para comprar o seu vestido para o casamento. Vem a sua memória que foi até a loja e “Cheguei lá. Desarrumada. Não queria me vender o vestido pensando que eu não tinha dinheiro. Ai, eu comprei o vestido muito bonito. Ai, ele foi e se arrumou. Colocou um paletó.” (CALCEDÔNIA – primeira geração, 2022). Ela mesma cuidou dos preparativos quem envolviam o seu vestido de noiva sozinha. As famílias, contrárias à união dos noivos, ao

⁴¹ A Igreja das Dores foi o segundo templo para cultos católicos criado em Teresina, sendo elevada à categoria de catedral. Localizada na praça Saraiva, centro-sul da capital do Piauí.

serem informadas do casamento, logo adoeceram tamanha era a resistência na saída de ambos os noivos das casas de seus familiares. Diante disso, é perguntado a Calcedônia se os parentes então compareceram à cerimônia: “Foram. Compareceram. Não estavam muito alegres. Nem a dele e nem a minha. Mas, compareceram. A gente foi para uma churrascaria. Oferecemos um jantar e fomos para nossa casa.” (CALCEDÔNIA – primeira geração, 2022).

Assim findam as lembranças do namoro até a chegada do casamento na vida de Calcedônia. Destaca-se o impacto das atribuições impostas a ela desde o falecimento de sua mãe, sua própria resistência em não desenvolver um relacionamento, não se apaixonar. Calcedônia permanecia casada até o momento da entrevista⁴². Ela conclui suas percepções sobre o seu casamento e sua independência, assim:

Eu sou casada. Mas, vivi uma vida até bem... Depois de tudo. O homem foi para o mundo... Para as bebedeiras. Para os botecos. A essas alturas está dentro dos botecos bebendo. Eu nunca bebi. Eu nunca fui do mundo. Ai, Deus preparou. Eu vivo bem. Graças a Deus, eu sou aposentada... Aí, o casamento só quem separa é Jesus. Não vivo de brigas, não vivo de confusão, mas eu tenho minha independente. Eu vou... Eu só faço dizer. “Eu vou em tal lugar.” Mas, tenho minha dependência. Hoje em dia é diferente, né? Graças a Deus. (CALCEDÔNIA – primeira geração, 2022).

Pode-se concluir, nessa fala de Calcedônia, que concepções propostas e impostas às mulheres, sobretudo o casamento, eram vistas como eternas, resquícios das primeiras décadas do século XX, em que tudo aquilo que viesse a ameaçar o casamento era visto com críticas. O divórcio era considerado imoral, devendo ocorrer somente quando inevitável e depois de um rigorosíssimo processo (DEL PRIORE, 2006). Ainda que Calcedônia já possuísse o direito a se divorciar, caso fosse seu desejo, ela carrega concepções de uma sociedade que ainda valoriza o casamento e condena o divórcio, encarado ainda no século XX como um fracasso da mulher em não ter conseguido “segurar” o matrimônio.

Aragonita, outra entrevistada também pertencente a primeira geração, entende o casamento a partir de um viés diferente do que era concebido por Calcedônia. Aragonita foi bem enfática quanto a certeza de que nunca quis se casar, pois “namorar, eu namorei um bocado. Eu não queria casar não.” (ARAGONITA – primeira geração, 2022). Ela narrava que sem o casamento contratual seria mais fácil para sair da relação caso não desse certo. Foi seguindo esse pensamento que Aragonita não chegou a se relacionar legalmente com outro indivíduo, o que não lhe impediu de desenvolver uma relação marital durante quinze anos.

Aragonita agregava a ideia de não querer desenvolver a maternidade igualmente relacionada ao que ela jugava ser também motivo de, caso a união matrimonial não desse

⁴² O esposo de Calcedônia faleceu em outubro de 2022.

certo, sair da relação com mais facilidade, bem como o medo das dores do parto, algo que ela enfatizou bem ter receio, questões que serão abordadas com maiores detalhes mais a frente. A colaboradora relata ter vivido bons primeiros anos com seu então companheiro, em que “Ele era uma pessoa trabalhadora. Me ajudou muito também. No momento de precisão. Me ajudou muito, mas as amizades... Eu acho que ele usava droga. Assim...” (ARAGONITA – primeira geração, 2022). Ainda que no início da entrevista Aragonita tenha buscado demonstrar que apenas suspeitava que o seu ex-companheiro fosse usuário de drogas, no desenrolar da conversa ela vai relatando as dificuldades enfrentadas no relacionamento por conta das drogas. Um relacionamento que foi narrado apenas, ou pelo menos em sua maior parte, pelas dificuldades.

Aragonita trabalhou de 1977 a 1997 como comerciária em uma loja de calçados no centro da cidade de Teresina, mas foi se realizar profissionalmente quando decide sair do emprego como vendedora para ser dona de seu próprio negócio e investir no que ela diz ser desde criança – artesã. Do ano de 1977 até 2013 Aragonita trabalhava em seu stand de vendas no mercado central⁴³ da cidade de Teresina-PI. No início do relacionamento, Aragonita e seu então companheiro chegaram a trabalhar juntos, a conseguir um ganho financeiro razoável. No entanto, a entrevistada relata ter começado a desconfiar de algumas atitudes do companheiro.

Eu percebi pela falta de um cheque meu. Porque, eu peguei a numeração e ficou faltando um pouco. Acho que ele pegou o cheque pré-datado para comprar essa droga. Ai, o homem veio me cobrar e eu disse. “Não, esse cheque aqui, eu não assinei não.” Ele falsificou a assinatura. Eu cancelei e resguei logo tudo. Ai, o homem disse. “Encerrou a conta?” “Encerrei.” “Não estou precisando de conta não.” Então, eu procurava de tudo para não ter agressão. Porque eu tinha medo, sabe? (ARAGONITA – primeira geração, 2022).

Nota-se a busca de Aragonita em tentar guiar o relacionamento ainda pautado por meio do diálogo, muito por medo de possíveis agressões. Os relatos seguiram sobre furtos de coisas de dentro da própria casa do casal, do desmonte de uma casa no interior que ela possuía e ele foi destruindo, vendendo o que havia na residência. Em meio ao caos da situação em que Aragonita se encontrava exposta estavam ainda as cobranças amorosas do companheiro:

ele primeiro disse assim. “Não, tu deve ter outro que não me quer mais.” E eu disse. “Rapaz, primeiro tu te ajeitava e tudo.” “Agora tu fede só a fumaça.” “Magro.” “Está com os dentes tudo coisado.” “Vai ti para lá.”. Ai, ele dizia. “Não, tu deve ter outro.” E eu dizia. “Né outro não” “O desleixo que tu está ai.” “Mulher nenhuma quer mais.”... “Cuida.” “É assim que se vive bem.”. Pois é, ele só fede a fumaça. E

⁴³ O Mercado Público, conhecido por vender peças de artesanato regionais, além de comidas e bebidas típicas da região, se caracteriza como um ambiente popular e tradicional da cidade de Teresina. Localiza-se no centro da cidade, próximo a praça da Bandeira.

eu disse. “Vá... Vá se curar.” E ele. “Não, eu pejejo.” E eu dizia. “Pejeja não.” Quem pejeja tenta... (ARAGONITA – primeira geração, 2022).

Segundo a fala de Aragonita, o companheiro encontrava-se em uma situação deplorável, em decorrência do uso de drogas. Ela, não mais conseguindo sentir desejo e manter uma relação homem e mulher a partir dos aspectos sexuais, era condenada e acusada pelo homem de estar se envolvendo com outro, o que estabelece o caráter violento que estava sendo vivenciado por Aragonita nessa relação. A história de Aragonita evidencia as ainda existentes dificuldades que se tornam ainda mais latentes para as mulheres, quanto à saída de uma relação, sobretudo, abusiva. Justamente para Aragonita que nunca quis se casar por imaginar uma maior facilidade em sair da relação caso não viesse a dar certo, mostrou-se, senão igualmente difícil comparada a quem estabelece uma relação marital através do casamento contratual, mas com enfrentamentos passíveis a toda e qualquer relação.

Aragonita, então, pontua como estopim para o fim de sua relação foi um fim de semana em que ela seguiu para o interior com os dois filhos do então companheiro, e ele decide ficar na cidade. Ao chegar de volta à casa, Aragonita se depara com a ausência do botijão de gás e com seu companheiro cozinhando no carvão, pois ele havia vendido o objeto para o uso de drogas. Naquele momento, Aragonita entrou em contato com a família dele, e disse:

[...] “Olha, eu quero todos vocês aqui em casa.” “Seu filho dona Anita e os irmãos estarem tudo aqui.” “Pode levar ele para lá.” “Eu não quero mais não.”... “Quem quer casa tem ajeitar casa não é vender tudo não.” “O que eu vou fazer aqui sem um bujão de gás?”... “O bujão tava com três dias que eu tinha comprado.” “Uma pessoa dessa quer casa?” “Uma pessoa já velha como essa daí” E eles estavam dizendo. “Será que ele faz isso aí?” Não estavam acreditando não. E eu disse. “Leve.” “Vá.” E assim ele foi. Troquei a chave e tudo. “Vá e não olhe nem para trás não.” “Porque eu já disse” “Der errado.” “Não dar certo.” Ai, ele foi. Minha filha, quando começou a roubar lá foi que vieram dizer. “Ah, era verdade mesmo.” “Ele realmente era assim.” (ARAGONITA – primeira geração, 2022).

Mediante essa memória de Aragonita, pode-se perceber que, ainda que tenha decidido não ter filhos, pois acreditava que assim teria mais facilidade para terminar o relacionamento, o mesmo não ocorreu. Não dependendo financeiramente do companheiro, não possuindo filhos e não sendo casada através da lei, não foi fácil findar com o relacionamento. A entrevistada, ao longo da entrevista, foi significando seu relacionamento através do sofrimento, em que até houve momentos tranquilos no início, mas a preponderância se deu pelas dificuldades. A união conjugal de Aragonita contrariou a promessa de felicidade e realização através do amor.

Elizângela Cardoso (2010, p. 297) pontua que “Ainda que o cotidiano do amor

transbordasse o casamento, dentre as formas de significar o matrimônio, figurava o casamento como promessa de felicidade e de realização do amor.” Contrariando essa perspectiva implantada na sociedade desde o século XIX, e possuindo no século XX um período de forte presença dos ideais de casamento e procriação como indispensáveis às mulheres como função social feminina, as mulheres colaboradoras dessa pesquisa não incorporaram tais preceitos, nem as solteiras, nem mesmo as casadas, que, embora tenham desenvolvido a relação conjugal a dois, não viveram essas experiências pela perspectiva do romantismo, da busca da mais alta felicidade, mas sim, pela ótica daquilo que foi possível ser experienciado e até onde foi e está sendo possível, desde a que nunca se casou ou dividiu moradia com um companheiro, perpassando pelas casadas, até as separadas.

Diante do que foi possível analisar junto aos meandros da profissionalização como componente importante para as novas configurações de vida que as mulheres foram delineando no final do século XX em Teresina, os amores e desamores, torna-se notável as mudanças, permanências e rupturas que configuraram a vida dessas mulheres. Distante da ideia de um padrão puramente normativo, as colaboradoras desse estudo se mostraram rompendo padrões preexistentes da condição feminina em sociedade, respeitando alguns limites de seu tempo.

Nesse interim, o capítulo que segue busca analisar a vivência de mulheres teresinenses a partir do que as participantes dessa pesquisa possuem em comum – a não maternidade biológica.

4 A MATERNIDADE QUE NÃO CHEGOU: AS ESCOLHAS, O OLHAR MÉDICO, A SAÚDE E A AUSÊNCIA

Nesse capítulo buscou-se compreender como aspectos relacionados à não maternidade a partir de suas diferentes causas, bem como saúde feminina, foram discutidos na cidade de Teresina-PI entre as décadas de 1950 e 1970. Para alcançar o objetivo desse capítulo, optou-se pela divisão de três tópicos.

O primeiro, intitulado *Nas trilhas da História da Saúde e das Doenças: o corpo feminino em destaque*, vem com uma discussão bibliográfica acerca da maternidade, bem como as primeiras análises sobre a Revista da Associação Piauiense de Medicina, demonstrando a importância da sua vinculação ao conjunto das fontes para essa pesquisa. O segundo item, nomeado *A medicina olhando as mulheres sem filhos: uma mirada médica*, vem com a análise da Revista da Associação Piauiense de Medicina, analisando seus artigos que de alguma maneira estavam relacionados a não maternidade por meio da escrita médica. O último item, *Maternalização universal: as causas de uma vida sem filhos e o gerenciamento do tempo em suas vidas*, vem com a retomada da História Oral, analisando as causas pelas quais essas mulheres não desenvolveram a maternidade biológica, seus aspectos de saúde, de escolhas, e as implicações dessa vivência no gerenciamento do tempo de suas vidas.

4.1 NAS TRILHAS DA HISTÓRIA DA SAÚDE E DAS DOENÇAS: O CORPO FEMININO EM DESTAQUE

Percorrendo um retrospecto diante das representações femininas ao longo do tempo, Luci Mansur (2003) pontua a figura da mãe, a partir da qual a mulher é vista como fonte de vida, proteção e refúgio. É o poder materno visto através do olhar do homem, em que a mulher, acima de tudo, seja mãe. Seguindo essa lógica de representação, tem-se a imagem da esposa, personagem desenhada como membro fundamental no seio familiar, bem como as incorporações ao ambiente doméstico, imposto e interpretado como espaço feminino por excelência.

As imagens geradas sobre o ser mulher, segundo a autora, seguem diante de fortes investidas sobre regras de comportamento. O modelo de mulher atual gera angústias a mulheres e homens, embora sobre o último em menor medida, no que diz respeito ao envelhecimento e suas consequências naturais. A busca de manter-se bela, jovem, elegante, tudo sendo gerado de acordo com aquilo que é posto como condizente à sua idade, camada

social, e lugar ocupado em comunidade, um modelo que segue gerando, inclusive, riscos à saúde das mulheres. Mais precisamente ao século XXI, é possível visualizar uma certa descontinuidade diante daquilo que era imposto e mesmo aceitável pelas mulheres. Com a presença de novos meios contraceptivos, por exemplo, a sexualidade feminina deixa de ser ancorada na maternidade, e as mulheres vão cada vez mais intensificando a quebra da fronteira entre o espaço privado familiar e o trabalho produtivo. Tais mudanças provocaram a urgência na redefinição no modo de pensar família, entendendo o modelo de conjugalidade convencional falido (MANSUR, 2003).

O corpo feminino é evidentemente um campo de busca de poder através da dominação. Magali Engel (1997), ao analisar o avanço da psiquiatria, chega a um ponto de valorização desta, como verdade científica, para contribuir no controle, sobretudo, da sexualidade feminina. As mulheres a partir do século XIX ganham uma visão ambígua, qualificadas como naturalmente frágeis, sedutoras, bonitas e submissas, mas, também, poderiam serem vistas como pérfidas e portadora de aspectos amorais, atributos negativos que poderiam ser compreendidos como características naturais do feminino. Portanto, um ser que deveria ser vigiado e controlado, sobretudo a partir de condutas morais rígidas, em que o desenvolvimento do casamento e conseqüente maternidade eram vistas como fundamentais para manutenção da ordem desse ser considerado contraditório e ambíguo, sintetizado como possuidor de uma natureza do bem e do mal. Essa dimensão de ambigüidade feminina foi incorporada e validada por médicos, higienistas, psiquiatras e psicanalistas, sob uma conotação de verdade cientificamente comprovada por meio dos saberes da medicina.

O corpo e a sexualidade feminina, portanto, se constituíram como um dos espaços primordiais de intervenções da medicina e da psiquiatria no que concerne a normas controladoras, a loucura sendo muito associada a aspectos ligados à sua natureza, sobretudo à sua sexualidade, ao tratar de doença mental nas mulheres. Quando tal diagnóstico era imputado aos homens, esses estavam em torno de outras características, relacionadas aos desvios diante dos papéis sociais atribuídos a eles, ou seja, o de trabalhador e de provedor. Desse modo, as investidas da medicina psiquiátrica, com foco no corpo e na sexualidade feminina, incorporavam a concepção de que a mulher estaria mais próxima da loucura do que o homem (ENGEL, 1997).

Diante das ambigüidades incorporadas às mulheres, e com enfoque no que poderia ser propício à loucura feminina, há no desenvolvimento da maternidade, mas, antes dela, no período gestacional, parto e pós-parto, um período delicado para ocorrência de males mentais. Se a maternidade era vista, a partir da perspectiva médica, como meio capaz de prevenir ou

até mesmo curar distúrbios psíquicos relacionados à sexualidade e à própria fisiologia feminina, o processo que antecedia a chegada dessa prole era encarado como perigoso para o aparecimento desses males. Portanto, no século XIX, a maternidade era vista de maneira categórica como a verdadeira essência das mulheres, pois somente através dela a mulher poderia curar-se e se redimir dos desvios de outrora (ENGEL, 1997). Apesar de o século XX ainda seguir com fortes investidas diante dessa concepção, já se mostrava uma abertura, sobretudo na segunda metade daquele século, uma vez que se ampliaram os debates feministas e o questionamento sobre o papel das mulheres, vinculado prioritariamente à maternidade e aos cuidados maternos, e ao debate sobre a liberação do aborto, dentre outras lutas do feminismo organizado.

Pode-se inferir que durante o século XX ainda permaneciam como funções primordiais a serem desempenhadas por mulheres os papéis tradicionais, traduzidos pelo casamento, maternidade e cuidados com o lar. Aquelas que desviavam desse “destino natural”, sobretudo aquelas que eram casadas e não possuíam filhos, eram colocadas, muitas vezes, sob o campo do patológico.

Nesse ínterim, mostra-se pertinente a análise da Revista da Associação Piauiense de Medicina, um periódico regional, o qual era escrito e organizado por médicos. Nisso, convém questionar: a quem se destinava a leitura desse periódico? Pensar a cidade de Teresina no contexto do início da segunda metade do século XX, é visualizar uma população em sua maioria não letrada. O índice de analfabetismo no Brasil na década de 1970 – última década referente aos artigos analisados na revista – era de 24 % no que se refere a faixa etária de 15 a 19 anos. Já entre os que possuíam de 45 a 59 anos o nível de analfabetismo era de 43, 2%. (MEC/INEP). Se em um contexto nacional era possível visualizar uma taxa muito alta no cerne do analfabetismo, ao se tratar de uma região mais interiorana, a cidade de Teresina- PI, e, portanto, com características ainda bem enraizadas sob o cenário não urbano, pode-se concluir que as pessoas piauienses, em sua maioria, estavam buscando modos de sobrevivência, em que a leitura era destinada para poucos.

Portanto, supõe-se que o público leitor da Revista da Associação Piauiense de Medicina era bem seletivo. Contudo, as intencionalidades que tinham, mediante o discurso implantado no periódico, circulavam sobre a camada menos privilegiada da sociedade, uma vez que implantados os discursos disciplinadores junto ao setor elitizado, esses ensinamentos eram disseminados e incorporados pela sociedade em geral.

Ao tratar sobre a tessitura de artigos em revistas especializadas, Luiz Ferreira (2016) verifica que no final do século XVIII, na Europa, o periódico médico assumiu um papel tático

na busca de profissionalização e de afirmação social e científica da medicina.

No que concerne ao cenário brasileiro, o mesmo autor insere que a criação dos primeiros periódicos médicos no Brasil foi importante para o movimento de institucionalização da medicina. Ao lado das revistas dedicadas às ciências, indústria e artes, constituía uma parte fundamental no negócio das primeiras editoras do Rio de Janeiro. Desse modo, pode-se dizer que o discurso, veiculado nas revistas científicas, atuou de maneira importante como instrumento aplicado pelas sociedades de medicina na busca de traçar uma opinião pública em torno dos problemas de saúde no país.

Se o início do uso de periódicos médicos no país se configurou pela busca de uma afirmação científica e consolidação de seu espaço de poder em sociedade, no Piauí o processo não foi diferente. A criação e implantação da Revista da Associação Piauiense de Medicina se deu em busca de os médicos piauienses consolidarem seu espaço em sociedade a partir da legitimação de seu discurso. O periódico surge de maneira estratégica em que os profissionais de medicina do Estado, sobretudo da capital Teresina, investiam seus esforços em publicações que assumiam papel de informação sobre o panorama da saúde no Estado, atuando de maneira intencional diante daquilo que era considerado importante de ser visualizado em consonância com as alianças políticas e econômicas que se tinha. A Revista da Associação Piauiense de Medicina, portanto, vinha como o primeiro periódico médico científico do Estado Piauí, e atuava como – ao menos em certa medida – meio de popularização do conhecimento médico do Estado.

Dentre as maneiras de difusão do saber médico científico na cidade de Teresina ao longo do século XX, destaca-se a Revista da Associação Piauiense de Medicina. A primeira publicação da revista se deu em agosto de 1939, o que configurou uma novidade na publicação de saberes médicos locais. Ressalta-se, ainda, que a revista recebia publicações diversas, ou seja, era constituída a partir de produções médicas de áreas variadas.

A escolha do periódico se deu pelo fato de se caracterizar como o primeiro periódico médico piauiense. Os idealizadores da revista foram os próprios médicos, que realizavam reuniões quinzenais para discutir assuntos no cerne de suas pesquisas e áreas de atuação. Ainda que fossem inexperientes diante desse gênero de comunicação, encontravam-se entusiasmados para aprender. A assiduidade nas reuniões e o empenho em fazer acontecer as publicações da revista se mostravam cada vez mais necessárias aos profissionais da medicina, que precisavam desse intercâmbio intelectual como condição imprescindível para o aperfeiçoamento (REVISTA DA ASSOCIAÇÃO PIAUIENSE DE MEDICINA, 1973). Havia dificuldades para a periodicidade na publicação dos exemplares da revista, o que é possível

perceber na citação abaixo:

O primeiro número da Revista da Associação Piauiense de Medicina foi posto a circular em agosto de 1939. Impresso, por gentileza do Governo, nas oficinas da Imprensa Oficial [...] os três números seguintes saíram, respectivamente, em dezembro de 1939, junho de 1940 e julho de 1941. É uma tristeza observar-se que o defeito original – a irregularidade nas datas de publicação – até hoje persiste irremovível, como um problema sem solução. (REVISTA DA ASSOCIAÇÃO PIAUIENSE DE MEDICINA, 1973, p. 11).

Nesse trecho há algumas análises importantes. Nota-se os enfrentamentos para se manter a publicação dos volumes da revista, o que persiste durante todo o período de sua produção e circulação, uma vez que é possível, ver no ano de 1959, o seguinte trecho: “Apresentamos, com justo desvanecimento e apesar de permanentes dificuldades, um outro número da Revista da Associação Piauiense de Medicina. Embora ainda não podemos fazê-lo com o aspecto [...] que já exige o alto padrão da classe médica do Piauí” (REVISTA DA ASSOCIAÇÃO PIAUIENSE DE MEDICINA, 1959, p. 3). Outra importante observação que pode ser feita é a presença do Governo articulada com a comunidade médica. A primeira edição da revista só foi possível pelo financiamento por parte do Governo no que concerne a impressão. Nisso, há de se considerar que o discurso tecido nas páginas daqueles artigos encontrava-se alinhado com os interesses do Estado.

A escolha da Revista da Associação Piauiense de Medicina, vinculada à temática proposta nesse estudo – a não maternidade – e às mulheres colaboradoras dessa pesquisa, se mostrou fundamental a partir do momento que entre as narrativas das mulheres, diante das causas da não maternidade biológica, houve os fatores relacionados à saúde, tanto delas mulheres, como, em um dos casos, o de Calcedônia – pertencente a primeira geração – a esterilidade tenha vindo do marido. Desse modo, analisar como o discurso médico veiculado a partir de uma revista especializada se mostrava em torno de assuntos que se vinculam a saúde reprodutiva das mulheres no início da segunda metade do século XX se mostra fundamental.

Dentre as colaboradoras da pesquisa – treze no total – aquelas que narraram vivências vinculadas à saúde como causas para a não maternidade biológica foram Heliotrópio e Citrino, ambas pertencentes a terceira geração, além de Calcedônia, nascida na década de 1950, portanto, parte da primeira geração, que teve a esterilidade encontrada em seu marido. Por fim, teve-se uma narrativa relacionada não a uma impossibilidade de gestar, mas a uma negação da maternidade a partir do abortamento, como foi o caso de Coralina, nascida na década de 1960, fazendo parte da segunda geração. Portanto, entende-se que essas mulheres foram atendidas por médicos para o tratamento dessas causas, e ainda que elas não tenham possuído contato com a Revista da Associação Piauiense de Medicina, em se tratando

de um periódico especializado na área médica, aqueles que atenderam essas mulheres puderam ter a oportunidade de ter acesso aos artigos e discussões que estavam sendo colocadas na cidade de Teresina por meio da revista. Assim é que se justifica o uso de tal periódico no conjunto de fontes analisadas para esse estudo.

O tópico seguinte será de análise propriamente dita da Revista em diálogo com a bibliografia, para que seja possível compreender como esse discurso médico científico era tecido na sociedade piauiense no início da segunda metade do século XX sobre aspectos relacionados ao corpo feminino, em especial a sua saúde reprodutiva.

4.2 A MEDICINA OLHANDO AS MULHERES SEM FILHOS: UMA MIRADA MÉDICA

Percorrendo as folhas da Revista da Associação Piauiense de Medicina, encontra-se diversos artigos sobre variadas temáticas em uma mesma edição, o que era característica da revista. Um tema relacionado a possíveis causas de infertilidade feminina encontrado em mais de uma edição do periódico está nos cânceres. O primeiro possível de ser analisado, dentro do recorte temporal estabelecido nessa pesquisa, encontra-se no ano de 1959.

O artigo, escrito por Dr. Zenon Rocha⁴⁴, foi intitulado “Adenoma solitário e câncer da tireoide”. Ao investigar as consequências dessa doença, nota-se que ela não gera uma infertilidade definitiva, contudo, como pontua Kris Poppe⁴⁵ (2021), a disfunção tireoidiana está associada com uma série de aspectos do processo reprodutivo, e uma disfunção tireoidiana pode levar à infertilidade. Embora haja um tratamento que pode trazer a normalização do padrão menstrual, nem sempre há a restauração da fertilidade. Portanto, para o câncer de tireoide, o que geralmente vai ser necessário é a retirada da tireoide, e, posteriormente, o uso de hormônios. Desse modo, se os hormônios tireoidianos estiverem normais não gera infertilidade. Assim, a infertilidade seria transitória, e, corrigindo os hormônios, em alguns casos necessitando de tratamento mais refinado, a fertilidade volta ao normal.

Nisso, foi pertinente incorporar a análise desse artigo que trata desse tipo de câncer, pois se relaciona diretamente com uma possível infertilidade feminina. Mostrou-se

⁴⁴ Médico, membro da diretoria da Associação Piauiense de Medicina.

⁴⁵ PhD e internista e endocrinologista. Ele é o chefe da unidade endócrina e coordenador do ambulatório e unidade de pesquisa da tireoide do CHU do Hospital Universitário St-Pierre, Bruxelas, Bélgica. É também colaborador científico da Université Libre de Bruxelles (ULB). Por mais de 20 anos, sua pesquisa concentrou-se na relação entre a tireoide, distúrbios e gravidez, particularmente sobre as associações entre distúrbios da tireoide e mulheres infertilidade e o subsequente tratamento de tecnologia de reprodução assistida.

interessante pensar, sobremaneira, alguns pontos. O primeiro deles se dá logo no início do texto, quando “A observação de duas doentes da clínica particular, portadoras de adenoma solitário da tireoide, numa das quais constatou-se a cancerização pelo exame histopatológico, sugeriu-nos revisão do assunto e sua divulgação.” (REVISTA DA ASSOCIAÇÃO PIAUIENSE DE MEDICINA, 1959, p. 19).

Nesse trecho fica claro que o que levou o médico a escrever sobre o tema, foi a presença da doença em duas mulheres, sendo constatado o câncer em uma delas. Nisso, é possível articular questões de gênero nas preocupações médicas do momento. O que vai ser reafirmado mais à frente no texto, quando expõe dois casos para tratar em sua escrita e o mesmo se refere a mulheres, ou seja, aqueles casos acenados como preocupação inicial para abordagem do assunto. Considera-se que os adenomas solitários, os quais podem evoluir para um câncer da tireoide, são mais recorrentes nas mulheres, o que se colocava como média de 8 mulheres para 2 homens. (REVISTA DA ASSOCIAÇÃO PIAUIENSE DE MEDICINA, 1959, p. 20). Contudo, cabe ainda considerar o fator gênero no que já foi apontado e no que ainda seguirá com a análise, uma vez que durante o artigo só há exemplificações e menções às mulheres e não aos homens, visto que a doença pode acometer homens e interferir na infertilidade masculina, disfunção erétil, diminuição na libido, dentre outras consequências. Portanto, fica evidente que a preocupação estava nos danos gerados ao sexo feminino, e porque não dizer, na sua possível infertilidade.

No trecho “Apresentação dos casos”, três pontos chamaram atenção. Primeiro, os dois exemplos expostos trataram de mulheres. Os outros itens podem ser visualizados a partir da descrição oferecida: “I- Doente do sexo feminino, de 33 anos de idade, casada, nulípara. [...] II – Paciente do sexo feminino, de 27 anos de idade, casada, múltípara.” (REVISTA DA ASSOCIAÇÃO PIAUIENSE DE MEDICINA, 1959, p. 22).

O fato de identificar as mulheres a partir de seu estado civil sugere muitas coisas, inclusive a preocupação sobre uma possível causa de infertilidade diante de mulheres que deveriam procriar, pois ambas eram casadas. Esse é um item que evidencia concepções morais e culturais de uma sociedade, sobretudo regional, diante do que era esperado pelas mulheres. A não maternidade biológica até poderia ser aceita, naqueles casos em que a mulher não havia desenvolvido matrimônio. Mas, para uma sujeita que estava casada, portanto, possuía condições morais e ditos deveres sociais a serem cumpridos – a maternidade – se fazia necessário que se findassem problemas de saúde que poderiam se fazer de complicadores para o desenvolvimento da dita função natural feminina.

Para os médicos, a maternidade era uma função e dever social das mulheres, e,

portanto, seu aparelho reprodutor deveria se manter saudável e pronto para procriar. É notório que a medicina possui um caráter controlador das pessoas em geral, mas, das mulheres em particular atenção. Percorrendo análises realizadas sobre a história social das mulheres e da medicina, Ana Paula Vosne Martins (2020) avalia uma predominância sobre a narrativa da história da opressão, enredada pela dicotomia opressores (médicos) e vítimas (mulheres). Estudos ainda na década de 1970 vão acenar para questões que estão além dessa dicotomia e das diferenças sexuais. Nesse momento, é possível inferir que a medicina sempre foi considerada um saber e uma prática que estavam articulados com valores sociais e econômicos vigentes. A medicina, portanto, em seu produzir teorias sobre a saúde e as doenças, encontrava-se enredada por valores ideológicos. A medicina seria, assim, um ambiente de forças históricas e sociais e não uma realização objetiva e imparcial acima das injunções do tempo e da sociedade. Portanto, a prática médica estava e segue permeada de intencionalidades que visam, em muito, a dominação dos corpos através de uma disciplinarização higiênica e medicalizada da sociedade.

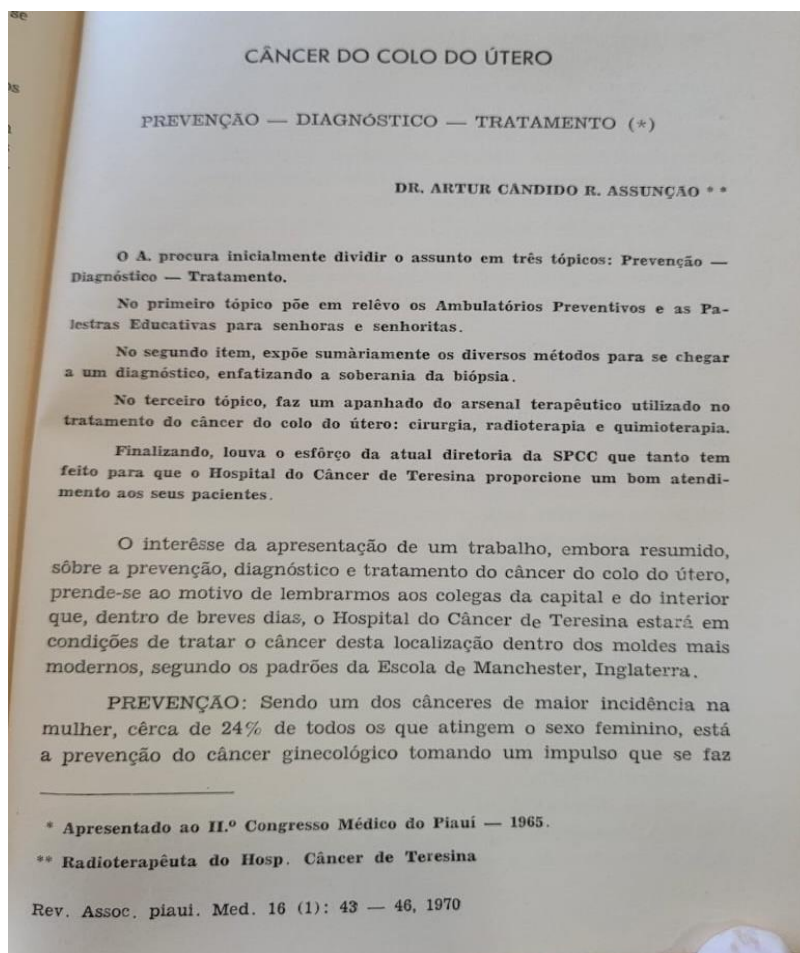
Um outro fator anunciado no trecho da Revista da Associação Piauiense de Medicina em análise, e que demonstra a preocupação – ainda que de maneira implícita – com questões no cerne da infertilidade feminina, está na caracterização da primeira mulher como nulípara, que se constitui como aquela paciente que nunca teve uma gestação que chegasse ao final, e na exemplificação da segunda mulher como uma paciente múltipara, ou seja, aquela que já desenvolveu uma gestação e chegou a parir, seja o bebê vivo ou morto. Desse modo, foram vistos marcadores de gênero de maneira explícita, ainda que a questão da não maternidade tenha se mostrado de maneira velada.

Diante das análises postas, cabe lembrar o que Georgiane Vázquez (2015) aponta sobre a fecundidade no corpo feminino, que era compreendida como uma bênção da natureza, enquanto a presença da esterilidade ou a infertilidade foi sendo caracterizada como uma falha daquele corpo pelo discurso médico. Portanto, o corpo das mulheres era um forte alvo do discurso médico científico, sobretudo diante de suas funções reprodutivas, e seguir uma não maternidade biológica era ser colocada ao campo do patológico.

No ano de 1970, ou seja, onze anos depois do primeiro artigo que trazia à tona uma temática sobre o câncer e sua relação com uma possível infertilidade feminina, houve a retomada do assunto, agora, diante de um viés do corpo feminino diretamente ligado ao sistema reprodutivo, o útero. Artigo intitulado “Câncer do colo do útero: prevenção – diagnóstico – tratamento”, se trata de um texto apresentado primeiramente ao II Congresso

Médico do Piauí, no ano de 1965. Escrito pelo Doutor Artur Cândido R. Assunção⁴⁶ que, ao escrever sobre o assunto, decidiu pela divisão a partir dessas três fases percorridas por uma pessoa acometida pelo câncer do colo de útero. Logo no início há um aspecto importante que chama atenção, que pode ser visto na imagem que segue:

Imagem 10 – Câncer colo de útero



Fonte: Revista Associação Piauiense de Medicina, 1970, p. 43.

Ao analisar essa imagem, é possível perceber o caráter didático que foi desenvolvido, ao longo de todo o texto, pelo autor. O primeiro item que chama atenção é logo após o título “PREVENÇÃO – DIAGNÓSTICO – TRATAMENTO”, em letras maiúsculas e em posição de destaque no texto, que expõe que a temática será abordada a partir de uma articulação com as três etapas vivenciadas pelas mulheres acometidas pela doença. Esse aspecto em torno do formato das letras diante daquilo que o autor desejava dar mais ênfase, segue ao longo do texto, como no trecho “DIAGNÓSTICO: Iniciaremos êste tópico dizendo que TODA LESÃO

⁴⁶ Radioterapeuta do hospital do câncer de Teresina (REVISTA DA ASSOCIAÇÃO PIAUIENSE DE MEDICINA, 1970).

DO COLO DO ÚTERO, POR MAIS INOCENTE QUE PAREÇA, DEVE SER BIOPSIADA.” (REVISTA DA ASSOCIAÇÃO PIAUIENSE DE MEDICINA, 1970, p. 44).

Nesse sentido, convém recordar o que Tania De Luca (2008, p. 132) aponta sobre alguns elementos importantes em análise de periódicos como fonte histórica, o que implica “estar alerta para os aspectos que envolvem a materialidade dos impressos e seus suportes, que nada têm de natural [...] as funções sociais desse impresso.”. No cerne da materialidade do que há envolvido neste artigo de 1970, há de se considerar as letras maiúsculas em determinados pontos para evidenciar os momentos do tratamento, desde a descoberta, sob um caráter preventivo, a possível cura, até o tipo de exame que vai de fato detectar a presença da doença, ficando evidente o caráter de alerta que deseja que seja circulado.

Por meio desse tipo de articulação em que pese a historicização da fonte, há ainda de serem consideradas as condições técnicas do momento para impressão do material, sobretudo ao que se apresenta como um dos maiores entraves na impressão dos números da revista, o fator econômico. Como já visto anteriormente, a revista durante a sua vigência contou com sérias dificuldades financeiras para manutenção de sua produção e circulação dos exemplares, contando em muito com a colaboração dos associados, ou mesmo com a ajuda do governo. Nisso, compreende-se o fato de os exemplares possuírem poucas imagens e muito mais textos, e as poucas imagens que eram inseridas no número vinham em preto e branco.

Percorrendo um pouco mais as linhas do texto, é apontado o objetivo do artigo, no qual se coloca como “motivo de lembrarmos aos colegas da capital e do interior que, dentro de breves dias, o Hospital do Câncer de Teresina estará em condições de tratar o câncer desta localização dentro dos moldes mais modernos [...]” (REVISTA DA ASSOCIAÇÃO PIAUIENSE DE MEDICINA, 1970, p. 43). Esse é o objetivo explicitado, porém, cabe refletir questões de gênero diante da escolha do tipo de câncer a ser abordado no texto – um câncer que apenas é possível de acometer as mulheres – em detrimento de um outro tipo que poderia ser vivenciado por homens e mulheres, afinal, se tratava da ênfase na abertura de um hospital na capital – Teresina – que seria especializado no tratamento de cânceres, e não simplesmente do câncer do colo do útero.

Cabe acenar que o século XX foi um período em que a maternidade era fortemente valorizada e vista como função social das mulheres. Portanto, desenvolver essa condição materna biológica, preferencialmente, era um dos atributos imprescindíveis para o entendimento de uma realização plena feminina. Concepção que vem sendo desconstruída ao longo de fins da segunda metade do século XX, em que se entende que a maternidade como condição inerente ao ser feminino é uma construção cultural e não biológica. Cabe considerar,

ainda, que esse processo de superação do instinto materno é permeado por continuidades e descontinuidades, mas ainda não é possível ver de fato uma ruptura com essa concepção.

Ainda na década de 1970, foi possível notar um retorno ao conceito do instinto materno. Nesse momento, a pediatria americana assume a vanguarda desse movimento que segue com adeptos na Europa, até hoje. Apoiados na etologia (ciência dos comportamentos das espécies animais) para dizer as mulheres que elas eram mamíferas, e como outras eram dotadas dos mesmos hormônios da maternagem, a oxitocina e a prolactina. Assim, o laço da mãe com o bebê deveria ser estabelecido de maneira imediata, salvo aquelas que fugiam da normalidade, pois se tratava de processo neurobiológico-químico. Se esse laço não se forma, deve-se culpar o meio, ou preocupar-se com desvios psicopatológicos. Tal abordagem ganhou adeptos e apoio de antropólogos, psicopediatras e grande parte da mídia que divulgava essa teoria. O instinto materno, portanto, voltava a moda. (BADINTER, 2011).

Esse processo de continuidades acabava por ser organizado diante de uma lógica que buscava imputar as mulheres, se não um completo retorno ao confinamento dos lares, mas, a uma dupla jornada de trabalho, na qual as cargas sentimentais impostas culturalmente tornavam o cansaço dessas mulheres – que desenvolviam essa maternidade em consonância com um trabalho produtivo – invalidado ou invisibilizado, mascarado pela ideia da mulher que dá conta de tudo. Essa teoria do vínculo era mais uma maneira de controlar as mulheres diante de uma sociedade marcadamente patriarcal e opressora, que segue desobrigando homens de responsabilidades paternas que transcendem os limites da subsistência e se relacionam com o cuidar desse novo ser – a criança – que chega no seio familiar. Retomando a leitura do artigo da RAPM, no bojo do que foi considerado como preventivo, Dr. Artur Assunção descreve que:

Tão importante quanto o Ambulatório Preventivo é a parte atuante no meio leigo. Aí, as palestras educativas para senhoras e senhoritas, onde seriam abordados todos os aspectos da patologia genital no que diz respeito ao câncer, seriam proferidas em clubes, associações médicas ou quaisquer outras associações de classe, pelo menos duas vezes ao ano, alertando-as e instruindo-as no sentido de que procurem o seu médico tão logo notem quaisquer dos sinais de alarme e que se submetam a exames periódicos. Sobre isto, estatísticas norte-americanas mostram que, das mulheres que vão a exame mesmo sem nada sentirem, em 2% delas o câncer é detectado. Os colegas do interior que não dispõem de meios adequados para procederem a exames, tanto quanto possível, minuciosos, devem encaminhar as pacientes para centros maiores onde isto seja possível. (REVISTA DA ASSOCIAÇÃO PIAUIENSE DE MEDICINA, 1970, p. 44).

A atuação médica articula sua prática também na disseminação de informações, o que significa moldar a sociedade segundo seus interesses, os quais são ligados aos setores dominantes da sociedade que, perpassados pela fala e aconselhamento médico, se legitima

diante do discurso daquele que detém meios para a cura da doença, ou, como pode ser visto, a orientação para a prevenção de uma possível enfermidade. A partir de práticas educativas permeadas por palestras, esse conhecimento medicalizado chega à sociedade leiga, público-alvo das políticas assistenciais e do poder público, na busca da disciplinarização dessas sujeitas. Em caráter de alerta, e mesmo de um possível pânico às mulheres, a busca de tratamento precoce se faz indispensável para obtenção de êxito na cura da doença.

Não se pode deixar de levar em consideração que esse é um discurso médico e que possui sua legitimidade enquanto ciência, além de se fazer importante a atenção à saúde do corpo, não só de mulheres, mas de seres humanos em geral. O que se questiona aqui é a presença das implicações em escolhas de temáticas que atendam somente ao corpo feminino e que se entrelaçam ao aparelho reprodutivo das mulheres diante de um tempo em que a valorização da maternidade ainda reinava.

Para Dagmar Meyer (2005), ao longo dos séculos XIX e XX, os discursos sobre cuidados a serem dispensados sobre os corpos femininos multiplicaram-se, sobretudo ligados às mulheres em desenvolvimento da condição materna, que vai vendo uma gama de especializações dentro da medicina, para cuidar, orientar e gerir esse corpo de mulher mãe, o que pode ser entendido como uma politização da maternidade que cada vez mais vai se legitimando e se atualizando, difundindo-se a partir de diversas maneiras, dentre elas políticas de Estado, manuais, revistas, jornais, publicidade, televisão.

Desse modo, o modelo ideal de mulher mãe, zelosa, e que corresponde aos valores morais e culturais impostos pela sociedade, vão sendo legitimados a partir da propagação de discursos orquestradores da educação do pobre e, de um modo geral, da mudança de seus costumes. Esse termo é utilizado por Gisele Sanglard (2006) em seu estudo que analisa o processo de medicalização da medicina no Brasil, em especial no Rio de Janeiro, guardadas as suas especificidades de então capital do país e de grande centro urbano. Contudo, ao usar o termo orquestradora da educação do pobre, a autora se refere à realidade francesa, a qual entendia a medicalização a partir desse papel. Assim, na visão de parte da elite francesa, ainda no século XVIII, entendia-se que o progresso do conhecimento devia acarretar o progresso social. Para o alcance desses propósitos, os médicos que se viam engajados na luta higienista, reuniam suas ideias e as difundiam em periódicos, visando também influenciar os políticos, além de participarem de associações científicas.

Percebam como esse processo vivenciado no século XVIII na França se articula no século XX na sociedade teresinense, a exemplo dos médicos que compunham a Associação Piauiense de Medicina e que buscavam difundir suas ideias através de periódicos, como é o

caso da Revista da Associação Piauiense de Medicina, o que demonstra marcas de um processo lento que chega a um contexto regional. Portanto, esse modelo de mulher que deveria gestar era propagado pelos meios jornalísticos, na busca da legitimação desse discurso, a partir de diversas maneiras, como as que podem ser acessadas na RAPM, nos exemplos e no trato em que são escritos os artigos a partir de determinados temas, bem como pode ser acessado a partir de outros estudos, como o de Thayná Martins (2021), ao analisar as representações de maternidade e não maternidade a partir da revista Pais & Filhos entre os anos de 1968 e 1972.

De fato, considerando a não regularidade das publicações dos números da RAPM, verifica-se uma certa presença das investidas dos médicos piauienses diante de assuntos que atravessam a possível não maternidade biológica. No ano de 1974, o tema volta à baila, com o artigo nomeado “Controle do Câncer Cérvico-Uterino no Piauí”, escrito pelo doutor José Arimatéa dos Santos. Diferente dos dois artigos anteriores, esse tema, no quesito escolha pelo escritor, tem suas particularidades, por dois pontos. Primeiro, pela atuação profissional do autor, o qual atuava como professor titular da disciplina de Clínica Ginecológica da Universidade Federal do Piauí, e era chefe do Centro de Prevenção do Câncer Ginecológico da Secretaria da Saúde de Estado do Piauí. O segundo fator se dá mediante o evento para o qual o texto foi escrito primeiramente, tratando-se do III Encontro Nacional de Controle do Câncer Cérvico-Uterino, região Norte e Nordeste. Portanto, pode-se concluir que a escolha do tema foi de fato direcionada por uma lógica processual e não pelo fator exclusivo da diferenciação sexual e suas intencionalidades refletidas sobre diversos discursos.

Cabe mencionar que este artigo, em especial, evidencia o caráter relacional do autor (médico) com o poder público, no sentido deste último em sua função de Estado gerenciador da saúde pública. O autor do texto foi indicado a participar do evento – na sua condição de chefe do Centro de Prevenção do Câncer Ginecológico da Secretaria da Saúde de Estado do Piauí – pelo então secretário de saúde do Piauí. Portanto, um texto para apresentar as atividades e investimentos realizados pelo poder público no tocante aos cânceres ginecológicos, em especial, cérvico-uterino, justificado ainda, nas palavras do autor, pelo alto índice desse tipo de câncer nas mulheres piauienses em detrimento de outros tipos, como pode ser observado nas tabelas (Imagem 11) a seguir:

Imagem 11 – Frequência do câncer ginecológico em pacientes de ambulatório da clínica ginecológica do Hospital Getúlio Vargas em Teresina (1971-1972)

Controle do Câncer Cérvico-Uterino no Piauí 15

TABELA III
FREQUÊNCIA DO CÂNCER GINECOLÓGICO EM PACIENTES DE AMB. DA CL. GINECOLÓGICA DO H. G. V. — TERESINA, PIAUÍ — 1971/1972

Câncer Ginecológico (invasor)	2.560 pacientes		3.293 pacientes		5.855 pacientes	
	1971		1972		1971 + 1972	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Colo	63	2,46	89	2,70	152	2,59
Mama	25	0,97	16	0,48	41	0,70
Corpo	4	0,15	7	0,21	11	0,18
Vulva	6	0,23	0	0	6	0,10
Vagina	0	0	2	0,06	2	0,03
Ovário + Tuba	3	0,11	2	0,06	5	0,08
Total						
	101	3,92	116	3,51	217	4,40

TABELA IV
DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA PRESENÇA DE CÂNCER EM CADA SETOR DO S. GENITAL FEMININO. CLÍNICA GINECOLÓGICA DO H. G. V. — TERESINA, PIAUÍ — 1971/1972

Câncer Ginecológico	% Incluindo Mama	% Excluindo Mama
Colo	70,04	86,36
Corpo	5,08	6,26
Vulva	2,76	3,40
Vagina	0,92	1,13
Ovário + Tuba	2,30	2,85
Mama	18,90	
	100%	100%

QUADRO I

Classe	N.º de Coloscopias	%
I	13	2,6
II	331	66,2
III	57	11,4
IV	66	13,2
V	33	6,6

500 Coloscopias em Colos Suspeitos
(Clínica Ginecológica — H. G. V. — Teresina)

Fonte: Revista da Associação Piauiense de Medicina, 1974, p. 15

Considera-se que nesse período da década de 1970 a clínica ginecológica do Hospital Getúlio Vargas constituía-se como o único serviço da Secretaria de Saúde do Piauí, no que concerne a especialização em ginecologia, sendo, portanto, o pioneiro no Estado no que dizia respeito à prevenção e diagnóstico do câncer genital feminino. (REVISTA DA ASSOCIAÇÃO PIAUIENSE DE MEDICINA, 1974). Os dados conferidos na tabela da Imagem 11 se referem ao atendimento prestado na capital, mas que poderia ser visto como panorama para a realidade do Estado, uma vez que era o único local de atendimento para prevenção, diagnóstico e tratamento da doença. Nisso, os dados se faziam alarmantes, visto que nas tabelas III e IV verificava-se que, dentre todos os cânceres ginecológicos, incluindo o câncer de mama, que se fazia como segundo maior em termos de acometimento à saúde das mulheres, o câncer do colo de útero figurava em 70,04% dos casos apresentados, e, excluindo o câncer de mama, essa porcentagem subia para 86,36%.

Considera-se, ainda, o fato de esse período ter se feito de destaque nacional no cerne da preocupação com esse tipo de câncer, explicitado nas linhas do artigo, quando o autor expõe saudações especiais ao diretor da divisão nacional de câncer do ministério da saúde, professor João Sampaio Góes Júnior, pela iniciativa do evento, e mais ainda pela elaboração do Plano Nacional de Controle do Câncer, conferindo ao câncer do colo uterino uma conotação de saúde pública. Percebe-se a preocupação do Estado em caráter nacional com um tipo de patologia que poderia levar a infertilidade feminina de maneira definitiva, uma vez que atuaria diretamente no aparelho reprodutivo das mulheres.

Nota-se, mais uma vez, a presença do poder público em suas investidas sobre a saúde das mulheres, mas, diante de uma preocupação que não estava centrada unicamente no bem estar feminino, e sim em sua capacidade de gestar para uma sociedade que está sempre disposta a articular meios para manutenção das mulheres junto a papéis sociais tradicionais em torno do reprodutivo, o lar, o companheiro, os filhos, a futura mão de obra para esse sistema capitalista, a presente força de trabalho para esse sistema que precariza as condições de trabalho daqueles que não detém o capital, e impõe uma sobrecarga ainda maior as mulheres, sejam elas mães ou não, visto que a carga do cuidar segue imputada ao sexo feminino. A maternidade, portanto, segue sendo uma forte aliada do sistema opressor que investe em seus atributos como uma verdadeira tirania que visa mandar as mulheres de volta para casa⁴⁷.

Embora já houvesse um plano nacional do controle ao câncer, no que se referia ao cenário regional, do Piauí, ainda não havia. Fato que se justifica, a partir do autor, pelo curto tempo que tiveram antes do encontro, bem como a carência de dados sobre o assunto no que se referia a um panorama a nível de Estado. Considera-se ainda, a precariedade do serviço de saúde pública no Piauí naquele momento, em que:

O Piauí, 9º Estado da Federação em extensão Territorial com uma área terrestre de 250.934 km² e uma população de cerca de 1.700.000 habitantes, está dividido em 6 regiões de saúde e possui uma rede hospitalar oficial composta de: 1 Hospital de Base com 437 leitos, dos quais 319 para doentes necessitados, e 3 hospitais especializados (em Maternidade, Psiquiatria e Doenças infecto-contagiosas, situados na Capital; o Interior conta com 5 hospitais regionais; 6 hospitais de área e 10 unidades mistas perfazendo um total de 1.561 leitos. Possui ainda a Secretaria de Saúde 106 postos de Saúde distribuídos no Estado, sendo 13 na capital. (REVISTA DA ASSOCIAÇÃO PIAUIENSE DE MEDICINA, 1974, p. 9).

⁴⁷ Essa concepção está pautada, neste estudo, em diálogo com Elisabeth Badinter (2011) e Lina Meruane (2018) que abordam a maternidade como uma das ferramentas da sociedade dominante em imputar às mulheres o retorno ao confinamento do lar.

Retomando o que já foi analisado sobre o ano de 1970, com os casos sobre câncer do colo de útero, já havia um forte apelo dos médicos implantando medidas diante de um caráter preventivo sobre doenças que poderiam acometer mulheres em seus aspectos ginecológicos. Contudo, o que se nota era a ainda deficiência do aparelho estatal quatro anos depois, quanto à oferta desses serviços especializados em todo o Estado. Desse modo, o Estado, por meio dos médicos, disseminava a sua dita preocupação com um segmento da saúde das mulheres, mas, por outro lado, não possuía e disponibilizava subsídios estruturais para o atendimento ao público de maneira eficaz.

Um Estado que ainda caminhava rumo a especialidades médicas, assim como à construção de hospitais e centros de atendimento, que a nível de capital já era mínimo, e se ampliado ao cenário do Estado a situação era ainda mais agravante, o que pode ser visualizado a partir do panorama acima.

Outro fator que chama a atenção ao trilhar os escritos do doutor José Santos está na relação da Universidade Federal do Piauí com a clínica ginecológica do hospital Getúlio Vargas:

A Clínica Ginecológica do Hospital Getúlio Vargas, onde, por força de convênio com a Universidade Federal do Piauí, funciona, também, a Disciplina de Clínica Ginecológica do Centro de Ciências da Saúde da referida Universidade, constituiu-se de enfermaria, com 29 leitos [...] munida de auditório próprio para as reuniões do seu Centro de Estudos e tendo à sua disposição um Centro Cirúrgico, centralizado, no H. G. V. [...] É dotada de corpo clínico com larga experiência em cirurgia ginecológica [...]. (REVISTA DA ASSOCIAÇÃO PIAUIENSE DE MEDICINA, 1974, p. 9).

Embora nesse momento a relação do hospital com a instituição de ensino esteja pautada não de maneira exclusiva, em que as aulas teóricas e práticas de todas as disciplinas fossem desenvolvidas dentro do ambiente hospitalar, pois já há, nesse período da segunda metade do século XX, a universidade como instituição própria de ensino, nota-se que a prática dos alunos se encontrava envolvida no território hospitalar de assistência ao público em geral, e nesse caso, a especialidade da ginecologia. Tal fato remonta uma união que se dá no Brasil desde o século XIX, com as então Santas Casas de Misericórdia, ainda administradas por uma irmandade, na qual já havia no espaço hospitalar a presença de médicos diplomados, seguindo o curso de um processo de medicalização da medicina, e sua conseqüente laicização. Nesse percurso, as misericórdias, que anteriormente desenvolviam dois papéis, como hospital público e privado, e que era visto pela população brasileira como sinônimo de socorro médico, passa a desempenhar um terceiro papel, o de hospital universitário, o que foi grande contribuinte para que, naquele momento – segunda metade do século XIX – a terapêutica ganhasse suas enfermarias (SANGLARD, 2006).

Diante dessa relação apontada pelo doutor José Santos, evidenciam-se as marcas de um processo anterior, em que hospitais públicos eram também centros de prática de ensino dos cursos de formação. Passadas mais algumas páginas do artigo analisado, há a fala do doutor José Santos sobre:

aquilatar a validade do trabalho assistencial que desenvolve o serviço que dirigimos⁴⁸ no tocante à Ginecologia preventiva, onde a escassez de pessoal técnico impõe o emprego do exame colposcópico apenas na vigência de dúvida e suspeição, ditadas pela citologia [...]. (REVISTA DA ASSOCIAÇÃO PIAUIENSE DE MEDICINA, 1974, p. 12).

Pensando o caráter assistencial enaltecido pelo autor, requer relembrar que até o final do século XIX ainda havia a relação das Santas Casas de Misericórdias em sua função de atendimento médico, com sua função assistencial e caritativa, da qual médicos formados lutavam para se desvincular (SANGLARD, 2006). Nota-se, assim como no exemplo anterior sobre os papéis desempenhados pelos hospitais, as permanências de determinadas práticas exercidas no contexto da cura, da prevenção, e do hospital. Assim, é possível concluir que os hospitais seguem sendo locais privilegiados de acesso à gratidão do povo, diante de uma relação médico e paciente.

Dentro da lógica da disciplinarização dos corpos, destaca-se um dos serviços de prevenção do câncer ginecológico ofertado pelo Ambulatório que era destinado ao atendimento de patologia ginecológica de maneira integral, e que recebeu o nome de “Centro de Prevenção do Câncer Ginecológico”. Dentre os serviços dotados pelo ambulatório, havia o Auditório de aulas de educação e higiene sexuais (REVISTA DA ASSOCIAÇÃO PIAUIENSE DE MEDICINA, 1974). Perceba que esse era um serviço destinado às mulheres e não aos homens, o que evidencia um papel regulador da atividade sexual a partir da diferenciação de gênero.

Ao pensar sobre sexualidade, Louro (2000), em diálogo com o entendimento de Foucault, a entende como um dispositivo histórico, que seria uma invenção social, uma vez que se constitui, historicamente, por meio de variados discursos sobre o sexo, discursos esses que regulam, normatizam, instauram saberes e produzem “verdades”. É então no ambiente da cultura e da história que as identidades sociais – sejam elas de gênero, de raça, de classe, dentre outras – vão se definir. É nessas diversas e diferentes identidades que o sujeito vai se constituir, na medida em que são interpelados e solicitados a enquadrar-se em um determinado agrupamento social. O fato é que essa escolha não é simples e muito menos

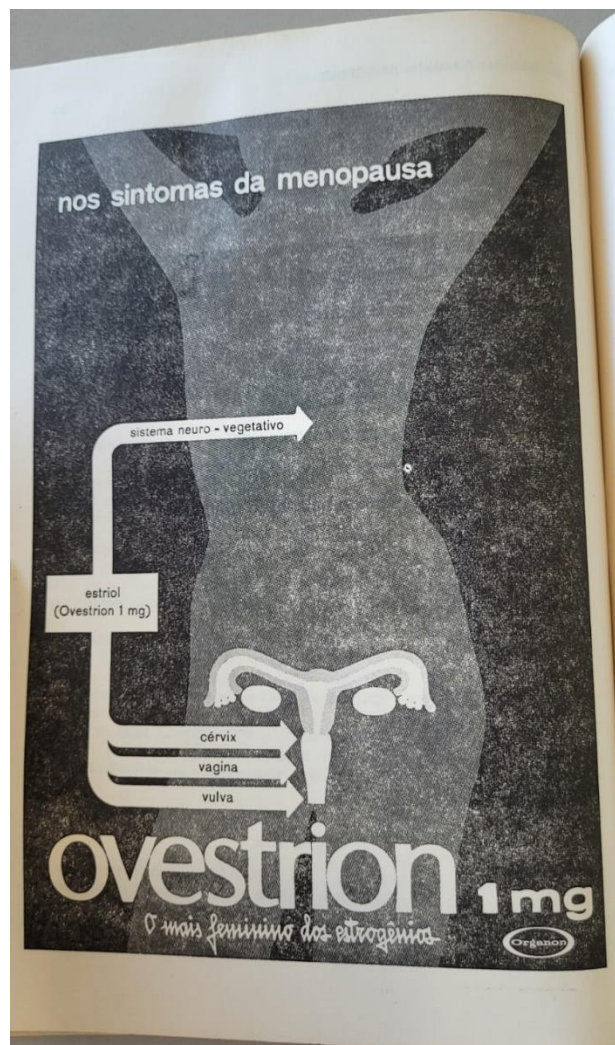
⁴⁸ Clínica Ginecológica do Hospital Getúlio Vargas da Secretaria de Saúde do Piauí e Disciplina de Ginecologia da FUFPI

estável, como sujeitos diversos e com múltiplas identidades, ora uma determinada identidade pode se fazer atraente, ora não mais. Como sujeitos de identidades transitórias e contingentes, as identidades sexuais e de gênero, assim como as outras identidades sociais, possuem caráter fragmentado, instável, histórico, plural, o que é afirmado por teóricos e teóricas culturais.

A lógica de um serviço de prevenção a tipos de cânceres ginecológicos – sem levar em consideração o seu caráter científico que possa estar envolvido na decisão da oferta desse tipo de educação sexual para mulheres, pois o que se analisa aqui está pelo viés historiográfico – se articula com projetos reguladores da prática sexual das mulheres, uma vez que o medo sobre a doença pode ser encarado sobre o viés da privação sexual, ou ao menos da sua diminuição, pautada por um discurso que instaura saberes. Se a segunda metade do século XX já era um período em que as liberdades sexuais diante de um cenário nacional e mais ainda internacional já estavam ganhando corpo, os setores dominantes se renovavam na busca e nos meios de disciplinar esses corpos.

No mesmo número desse artigo analisado até aqui – Controle com câncer cérvico-uterino no Piauí – ao folhear mais algumas páginas, foi possível encontrar não um artigo, mas uma publicidade acerca de um estrogênio. O fato que mais chama a atenção na propaganda se dá na imagem retratada, o corpo feminino representado pela sombra do que seria ele no real, com foco nos órgãos reprodutivos da mulher, o que será possível visualizar na Imagem 12 a seguir:

Imagem 12 – Nos sintomas da menopausa



Fonte: Revista Da Associação Piauiense de Medicina, 1974, p. 38

Fato que chama a atenção é que tal propaganda, enfatizada do modo como se encontra na imagem, se dá páginas à frente de um artigo que tratou sobre assuntos que estavam no bojo da especialização médica sobre o corpo das mulheres, no cerne dos órgãos reprodutivos – a ginecologia.

Ana Paula Vosne Martins (2004) insere que até meados do século XVIII doenças de origem obstétrica e ginecológica eram pouco conhecidas, e conseqüentemente, os tratamentos disponíveis eram escassos e de eficácia duvidosa, tais como sangrias, uso de ervas, e, para além da medicina popular, havia a busca pelos encantamentos e magia. Contudo, é ainda por volta da segunda metade do século XVIII que as especificidades do corpo feminino foram ganhando atenção dos médicos, mas é no último quarto do século XIX que a ginecologia adquiriu estatuto próprio, separando-se da obstetrícia. Em meio a esse processo, muitas foram

as mudanças ocorridas na área no sentido da busca cada vez maior de conhecer o corpo feminino através de práticas no diagnóstico e tratamentos de doenças que acometiam somente as mulheres. Porém, é importante pensar que o aperfeiçoamento dos métodos visuais da ginecologia não estava imerso apenas no progresso da ciência, havia a objetivação do corpo feminino possuindo como referência o contexto sociocultural em que esse conhecimento ganhou sentido.

A objetivação escancarada na Imagem 11 sobre o corpo da mulher não é nova, ela remete aos passos iniciais da ginecologia como especialidade médica, em que “produziu-se um saber específico que esquadrinhou o corpo, direcionando o olhar da superfície para o interior, num processo crescente de intervenção e objetivação.” (MARTINS, 2004, p. 121).

A forma como a publicidade articula a imagem do corpo feminino segue os padrões mobilizados pela ginecologia na forma de produzir conhecimento, tornando a mulher um corpo, esse com foco naquilo que a vincula com a propagada função social feminina – a maternidade.

A revista não tratou do assunto da menopausa⁴⁹ a partir de um artigo em nenhum dos números analisados para esse estudo. O único acenar para o tema se deu nessa propaganda, o que suscitaria algumas reflexões: intitulada “nos sintomas da menopausa”, o anúncio não aprofunda a questão, não explica do que se trata a menopausa e no que ela pode vir a interferir na vida das mulheres, apenas expõe e torna o corpo feminino como objeto. Entretanto, cabe refletir o campo invisível que era dado à menopausa no período analisado. Para historiadores e historiadoras, uma das ferramentas que devem ser levadas em conta no momento de análise da fonte é o não dito. O assunto menopausa não ter ganho um artigo, e ter sido apenas acenado por meio de uma propaganda, fala muitas coisas.

Segundo Maria Cabral (2001), estudos em torno da menopausa podem ser entendidos como oriundos a partir do século XVIII, apesar de não ser entendido, à época, como menopausa, mas sim, como transtornos oriundos do término da menstruação. Mesmo tendo havido estudos no século XX que constatavam que essa fase na vida das mulheres não estava associada a uma enfermidade, estes não foram levados a diante, uma vez que o que predominou na sociedade ocidental foi de que a menopausa é um período na vida da mulher em que se faz necessário o uso de medicação, uma concepção que, para muitos, ainda hoje deve ser tratada assim. Por meio do lugar que foi dado a menopausa na RAPM, pode-se

⁴⁹ Embora muitas vezes entendido como sinônimos, menopausa e climatério possuem significados diferentes. O primeiro se refere a um fenômeno que se encontra dentro de um processo maior, que é o climatério. Desse modo, a menopausa é o nome dado a última menstruação da mulher, já o climatério é compreendido como um processo fisiológico que marca a passagem da vida procriativa para a vida não-procriativa. (CABRAL, 2001).

concluir que a concepção entre a classe médica, salvo suas exceções que sempre existem, ainda era a de uma fase da vida das mulheres que deveria ser tratada com uso de medicação, simplesmente.

Retomando as análises de Ana Paula Vosne Martins (2004), à medida que a especialidade foi ganhando legitimidade no ambiente acadêmico, o desvelamento do corpo foi se tornando cada vez mais minucioso. Assim, “quanto mais científica se tornava a ginecologia, mais objetivos os textos e mais realistas as imagens apresentadas para acentuar o caráter neutro da ciência da mulher.” (MARTINS, 2004, p. 124). Nesse segmento, a Revista da Associação Piauiense de Medicina, ao desvelar partes do corpo da mulher por meio da imagem, está seguindo um padrão da ginecologia especializada.

Se o fim do ciclo reprodutivo das mulheres não despertava interesse aos médicos autores da Revista da Associação Piauiense de Medicina, a interrupção de uma gestação já era motivo de olhar médico desde o início da segunda metade do século XX, pelo periódico.

No ano de 1950, a Revista da Associação Piauiense de Medicina publica, dentre os artigos daquele número, o texto intitulado “Aborto ou Abortamento?”, escrito pelo professor Pires Gaioso, catedrático de Medicina Legal da faculdade de Direito do Piauí. Em meio a essas poucas informações contidas nessas linhas, já é possível analisar alguns fatores que diz muito sobre as intencionalidades do artigo.

Ao ler o título do texto, o que vem à cabeça é que a análise desenvolvida a partir de então será relacionada a questões de saúde no cerne do abortamento e do aborto, de como a medicina analisa as implicações de uma prática – consentida ou involuntária – abortiva. Entretanto, ao desbravar a leitura integral do texto, nota-se que o título se mostra diante da tessitura do artigo apenas de maneira tangencial, demonstrando que para alguns médicos há distinção entre os termos e para outros não. O que o autor conclui esse assunto da seguinte maneira: “Abôrto, pois, é o têrmo que devemos empregar como entendimento do ato, ou do produto da ação executada.” (REVISTA DA ASSOCIAÇÃO PIAUIENSE DE MEDICINA, 1950, p. 17).

Atualmente, segundo o Ministério da Saúde, a partir da norma técnica de atenção humanizada ao abortamento (2011), as palavras seguem como distintas. O abortamento é o processo de interrupção da gravidez – de maneira espontânea ou não – até a 20ª ou 22ª semana de gestação, com o produto da concepção pesando menos que 500g. O aborto, por sua vez, é o conceito eliminado no abortamento. Portanto, nota-se que atualmente não cabe o uso de um único termo para os dois processos, embora tenha se popularizado a palavra aborto para a prática e o resultado desta (BRASIL, 2011).

Ao visualizar a atuação do médico que escreveu o artigo – faculdade de Direito do Piauí – já se evidencia o caráter narrativo que o texto vai tomar, ou seja, um médico que atuava diante de questões legais/judiciais falando sobre um tema que até hoje segue criminalizado. A escolha do autor para analisar o aborto a partir de seus aspectos criminais foi de um percurso dentro da história, de maneira sucinta, de como essa prática foi sendo conjecturada pelas sociedades ao longo do tempo. Um dos trechos em que Pires Gaioso demonstra a aceitação social pelo aborto, ele a faz a partir de um viés que não inicia pela prática abortiva em si, mas, demonstrando que em um momento da sociedade primitiva era permissível ao pai matar o filho ou mesmo vender, pois a criança era considerada sua propriedade, quando “do ponto de vista histórico verificamos que entre os povos primitivos o pai tinha o direito de matar ou vender o filho, o qual era sua propriedade absoluta e assim a prática de abortar se tornou facilmente admitida.” (REVISTA DA ASSOCIAÇÃO PIAUIENSE DE MEDICINA, 1950, p. 17).

Isso remonta a outro período da história em que a criança era tida com pouco ou nenhum prestígio dentro do seio familiar. A visão sobre o ser infantil foi transformada ao longo da história. Na Idade Média, por exemplo, a criança era vista com pouca ou nenhuma importância (ARIÈS, 1986). No cenário brasileiro colonial, a infância era representada como um período de transição, vista muitas vezes como adultos em miniatura. Assim, o ser infantil era condição pouca valorizada nas famílias, e sentimentos como amor e cuidados específicos para com eles eram escassos (DEL PRIORE, 2009).

À medida que as concepções sobre infância vão sendo modificadas e a maternidade passa a ganhar lugar de destaque nas investidas sociais, práticas abortivas vão sendo incorporadas de maneira mais incisiva ao campo do ilegal. Nesse caminho discursivo proposto por Pires Gaioso, mostrando períodos em que o aborto era permitido e quando passa a não ser, ele deixa clara a sua posição contrária a legalização do aborto, quando menciona o exemplo de duas legislações estrangeiras sobre a legalização da prática:

Na presente época há entre povos civilizados a conceituação do aborto como forma criminosa. Houve, porém, recentemente, a experiência do contrário em duas legislações estrangeiras, sendo, entretanto, de curta duração esse período da falta de incriminação. Ambos os países recuaram, em curto prazo, no avanço dessa deplorável legislação (REVISTA DA ASSOCIAÇÃO PIAUIENSE DE MEDICINA, 1950, p. 18).

O trecho que evidencia o posicionamento de Pires Gaioso sobre o tema se dá quando ele se refere ao termo deplorável ao falar das legislações que haviam condicionado o aborto como legalizado. Na busca de influenciar o leitor a partir de suas concepções pessoais, o autor

segue a escrita passeando pelos códigos penais do início do século XX sobre a proibição do aborto e sua permissão a partir de determinadas circunstâncias, tais como: se não há outro meio de salvar a gestante e se a gestação resulta de estupro. O viés da escrita do artigo, portanto, é essencialmente legislativo, embora acene para alguns conceitos no âmbito da medicina, como foi mencionado anteriormente, este não ganha preponderância, resultando em um caráter regulador, ficando evidente a busca pela manutenção da ilegalidade.

O aborto é uma prática que ocorre em todos os tempos, entre todas as camadas sociais, e que tem como interferências relações de gênero, setor social, raça, dentre outras tantas questões que se inserem no bojo político e sociocultural, que possui na Igreja e no Estado fortes colaboradores para manutenção ao campo do invisível ou mesmo do ilegal essa prática. Atualmente, muito já se sabe que discutir sobre o aborto é um caso de saúde pública e que deve ser encarado como tal pelos poderes públicos e a sociedade em geral.

A ilegalidade do aborto não garante a sua não interrupção, pelo contrário, apenas gera riscos à saúde das mulheres, e ainda há um recorte de quem são essas mulheres, pois aquelas pertencentes a uma camada pobre da população acabam recorrendo a métodos inseguros, o que coloca a sua vida em risco, ao contrário daquelas que possuem condições econômicas mais favoráveis, que conseguem acesso a um aborto seguro (EVANGELISTA, 2017). Portanto, oferecer condições de acesso seguro para mulheres que optem pela interrupção da gestação é garantir a segurança de suas vidas, e diminuir os índices de mortalidade materna.

Segundo dados apresentados na norma técnica de atenção humanizada ao abortamento (2011), no Brasil estima-se a ocorrência de mais de 1 milhão de abortos inseguros por ano. Em países que possuem a legalização do aborto, garantindo acesso a serviço seguro para essa prática, a probabilidade de morte materna cai de maneira absurda, girando em torno de uma morte para cada cem mil procedimentos. Aos países que não garantem de maneira segura esse procedimento os riscos se tornam alarmantes, e diante daqueles países que há uma proibição religiosa ou legal os índices de abortos não diminuem, ao contrário, crescem, gerando a prática insegura e a conseqüente morte materna, em muitos casos (BRASIL, 2011).

Segundo Mary Del Priore (2009), houve uma relação direta entre a criação do ideário de santa-mãezinha com o acirramento dos ataques à prole ilegítima e ao aborto, que era visto como mau fim de uma relação irregular. Na busca da construção de um projeto de maternidade ideal, o aborto feria as normas morais e sociais, bem como os interesses econômicos incorporados a esse ideal. Se a implantação da maternidade era o meio de tornar

útil a sexualidade dentro do casamento, o aborto era um entrave para os interesses sociais, no sentido de resultar, em alguns casos, de uma relação extraconjugal.

As práticas abortivas existiram entre as mulheres de todas as épocas. A ingestão dessas drogas resultava em muito na morte dupla, da mãe e do filho. Na busca de se livrar do filho indesejado, mulheres acabavam por se matar ao ingerir chás e porções abortivas que resultavam em seus envenenamentos (DEL PRIORE, 2009). Imaginem que a proibição por parte moral e legal nunca impediu que as práticas abortivas ocorressem, como demonstra Mary Del Priore ao analisar o Brasil Colônia, e o que se tinha como resultado dessa proibição eram duas mortes. Como justificar a ainda presença da ilegalidade do aborto na contemporaneidade? O cenário do país foi atravessado por diversas transformações desde o período colonial, em todos os seus setores, porém, segue diante de permanências tão arcaicas que apenas gera danos à saúde feminina, uma vez que o aborto não deixou de existir.

A Igreja segue estigmatizando o aborto, a sociedade em geral segue invisibilizando o aborto. As mulheres ricas e pobres continuam abortando, e resta às mulheres pobres o triste resultado da maioria das mortes em decorrência da prática abortiva. Há conflitos visíveis de setor social, econômico, político e de gênero. Há um problema de saúde pública que segue sendo negligenciado. Este texto não se coloca a favor ou contra o aborto. O corpo como pertencente ao indivíduo deve ser livre para suas escolhas. Nenhuma mulher deseja abortar de forma desenfreada a livre gosto, o processo do abortamento é doloroso e permeado por consequências físicas e psicológicas. Que cada mulher tenha o direito de escolha livre pelo abortamento ou não, e que, se a escolha for seguir pelo aborto, que ela tenha acesso aos meios seguros para tal ação, disponíveis a partir de um sistema público de saúde.

Diante das análises postas até aqui, conclui-se mais um fator de destaque: dentre todos os artigos analisados, eram homens médicos falando de corpos de mulheres e suas possíveis doenças. Um processo enredado por uma medicina que foi se especializando ao longo dos séculos sobre o corpo feminino, em uma articulação sobre suas funções reprodutivas. Nisso, é possível perceber que:

o universo feminino é muito diferente do masculino, não simplesmente por determinações biológicas, como propôs o século 19, mas sobretudo por experiências históricas marcadas por valores, sistemas de pensamento, crenças e simbolizações diferenciadas também sexualmente (RAGO, 1998, p. 93).

As incorporações a que são levados mulheres e homens na sociedade perpassam o campo simbólico e cultural da opressão, em que o ser feminino é enredado a uma série de manobras impositivas, que possui, no discurso da medicina medicalizada, mais uma das

tentativas de manipulação dos desejos e práticas femininas junto à sociedade. A maternidade, portanto, é uma das maneiras mais perigosas e eficazes de opressão das mulheres.

4.3 MATERNALIZAÇÃO UNIVERSAL: AS CAUSAS DE UMA VIDA SEM FILHOS E O GERENCIAMENTO DO TEMPO EM SUAS VIDAS

Retomando o uso da história oral, esse tópico se mostra imprescindível diante do que essa dissertação se propôs a investigar. A partir das narrativas de mulheres não mães que nasceram entre as décadas de 1950 e 1970, e possuíram suas construções sociais e culturais em torno da cidade de Teresina, no Estado do Piauí, pretende-se analisar um contexto coletivo por meio de memórias individuais. O relato pessoal torna-se capaz de “transmitir uma experiência coletiva, uma visão de mundo tornada possível em determinada configuração histórica e social.” (ALBERTI, 2010, p. 163). Assim, as sociabilidades, as causas de não maternidade biológica, o aborto e a distribuição do tempo em suas vidas, ajudarão a compreender, a partir de vivências pessoais, a não maternidade no contexto da segunda metade do século XX na cidade de Teresina, no Piauí.

A não maternidade biológica é característica entre todas as mulheres que participaram dessa pesquisa. Entretanto, longe de possuírem vivências uniformes, elas se mostram diversas ao longo de toda a análise que está sendo tecida diante de suas histórias de vida. Os motivos diante da inexistência de um gestar em suas vidas são variados: mulheres que quiseram ter filhos biológicos e não os tiveram por motivos de saúde; de ideais de família que visava a presença de um pai para que fosse consequência a vinda de um filho ou filha; a imposição de uma sociedade tradicional e conservadora que entendia a presença de um filho como consequência natural de um casamento, e que fora dele se tornava inconcebível o gestar de uma mulher; e a própria escolha em não desejar ser mãe biológica.

Nesse momento, é importante enfatizar a questão da inexistência da maternidade vivida por essas mulheres a partir do fator biológico, uma vez que ficará evidente que a maioria das colaboradoras desse estudo não foram mães por meio do processo gestacional, mas maternaram ao longo de suas vidas, o que evidencia a ainda forte presença das imposições sobre o que são atribuições de mulheres e de homens, em meio a uma sociedade que impõe o cuidar como característica que deve ser desenvolvida por todas as mulheres, em alguma medida. A cidade de Teresina, capital do Piauí, no início da segunda metade do século XX, e até mesmo no decorrer desse período como um todo, era marcada por convenções sociais tradicionais, além de forte tradição católica. O enfoque junto aos valores morais

predominava, sobretudo junto às moças⁵⁰, vigiadas e controladas por normas e condutas que permaneciam sobre o olhar atento de pais, irmãos, e da sociedade em geral. Nesse período, já era forte a circulação de moças e rapazes nos mesmos espaços, dada a intensificação da urbanização. Contudo, à medida que esses cenários urbanos iam sendo ocupados, foi se intensificando também maneiras das jovens moças se autorregular, sempre diante do que estava em conformidade com a moral dominante (CARDOSO, 2010).

Determinados comportamentos de moças se mostravam condenáveis aos olhos da sociedade teresinense, tais como: sair sozinha com o namorado, sobretudo se fosse de carro, beijar em público, namorar nas praças. O comportamento feminino ficava sob vigilância de professores e professoras, no que dizia respeito ao cenário da escola, enquanto vizinhos, vizinhas, amigos, amigas e até jornalistas consideravam-se responsáveis pela defesa da moral e dos bons costumes. Assim, se consideravam aptos a julgar ações femininas, seja das mais jovens, ou mesmo de moças feitas, diante da busca de enquadrá-las sobre a moral dominante (CARDOSO, 2012).

Diante do cenário de imposições vivenciado na cidade de Teresina ao longo do século XX, é possível visualizar a articulação da educação recebida pelas participantes da pesquisa com a inexistência da condição materna biológica sem estar precedida pelo casamento. Isso fica claro na fala de Ágata, que, ao ser indagada se o desenvolvimento de sua profissão havia sido fator de interferência para que não se tornasse mãe, ela responde:

Não. Foi não. Acho que é porque eu não tinha que ser mesmo mãe. Acho que era aquela coisa comigo. Eu namorei. Eu brinquei. Eu passei. Tudo, mas... Não. Acho que não. Não tem nada a ver com isso não. Agora tinha uma coisa assim na minha cabeça. Eu sempre dizia que eu não ia me casar. Não me casar, mas eu nunca pensei assim. Porque, como minha família era muito. Que achava naquele tempo... Que só quem tinha filho quem tem... Quem casasse, né? Até muito tempo, eu tinha isso em minha cabeça. E eu dizia. “Eu não quero casar.” “Por isso, eu não quero ter filho.” (ÁGATA – primeira geração, 2022).

Conforme é possível observar nessa memória de Ágata, ela atrela a convicção de que não deveria ter sido mãe à sua certeza em não desejar o matrimônio. Para moças como Ágata, residentes na ainda pequena cidade de Teresina, a experiência sexual antes do casamento era algo inconcebível, a gravidez em situação de mulher solteira seria então considerada uma verdadeira vergonha social para a família. O estigma social sobre as não virgens e ainda mais sobre as mães solteiras era intenso.

⁵⁰ Para a sociedade teresinense, a expressão “moça” não precisava ser acompanhada da palavra virgem, pois àquele período – início do século XX e parte da sua segunda metade – era considerada moça aquela que ainda não havia iniciado a vida sexual, como um sinônimo. Já o termo “mulher” considerava a iniciação sexual. (CARDOSO, 2010).

Na cidade de Teresina, e mesmo em cidades do interior do Estado, como é analisado por Larice Moura e Elizangela Cardoso (2016), o ser mulher era normatizado de maneira rígida, sempre fiscalizada e punida por instituições que centralizavam o controle da população em massa da época. Grande destaque se dá para a Igreja católica, visto que há, na população piauiense em geral, um caráter fortemente religioso, em que as normas diante do considerado certo e errado, o mal e o bem, foram inseridas nas mentes das pessoas de modo a se tornar comportamentos legitimados e normatizados, de tal modo que não se questionava, pois aquelas que ousavam questionar ou ir além do que estava posto como certo e longe do pecado eram consideradas transgressoras, e vistas, portanto, de maneira desacreditada. Assim, esse comportamento social, entendido como correto e disseminado pelos discursos de setores dominantes, foi perpassando ao longo das gerações.

O que corrobora com a forte presença da Igreja como controladora dos comportamentos sociais na cidade de Teresina está no fato de as entrevistadas se mostrarem tementes a Deus e religiosas, havendo em algumas um caráter religioso ainda mais fervoroso, como foi possível ser visto em Ágata, Calcedônia – ambas da primeira geração – Ametrino e Berilo – pertencentes à segunda geração, e Crisocola – da terceira geração. Vale ressaltar que Ágata, em conformidade com os direcionamentos tradicionais que vigoravam sobre sua educação na segunda metade do século XX em Teresina, seguiu virgem, como já foi analisado no capítulo anterior. Outra entrevistada, que vai ao encontro dos ideais de vida de Ágata, foi Diamante. Mantendo-se, também, virgem, trouxe em sua narrativa os fatores que levaram à sua não maternidade biológica. Ao ser indagada se, mesmo sem estar casada, havia pensado na possibilidade de desenvolver a maternidade, ela responde:

Eu cheguei a sonhar muito com a gravidez. Eu acordava passando a mão aqui na barriga. Ai eu. “Meu Deus eu sou louca.” “Como eu vou engravidar se nem um companheiro eu tenho.” E quando uma amiga minha ficava grávida. Eu ficava louca achando que era eu. “Oh, mulher a gente vai cuidar.” “A gente vai cuidar.” Pronto, mas nunca teve oportunidade... Mas, eu tive muita vontade de ter um filho. Não tive mais por que eu tinha medo... Dele sofrer comigo nas casas dos outros... Porque você sabe a gente está ali, na casa dos outros, mas é trabalhando. Você não tem liberdade nenhuma para nada. Ai como é que eu ia ter um filho? Não tinha condição. (DIAMANTE – segunda geração, 2022).

Diamante desenvolvia a função de babá, desempenhando esse papel de modo a morar na casa de seus patrões. O trabalho no decorrer de grande parte do século XX, em Teresina, estava ligado com os cuidados com o corpo e a sexualidade feminina, e esse era um ambiente de muitas preocupações dos setores dominantes da sociedade para que fosse mantida a ordem moral do que era entendido como correto. Assim, os trabalhos desenvolvidos por mulheres

deveriam se aproximar ao máximo no que era concebido como o desempenhar de suas funções como esposa e dona de casa (MOURA; CARDOSO, 2016). Diamante não seguiu a linha lógica traçada pela sociedade teresinense de viver o matrimônio e a maternidade, mas, como moça da pequena Teresina, sabia desenvolver as ditas funções relacionadas a esses dois estados – casada e mãe – e, nesse segmento, trabalhou durante toda a sua vida produtiva em casas de família, cuidando de crianças.

Antes mesmo de adentrar no fato de o desenvolvimento do seu ofício ter se constituído em empecilho para o desenvolvimento de sua maternidade biológica, ela já expôs que esse foi o fator preponderante para que não chegasse a sequer desenvolver sua sexualidade de maneira mais efetiva, pois ela “fazia era morar. Eu não era uma pessoa que vinha para casa depois do trabalho. Então meu lar era ali dentro. E eles amavam. Eu não tinha folga. Era direto com eles. Ai como é que eu iria ter um filho.” (DIAMANTE – segunda geração, 2022).

É possível ver que a maternidade biológica era um forte desejo na vida de Diamante, e em diversos momentos da entrevista ela traz à sua narrativa essa vontade, e o seu amor por cuidar de crianças, mas, por conta da maneira como seu trabalho foi sendo delineado, um parâmetro de exploração em que não havia divisão sobre tempo de função e período de descanso, pois morando com os patrões não possuía um dia de folga, sua maternidade não se tornou executável. É possível ver, tratando-se do que era conveniente aos contratantes, que Diamante era considerada parte da família, convivendo com todos e servindo a eles e elas. Entretanto, esse sentimento de pertença não era sentido por Diamante, uma vez que ficou visível seu receio em namorar, e mesmo gestar, pois tinha consciência que, se ficasse grávida possivelmente seria demitida e não teria como cuidar de seu filho ou filha. Diamante, portanto, passou a vida maternando os filhos de outras mulheres e homens, mas não teve condições de desenvolver a sua maternidade.

Crisocola, nascida em 1979, pertencente a terceira geração, é a mais nova dentre as mulheres que concederam entrevista para essa pesquisa. Crisocola desejou em alguns momentos de sua vida ter gestado, entretanto, sua vida foi se direcionando a outros caminhos e as possibilidades de engravidar – embora ainda existam, pois ela ainda poderá engravidar se quiser, apesar de maiores dificuldades – vão se tornando cada vez mais distantes devido à idade. Ao ser questionada se gostaria de ter gerado um filho ou filha, prontamente ela respondeu:

Sim, porque eu vejo que as que são mães mesmo, que geram, falam muito da experiência, da concepção, apesar de uma gravidez não ter sido igual a outra, mas da

geração, de sentir aquele ser... desenvolvendo dentro de você e você ter sido capaz, né? De ter gerado uma criança. Eu não estou dizendo aqui que eu sou estéril, né? Não sou estéril. As, inclusive, as consultas regulares que eu vou sempre acusar que está tudo bem, mas assim, é os relatos que a gente vê de amigas que já são mães, né? E assim, eu acho que deve ser uma coisa mágica, porque eu acho que Deus concedeu isso realmente para nós mulheres, porque se fosse tão... para ser uma coisa tão simples, o homem também poderia gerar uma criança. E só a nós foi dado essa dádiva, né? (CRISOCOLA – terceira geração, 2022).

A fala de Crisocola se relaciona a uma forte investida social que esteve muito disseminada no século XX, e que embora tenha havido mudanças nas concepções sobre os papéis sociais das mulheres, ainda persiste uma raiz patriarcal e dominadora sobre os corpos femininos. Ao trazer em sua fala o “ter sido capaz, né? De ter gerado uma criança”, Crisocola evidencia esse caráter ainda disciplinador e controlador sobre as mulheres. Outro ponto de destaque no trecho acima é o fato da evidência que a colaboradora dá ao fato de não ser estéril. Uma narrativa que é enveredada por diversos fatores: concepções tradicionais, em que a mulher que gesta está cumprindo seu dever social; questões de saúde, quando Crisocola se preocupa em externar que não tem impeditivos relacionadas a sua saúde reprodutiva para gestar; e os aspectos religiosos, que se encontram imersos quando o assunto é maternidade sob a perspectiva do divino.

A maternidade como função social não era valorizada até o século XVII, mas no final do século seguinte começa a ser reconhecida e incentivada, tornando-se alvo das mais diversas recomendações no que se refere aos cuidados que as mães deveriam ter aos filhos. No início do século XIX, esse processo foi ainda mais significativo, incorporando a importância sobre a devoção ao lar e a figura da mãe vigilante e amorosa, que gerava um novo lugar social as mulheres, o de rainha do lar. Nesse ínterim, o culto à maternidade e o trabalho reprodutivo envolvido nela se fez de morada para a propagação da ideia de amor materno de maneira naturalizada e intrínseca à condição feminina a partir do determinismo biológico (MACHADO, *et al.*, 2019).

O século XX, por sua vez, desponta diante da valorização das mulheres sob sua condição materna. No Brasil, a maternidade era tida como meio de atestar a importância das mulheres brancas ao cenário do lar, ou seja, uma forte maneira de cercar direitos civis, econômicos, políticos e intelectuais. Assim, a maternidade gerava reconhecimento social, e até a década de 1970 era considerado consequência natural dentro do casamento, e desenvolver a maternidade biológica era condição *sine qua non* para o desenvolvimento da condição feminina para as mulheres e seu reconhecimento como normal (MACHADO, *et al.*, 2019).

Considera-se que esse cenário de investidas sobre a importância da gestação dentro

de um casamento vigorou ao longo do século XX no Brasil, havendo um processo de já adiamento ou mesmo inexistência da presença de uma gestação na vida das mulheres de maneira mais visível a partir da segunda metade daquele século, uma vez que mulheres começaram a acessar maiores níveis educacionais e de profissionalização. Entretanto, em se tratando da cidade de Teresina, esse foi um processo que se deu de maneira ainda mais lenta, visto que as concepções tradicionais de família ainda mantinham suas raízes seguras em meio ao que viria a ser considerado destino para as mulheres, o que pode ser visto no capítulo anterior, ao analisar o contexto de escolarização e profissionalização das moças teresinenses, as quais já poderiam acessar esses espaços, mas em conciliação com o trabalho reprodutivo.

No contexto histórico de criação da maternidade como função social das mulheres, a não maternidade biológica desenvolvida por uma mulher era rapidamente levada ao campo do patológico. Nesse cenário de construção da função materna essencial para completude e considerada normalidade feminina, possuir problemas de saúde que levassem a impossibilidade de uma gestação se tornava um estigma e processo doloroso para muitas mulheres. Heliotrópio e Citrino, pertencentes a terceira geração, se destacaram quando a pergunta se direcionou para as causas da não maternidade biológica em suas vidas. Ao ser indagada se a ausência da maternidade havia influenciado de alguma maneira na trajetória de sua vida, Heliotrópio expõe:

No início... Sim, na minha juventude, eu tinha um tabu, muito grande em relação a isso, né? Não queria aceitar, justamente no período que eu fiz essa cirurgia eu fiquei... Com um problema muito sério, porque eu não queria aceitar, porque não foi uma coisa rápida que aconteceu na minha vida, mas uma cirurgia e tive que tirar tudo. Então, isso foi impactante, muito impactante e para eu colocar isso na minha cabeça demorou um pouco, para eu aceitar essa situação. Mas pela minha vida eu aceitei, que eu não tivesse feito isso, eu não teria sobrevivido. Então, com o tempo eu fui amadurecendo sobre essa questão e hoje eu estou bem resolvida sobre esse assunto (HELIOTRÓPIO – terceira geração, 2022).

Heliotrópio foi diagnosticada com diversos miomas em seu útero, teve que retirar não só os miomas, mas todo o útero, gerando definitivamente a impossibilidade de uma gestação em sua vida. Apesar de se mostrar resolvida diante do assunto, Heliotrópio demonstrou, ao longo da entrevista, o desejo em ter gestado, o que evidenciou ao ser questionada se gostaria de ter tido um filho ou filha, quando diz, no seguinte trecho:

Sim. Porque para mim, filho é tudo, né? Então, era um grande sonho na minha adolescência, na minha juventude, mas eu não gosto nem muito de tocar nesse assunto porque eu me emociono. Eu queria ter tido filho [...] eu queria muito ter um filho, mas não foi possível (HELIOTRÓPIO – terceira geração, 2022).

Dada a importância que Heliotrópio destinou à maternidade em sua vida, evidencia-

se que durante muito tempo a impossibilidade de desenvolver uma gestação se fez de fator de sofrimento em sua vida. Ao lembrar sobre o desejo de gestar, emoções deixaram-se a mostra, olhos cheios de lágrimas e um certo desconforto em se revelar chorando. Vale considerar que Heliotrópio entendia a chegada de uma gravidez a partir de um casamento, pois “o meu objetivo era... Se eu tivesse filhos era através do casamento mesmo, né? Eu não pensei em ser mãe independente, nunca tive esse pensamento não.” (HELIOTRÓPIO – terceira geração, 2022). Até o momento da entrevista ela seguia solteira, o que pode ser considerado que, para ela, haveria dois motivos para inexistência da condição materna biológica: um fator que transcende os limites do querer, pois foi gerado a partir de questões relacionadas a sua saúde; e um outro, que se mostrou enredado em sua narrativa, na qual é possível pontuar que, mesmo se não houvesse ocorrido a retirada de seu útero ainda na juventude, seria possível que ela seguisse sem filhos, levando em conta que Heliotrópio entendia a chegada da prole a partir de um ideal de família.

Especificamente sobre sua realização pessoal, Heliotrópio afirma não se sentir uma mulher menos realizada pela ausência de filhos em sua vida, e atribui à presença dos sobrinhos parte de sua realização, pois:

Eu gosto da minha vida como eu sou agora. Sem ter filhos eu sou realizada, eu sou feliz do jeito que eu sou, né? Independente de ter tido filhos ou não, porque eu tenho filhos, né? ((Risos)) todos os meus sobrinhos, eles são como se fossem meus filhos. Então, eu sou bem realizada com isso e eu sou feliz dessa forma. (HELIOTRÓPIO – terceira geração, 2022).

Heliotrópio entende não sentir ausência de maternidade, devendo-se isso à forte relação que tem com seus sobrinhos. Uma das sobrinhas de Heliotrópio morou, até se casar, com ela e as outras irmãs de Heliotrópio. Outros sobrinhos também foram criados de maneira muito próxima a ela, uma vez que moravam em casas que dividiam o mesmo terreno. Dessa forma, o contato, a divisão de cuidados e afetos destinados a estes sobrinhos ocorreu de maneira efetiva pela entrevistada. É possível pensar que, em algum grau, Heliotrópio se sinta mãe deles, uma vez que ela evidencia que tem filhos – os seus sobrinhos são considerados como filhos para ela. Embora ela tenha esse sentimento de maternidade vivida através de seus sobrinhos, em alguns momentos da entrevista Heliotrópio ressaltou que gostaria de ter tido seu filho, como já foi visto em fragmentos de sua fala anterior. Dessa forma, é possível considerar que, apesar de Heliotrópio se sentir resolvida diante da inexistência de uma maternidade biológica, ela viveu o sentimento de ausência da maternidade em sua vida.

Outra entrevistada que viveu a não maternidade por questões relacionadas a saúde foi Citrino. Heliotrópio e Citrino são irmãs, vindas de uma família de muitas mulheres, na qual

todas as irmãs tiveram problemas relacionados a miomas. Das sete irmãs, duas se casaram e tiveram filhos, as outras permanecem solteiras e sem filhos. Todas elas, inclusive as que gestaram, retiraram o útero por problemas com miomas.

Sobre essa questão Citrino, ao ser perguntada sobre qual momento de sua trajetória havia se convencido de que não iria desenvolver a maternidade biológica, ela relembra que “Infelizmente foi aos 22, 23 anos, porque... Depois de várias avaliações, de médicos diversificados, médicos bons, pautados, eu não... Desenvolveria a maternidade por conta de problemas de saúde.” (CITRINO – terceira geração, 2022). Citrino demonstrou, ao longo da entrevista, que não foi uma vivência fácil tal experiência, ainda mais tão nova, com planos de desenvolver uma gestação futuramente. Assim como Heliotrópio, Citrino revela que viveu a sua experiência de maternidade a partir dos cuidados com seus sobrinhos, e ao também ser indagada se a ausência da maternidade havia influenciado em algum aspecto de sua vida, ela conta que:

Não. De forma nenhuma. Acho não, eu tenho certeza que não, porque a minha vida é... A vida de uma pessoa tem seus focos seus objetivos e a minha é toda pautada nos objetivos e assim, é... Da maternidade das minhas sobrinhas ((Risos)). Sendo uma tia-avó, presente, ajudando no que for preciso. (CITRINO – terceira geração, 2022).

Ao reforçar a ideia de sofrimento vivenciada no período de descoberta da doença e a completa impossibilidade de desenvolver uma gravidez, bem como ao atribuir o desenvolvimento de suas maternagens aos sobrinhos, Heliotrópio e Citrino possibilitam a visão do impacto e desgaste provocados nelas próprias. Nesse ponto, é memorável o que Elizabeth Badinter (1985, p. 341) traz como problemática diante do mito do amor materno, pois “o trabalho materno suscita um duplo problema que lança uma nova luz sobre certas ideias tidas como irrefutáveis (ou até as contradiz): a maternidade como definição essencial da mulher, o amor espontâneo e o devotamento natural da mãe ao filho.”. Seguindo essa construção cultural e social da condição materna junto aos papéis dominantes de gênero é que muitas mulheres, tais como Heliotrópio e Citrino, foram levadas à culpa, sofrimento e estigma diante da impossibilidade de uma gestação.

Entretanto, a perspectiva de maternidade como pertencente à natureza feminina não se sustenta mais, o que vem libertando mulheres de amarras sociais que as restringiam ao espaço privado, ou que, mesmo acessando o ambiente público, ainda eram restritas a funções ligadas ao cuidar. Outra implicação negativa advinda com a concepção de maternidade ligada à natureza feminina está na dupla jornada de trabalho, que segue atribuindo os cuidados com o lar, filhos, marido e entes da família às mulheres. Sobre isso Elizabeth Badinter (1985, p.

16-17) conta:

À idéia de “natureza feminina”, que cada vez consigo ver menos, prefiro a de uma multiplicidade de experiências femininas, todas diferentes, embora mais ou menos submetidas aos valores sociais cuja força calculo. A diferença entre a fêmea e a mulher reside exatamente nesse “mais ou menos” de sujeição aos determinismos. A natureza não sofre tal contingência e essa originalidade que nos é própria. A sobrevivência da espécie exige sem dúvida que façamos filhos, mas quem nos poderá obrigar a obedecer à santa natureza? A fêmea, esta não tem escolha... Hoje, já não podemos admitir como inevitável que a mulher tenha filhos. Nem mesmo que os ame, quando os teve. Mas isso, em contrapartida, não é novidade, embora seja sempre visto como um escândalo.

O desejo de ser mãe não pode ser considerado inerente à condição de ser mulher. Existem diversos fatores que podem vir a contribuir com o desejo da experiência da maternidade, em que as construções sociais, culturais, econômicas e políticas interferem sobremaneira. Portanto, não ser mãe, não desejar ser mãe, não imputa às mulheres a característica de anormalidade. Ter um filho e amar de diversas formas, nas imperfeições pertencentes aos sentimentos, é igualmente normal.

Ainda em meio às causas da não maternidade biológica de Heliotrópio e Citrino outro fator chama atenção. O século XX foi um período de forte valorização da maternidade e da gestação, bem como a atribuição aos cuidados maternos como uma das principais funções sociais das mulheres, momento em que a medicina atuou fortemente sobre os corpos femininos, sobre a infância, o casamento, sobre a saúde e a doença. Entretanto, ao que consta nos relatos das entrevistadas, não houve uma tentativa mais efetiva da preservação do útero de Heliotrópio e Citrino, mesmo elas ainda não possuindo filhos e em idade jovem. Aqui cabe refletir o setor social que essas mulheres pertenciam: eram de uma camada não tão privilegiada da sociedade e dependiam do sistema público de saúde.

Será que a mesma atitude teria sido tomada junto a uma mulher de família mais abastada e em um cenário privado de atendimento hospitalar? Reflexões que se revelam em situações como essa. O corpo feminino se tornou alvo do discurso e da especialidade médica, como analisado no início desse capítulo. A cirurgia para o processo de retirada do útero de Heliotrópio e Citrino se deu por meio de um médico homem, o que releva questões de gênero nesse contexto. Essa análise traz uma relação com os primórdios do processo de medicalização do parto, das doenças sobre o corpo feminino. Por muito tempo no curso histórico as parteiras eram as responsáveis pelos partos, os cuidados que antecediam a ele e ao recém-nascido. Também era a cargo delas que figuravam os aconselhamentos e orientações junto à fertilidade feminina (PALHARINI; FIGUEIRÔA, 2018).

Ao analisar a institucionalização da medicina no parto, Luciana Palharini e Silvia

Figueirôa (2018) evidenciam os conflitos e deslocamentos de gênero nesse contexto, uma vez que as parteiras vão perdendo lugar para os médicos-parteiros. Essa mudança não se deu de forma passiva entre médicos e seus saberes institucionalizados e as parteiras com seus conhecimentos tácitos, ou seja, entre o médico homem e a parteira mulher, evidenciando as relações de desigualdade de gênero que figuram a origem do estabelecimento da medicina como campo de saber validado política e socialmente.

Diante das diferenças sexuais, a medicina da mulher, estabelecida a partir da ginecologia, configurou a ampliação da medicalização do corpo feminino, expondo a busca de um cuidado das doenças incorporadas ao campo do feminino a partir das diferenças entre os sexos. Se o processo de medicalização do corpo das mulheres se institui na busca de uma regulação desses corpos a partir de normas, que se inicia com o descrédito das parteiras nos cuidados com as mulheres, inserindo a figura masculina no controle desse processo, com a institucionalização de um campo especializado na medicina – Ginecologia, que tem seu desenvolvimento no século XIX – a autoridade dos homens seguia seu curso de busca por domínio das mulheres a partir de uma pedagogização desses corpos (ROHDEN, 2001).

A ginecologia, portanto, se articula nos tratamentos relacionados à mulher e à reprodução, ao mesmo tempo em que molda os indicadores para as diferenças entre os sexos, tendo na função reprodutiva da mulher a sua principal ferramenta dessa distinção do homem, investindo que as mulheres, portanto, necessitam de investigações mais apuradas sobre a saúde de seus corpos (ROHDEN, 2001). O saber médico científico foi ganhando cada vez mais espaço e notoriedade, a partir de diversos fatores, dentre eles a presença de revistas dedicadas às especialidades médicas, em que era possível a propagação de novas descobertas científicas, o que contribuía, ainda, para a delimitação e apresentação das especificidades dos campos de pesquisa (SOUZA, 2018).

Nesse movimento de regulação dos corpos femininos por meio de normas, há na medicalização do corpo um forte contribuinte para a manutenção desse controle, pois a “autoridade de ginecologistas e obstetras sobre o comportamento das mulheres no final do século XIX ultrapassa em muito o domínio dos consultórios. E principalmente ultrapassa o domínio do físico, do orgânico ou mesmo do psíquico, para se instalar no domínio do moral.” (ROHDEN, 2001, p. 75-76).

Evidencia-se que a prática médica desenvolvida em grande medida por homens, atuando de maneira mais incisiva sobre os corpos femininos diante da justificativa de as mulheres possuírem particularidades biológicas que julgava-se demandar uma maior atenção – o aparelho reprodutivo – o campo médico, a partir não só de suas atuações, mas da

veiculação de seu discurso, atuou como controlador sobre as mulheres, junto a seus aspectos não somente relacionados a saúde, mas, sobretudo, às questões morais e atuação em sociedade. Um projeto regulador que contou com forte apoio do poder público, uma vez que esse ponto já foi analisado no início desse capítulo, evidenciado no Piauí, dentre outras formas, pela contribuição do Governo com o financiamento de publicações da Revista da Associação Piauiense de Medicina.

Esse ponto de análise dialoga com a perspectiva evidenciada sobre o processo que culminou na retirada do útero de Heliotrópio e Citrino, uma vez que demonstra as questões de gênero no processo de práticas em torno da saúde feminina. Mulheres que não tiveram escolhas diante de seus corpos junto a uma tentativa de alternativas para resolução do problema de saúde que resultaria em sua impossibilidade definitiva de gestação. Mulheres que foram atendidas por um homem no domínio do saber médico público institucionalizado. Heliotrópio e Citrino não chegaram a desenvolver matrimônio, seguem solteiras até a atualidade.

Ainda diante das impossibilidades da chegada de um filho ou filha, tem-se o caso de Calcedônia, que era casada, cuja não maternidade biológica ocorreu em decorrência de um problema de saúde não seu, mas de seu marido. A revelação veio ainda quando a pergunta estava direcionada ao campo profissional, ao ser indagada se o desenvolvimento de seu ofício à época se constituiu em fator de interferência para o não desenvolvimento da maternidade biológica:

Não. O problema foi o seguinte é que eu me casei com uma pessoa que é estéril. Não faz filho. Então, com 45 anos, ele fez um tratamento. Tudo combinado. Mas, não deu certo, porque ele fez um tratamento. E quando acontece com a pessoa que tenha esse problema... Se for para o coração, a pessoa morre. Ai, não é aconselhável. Aí ficou por isso mesmo (CALCEDÔNIA – primeira geração, 2022).

A esterilidade do marido de Calcedônia se constituiu como o motivo para que o casal não tivesse um filho biológico. Em um período em que as marcas da virilidade do homem ainda se encontravam intimamente ligadas às suas atividades sexuais, e o que poderia ser a consequência desse ato – a gestação, se desejada – se configurava motivo de tabu para a busca de tratamento. Calcedônia e seu marido pertenciam a um campo regional chamado nordeste⁵¹.

⁵¹ O termo nordestino surge para nomear, inicialmente, moradores residentes de áreas compreendidas entre os estados de Alagoas e Ceará, aplicado ainda para nomear, com menor frequência, moradores do Maranhão e do Piauí. Vale ressaltar que essa identidade foi se afirmando de maneira lenta, permeada por outras designações, ao menos até os anos de 1930, tais como: sertanejos, brejeiros, praieiros, dentre outros. Segundo estudos de Durval Muniz, a primeira referência encontrada ao uso do termo nordestino em um cordel datou do ano de 1937, mas, essa designação regional só vai se tornar recorrente no próprio discurso de cordel a partir dos anos de 1950, inserida até hoje nesses discursos em meio a outras nomenclaturas, tais como: sertanejo, brejeiro e matuto. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2013).

Durval Muniz (2013), ao analisar o homem nordestino, o entende como fruto de suas vivências sociais violentas sofridas ao longo de sua história, possuindo como uma de suas principais características a coragem pessoal, a valentia. Desse modo, a coragem e a honra se constituíam como as principais características desses homens nordestinos, entendidos e visualizados como cabra macho, que preferiam perder a vida ao invés de perder a honra. Diante dessa busca de manutenção da mostra de sua virilidade, tinha no ato sexual e na sua prática com variadas mulheres a evidência de sua macheza, ainda permeado por uma visão preponderante dos ideais conservadores. Ainda atravessados pelos ideais conservadores de uma sociedade patriarcal, ao ser indagada sobre como o seu companheiro percebia essa situação, ela expõe:

Não. Se fosse, eu acredito assim. Se fosse eu que tivesse esse problema. Ele me largava. Tinha ido procurar outra. Fazer os filhos em outra pessoa, né? Mas, como o problema era nele. Ele nunca falou de nada de separar. Nada. E eu sou de uma família de pessoas que não larga para procurar outro, nem pulei cerca para ir atrás de homem nenhum e aí a vida continua [Latino de cachorro] a vida continua. (CALCEDÔNIA – primeira geração, 2022).

Esse trecho torna visível mais marcas de uma concepção conservadora em que Calcedônia, seu marido e seus familiares estavam inseridos, na qual a figura feminina deveria ser mantida a partir dos preceitos de boa esposa, que tudo suporta sem questionar. Calcedônia é fruto da primeira geração de mulheres entrevistadas para essa pesquisa – nascida na década de 1950 – portanto, os limites estabelecidos pelas relações de gênero e seu papéis estavam delimitados e vinculados aos de donas de casa e mães de família.

Ao não questionar a esterilidade do marido e se manter sob o viés do que era entendido como boa esposa, se mostrar paciente e compreensiva ao marido, Calcedônia correspondia ao que a sociedade esperava dela à época. Cabe considerar que mesmo não possuindo filhos biológicos, Calcedônia desenvolveu a maternagem sobre seus irmãos – como já foi visto no capítulo anterior – e junto a seu marido cuidou de seu irmão mais novo como filho, o qual vivia com eles até o momento da entrevista. Entretanto, convém destacar que o irmão de Calcedônia, apesar de ter sido criado por ela e seu companheiro desde pequeno, não os chamava de pais, mas sim de madrinha e padrinho, pois em seu registro de nascimento quem constava como pais dele eram a mãe e o pai de Calcedônia. Outra marca dos atravessamentos culturais exemplificados na fala de Calcedônia se deu na vivência de investidas de familiares de seu companheiro quanto a inexistência de uma gestação. Quando questionada se esse problema de saúde de seu marido lhe incomodou de alguma forma, ela narra que:

Eu sentia assim... Porque minha família não sabia desse problema. Ai, ele era uma pessoa que trabalhava. Ganhava razoável. Nesse tempo, ele era gerente de farmácia. Quem era gerente de farmácia nesse tempo ganhava muito dinheiro. Hoje em dia não. Ganhava muito dinheiro. Nós andávamos muito. Passeávamos. Ai, a família dele me atacava muito. Que eu só queria ser moça. Que eu não queria parir para não ter trabalho com menino. Que eu só queria andar na rua. Até que eu tenho uma cunhada que trabalha no Hospital, como Enfermeira. Ela resolveu levar ele para fazer todos os exames para descobrir qual era esse problema. (CALCEDÔNIA – primeira geração, 2022).

A pressão familiar ocorreu até o momento de a família descobrir que a esterilidade estava no homem e não em Calcedônia. Tornar-se mãe implica em diversas transformações, sejam elas físicas, sociais, emocionais e psicológicas. Após a chegada de um filho ou filha a vida da mulher está definitivamente modificada, havendo, em suas escolhas o pensar sempre em primeiro lugar nessa condição – mulher-mãe. A liberdade da mulher se torna limitada. Nessa acepção, a família do marido de Calcedônia entendia a inexistência da prole na vida do casal a partir da ideia de que ela não queria maiores responsabilidades para sua vida, já que vivia de maneira estável com seu companheiro. O que poderia ser visto como uma decisão do casal em não desejar um filho no início do casamento, recaía apenas para a mulher a ideia de que não estaria, portanto, cumprindo sua função social no casamento – gestando. Ao ser indagada se ninguém da família sabia da esterilidade de seu marido, Calcedônia (primeira geração, 2022) narrou:

Ninguém sabia... Mas assim, eu sabia e ele sabia. Namorei oito anos. Quando eu descobri... Primeiro teve pessoas da família que acharam graça. Mas, Graças a Deus naquele tempo, eles não mexiam com a gente não. Namorava o tempo todo, mas não convidava para ir para motel não. Ai, eu disse. “Quer saber de uma coisa.” “Eu vou é deixar.” E o pessoal dizia. “Mulher com oito anos de namoro?” “Eu não deixava.” E eu casei. Essa cunhada minha levou nós para fazer os exames. Aí descobriram tudo. Ai, eles se acalmaram. Minha família se acalmou.

O trecho acima e a narrativa diante dessa parte da vida de Calcedônia evidenciam aspectos em torno do que era permitido e do que era vivido por muitas mulheres da cidade de Teresina na segunda metade do século XX. Os aspectos em torno da moralidade estavam sempre presentes em todas as falas das entrevistadas para essa pesquisa. Deixar claro que os namoros daquele período não se vinculavam as práticas sexuais antes do casamento se mostrou preocupação de algumas das entrevistadas, sobretudo as que se referem à primeira e à segunda geração de mulheres, um contexto em que o namoro era marcado pelo dever de fidelidade da moça ao rapaz e as trocas de carícias deveriam ocorrer sob supervisão de outras pessoas. A provação da honra das mulheres estava não apenas na fidelidade, mas na ausência da prática sexual, no seu compromisso com a moral (CARDOSO; MOURA, 2016).

Nas palavras de Castelo Branco (2006, p. 6), “corpo, gênero e sexualidade são

cultura, e não natureza. E cultura é fluxo, diz respeito aos modos como escolhemos nos suturar à realidade.”. Apoiado nessa proposição, pode-se inferir que, enquanto um dado cultural, a sexualidade masculina da segunda metade do século XX, ainda era permeada pelas características que colocavam o homem sob o viés da virilidade, ser estéril, portanto, atingia a honra e a virilidade desse homem teresinense do século XX, o que tornou esse assunto em primeiro momento como campo restrito a Calcedônia e seu marido, e, posteriormente, quando se tornou conhecimento da família, virou assunto proibido, invisível, beirando a inexistência.

Heliotrópio, Citrino – ambas pertencentes à terceira geração, nascidas na década de 1970 – e Calcedônia – nascida na década de 1950, portanto, parte da primeira geração – tiveram, como causas determinantes para o não desenvolvimento de uma maternidade biológica, os fatores vinculados à saúde. Nos dois primeiros casos, a esterilidade se deu junto ao corpo das mulheres, a partir do processo cirúrgico que culminou na retirada de seus úteros. Na vida de Calcedônia, embora o impedimento tenha vindo através da saúde do marido, em um contexto de valorização do matrimônio e atitudes conservadoras diante das funções da mulher enquanto casada, seria inconcebível ela pensar em gestar através de outros meios, o que, naquele contexto, significaria uma afronta ao próprio marido em seu ideal de virilidade.

Não poder gestar se diferencia da decisão em não ter um filho ou filha. Nos três casos, a não maternidade foi sendo vinculada à complexa questão que transcende os limites da escolha pessoal, elas foram conduzidas a não experiência da gestação, o que não implicou nas suas vivências de maternagem, seja com sobrinhos entendidos como filhos e filhas – como já foi analisado anteriormente – seja na condição de cuidados com os irmãos, como foi o caso de Calcedônia.

Ainda nas trilhas de questões relacionadas à saúde feminina, há o aborto, a partir do entendimento como uma questão que deve ser tratada como saúde pública, e, portanto, preocupação e atuação para manutenção e garantia da vida de mulheres por parte da sociedade em geral, mas, sobretudo, pelo poder dominante, que deve atuar na criação de políticas públicas que garantam a assistência àquelas que optem pela interrupção da gestação. Dentre as mulheres entrevistadas, apenas Coralina falou sobre a experiência de um abortamento em sua vida. A sua narrativa suscitou algumas reflexões. Primeiro, quando indagada se o desenvolvimento de seu ofício se configurou como um fator de interferência para que ela não desenvolvesse a maternidade biológica, ela respondeu:

Não. Eu acho que eu não fui mãe porque eu não quis mesmo. Eu nunca quis ter filho. Não é por nada não, mas eu acho que filho dá muito trabalho. Tem que ser uma decisão muito pensada. Eu acho, né? Eu nunca tive assim essa vontade. Não sei se foi porque eu tive um namoro aí muitos anos atrás. Aí aconteceu dele se separar

de mim. Casou-se com outra pessoa. Ai, eu não tive mais vontade de ter ninguém, nem de ter filho não. (CORALINA – segunda geração, 2022).

Apesar de iniciar a sua fala expondo que não desejou ser mãe, no meio da narrativa evidencia que na verdade essa ausência do desejo pela gestação advém de uma decepção amorosa vivenciada em sua trajetória, a qual foi abordada com mais afinco no capítulo anterior. Ainda nesse momento ela evidencia, nas entrelinhas de sua fala, que seu ideal de maternidade deveria ser constituído pela formação de uma família. Coralina pertence à geração de mulheres nascidas na década de 1960, portanto, teve sua juventude vivenciada pelos idos de 1980. Essa vinculação entre casamento e maternidade pode ser entrelaçada ao foco nos valores morais que ainda prevaleciam na sociedade teresinense na segunda metade do século XX, os quais focavam na dimensão da manutenção dos valores relativos ao corpo e à sexualidade. Desse modo, em Teresina, nesse lapso temporal, a virgindade era considerada como valor primordial (CARDOSO, 2012). Portanto, Coralina estava correspondendo, em certa medida, aos limites morais impostos pela sociedade teresinense do século XX.

Ao ser questionada se na condição de mulher solteira pensou em desenvolver a maternidade, Coralina fala sobre seu abortamento.

Não. Nunca pensei [...] Esse namorado que quase eu casei, eu cheguei a ficar lá com ele [ter relações sexuais]. A gente era somente namorados. E quando eu falei para ele. Ele disse que era para eu inventar uma história. Que não era dele. Aí, eu me revoltei. Eu peguei e fiz um aborto... Clandestino, mas fiz. Quase morro. Já estava com uns três meses. Ai, eu tive uma hemorragia. Tive que morar na casa da minha irmã. Fui parar no hospital. Lá tiveram que fazer aquela curetagem. Para fazer a limpeza. Porque era justamente por causa desse meu namorado. Namoramos em 84 [1984]. Namoramos acho que 3 ou 4 anos... E eu me revoltei com isso que ele falou. Eu não queria que ele ficasse pela criança. Eu queria que ele ficasse por mim. Porque me amasse. Ai, eu descontei na criança que não tinha nada a ver. E eu sei que eu levo esse castigo por resto da vida. Entendeu? Eu sei que eu vou levar. Eu sou católica. Eu acredito nessas coisas. Ai, eu fiz, porque eu fiquei chateada. Com raiva. Com ódio. Fiquei... Com ódio e a partir daí, eu não quis mais. E mesmo eu engravidei. Foi quase uma coisa a força. Não foi... Porque eu quisesse. (CORALINA – segunda geração, 2022).

Fatores religiosos, morais e sentimentais permeiam esse trecho da entrevista de Coralina. A esse respeito, convém lembrar Elizangela Cardoso (2007), quando pontua que o amor romântico incidiu especialmente sobre as mulheres, uma vez que “no entrelaçar do amor, da sexualidade e do casamento, procurou-se limitar a sexualidade feminina ao universo conjugal e, ao mesmo tempo, elegeu-se o casamento como espaço de realização e a maternidade como obrigatória.” (CARDOSO, 2007, p. 104). Portanto, o desenvolvimento de uma sexualidade feminina fora do casamento beirava os caminhos da clandestinidade.

Se o desenvolvimento da prática sexual fora da relação matrimonial já era

considerado ultrapassar as fronteiras da moralidade, imagine ter uma gestação como resultado dessa relação não encontrando-se mais em um relacionamento com o homem. Foi o que aconteceu com Coralina que, pertencendo à sociedade teresinense da década de 1980, ainda permeada por concepções conservadoras, sobretudo junto as mulheres, imaginando-se sozinha com aquela gestação e sem o apoio do pai do que viria a ser aquele ser humano, Coralina decide pelo aborto. A concepção que marcava a sociedade teresinense ainda na segunda metade do século XX, diante do desenvolvimento da sexualidade feminina fora do casamento, era de que essas mulheres, em geral, não casavam mais. Para as que engravidavam, assumir publicamente a maternidade significava intensificar o estigma social recaído sobre elas. (CARDOSO, 2012). Todas essas questões atravessaram a escolha pela interrupção da gestação por Coralina.

Na fala de Coralina, ao narrar sobre sua vivência abortiva, foi possível perceber uma experiência emocional dolorosa, realizada de modo a contrariar seus valores pessoais, sobretudo ligados à sua religiosidade. Para Coralina há uma culpa, associada principalmente à religião no que concerne aos preceitos, e um receio pelo castigo que entende carregar pela prática abortiva. Na fala da entrevistada, portanto, é possível visualizar a influência dos valores cristãos, bem como, ainda que de maneira implícita, da legislação que vigora no país até a atualidade, a qual segue imputando às mulheres que optam pelo abortamento o campo da ilegalidade.

A cidade de Teresina é marcadamente católica, cujos preceitos tiveram muito poder sobre os indivíduos no século XX, atravessando os dias atuais. Ângela Oliveira (2009), ao analisar o namoro pela visão católica da cidade de Teresina à época, pontuou que o romance era entendido como uma preparação para o casamento, período em que o casal poderia se conhecer melhor perspectivando o matrimônio, respeitando os limites da intimidade, pois ao sinal de maiores aproximações íntimas seria considerado desprestígio e desrespeito à mulher, portanto, pecado. Apesar de o estudo de Ângela estar vinculado ao recorte temporal da década de 1950, aos anos de 1980 – período em que Coralina chegou a namorar e realizou o abortamento – a dimensão colocada sobre as relações amorosas ainda se encontravam enredadas por concepções marcadamente tradicionais. Tal ponto se revela na fala de Coralina, quando dá ênfase à sua religião (católica) e à ideia de castigo vinculada à sua ação do passado. Entretanto, as imposições da Igreja católica, e uma legislação restritiva que ainda vigora em favor da punição das mulheres, não são capazes de impedir que o aborto aconteça. Se o aborto fosse considerado direito das mulheres muito sofrimento e mortes poderiam ser evitadas.

Georgiane Vazquez (2014), ao tratar sobre aborto e infanticídio, evidenciou que desde fins do século XIX e ao longo do século XX, a maternidade era compreendida como função feminina e, portanto, dever das mulheres a geração de filhos sadios para a sociedade e o Estado. Diante dessa representação, as mulheres passaram a ser alvo de interesse dos médicos, que iam intensificando suas intervenções a partir de cada vez mais especialidades em torno do corpo feminino, em que pese a função reprodutiva. Assim, mulheres que ousavam demonstrar não interesse pela maternidade eram incorporadas ao campo do patológico, merecendo, portanto, estudo clínico e penal à parte. Desse modo, não se mostrava suficiente a colocação dessas mulheres que ousavam abortar, por exemplo, apenas ao campo criminal, mas era, segundo o discurso médico, imprescindível que essa fosse entendida a partir do viés da anomalia, da doença, da patologia. Desse modo, “Para os médicos era função e o dever da mulher dispor de seu aparelho reprodutor de modo a manter a perpetuação da espécie e caberia à sociedade, à justiça e a medicina zelar por isso.” (VAZQUEZ, 2014, p. 60).

Pensando o campo da margem que mulheres foram e continuam a ser colocadas diante de construções convencionadas naturais, é pertinente lembrar de Pierre Bourdieu (2007) que, ao apresentar reflexões sobre a violência simbólica, demonstra as imposições que foram sendo estabelecidas diante de uma pretensa naturalidade dos papéis sociais construídos, entendendo como uma aceitação de práticas opressoras por parte dos grupos dominados, aqui vinculados à análise das mulheres. Entretanto, é imprescindível pontuar aquilo que vem sendo explicitado pelas entrevistas aqui analisadas, uma vez que em muito as mulheres colaboradoras desse estudo burlaram as normas impostas, as quais se mostravam como naturais à condição feminina em sociedade. Elas resistiram e transgrediram em certa medida, incorporando mudanças as suas vidas em que a maternidade e a própria prática abortiva se fizeram presentes na trajetória de cada uma delas.

A contracepção se mostrou um importante instrumento de poder das mulheres sobre seus próprios corpos, de modo que passaram a ter meios para desenvolver suas relações sexuais sem necessariamente resultar em uma gravidez e uma possível necessidade de abortamento. Só a existência de meios contraceptivos não elimina a necessidade de um direito sobre a escolha de prosseguir com uma gestação ou não, diante de uma gravidez inesperada. Os meios contraceptivos, apesar de sua forte contribuição para a vida das mulheres em torno da liberdade sexual e do planejamento familiar, não se mostram inteiramente infalíveis, podendo ocorrer casos de gravidez mesmo fazendo uso da contracepção. Nesse sentido, é imprescindível que o aborto seja compreendido como caso de saúde pública e que deve ser

ofertado o direito de escolha e proteção no campo legal e da saúde para a mulher que decida abortar. Mulheres seguem morrendo por conta de abortamentos clandestinos, mulheres pobres, em sua maioria, pois, não obtendo recursos financeiros, acabam enveredando por soluções que colocam suas vidas em risco.

Há de se considerar os efeitos também prejudiciais da pílula anticoncepcional, que geram muitos riscos à saúde das mulheres. A primeira geração de mulheres a fazer uso das pílulas contraceptivas – aquelas nascidas entre 1940 e 1959 – entendia o uso desse método muito ligado ao planejamento familiar, mas com receios diante dos aspectos negativos em torno de sua saúde devido aos hormônios sintéticos utilizados na composição do medicamento. Foi uma geração que se via em meio à tensão entre a necessidade de seu uso, dado ao fato do planejamento familiar, e os riscos a que estariam expostas no quesito saúde (DINIZ, 2013).

Essa concepção, vinculada à tensão sobre as consequências negativas à saúde feminina diante do uso da pílula contraceptiva, perdurou nas décadas seguintes, associada ainda ao uso de meios abortivos inseguros e que geravam grandes riscos à vida das mulheres. “Entre os anos 1960 e 1980, os métodos utilizados pelas mulheres para abortar iam de ingerir chás ou líquidos cáusticos a inserir na vagina sondas e objetos perfurantes [...] para as mulheres mais ricas, as clínicas com recursos médicos já eram uma opção.” (DINIZ, 2013, p. 318).

Nota-se que além de colocar em alto risco a vida dessas mulheres que decidiam abortar, sendo colocadas no campo marginal da imoralidade e da ilegalidade, havia o sofrimento psicológico e físico, quando esses métodos denotavam muita dor. Mais uma vez se evidencia que as práticas mais dolorosas e perigosas eram destinadas às mulheres pobres, pois na segunda metade do século XX já era existente, para quem pudesse pagar, clínicas com recursos médicos seguros para o abortamento.

Na fala de Coralina – pertencente à segunda geração, analisada anteriormente, foi possível observar de maneira explícita como esses marcadores sociais impactam as escolhas e modos como essas práticas vão atuar na vida das mulheres. Já que Coralina pertencia a um setor menos abastado da sociedade, recorreu a um abortamento inseguro, o que resultou em uma hemorragia e quase morte. É preciso garantir a vida das mulheres que optam pelo aborto, é necessário que o setor público tome essa responsabilidade para si, e que essa prática se mantenha fora do campo marginal. Ressalta-se que nessa pesquisa não há uma perspectiva de ser contra ou a favor do aborto, mas sim, da legalização dele, entendendo que os corpos femininos devem ser conduzidos e comandados pela escolha individual de cada mulher.

Portanto, que seja garantido o direito à vida dessas mulheres.

Se entre as mulheres nascidas até a década de 1970 esses contraceptivos eram vistos ainda muito mais como possibilidade de planejamento familiar, para aquelas nascidas entre os anos de 1980 e 1999 essa percepção muda de figura. Para essas mulheres, o uso da pílula estava na forma de valorização desses medicamentos em torno do exercício da sexualidade não estando mais vinculado estritamente a reprodução (DINIZ, 2013). O surgimento da pílula, mediante seu processo de implantação e acesso às mulheres, se tornou o marco da liberação sexual feminina: “abriu-se uma brecha no mandamento divino: a mulher poderia escolher entre ter ou não filhos.” (PRIORE, 2020, p. 192).

Contudo, o acesso ao atendimento em torno da saúde feminina, sobretudo no que concerne a educação sexual, ainda era uma realidade limitada e que se tornava ainda pouco imaginável de ser acessada junto a camadas mais populares da sociedade. A preocupação maior do poder público e dos médicos estava na criança, naquela que deveria ser zelada, cuidada e protegida. Para tal intuito, desde o século XIX já se propagava a ideia de criança como futuro da nação, e foi sendo desenvolvida atenção diante das altas taxas de mortalidade infantil. Assim, passa-se à criação de políticas públicas de atendimento a saúde materno-infantil, um processo que se mostra acenado desde fins do século XIX. Esse processo foi possível de ser visto em seu início nos grandes centros urbanos do país (FREIRE; LEONY, 2011).

A atenção à criação e disseminação de políticas públicas voltadas à maternidade e à infância também foi uma realidade que chegou às regiões mais interioranas do país, com suas ressalvas e especificidades, mais fortemente a partir da primeira metade do século XX, como pode ser visto nos estudos de Joseanne Marinho (2018), que analisa as políticas públicas de saúde materno infantil no Piauí no período de 1930 a 1945. Com isso, fica claro aquilo que Ana Martins (2008) pontuou sobre a preocupação do Estado estar sobre a criança, sendo a mãe apenas o meio para se conseguir alcançar o objetivo principal, que seria a garantia de cidadãos fortes e saudáveis para atuarem no progresso da nação. Portanto, pensar a inserção da pílula contraceptiva, como meio de maiores liberdades sexuais para as mulheres, requer cautela no que diz respeito às especificidades de cada região. A saúde pública ofertada não desenvolvia atenção à saúde da mulher propriamente, mas da mulher mãe, o que não era o caso de Coralina, que fazia parte de um grupo de mulheres que não tinha acesso a muitos meios de informação no que diz respeito à contracepção, bem como não teve recursos para o financiamento de um aborto mais seguro.

Nesse interim, desde a segunda metade do século XX se processou no Brasil um

declínio em torno da taxa de fecundidade⁵² das brasileiras. Segundo dados do IBGE, a partir dos censos demográficos de 1940 a 2000 foi possível perceber uma alta nesse índice, quando entre 1940 e 1960 estava em torno de 6 filhos por mulher. A partir da década de 1970 tem início um declínio que vai se fortalecendo ao longo das décadas, quando nesse período a média versava junto a 5,76 filhos. Na década seguinte a taxa cai para 4,35 filhos por mulher, chegando a 2,89 em 1991, e o registro de 2,38 em 2000. No ano de 2010 a taxa se mostrou em queda, configurada a 1,90 filho por mulher (IBGEEDUCA, 1940/2010). Os últimos dados disponíveis no site do IBGE – relacionados ao ano de 2021⁵³ – mostram que o declínio da fecundidade das brasileiras chegou ao seu menor índice, o de 1,76 filhos por mulher. (IBGE, 2021).

Esses dados demonstram que as mulheres seguem optando cada vez mais pelo adiamento da chegada de uma gestação, e ainda pela preocupação quanto ao impacto da chegada da prole em sua vida, perspectivando a organização financeira e estrutural da família antes da chegada de um filho – entendendo esse conceito de família mais ampliado, que no século XXI foi sendo configurada para além da forma tradicional composta por pais e filhos convivendo na mesma casa, ainda que esse seja um modelo predominante (MANSUR, 2003). Revela-se ainda que muitas mulheres estão também optando por uma vida sem filhos.

Avaliando a estatística em recortes regionais do país, a região Nordeste se consolidava como a segunda maior em termos de taxa de fecundidade no cenário nacional, ficando atrás apenas da região Norte do país, o que se mostra no Quadro 2 a seguir:

Quadro 2 – Taxa de fecundidade

REGIÕES DO BRASIL	1950	1960	1970	1980	1991	2000
NORTE	7,97	8,56	8,15	6,45	4,20	3,16
NORDESTE	7,50	7,39	7,53	6,13	3,75	2,69
SUDESTE	5,45	6,34	4,56	3,45	2,36	2,10
SUL	5,70	5,89	5,42	3,63	2,51	2,24
CENTRO-OESTE	6,86	6,74	6,42	4,51	2,69	2,25

Fonte: IBGE EDUCA, Censo Demográfico 1950/2000.

Portanto, a análise diante do gráfico corrobora com a vivência das mães das entrevistadas para esse estudo, uma vez que diante das três gerações incorporadas aqui houve

⁵² A taxa de fecundidade corresponde ao número médio de filhos por mulher em idade fértil – entre 15 e 49 anos. (IBGE, 2023).

⁵³ O último censo sofreu atrasos devido a pandemia, em primeiro momento, e depois por conta de problemas orçamentários, sendo viabilizada a sua realização no ano de 2022. Contudo, ainda não foram disponibilizados todos os dados referentes à pesquisa.

a formação de núcleos familiares extensos, composto de muitos irmãos e irmãs, em que algumas das colaboradoras desprenderam, inclusive, cuidados para com os próprios irmãos. Entre as nascidas na década de 1950, duas das três colaboradoras narraram a vivência de suas mães a partir de uma prole numerosa. Na segunda geração, também foi possível perceber uma predominância de núcleos familiares extensos, bem como na terceira geração ainda foi percebida uma formação familiar grande. Contudo, à medida que ia se aproximando das mulheres nascidas no fim da década de 1970 se tornava diminuto o número de irmãos por parte das entrevistadas.

Outro dado que se vincula às análises que estão sendo postas aqui é o número da população brasileira divulgado no último censo demográfico (2022), que aponta uma população de duzentos e três milhões sessenta e dois mil e quinhentas e doze pessoas, uma queda que vem ocorrendo desde a década de 1970, como foi possível perceber nos dados analisados anteriormente. Pensando o processo que culmina nesse decréscimo populacional brasileiro, tem-se o que Georgiane Vazquez (2015, p. 102) pontuou:

As mulheres, de um modo geral, foram muito férteis até a metade do século XX. A cultura de valorização da família numerosa, assim como a inexistência de práticas anticoncepcionais eficientes, assegurava o grande número de filhos nas famílias do período. Porém, a década de 1960 apresentou-se como um divisor de águas na política da fertilidade humana. A chamada “Revolução Sexual” que veio acompanhada do advento da pílula e, posteriormente, de outros métodos contra a gravidez aumentou o controle feminino sobre seu próprio corpo, diminuiu o número de crianças, e as mulheres passaram a ter maior controle sobre sua sexualidade, chegando a, em alguns casos, optar por nunca ter filhos.

Ainda que desde a segunda metade do século XX as mulheres tenham atravessado algumas fronteiras, tendo um maior controle sobre sua sexualidade, podendo optar pela presença de uma gravidez em sua vida ou não a partir do uso de métodos contraceptivos, o controle sobre seus corpos seguia sendo uma busca constante pelos setores dominantes, uma vez que encontrou no discurso médico aliado ao Estado um forte gerenciador de normas, em que teve seus ideais apoiado também pela propagação no meio midiático, a exemplo das revistas destinadas ao público feminino (FREIRE *et al.*, 2018; MARTINS, 2021; FREIRE, 2006).

Diante da presente queda na taxa populacional, questões podem ser levantadas: o que isso pode significar para as conquistas femininas ao longo do curso histórico? Se vinha ocorrendo um processo de desconstrução da maternidade como dever a ser exercido por todas as mulheres, essa queda acentuada poderia significar um processo de articulação dos setores dominantes para um retorno do ideal de maternidade como inerente a todas as mulheres? Estudos como o de Lina Meruane (2018) já vem denunciando esse movimento de construção

de um retorno das mulheres ao lar. Nesse estudo, entende-se que, para além desse retorno, a busca dominante está em um acúmulo de funções por parte das mulheres, gerando uma sobrecarga a partir da dupla jornada de trabalho. Não se pretende renunciar ao trabalho desenvolvido por mulheres no espaço público, na verdade, as mulheres não iriam permitir que tamanho retrocesso ocorresse, já que foi a partir de longas lutas feministas que o público feminino conseguiu conquistar acesso ao espaço público de poder e atuação.

O que se nota ser projetado é um retorno à valorização da conciliação das funções das mulheres. É a volta do que foi incorporado ao modelo de mulher ideal da segunda metade do século XX, com a incontrolável participação cada vez mais crescente das mulheres acessando níveis maiores de escolarização e profissionalização, na qual “o modelo ideal de mulher que se projetava era aquele que conciliava maternidade com rotinas de trabalho, vida conjugal e sexual, vida social, práticas de consumo e cuidados pessoais.” (FREIRE *et al.*, 2018, p. 970). Essa vinculação de mulher ideal estava aliada a um contexto nacional, refletida nos grandes centros urbanos, mas, também foi possível analisar que era uma realidade propagada no cenário regional da cidade de Teresina do período, como já foi visto anteriormente nos estudos de Elizangela Cardoso (2012). É um sistema cruel que está vinculado a um tipo de economia que os setores dominantes não estão dispostos a abrir mão, a economia do trabalho reprodutivo.

Diante da propagação do desenvolvimento de atividades no campo do cuidar, se tornou pertinente compreender na fala das entrevistadas como se deu e se dá o gerenciamento do tempo em suas vidas. Como já visto no capítulo anterior, as profissões escolhidas pelas colaboradoras inserem-se em um bojo de atuações que se vinculam ao cuidar, aquilo que foi construído culturalmente como habilidades pertencentes à natureza feminina, ou seja, uma extensão de atribuições que já deveriam ser exercidas por elas no espaço também privado de suas vidas. Entre as três gerações de entrevistadas houve aquelas que enfatizaram mais o lado de atribuições no campo do cuidar, e outras, que narraram esse aspecto de suas vidas de maneira menos enfática. Contudo, todas elas cuidaram de alguém ao menos em algum momento de suas vidas.

Ágata narrou ter ajudado na criação de seus sobrinhos, enfatizando que eles a entendem como segunda mãe. Nesse momento, foi possível perceber o tom de orgulho que ela sentia ao falar sobre isso, enfatizando que no dia do seu aniversário eles sempre ligam ou vão pessoalmente ver ela. Ágata também ajudou a cuidar da mãe acamada junto a suas outras duas irmãs solteiras. Até o momento da entrevista, Ágata era responsável pela tutela de uma de suas sobrinhas após a morte de sua irmã, mãe adotiva da moça. Ela expõe que todos da

família a entendem como uma mãe que ficou no lugar da matriarca, “Porque elas dizem. ‘Tu é a mãezona.’ ‘Tu é a mamãe da família.’ ‘Saiu a mamãe e ficou tu.’ E eu digo. ‘Não senhora, eu não quero ser mãe de ninguém.’ (Risos)” (ÁGATA – primeira geração, 2022). Nesse momento, o tom de riso envolvido com ar de felicidade tomou conta de Ágata, ao mesmo tempo que ela nega essa maternidade em sua fala, foi visível que ela se sentia plena em ser vista e compreendida pelas irmãs e irmãos como aquela que havia ficado como a mãe de todos eles.

Calcedônia, assim como Ágata pertencente à primeira geração, renunciou a muitos de seus projetos de vida em prol do cuidado com os irmãos e irmãs. Com a perda de sua mãe ainda muito jovem, teve que tomar para si a responsabilidade sobre a criação de suas irmãs mais novas. Mesmo não possuindo filhos, cuidou de seu irmão mais novo junto ao seu marido desde pequeno, em uma relação de maternagem.

Diamante dedicou sua vida ao cuidado com crianças. Sendo babá, revelou em muitos momentos o desejo de ter tido o seu próprio filho, mas as condições de vida que teve não lhe geravam oportunidade para a chegada de uma prole, possuindo mesmo receio em engravidar, pois “eu tive muita vontade de ter um filho. Não tive mais por que eu tinha medo... Dele sofrer comigo nas casas dos outros...” (DIAMANTE – segunda geração, 2022). Portanto, a vida de Diamante foi destinada ao cuidar dos filhos de outras mulheres.

Citrino e Heliotrópio, mulheres da terceira geração, destinaram seus cuidados e boa parte do gerenciamento do tempo de suas vidas aos sobrinhos. Elas compreendem que desenvolveram a maternidade a partir deles. Irmãs, residem na mesma casa juntamente com sua mãe e suas outras irmãs solteiras, dividindo também os cuidados para com sua mãe, quando necessário. Crisocola, a mais jovem das entrevistadas, narrou desenvolver uma relação de cuidar muito próxima e efetiva atualmente, com o irmão mais novo, filho adotivo de seus pais. Ela relatou ajudar em todos os setores da vida da criança, dividindo os cuidados com seus pais.

Fluorite falou sobre ter ajudado na criação de sobrinhas, e que hoje em dia tem que cuidar da mãe acamada. Em sua fala ela expõe uma certa angústia, pois “eu sou a única filha dedicada para cuidar da minha mãe. E os outros três já são difícil demais.” (FLUORITE – terceira geração, 2022). Nesse ponto, fica evidente a ideia que ainda persiste sobre quem deve cuidar de quem fica doente, de quem se entende ter mais tempo para dedicar-se a esse olhar o outro, a filha mulher, e sobretudo aquela que não é casada e não possui filhos, como a percepção de disponibilidade dessa mulher é colocada sob um processo de submissão que ainda segue com suas marcas de uma sociedade construída sob as bases do patriarcalismo.

Outra entrevistada que expôs esse pensamento ainda persistente por parte da sociedade foi Berilo. Ela dedicou cuidados a primos, enquanto ainda pequena, e ajudou a cuidar de seus sobrinhos, com os quais ela demonstrou, no momento da entrevista, uma forte relação. Fez questão de mostrar a foto de tela de seu celular com a imagem de um dos sobrinhos, relatando que o outro, também sobrinho, fica enciumado quando vê a foto e pergunta porque a foto dele não está ali ao invés da imagem do primo. Tudo isso ela narrava com forte entusiasmo, querendo deixar visível a boa relação que ela possui com aqueles com quem ela desenvolveu sua maternagem – os sobrinhos.

No ambiente do trabalho produtivo as mulheres solteiras e sem filhos também são vistas como se dispusessem de maior tempo que outros indivíduos casados e pais. Esse ponto ficou evidente quando Berilo falou que “ah, Berilo solteira – como se ser solteira tivesse mais tempo do que – bota Berilo pra trabalhar no feriado, bota na escala do feriado, bota na escala do final de semana.” (BERILO – segunda geração, 2022). As mulheres não mães, além de serem cobradas ao exercício do cuidar com outros indivíduos no espaço privado a partir do trabalho reprodutivo, também são vistas e colocadas em um lugar de sobrecarga no ambiente de trabalho público, uma vez que são entendidas como menos ocupadas. A maternidade, portanto, não é o problema. O problema é a maneira como a maternidade é compreendida pela sociedade ainda hoje, diante de uma sobrecarga para as mulheres, que são vistas e incorporam em muito as principais responsáveis pela vida daquele ser.

Dados do IBGE, relacionados ao ano de 2019, apontam que a média de horas semanais destinadas ao cuidado de pessoas e/ou atividades domésticas por pessoas de 14 anos ou mais está em uma enorme desigualdade, sendo constituída de 11,0 para homens e 21,4 para mulheres. No recorte regional – Nordeste – a diferença se acentua ainda mais, formada por 10,5 para os homens e 21,8 para as mulheres (IBGE, 2021). A diferença apontada entre homens e mulheres nas atividades envolvendo o cuidar impactam diretamente no trabalho remunerado, na maneira como mulheres vão se inserir no mercado profissional e diante de quais condições e disparidades serão sujeitadas. A nível nacional, os homens ganham em média R\$2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), enquanto as mulheres possuem seu rendimento salarial em torno de R\$2.000,00 (dois mil reais). No cenário nordestino, a diferença se torna menos acentuada, haja vista que homens e mulheres tem o rendimento médio mais baixos, caracterizado pelo valor de cerca de pouco mais de R\$1.500,00 (hum mil e quinhentos reais) para homens e pouco menos de R\$1.500,00 (hum mil e quinhentos reais) para mulheres (IBGE, 2021).

Ainda que as mulheres sejam maioria nos níveis educacionais, visto que entre a

população com 25 anos ou mais, segundo dados de 2019, 40,4% dos homens não possuíam instrução ou tinham apenas o Ensino fundamental incompleto, enquanto para as mulheres o percentual era de 37,1%. Já aos índices ligados ao Ensino Superior completo era de 15,1% entre os homens e 19,4% entre as mulheres (IBGE, 2021). Esses dados são importantes para demonstrar as permanências diante do trabalho reprodutivo como impeditivos para igualdade gênero. Assim, as mulheres seguem ganhando menos que os homens, e com menores oportunidades de emprego no espaço público de poder. A economia do trabalho reprodutivo se mostra como a pedra no caminho para a obtenção dos avanços nas conquistas feministas.

Os arranjos familiares se transformaram de maneira substancial desde a segunda metade do século XX, com o aumento da participação feminina em maiores níveis de educação e conseqüente presença no mercado de trabalho remunerado, a queda no número de filhos, com a própria estrutura de divisão de tarefas no espaço do lar sofrendo alterações. Contudo, mesmo diante das mudanças que vem sendo configuradas desde o século XX, às mulheres ainda são imputadas a produção de um trabalho invisibilizado, mas fundamental para a sociedade e sua economia (MELO; CASTILHO, 2009).

Essa análise culmina na economia do cuidado, vinculada às dimensões das políticas públicas, marcos legais, acúmulo de bens e serviços que atuam diretamente na divisão sexual do trabalho, acentuando as desigualdades de gênero sobre a esfera do trabalho produtivo e reprodutivo, ou seja, aspectos que estão intimamente ligados à continuidade humana e da reprodução social (GUEDES, 2007). Com vistas a esse cenário de desigualdade, pesquisas estão sendo desenvolvidas de maneira mais específica diante da invisibilidade que ainda é gerada junto aos trabalhos ligados ao cuidar e que essencialmente são desenvolvidos por mulheres. Seguindo essa trilha, dados da OXFAM⁵⁴ apontam que o valor monetário global do trabalho relacionado ao cuidar, e que não é pago, desenvolvido por mulheres a partir de 15 anos de idade, é de 10,8 trilhões de dólares por ano. Se tal valor fosse considerado o Produto Interno Bruto de um país, seria a 4º maior economia do mundo.

O papel do cuidado, ainda tão centralizado na figura da mulher, revela o peso das construções culturais ainda muito fortes, o que acentua a desigualdade de gênero. Homens e mulheres ainda transitam no mundo de maneira diferente, e isso gera uma sobrecarga ao público feminino que, no papel de mães, se tornam ainda mais exaustas. As mulheres precisam de uma rede de apoio estruturada, que conte não só com familiares, mas com a

⁵⁴ É uma organização da sociedade civil brasileira, que atua sem fins lucrativos e de maneira independente. As frentes de atuação estão entre: justiça rural e desenvolvimento, justiça social e econômica, justiça racial e de gênero e justiça climática e Amazônia.

sociedade em geral, como consta na Constituição, em seu Artigo 227:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Nota-se que o poder público e a sociedade em geral não estão destinando olhar atencioso para a oferta de melhores condições de vida e bem-estar das mulheres mães e crianças. A conta está desigual. Se ao longo do século XX foi possível notar uma ampliação nos cuidados com a infância por meio do caráter filantrópico e de políticas públicas, com especial atenção dos médicos que, inclusive, criaram e difundiram o ideal da mãe científica, que mais a frente se estenderia ao conceito da maternagem, em que os cuidados com a criança não estariam restritos a maternidade biológica, mas, a todas as mulheres, fossem mães ou não. (FREIRE, 2006), atualmente o que se torna visível é o abandono do poder público e da sociedade à assistência à infância.

É necessário se pensar e colocar em prática o salário maternidade, tendo em vista a carga desigual de trabalho que se destina às mães, explicitando que a paternidade não carrega o mesmo peso que a maternidade. Também se mostra urgente e necessária a ampliação na oferta no número de creches, para que mães possam deixar seus filhos em um local seguro e possam atuar no trabalho remunerado, e os espaços de lazer para a infância também devem ser levados em consideração. Se a sociedade segue impondo às mulheres que tenham filhos, essa mesma comunidade precisa garantir a inclusão da mulher mãe em todos os espaços sociais, seja pensando na mulher mãe pesquisadora, como já se tem grupos como o *Parent in Science* que atua na busca de melhores condições para que pesquisadoras mães não abandonem a carreira, seja ainda na promoção de práticas que se vinculem à divisão mais equânime dos trabalhos com o cuidar.

Um dos grandes desafios que as mulheres ainda precisam enfrentar é o mito da maternidade exclusiva, que emprega a noção de que tudo que a criança precisa está constituído na díade mãe-filho. Essa é uma crença que fortalece o mito da mãe perfeita. A relação mãe e filho se torna especial não por aspectos que possam estar vinculados ao místico e biológico, mas é fruto da construção (FORNA, 1999). Sendo uma relação construída, o mesmo pode ser desenvolvido por pais em relação aos seus filhos. Homens e mulheres, portanto, possuem as mesmas condições de desenvolvimento de cuidado e afeto para com os filhos, não sendo esta uma vinculação com o biológico, e sim uma construção cultural que perpetua até a atualidade. Ainda que as mulheres tenham alcançado muitos avanços, esses

geraram apenas descontinuidades, mas não uma ruptura total com as raízes do sistema patriarcal.

Se há mulheres que, muito mais do que diminuir ou adiar o desenvolvimento de uma maternidade biológica, optam pela inexistência de um filho em sua vida, muito dessa decisão encontra-se arrolada ao modelo de maternidade que ainda segue sendo imposto na sociedade.

Ao analisar a história de vida das mulheres participantes dessa pesquisa, viu-se que algumas delas desejaram a presença de um filho em suas vidas, outras foram levadas para uma vida sem filhos diante do modelo de sociedade imposto à suas épocas, as quais nem mesmo haviam chegado a pensar na não maternidade. Algumas foram conduzidas para a não maternidade biológica por motivos que transcenderam suas escolhas pessoais, pois o fator saúde decidiu por elas. Houve ainda aquelas que sempre entenderam que não queriam um filho. A escolha das entrevistadas e a opção de traçar como fio condutor desse estudo suas histórias de vida, se deu por uma única razão: elas foram escolhidas por não serem mães. O caminho percorrido junto às narrativas das pedras preciosas explicitou que, embora possuíssem uma característica em comum, as maneiras como cada uma significou a sua vida diante da ausência de maternidade foram diversas.

A maternidade, como inerente à condição feminina das teresinenses nascidas entre as décadas de 1950 e 1970, portanto, é um mito. Encaminha-se para as considerações finais a partir de uma reflexão posta por Marta Rovai e Naira Branco (2017, p. 162): “a naturalização que pretende determinar destinos não garante a submissão, pois os sujeitos sentem materialmente as relações.”. As pedras preciosas atuaram de maneira desafiadora, em certa medida, para a vida social das mulheres de sua época. Foram transgressoras, ousaram ir além do que era essencialmente esperado por elas. Contudo, corresponderam também a ideais impostos para suas condições de mulher na sociedade teresinense da segunda metade do século XX. Elas configuraram autonomia sobre seus destinos.

Que todas as mulheres possam cada vez mais dominar seus corpos, empoderar-se e decidir plenamente sobre suas vidas. Cabe a sociedade respeitar a escolha feminina e ampliar suas atuações junto ao fortalecimento de cuidado com a infância, não entendendo esse ato como ação a ser desenvolvida apenas pelas mães, mas de maneira compartilhada entre Família, Estado e Sociedade. Que a maternidade, enfim, não seja cobrada como destino de todas as mulheres. Outras dimensões de vida além da maternidade se mostram, portanto, satisfatórias e felizes para a trajetória de vida das mulheres, a maternidade podendo ser apenas mais uma delas, ou mesmo não ser, como foi na vida das pedras preciosas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É preciso uma aldeia inteira para educar uma criança
(provérbio africano)

O provérbio africano escolhido para iniciar as reflexões finais para essa dissertação traduz muitas coisas. Educar, gestar, cuidar, prover e garantir uma vida digna a uma criança deveria ser tarefa de todos. No entanto, o que se mostra, na maioria dos casos, é que a mãe se torna a aldeia inteira dessa criança. A sociedade segue investindo no papel da maternidade e da maternagem como primordiais na vida das mulheres; entretanto, essa mesma sociedade não atua nas condições de vida digna para a manutenção dessa nova vida, cobrando o sucesso desse futuro adulto de sua mãe. A adversidade também é imputada a essas mães: quando algo não sai na medida projetada pela sociedade, a culpa é colocada sobre essa mãe. Portanto, o peso das atribuições advindas com a maternidade segue sendo árduo, desigual, e acarretando consequências negativas para a vida produtiva das mulheres que optam pela maternidade.

Ao longo dessa dissertação, realizada através de análise das fontes primárias e com base na bibliografia, buscou-se analisar como as mulheres nascidas entre as décadas de 1950 e 1970, as quais tiveram suas construções sociais e culturais enredadas pela cidade de Teresina-PI, bem como viveram sua juventude e vida adulta no decorrer da segunda metade do século XX, configuraram suas vivências a partir da alternativa da não maternidade. A presente pesquisa trilhou os caminhos dos discursos sobre a maternidade, a negação da maternidade e a não maternidade, uma vez que se entende que há uma relação indissociável entre essas categorias de análise. Partindo então da maternidade para compreender a não maternidade é que foram estruturados os eixos de investigação desse trabalho.

Percorrer os caminhos das histórias de vida das entrevistadas foi fundamental para compreender os significados que essas mulheres foram enredando em suas trajetórias a partir da ausência da maternidade biológica. A partir da escolha da divisão das entrevistadas por um recorte geracional, o objetivo era compreender as discontinuidades ou mesmo rupturas que poderiam existir entre essas mulheres. Foi possível constatar que entre as três gerações de mulheres aqui apresentadas a não maternidade, apesar das diferentes causas, se mostrou correspondente a um ideal moralizador muito presente no Piauí na segunda metade do século XX. Sendo solteiras, a maioria delas, ter gestado é que poderia ser considerado um problema a ser encarado socialmente. Dentre as que desenvolveram uma relação marital – duas dentre as treze colaboradoras, nascidas na década de 1950 – uma ainda esteve correspondendo aos códigos moralizantes, uma vez que a esterilidade se encontrava em seu marido. Apenas

Aragonita mostrou-se diferente. Havendo se relacionado de maneira a dividir a morada com o seu então companheiro, que desejava ter um filho ou filha com ela, ela possuía a certeza de que não deveria exercer a maternidade, entendendo tal escolha como a maneira mais tranquila de lidar com possíveis complicações em seu relacionamento.

O que poderia ter se mostrado como havendo na profissionalização um fator determinante para a escolha por não ter filho, seria apenas para Diamante, que entendia que seu ofício – babá – não permitia que ela pudesse ter um filho ou filha, pois trabalhava de maneira ininterrupta, morando na casa dos patrões. Contudo, não foi a profissionalização que lhe impediu de pensar em gestar, mas sim, a luta pela sua própria sobrevivência.

Dentre as permanências ouvidas nas vozes das três gerações – ainda que não se estabeleça uma unanimidade diante de todas as análises – houve falas que se repetiam em meio as três gerações – os aspectos sexuais ainda se mostravam fronteira não ultrapassada. Sobretudo na primeira e segunda geração, foi possível analisar a forte presença de um tabu no que diz respeito as relações sexuais. Nas duas gerações encontrou-se mulheres que narraram manter-se virgens até hoje, sob um tom moral de quem estava correspondendo a um ideal que lhe fora imposto e naturalizado como correto. Na terceira geração, mulheres que já poderiam ter a pílula contraceptiva de maneira mais acessível, foi notável um tom menos incisivo no que dizia respeito as relações sexuais, embora nenhuma tenha adentrado esse assunto com mais intensidade, pois elas ainda se mostravam comedidas ao falar do tema.

Em meio a todas as gerações foi visto que a maternidade ainda estava articulada com a perspectiva de ideal de família, em que para gestar deveriam ser casadas, pois o casamento se mostrava como condição fundamental para uma maternidade socialmente aceita. Isso ficou evidente em falas como a de Ágata, que narrou nunca ter sentido vontade de casar, e, portanto, não teria filho. Essa foi uma visão preponderante entre as três gerações.

Apenas um caso de aborto foi narrado. Coralina traz essa memória de maneira culposa, principalmente sob os aspectos religiosos – muito presentes na cidade de Teresina, marcadamente católica – deixando claro que não consegue se perdoar pelo ato. Nesse ponto fica evidente o poder da religião sobre as escolhas das mulheres ainda na atualidade.

As causas da não maternidade se deram a partir de diferentes motivos entre as três gerações, com destaque para a primeira e segunda. Junto às nascidas na década de 1950, teve escolha pessoal, compreensão de que não desejava desenvolver o matrimônio e, portanto, não deveria ter filho, até a esterilidade do marido. Na segunda geração foi possível visualizar que as causas versaram em maior medida pelos aspectos morais, uma vez que todas eram solteiras e entendiam que a maternidade apenas não chegou. Para as nascidas na década de 1970, os

fatores versaram, preponderantemente, pelo campo da saúde.

Embora todas as entrevistadas tenham como característica singular a não maternidade, elas desenvolveram a maternagem em alguma medida em suas vidas. Algumas vivenciaram essas experiências de maneira mais forte e contínua, outras com menos intensidade. O fato é que, mesmo não gestando, elas não escaparam do destinar cuidados para outros seres, o que revela as ainda fortes amarras do patriarcalismo na sociedade brasileira, sobretudo nas cidades longe dos grandes centros urbanos, em que as características do que é considerado inerente às mulheres e aos homens ainda se mostram de maneira excludente e opressora, direcionando o ofício do cuidar ligado às mulheres. Muitas, entre as três gerações, seguem até hoje cuidando de sobrinhos como se “fossem filhos”, fazendo questão de demonstrar o apego, carinho e cuidado que esses sobrinhos possuem para com elas, deixando entender que essa é uma espécie de reconhecimento que elas possuem deles pela dedicação. Dentre as análises empreendidas aqui, a maternidade é muito mais idealizada pelas mulheres da terceira geração.

O acesso aos maiores níveis educacionais – embora junto a profissões menos elitizada – a inserção e permanência no mercado de trabalho produtivo, se mostrou como imprescindível para a configuração de vida que foi sendo delineada pelas colaboradoras. As experiências amorosas já não se mostravam sob o viés idealizado do amor romântico, ao contrário, elas compreendem que é melhor estar sozinha do que em uma relação conflituosa.

Neste estudo, também buscou-se compreender como aspectos relacionados a não maternidade e a saúde feminina foram discutidos na cidade de Teresina-PI entre as décadas de 1950 e 1970, a partir da Revista da Associação Piauiense de Medicina. Esse objetivo foi articulado ao uso do referido periódico como fonte primária, diante do lapso temporal das décadas 1950 a 1970. Para os resultados desenvolvidos, houve um diálogo da fonte primária com referências bibliográficas, tanto no que se refere ao recorte temporal, como, em alguns momentos, a um recuo na História, na busca de se fazer compreender melhor o processo.

Foi possível concluir que a maternidade, diante do recorte temporal estabelecido e no cenário regional em que circulava a revista, versava como um atributo ainda indispensável para a vida da mulher em sociedade, e tratar as causas de possíveis infertilidades era um dos objetivos a que a revista se colocava. Questões de gênero foram possíveis de serem vistas em meio a todos os artigos analisados, desde a escolha de quem os escrevia até os temas que seriam abordados e de que maneira o foram.

A Revista da Associação Piauiense de Medicina não abordou o tema da não maternidade de maneira explícita, mas, em diálogo com temas como aborto, cânceres variados

que poderiam interferir na fertilidade feminina, processos que impactam com o fim do ciclo reprodutivo – a menopausa – diante do que era dado mais atenção e do que era negligenciado. Todas essas questões gritavam em torno da não maternidade.

O discurso médico da sociedade piauiense e em especial a teresinense, naquelas décadas, era orquestrado em torno de uma maternidade como realização plena das mulheres, e qualquer doença que pudesse colocar em risco a chegada de um gestar deveria ser combatido em caráter preventivo. Ao aborto foi disponibilizado o campo do ilegal, o autor do texto deixando evidente sua concepção diante da manutenção da legislação que vigorava naquele momento, e que, pasmem, vigora até hoje, tendo em vista que o Código Penal que ainda está válido é o de 1940. Muito caminho ainda há de ser trilhado pela sociedade que se coloca a favor dos direitos das mulheres, muitos estigmas ainda precisam ser quebrados, e o poder público necessita tomar essa pauta para si. É evidente a urgência de uma política pública que atenda melhor as mulheres em processo de abortamento, é preciso que se garanta a vida dessas mulheres.

As mulheres são múltiplas, não existe só um padrão feminino, mas muitas configurações de mulheres, de várias etnias, idades, setores sociais e dentro de cada uma dessas variáveis existem as individualidades. Com isso, afirma-se que a maternidade não se mostra como imprescindível para uma vida plena e feliz, a não maternidade é uma realidade cada dia mais presente na escolha das mulheres, e não cabe mais colocá-las no campo do oculto. As causas de uma não maternidade podem atuar de diferentes maneiras junto às mulheres, pode ser sofrida, para aquelas que desejam gestar e não podem por questões de saúde, pode ser uma escolha livre e consciente para aquelas que optam por uma vida mais dedicada à sua carreira profissional, dentre tantas outras possibilidades que podem existir para a inexistência da maternidade. Quanto à situação civil, ser solteira também entra no rol das escolhas, visto que as mulheres podem querer desenvolver uma relação afetiva com um parceiro, ou podem escolher ficar sozinhas, enfim, não deve ser cobrada por isso, apesar de ainda seguir sendo.

Considerações postas, este texto se encerra aqui. Com o desejo que o debate seja ampliado, as discussões sejam levadas sobre o ponto de vista de um direito humano, que todas as mulheres possam decidir plenamente sobre seus corpos, desde aquelas que desejarem desenvolver uma maternidade, até aquelas que optem por não serem mães. Que a objetivação dos corpos femininos seja vista para além dos órgãos, mas que a sujeita seja vista em todo o processo. Gestar, portanto, é um direito de escolha.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Miriam. **Cotidiano das escolas: entre violências**. Brasília: UNESCO, Observatório de Violência, Ministério da Educação, 2005.
- ALBERTI, Verena. Histórias dentro da história. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. 2. ed. São Paulo: contexto, 2010. p. 155-202.
- ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.
- ALBERTI, Verena. **História oral: a experiência do CPDOC**. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 1989.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **Nordestino: a invenção do falo – uma história do gênero masculino (1920-1940)**. 2. ed. São Paulo: Intermeios, 2013.
- AMADO, Janaína. O Grande Mentiroso: tradição, veracidade e imaginação em História Oral. **História**, São Paulo, v. 14, p. 125-136, 1995.
- ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.
- BADINTER, Elizabeth. **O conflito: a mulher e a mãe**. Rio de Janeiro: Record, 2011.
- BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- BALDIN, Nelma; MUNHOZ, Elzira M. Bagatin. Educação Ambiental Comunitária: uma experiência com a técnica de pesquisa Snowball (Bola de Neve). **REMEA - Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**. v. 27, p. 46-60, jul./dez. 2011.
- BASSANEZI, Carla. Mulheres dos anos dourados. *In*: DEL PRIORE, Mary (org.). **História das mulheres no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004. p. 607-639.
- BESSE, Susan K. **Modernizando a desigualdade: reestruturação da ideologia de gênero no Brasil 1914-1940**. Tradução: Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.
- BLOCH, March. **Apologia da história, ou, o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.
- BOURDIEU. Pierre. **O poder simbólico**. 10 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- BOURDIEU. Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **Os herdeiros: os estudantes e a cultura**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2014.
- BOUTIER, Jean; JÚLIA, Dominique. Em que pensam os historiadores? *In*: BOUTIER, Jean; JÚLIA, Dominique. **Passados Recompuestos: cantos e canteiros da história**. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1998. p. 21-61.

BRASIL. Código Penal. **Decreto Lei nº 2.848/1940**. 2 ed. Brasília: Senado Federal, Coordenação de edições técnicas. 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 24 maio 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de atenção à Saúde. Departamento de ações programáticas estratégicas. Área técnica de saúde da mulher. **Atenção Humanizada ao Abortamento**: norma técnica. Brasília: Ministério da Saúde, 2011, 36 p.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **A imprensa na história do Brasil**. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

CARDOSO, Elizangela Barbosa. Amor e gênero em quadrinhas. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 27, nº 54, p. 83-108, 2007.

CARDOSO, Elizangela Barbosa. **Identidades de gênero, amor e casamento em Teresina (1920-1960)**. 2010. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Instituto de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

CARDOSO, Elizangela Barbosa. **Múltiplas e Singulares**: história e memória de estudantes universitárias em Teresina (1930-1970). 2. ed. Teresina: EDUFPI, 2012.

CARDOSO, Elizangela Barbosa; MOURA; Larice Íris Marinho. Uma fuga para o território dos desejos: vivências transgressoras de mulheres picoenses nas décadas 1960-1980. *In*: NASCIMENTO, Francisco de Assis de Sousa; SILVA, Rodrigo Caetano; SILVA, Ronyere Ferreira da (Org.). **História e Cultura: trajetos singulares**. Teresina: EDUFPI, 2016.

CARDOSO, Elizangela Barbosa. Sufrágio, educação e trabalho: o feminismo na imprensa em Teresina nas décadas de 1920 e 1930. **História Revista**, Goiânia, v. 19, n. 2, p. 103–128, 2014.

CASTELO BRANCO, Edwar de Alencar. Ele é o homem. Eu sou apenas uma mulher: corpo, gênero e as sexualidades entre as vanguardas tropicalistas. *In*: SEMINÁRIO FAZENDO GÊNERO, 7. **Anais ...** Florianópolis: UFSC, 2006.

CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. **Mulheres plurais**. 3. ed. Teresina. EDUFPI, 2013.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1990.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em ciência humanas e sociais**. 12 ed. São Paulo: Cortez, 2017.

COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2004.

COSTA, Jurandir Freire. **Sem fraude nem favor**: estudos sobre o amor romântico. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.

COSTA, Tonia; STOTZ, Eduardo Navarro; GRYNSZPAN, Danielle; SOUZA, Maria do Carmo Borges de. Naturalização e medicalização do corpo feminino: o controle social por meio da reprodução. **Interface** – Comunic, Saúde, Educ, v. 10, n. 20, p. 363- 380, jul/dez 2006.

COURTINE, Jean-Jaques. Introdução. *In*: COURTINE, Jean-Jaques; VIGARELLO, Georges. **História do Corpo**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

DEL PRIORE, Mary. **Ao Sul do Corpo**: condições femininas, maternidade e mentalidade no Brasil Colônia. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

DEL PRIORE, Mary. **História do amor no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2006.

DE LUCA, Tania Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

DEL PRIORE, Mary. **Sobreviventes e Guerreiras**: uma breve história das mulheres no Brasil: 1500-2000. São Paulo: Planeta, 2020.

DINIZ, Debora. Três gerações de mulheres. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013. p. 313-331.

ENGEL, Magali. Psiquiatria e feminilidade. *In*: PRIORE, Mary Del. **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997.

EVANGELISTA, Marcela Boni. Ser mãe ou não ser: afinal, qual é a questão? A História Oral desvendando o mito do amor materno. *In*: ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (org.). **História Oral e história das mulheres**: rompendo silenciamentos. São Paulo: Letra e Voz, 2017. p. 125-141.

FARINATI, Débora Marcondes; RIGONI, Maisa dos Santos; MULLER, Marisa Campio. Infertilidade: um novo campo da psicologia da saúde. **Estudos de Psicologia**, Campinas, out./dez. de 2006. p. 433-439.

FAUR, Eleonor. **El cuidado infantil em el siglo XXI**: mujeres malabaristas em uma sociedade desigual. 1. ed. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2014.

FÁVERI, Marlene de. **Moços e moças para um bom partido**: a construção das elites – Itajaí (1929-1960). Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1996.

FAÇANHA, Antonio Cardoso. A evolução urbana de Teresina: passado, presente e.... **Carta CEPRO**, Teresina, v. 22, n. 1, p. 59-69. Jan/jun. 2003.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: elefante, 2017.

FONTINELES, Cláudia Cristina da Silva; SOUZA NETO, Marcelo. **Nasce um bairro, renasce a esperança**: história e memória de moradores do conjunto habitacional Dirceu Arcoverde. Teresina: EDUFPI, 2017.

FONTINELES, Cláudia Cristina da Silva. Patrimônios arquitetônicos em Teresina: combates pela memória 1970. **Revista História e Perspectivas**, v. 29, n. 54, 2 ago. 2016.

FORNA, Aminatta. **Mãe de todos os mitos**: como a sociedade modela e reprime as mães. Rio de Janeiro: Ediouro, 1999.

FREIRE, Maria Marta de Luna; LEONY, Vinicius da Silva. A caridade científica: Moncorvo Filho e o Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Rio de Janeiro (1899-1930). **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 18, supl. 1, p. 199-225, dez. 2011.

FREIRE, Maria Martha de Luna; BONAM, Claudia; NAKANO, Andreza Rodrigues. Medicalização da gestação e do parto nas páginas da revista Claudia 1961-1990. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 4, out.-dez. 2018, p. 959-977.

FREIRE, Maria Martha de Luna. **Mulheres, mãe e médicos**: discurso materialista em revista feminina. (Rio de Janeiro e São Paulo década de 1920). Tese (Doutorado em História das Ciências) – Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2006.

FREIRE, Paulo. **Professora sim, tia não**: cartas a quem ousa ensinar. 30. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2020.

FERREIRA, Luiz Otávio. Ciência médica e medicina popular nas páginas dos periódicos científicos (1830-1840). In: CHALHOUN *et al.* (org.). **Artes e ofícios de curar no Brasil**. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2016.

FREITAS, Clodoaldo. **História de Teresina**. 2. ed. Organização, apresentação e notas de Teresinha Queiroz e Ronyere Ferreira; São Paulo: Mentis Abertas, 2020.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

GUEDES, Moema. A economia do cuidado: as instituições no Brasil. **Comercio, género y equidad en América Latina**: Generando conocimiento para la acción política, 2007.

IBGE. **Censo demográfico 2022**. Disponível em:

https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/?utm_source=ibge&utm_medium=home&utm_campaign=portal. Acesso em: 07 jul. 2023.

IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Estimativas da população residente com data de referência 1o de julho de 2021. **População estimada**. Disponível em:

https://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2021/estimativa_dou_2021.pdf
Acesso em: 07 jul. 2023.

IBGE. Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil. **Estudos e pesquisas**: informação demográfica e socioeconômica, Brasília, n. 38, p. 1-12, 2021.

IBGE. **Fecundidade no Brasil (1940-2010)**. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/professores/educa-atividades/17658-fecundidade-no-brasil-1940-a-2010.html>. Acesso em: 07 jul. 2023.

IBGE. **Taxa de fecundidade**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/indicadores.html>. Acesso em: 07 jul. 2023.

JOUTARD, Philippe. História Oral: balanço da metodologia e da produção nos últimos 25 anos. *In*: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina (org.). **Usos e Abusos da História Oral**. 7. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. p. 131-137.

KERGOAT, Danièle. Divisão Sexual do Trabalho e Relações Sociais de Sexo. *In*: HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; LE DOARÉ, Héléne; SENOTIER, Danièle. **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: UNESP, 2009.

LISPECTOR, Clarice. **O tempo de Clarice Lispector**. 1. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2014.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. *In*: DEL PRIORE, Mary (org.). **História das mulheres no Brasil**. 8. ed. São Paulo: contexto, 2006, p. 443-481.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da sexualidade. *In*: LOURO, Guacira Lopes (org.). **O corpo educado: pedagogia da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

MAGALHÃES, Lúvia. **Histórias do futebol**. Coleção Ensino de História. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2010.

MACHADO, Jacqueline Simone de Almeida; PENNA, Cláudia Maria de Mattos; CALEIRO, Regina Célia Lima. Cinderela de sapatinho quebrado: maternidade, não maternidade e maternagem nas histórias contadas pelas mulheres. **Saúde Debate**, Rio de Janeiro, v. 43, n. 123, p. 1120-1131, out./dez/ 2019.

MANSUR, Luci Helena Baraldo. **Sem filhos: a mulher singular no plural**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.

MARINHO, Joseanne Zingleara Soares. **Entre letras e bordados: o tecer das tramas na história das normalistas em Teresina (1930-1949)**. Iguatu, CE: QUIPÁ Editora, 2021.

MARINHO, Joseanne Zingleara Soares. **Manter sadia a criança sã: as políticas públicas de saúde materno-infantil no Piauí (1930-1945)**. Jundiá: Paco Editorial, 2018.

MARTINS, Ana Paula Vosne. A mulher, o médico e as historiadoras: um ensaio historiográfico sobre a história das mulheres, da medicina e do gênero. **Manguinhos**, v. 27, n. 1, p. 241-264, 2020.

MARTINS, Ana Paula Vosne. História da maternidade no Brasil: arquivos, fontes e possibilidades de análise. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, ANPUH, 23. **Anais...** Londrina: UFPR, 2005.

MARTINS, Ana Paula Vosne. “Vamos criar seu filho”: os médicos puericultores e a pedagogia materna no século XX. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 135-154, jan./mar. 2008.

MARTINS, Ana Paula Vosne. **Visões do feminino: a medicina da mulher nos séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004.

MARTINS, Thayná Guedes Assunção. **Da mãe que fui à mãe que não fui: representações da revista Pais & Filhos (1968-1972)**. Teresina: EdUESPI, 2021.

MATOS, Maria Izilda; BORELLI, Andrea. Espaço feminino no mercado produtivo. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (org.). **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013.

MELO; Hildete Pereira de; CASTILHO, Marta. Trabalho reprodutivo no Brasil: quem faz? **Revista Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 135-158, jan.-abr. 2009.

MERUANE, Lina. **Contra os filhos: uma diatribe**. Tradução: Paloma Vidal. São Paulo: Todavia, 2018.

MEYER, Dagmar E. Estermann. A politização contemporânea da maternidade: construindo um argumento. **Gênero**, v.6, n.1, p. 81-104, 2005.

MOURA, Solange Maria Rolim de; ARAÚJO, Maria de Fátima. A Maternidade na história e a história dos cuidados maternos. **Revista Psicologia, Ciência e Profissão**, nº 24, p. 44-55, 2004.

MOULIN, Anne Marie. O corpo diante da medicina. *In*: COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges. **História do Corpo**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

MUSEU VIRTUAL DA IMAGEM E DO SOM DO PIAUÍ. Imagens disponibilizadas para a pesquisadora em 2023.

NASCIMENTO, Dilene Raimundo. A doença como objeto da história. *In*: NASCIMENTO, Dilene Raimundo. **As Pestes do século XX: tuberculose e Aids no Brasil: uma história comparada**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005. p. 25-44.

NASCIMENTO, Francisco Alcides do. Teresina. A capital que nasceu sob o signo do moderno e da pobreza. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26. **Anais...** São Paulo, 2011.

NASCIMENTO, Francisco Alcides do. **A cidade sob o fogo: modernização e violência policial em Teresina (1937-1945)**. 2. ed. Teresina: EDUFPI, 2015.

NASCIMENTO, Francisco Alcides do. **Cartografias sentimentais e narrativas historiográficas sobre Teresina e Oeiras**. Teresina: EDUESPI, 2021.

NOGUEIRA, Maria Luísa Magalhães; BARROS, Vanessa Andrade de; ARAUJO, Adriana Dias Gomide; PIMENTA, Denise Aparecida Oliveira. O método de história de vida: a exigência de um encontro em tempos de aceleração. **Pesquisas e práticas psicossociais**. São João Del Rei, p. 466- 485, maio/ago. 2017.

NUNES, Odilon. **Pesquisas para a história do Piauí**. Teresina: FUNDAPI, 2007.

OLIVEIRA, Ângela Maria Macêdo de. **Imagens Dissonantes? A família teresinense**: entre prescrições católicas e práticas culturais na década de 1950. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Piauí, 2009.

ORLANDI, Eni Puccinell. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 2000.

OXFAM. **Trabalho de cuidado**: uma questão também econômica. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/blog/trabalho-de-cuidado-uma-questao-tambem-economica/>. Acesso em: 07 jul. 2023.

PALHARINI, Luciana Aparecida; FIGUEIRÔA, Silvia Fernanda de Mendonça. Gênero, história e medicalização do parto: a exposição “Mulheres e práticas de saúde”. **Manguinhos**. Rio de Janeiro, v. 25, n. 4, out-dez. 2018, p. 1039-1061.

PEDRO, Joana Maria. Mulheres do Sul. *In*: DEL PRIORE, Mary (org.). **História das mulheres no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004, p. 278- 321.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: contexto, 2007.

PERROT, Michelle. **Mulheres públicas**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

PIAUI. Secretaria da educação e cultura – SEDUC; Gerência de registro da vida escolar – GERVE; Centro de formação dos servidores públicos Antonino Freire, 2023.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma História do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 02, n. 03, p. 3-15, 1989.

POPPE, Kris G. Thyroid and female infertility: more questions than answers?! **European Journal of endocrinology**, Bethesda, v. 184, n. 4, p. 123-135, 2021.

QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. **Do Singular ao Plural**. Recife: Edições Bagaço, 2006.

QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. **Os Literatos e a República**: Clodoaldo Freitas, Higinio Cunha e as Tirantias do Tempo. 2. ed. Teresina: EDUFPI, 1998.

RAGO, Margareth. Descobrimo historicamente o gênero. **Cadernos Pagu**. Campinas, SP, n. 11, p. 89-98, 1998.

REVEL, Jacques; PETER, Jean-Pierre. O corpo: o homem doente e sua história. *In*: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (dir.). **História: novos objetos**. 4. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995. p. 141-159.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

RODRIGUES, Carla Daniela Alves. Do lar ao labor: discursos e representações sobre o lugar social da mulher teresinense. **Revista Historiar**, Sobral, n. 25, v. 13, p. 313-328, jul./dez. 2021.

ROSEMBERG. Mulheres educadas e a educação de mulheres. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (org.). **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013, p. 333-360.

ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. A ética da escuta: o desafio dos pesquisadores em História Oral. **Testimonios**, n. 4, p. 109-119, 2015.

ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira; BRANCO, Naira de Assis Castelo. Romper o silenciamento: narrativas femininas sobre violência de gênero e desvitimização. *In*: ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (org.). **História Oral e história das mulheres: rompendo silenciamentos**. São Paulo: Letra e Voz, 2017. p. 143-162.

ROHDEN, Fabíola. **Uma ciência da diferença: sexo e gênero na medicina da mulher**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2001.

SANGLARD, Gisele. A construção dos espaços de cura no Brasil: entre a caridade e a medicalização. **Revista Esboços**, Santa Catarina, v. 13, n. 16, p. 11-33, 2006.

SANTOS, Raimundo Nonato Lima dos. **História, memória e identidade na cidade de Timon na década de 1980**. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2007.

SILVA, Pablo Josué Carvalho e; MOURA, Mayra Izaura de. De bar em bar: cartografia dos espaços de lazer noturno em Teresina na década de 1970. *In*: LIRA, Clarice Helena Santiago; MARINHO, Joseanne Zingleara Soares; MENESES, Lívia Suelen Sousa Moraes; FONTINELES FILHO, Pedro Pio (org.). **História Profusa: sujeitos, espacialidades e temporalidades**. Teresina-PI: Edufpi, 2020. p. 79-98.

SIRINELLI, Jean-François. A geração. *In*: AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). **Usos & abusos da história oral**. 7. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. p. 131-137.

SOARES, Norma Patricya Lopes. **Escola Normal em Teresina (1864-2003): reconstruindo uma memória de formação de professores**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2004.

SOUZA, Larissa Velasquez de. Fontes para a história da ginecologia e obstetrícia no Brasil. **Manguinhos**. Rio de Janeiro, v. 25, n. 4, out-dez. 2018, p. 1129-1146.

SOUSA, Nalva Maria Rodrigues de. Trajetória do movimento feminista em Teresina no final do século XX. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 27. **Anais...** Natal: UFRN, 2013.

SOUSA, Nalva Maria Rodrigues de. **A Política de salto: a participação feminina na política piauiense – 1970 a 1998**. 2008. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2008.

TEIXEIRA, Luiz Antonio; PIMENTA, Tânia Salgado; HOCHMAN, Gilberto. História da saúde no Brasil: uma breve história. *In*: TEIXEIRA, Luiz Antonio; PIMENTA, Tânia Salgado; HOCHMAN, Gilberto (org.). **História da Saúde no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2018, p. 9-26.

VAINFAS, Ronaldo. **Trópico dos Pecados**: moral, sexualidade e inquisição no Brasil Colonial. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

VÁZQUEZ, Georgiane Garabely Heil. **Da mãe que não fui**: A experiência da ausência de maternidade ao longo do século XX. 254 f. Tese (Doutorado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, 2015.

VAZQUEZ, Georgiane Garabely Heil. **Mais cruéis que as próprias feras?** Aborto e infanticídio nos Campos Gerais – Paraná entre o século XIX e o século XX. Curitiba: Universo do livro, 2014.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e literatura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

XAVIER, Aline; ZANELLO, Valeska. Mães ofensoras: Loucas? Más? Desconstruindo o mito da maternidade. *In*: ZANELLO, Valeska; PORTO, Madge. **Aborto e (não) desejo de maternidade (s)**: questões para a Psicologia. Conselho Federal de Psicologia – Brasília: CFP, 2016. p. 123-142.

ZANELLO, Valeska. Dispositivo materno e processos de subjetivação: desafios para a psicologia. *In*: ZANELLO, Valeska; PORTO, Madge. **Aborto e (não) desejo de maternidade (s)**: questões para a Psicologia. Conselho Federal de Psicologia – Brasília: CFP, 2016. p.103-122.

APÊNDICE A - FONTE A – ENTREVISTADAS

ÁGATA (1956-). **Entrevista** [concedida à Thayná Guedes Assunção Martins]. Teresina, 2022.

AMETRINO (1962-). **Entrevista** [concedida à Thayná Guedes Assunção Martins]. Teresina, 2022.

ARAGONITA (1953-). **Entrevista** [concedida à Thayná Guedes Assunção Martins]. Teresina, 2022.

BERILO (1964-). **Entrevista** [concedida à Thayná Guedes Assunção Martins]. Teresina, 2022.

CALCEDÔNIA (1952-). **Entrevista** [concedida à Thayná Guedes Assunção Martins]. Teresina, 2022.

CITRINO (1970-). **Entrevista** [concedida à Thayná Guedes Assunção Martins]. Teresina, 2022.

CORAL (1965-). **Entrevista** [concedida à Thayná Guedes Assunção Martins]. Teresina, 2022.

CORALINA (1965-). **Entrevista** [concedida à Thayná Guedes Assunção Martins]. Teresina, 2022.

CRISOCOLA (1979-). **Entrevista** [concedida à Thayná Guedes Assunção Martins]. Teresina, 2022.

DIAMANTE (1963-). **Entrevista** [concedida à Thayná Guedes Assunção Martins]. Teresina, 2022.

DUMORTIERITA (1974-). **Entrevista** [concedida à Thayná Guedes Assunção Martins]. Teresina, 2022.

FLUORITE (1977-). **Entrevista** [concedida à Thayná Guedes Assunção Martins]. Teresina, 2022.

HELIOTRÓPIO (1973-). **Entrevista** [concedida à Thayná Guedes Assunção Martins]. Teresina, 2022.

APÊNDICE B - FONTE B – REVISTA DA ASSOCIAÇÃO PIAUIENSE DE MEDICINA

ASSUNÇÃO, Artur Cândido R. Câncer do colo do útero. **Revista da Associação Piauiense de Medicina**, n. 16, mar., 1970.

NOS PRIMEIROS TEMPOS. **Revista da Associação Piauiense de Medicina**, n. 1, mar., 1973.

NOS SINTOMAS DA MENOPAUSA. **Revista da Associação Piauiense de Medicina**, n. 3, set., 1974.

PIRES GAYOSO. Aborto Ou Abortamento? **Revista da Associação Piauiense de Medicina**, n. 11, set., 1950.

ROCHA, Zenon. Adenoma solitário e câncer tireoide. **Revista da Associação Piauiense de Medicina**, n. 16, maio/jun., 1959.

SANTOS, José Arimatéa dos. Controle do câncer cérvico-uterino no Piauí. **Revista da Associação Piauiense de Medicina**, n. 3, set., 1974.

**APÊNDICE C – LISTAGEM DE ARTIGOS DA REVISTA DA ASSOCIAÇÃO
PIAUIENSE DE MEDICINA**

ARQUIVO: BIBLIOTECA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

DOCUMENTAÇÃO: REVISTA DA ASSOCIAÇÃO PIAUIENSE DE MEDICINA

PESQUISADORA: THAYNÁ GUEDES ASSUNÇÃO MARTINS

PERÍODO DA DOCUMENTAÇÃO PESQUISADA: 1950 - 1978

1950

ANO	NÚMERO	MÊS	TÍTULO	AUTORIA
1950	11	Setembro	Planorbídeos hospedeiros intermediários do S. Mansoni	Prof. Samuel B. Pessoa
1950	11	Setembro	Abôrto ou Abortamento?	Prof. Pires Gaioso
1950	11	Setembro	Hidronefrose e Nefrectomia	Dr. Geraldo Vasconcelos

1959

ANO	NÚMERO	MÊS	TÍTULO	AUTORIA
1959	16	Mai./jun.	Necessidades do Piauí em leitos hospitalares. Plano de uma Rede Hospitalar Estadual	Dr. Lineu Araújo
1959	16	Mai./jun.	Adenoma solitário e Câncer Tireoide	Dr. Zenon Rocha

1960

ANO	NÚMERO	MÊS	TÍTULO	AUTORIA
1960	17	Jan./Fev./Mar.	Segundo congresso da AMB: resposta (parcial) da Associação Piauiense de Medicina ao roteiro questionário	Durvalino Couto; Geraldo Vasconcelos; Lineu Araújo; Zenon Rocha,

1961

ANO	NÚMERO	MÊS	TÍTULO	AUTORIA
1961	20	Abr./Set.	Problemas técnicos do cirurgião do interior	Zenon Rocha
	20	Abr./Set.	Odontologia, infecção focal e medicina interna	Antonio Jose Pacífico Marques
	20	Abr./Set.	Mortalidade infantil no Piauí- influência da má assistência obstétrica	Ursulino Martins; Renato Paz

1966

ANO	NÚMERO	MÊS	TÍTULO	AUTORIA
1966	31	Abr./Jun.	Parapsicologia, realidade científica atual	Dr. Gerardo Vasconcelos
1966	31	Abr./Jun.	A fisioterapia, suas principais indicações em Ortopedia e Traumatologia	Dr. Gerardo Vasconcelos

1970

ANO	NÚMERO	MÊS	TÍTULO	AUTORIA
1970	16	Mar.	Redação e crítica de um trabalho científico	Prof. Dr. Liberato J. A. DI DIO
1970	16	Mar.	Pesquisa bibliográfica	João Orlando Ribeiro Gonçalves
1970	16	Mar.	Vesícula e via biliares: aspectos clínicos e radiológicos	Lívio William Sales Parente
1970	16	Mar.	Incidência de verminose em Teresina	José Noronha Vieira
1970	16	Mar.	Câncer do colo do útero	Artur Cândido R. Assunção

1971

ANO	NÚMERO	MÊS	TÍTULO	AUTORIA
1971	2	Set.	Testes de sobrecarga no glaucoma	João Orlando Ribeiro Gonçalves
1971	2	Set.	Propedêutica do Glaucoma	João Orlando Ribeiro Gonçalves
1971	2	Set.	Glaucoma facogênico (revisão e relato de um caso)	João Orlando Ribeiro Gonçalves
1971	2	Set.	Cataratas adquiridas	Mansueto Martins Magalhães
1971	2	Set.	Alterações de posição do cristalino	Angelo Gil Ferreira de Sampaio
1971	2	Set.	Degenerações e distrofias corneanas	Angelo Sampaio
1971	2	Set.	Retinopatia diabética	Evaristo Nordelli

1972

ANO	NÚMERO	MÊS	TÍTULO	AUTORIA
1972	1	Mar.	Considerações práticas sobre o eletrocardiograma	Luiz Nódgi Nogueira Filho
1972	1	Mar.	A pós-graduação no ensino médico: a formação do especialista	Prof. Hilton Rocha

1973

ANO	NÚMERO	MÊS	TÍTULO	AUTORIA
1973	1	Mar.	A Associação Piauiense de Medicina e o Hospital Getúlio Vargas	Dr. Lineu da Costa Araújo
1973	1	Mar.	Os meus maiores erros	Prof. Hilton Rocha
1973	1	Mar.	Discurso proferido	Dr. Lívio William Sales Parente
1973	1	Mar.	Experiência da implantação de um hospital- Dia	Wilson de Freitas Santos
1973	1	Mar.	Bócio difuso sem hipertireoidismo	Wladimir B. do Rêgo Monteiro
1973	1	Mar.	Assistência psiquiátrica no Piauí: histórico	Wilson de Freitas Santos

1974

ANO	NÚMERO	MÊS	TÍTULO	AUTORIA
1974	3	Set.	Controle do câncer cérvico-uterino no Piauí	José Arimatéa dos Santos
1974	3	Set.	Estudo clínico e eletroencefalográfico de 400 casos de epilepsia	Francisco Ferreira Ramos; Arnaldo Ferreira; Maria do Socorro Martins; Maria José P. M. Almeida
1974	3	Set.	Varizes da gravidez	Airton Coelho e Silva; Francisco José da Costa.
1974	3	Set.	Amputação de membros inferiores por vasculopatias	José Leite C. Cavalcanti; José Figueiredo da Silva
1974	3	Set.	Exercícios diagnósticos	José Cirqueira Dantas
1974	3	Set.	Relatório das atividades da diretoria da Sociedade Piauiense de Ginecologia e obstetrícia (SOPIGO) no período de 1º/01/1970 a 31/12/1972	José Arimatéa dos Santos
1974	3	Set.	Conselho Regional de Medicina do Estado do Piauí- relatório do administrador responsável	Lineu da Costa Araújo

1978

ANO	NÚMERO	MÊS	TÍTULO	AUTORIA
1978	2	Dez.	Esquistossomose mansônica no Piauí: resultados de um inquérito realizado na cidade de Picos	Paulo Zabulon; Fernando Gomes Correia Lima; João Soares de Alencar
1978	2	Dez.	Estudo sobre a hipertensão arterial em Teresina (PI)	Luiz Nódgi Nogueira Filho; Benício Parentes de Sampaio
1978	2	Dez.	Arteriografia renal seletiva: novos conceitos acerca das indicações	José Cerqueira Dantas
1978	2	Dez.	Abscesso cerebral	Benedito de Carvalho Sá
1978	2	Dez.	Glomerulonefrites por imunocomplexos: aspectos da patogenia	José Alberto Ferreira Paz
1978	2	Dez.	Síndrome de Prune-beççy. Apresentação de um caso José	Maurício Cavalcanti Ferreira
1978	2	Dez.	Craniofaringioma. Apresentação de um caso	Pedro Augusto Pedreira Martins

APÊNDICE D – ROTEIRO DE ENTREVISTA

PARTE INICIAL: IDENTIFICAÇÃO

- Nome:
- Endereço:
- Data de nascimento:
- Estado civil:
- Local de nascimento:
- Cidade de moradia:
- Deseja escolher um nome fictício ou eu escolho?
- Qual sua profissão?

SEGUNDA PARTE: INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA NA RELAÇÃO COM A FAMÍLIA.

- Pai. Me conte um pouco como foi/é a sua relação com seu pai. Fale-me sobre a personalidade, afetividade...?
- Mãe. Como a senhora descreveria sua relação com sua mãe? Fale-me sobre personalidade, ensinamentos...?
- Como a senhora descreveria a relação entre seus pais, submissão ou parceria nas tarefas e decisões familiares...?
- Conte-me como foi sua infância.
- No período da sua infância como foi seu convívio com crianças, teve irmãos mais novos, primos nos quais teve que desenvolver algum tipo de cuidado em relação a eles?
- Frequentou a escola? Até que período? Conte-me suas lembranças desse período.
- Conte-me sobre sua vivência escolar, de que modo eram os direcionamentos educacionais relacionados as mulheres, a educação já tinha uma vertente mais emancipadora para o feminino?
- Quais os trabalhos/ofícios eram mais comuns as mulheres?

ADOLESCÊNCIA: PROFISSÃO

- A senhora desenvolveu/desenvolve trabalho no espaço público? Quando? Qual função? Conte-me sobre seu ofício... aponte pontos positivos e negativos...
- A senhora acredita que o desenvolvimento do seu ofício foi fator de interferência para não ser mãe?

ROMANCES (ESTADO CIVIL: SOLTEIRAS)

- Me fale um pouco dos seus relacionamentos, a senhora possuiu namorados? Mais de um ou somente um? Chegou a noivar?
- Chegou a desenvolver matrimônio? Morou com alguém, um namorado ou marido? Se sim, como se deu esse momento?
- Como é para a senhora, chegar à maturidade sem ter desenvolvido o matrimônio?
- A senhora divide a moradia com alguém ou mora sozinha? Como é o cotidiano no seu lar?
- Mesmo não encontrando-se casada chegou a pensar em desenvolver a maternidade? Se sim, por que isso não aconteceu?
- Em algum momento a senhora se sentiu excluída de conversas ou grupos de amigas ou ainda pela família pelo fato da não maternidade e encontrar-se solteira?
- Em algum momento a senhora pensou em adoção?
- Qual momento da sua trajetória a senhora se convenceu que não iria desenvolver a maternidade? Como se deu essa decisão e esse processo?
- A senhora gostaria de ter gerado um filho? Por quê?
- A senhora gostaria de me falar quais os motivos que levaram a senhora a não ser mãe, se foi questão de doença, ou foi escolha ou por não ter se casado?

ROMANCES (ESTADO CÍVIL: CASADAS)

- Me fale um pouco dos seus relacionamentos, a senhora possuiu mais de um namorado, como se deram suas relações?
- Conte-me como foi o processo de seu relacionamento até a chegada do matrimônio.
- Qual a data de seu casamento?

- Fale-me sobre o dia do casamento, houve festa?
- Houve uma tentativa de gestação, como foi esse processo? Houve mudanças na relação matrimonial a partir da não chegada da maternidade?
- A senhora e seu companheiro chegaram a realizar algum tipo de tratamento para que conseguissem engravidar? Se sim, conte-me como foi esse processo.
- A senhora e seu companheiro chegaram a optar pelo lado espiritual para ajudar na chegada da prole, se sim, como ocorreu esse processo?
- Foi cogitada a ideia de adoção por parte do casal?
- Como foi para a sua relação com seu marido a constatação da não chegada da gestação?
- Conte-me como se sente em sua relação conjugal sem a presença de um filho.
- A senhora gostaria de ter gestado um (a) filho (a), por quê?

ROMANCES (ESTADO CIVIL: DIVORCIADAS)

- Me fale um pouco dos seus relacionamentos, a senhora possuiu mais de um namorado, como se deram suas relações?
- Conte-me como foi o processo de seu relacionamento até a chegada do matrimônio.
- Qual a data de seu casamento?
- Fale-me sobre o dia do casamento, houve festa?
- Conte-me como foi o processo de separação, o não desenvolvimento da maternidade teve relação direta ou indireta para essa decisão?
- Houve uma tentativa de gestação, como foi esse processo? Houve mudanças na relação matrimonial a partir da não chegada da maternidade?
- A senhora e seu ex companheiro chegaram a realizar algum tipo de tratamento para que conseguissem engravidar? Se sim, conte-me como foi esse processo.
- A senhora e seu ex companheiro chegaram a optar pelo lado espiritual para ajudar na chegada da prole, se sim, como ocorreu esse processo?
- Foi cogitada a ideia de adoção por parte do então casal?
- Como foi para a sua relação com seu ex-marido a constatação da não chegada da gestação?
- A senhora gostaria de ter gestado um (a) filho (a), por quê?

PARTE FINAL

- Diante da sua vivência julga existir diferenças entre mulheres mães e mulheres não mães? A senhora considera a vivência da maternidade como decisiva na personalidade feminina?
- A senhora possui conhecimentos sobre cuidados com bebês e crianças? ajudou a cuidar de algum, como foi?
- Ajudou alguma mulher durante o período pós-parto? Como foi?
- A senhora acredita que a ausência da maternidade influenciou em algum aspecto da sua trajetória? Qual?
- Como a senhora poderia descrever uma mulher que não foi mãe?
- A senhora se considera uma mulher menos realizada por não ter tido filhos (as)? Acredita que sua realização pessoal estaria mais completa se tivesse desenvolvido a maternidade? Por quê?
- A senhora considera que teria tido uma vida mais feliz se tivesse a presença de um (a) filho (a) nela?
- Conte-me como foi o processo de decisão e/ou aceitação quanto a inexistência da condição materna.

APÊNDICE E – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezada Senhora

Você está sendo convidada a participar como voluntária de uma pesquisa denominada **POR QUE SER MÃE? A negação do maternalismo em Teresina-PI entre as décadas de 1950 e 1970**. Esta pesquisa está sob a responsabilidade da pesquisadora Thayná Guedes Assunção Martins (e-mail: thaynaguedes1996@gmail.com), vinculado ao Programa de Pós-Graduação em História, Cultura e Identidades da Universidade Estadual de Ponta Grossa-PR, sob orientação da pesquisadora Georgiane Garabely Heil Vazquez (e-mail: profgeorgiane@hotmail.com), professora do referido programa.

A pesquisa tem como objetivo geral: Analisar como as mulheres nascidas entre as décadas de 1950 e 1970 em Teresina-PI configuraram suas vivências a partir da alternativa da não maternidade.; como objetivos específicos: Discutir até que ponto as transformações na educação, saúde e trabalho impactaram na escolha pela não maternidade; Debater a influência da escolha pessoal com base principal a partir dos movimentos feministas pela não maternidade no cotidiano das mulheres que nasceram até a década de 1970 em Teresina-PI; Examinar as memórias de mulheres que nascidas até a década de 1970 em Teresina-PI, não vivenciaram o processo de maternidade; Analisar até que ponto a influência da mídia atuava como controladora dos corpos femininos, sobretudo diante daquela que não desenvolvia a condição materna.

Esta pesquisa traz sua relevância para o campo da história, seguindo a linha de pesquisa sobre gênero, por buscar compreender as perspectivas das mulheres quanto a não realização da maternidade. No campo social, a referida pesquisa tem a importância de possibilitar o reconhecimento da transformação da consciência feminina em relação aos seus desejos, pois ao adquirir uma escolarização razoável e participar do mercado de trabalho, as mulheres passaram a procurar novas formas de satisfação, sejam estas no campo profissional e/ou pessoal.

Nesse sentido, solicitamos sua inestimada colaboração mediante a assinatura desse termo. Este documento, chamado Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), visa assegurar seus direitos como participante, inclusive de ter acesso aos resultados do estudo e serve também para garantir que você recebeu todas as informações necessárias para aceitar participar desta pesquisa. Após seu consentimento, assine todas as páginas e ao final desse documento que está em duas vias. O mesmo, também será assinado pelo pesquisador em todas as páginas, ficando uma via com você participante da pesquisa e outra com o pesquisador.

Por favor, leia com atenção e calma, aproveite para esclarecer todas as suas dúvidas. Se houver perguntas antes ou mesmo depois de indicar sua concordância, você poderá esclarecê-las com a pesquisadora responsável pela pesquisa Thayná Guedes Assunção Martins através do seguinte telefone: (86) 98885-0671, podendo, inclusive, a possibilidade de ligar a cobrar. Se mesmo assim, as dúvidas ainda persistirem você pode entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da UEPG, que acompanha e analisa as pesquisas científicas que envolvem seres humanos, no Campus Uvaranas, Bloco da Reitoria, sala 22 Bairro Uvaranas,

Ponta Grossa, telefone (42) 3220-3282, e-mail: propespsecretaria@uepg.br.

A entrega deste Termo será de forma presencial e se preferir, poderá consultá-lo junto a seus familiares, amigos ou outras pessoas antes de decidir participar da pesquisa. Esclarecemos mais uma vez que sua participação é voluntária, caso decida não participar ou retirar seu consentimento a qualquer momento, não haverá nenhum tipo de penalização ou prejuízo e os pesquisadores estarão à sua disposição para qualquer esclarecimento.

Sua participação não é obrigatória e consistirá em ceder a entrevista de acordo com o roteiro de perguntas que será apresentado e explicado antes do início da entrevista, bem como serão explicitados os procedimentos para garantia de confidencialidade e privacidade, a proteção de imagem e a não estigmatização dos participantes da pesquisa, garantindo por parte dos pesquisadores que não serão utilizadas as informações em seu prejuízo ou de sua comunidade (grupos), inclusive em termos de autoestima, de prestígio e/ou de aspectos econômicos financeiros como afirma a resolução CNS nº 466/12 no item III.2.i.

Quanto aos procedimentos da pesquisa, estes contarão com a etapa de pré-entrevista, dando-se a partir do contato inicial com a colaboradora da pesquisa, apresentando o projeto e como se dará a sua colaboração no estudo. O segundo momento será pautado pela entrevista propriamente dita, com agendamento prévio junto a você. O local a ser realizado o encontro para a realização das entrevistas será definido a partir de sua escolha, em lugar, horário e data que melhor se adequem a sua rotina, podendo, assim, vir a ser realizado em sua residência ou outro lugar que melhor convenha para o seu conforto e bem-estar. Por fim, será realizada a etapa de transcrição das entrevistas, para que seja então assinado o termo de assentimento.

Durante a entrevista será realizada a gravação do áudio e imagem da participante, entretanto, somente o áudio será utilizado. O mesmo será armazenado em mídia externa (pen-drive) e será utilizado único e exclusivamente para fins de estudos desta pesquisa. As entrevistas também serão transcritas e encaminhadas para que a participante avalie as informações prestadas e autorizar ou não o uso de seu depoimento no estudo.

O tempo de duração será de acordo com sua disponibilidade podendo até acontecer em mais de um momento distinto. Ressaltamos ainda que a qualquer momento você pode desistir de participar e retirar seu consentimento; a recusa, desistência ou suspensão do seu consentimento não lhe acarretará prejuízo de nenhuma ordem.

No que concerne aos riscos oferecidos as participantes da pesquisa, visualiza-se riscos mínimos previstos como: constrangimento em algum momento da entrevista, no que diz respeito a determinadas perguntas; possível cansaço e/ou desconforto. Entretanto, os riscos serão atenuados por meio da interação entre a pesquisadora e as participantes, de modo a ser possível gerar uma pausa no momento do desconforto, proporcionando um ambiente agradável para um melhor desenvolvimento do diálogo.

Outro risco diz respeito à preservação do anonimato da participante do estudo, em que pretende-se anonimizar a identificação das participantes conforme estabelecem as Resoluções do Conselho Nacional de Saúde nº. 466/2012 e 510/2016 que tratam das normas regulamentadoras de pesquisas que envolvem seres humanos. Contudo, caberão ainda as participantes do estudo optarem por sua identificação ou não, conforme o artigo 9º, parágrafo V da Resolução 510/2016, que afirma sobre os direitos do participante “decidir se sua identidade será

divulgada e quais são, dentre as informações que forneceu, as que podem ser tratadas de forma pública.”. Assim, caso seja o desejo da colaborada ela terá o direitoresguardado sobre sua identificação.

Esclareço ainda que você não terá nenhum custo com a pesquisa, e caso haja por qualquer motivo, explicita-se a garantia de ressarcimento, sendo cobertas as despesas pelo responsável pela pesquisa, conforme a resolução 466/12 no item II.21.g. Vale ressaltar que a pesquisa é financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior- CAPES através de bolsa disponibilizada a pesquisadora responsável que, por sua vez, utilizará deste recurso tanto para custear a pesquisa como para ressarcir os participantes com eventuais gastos com a entrevista. Diante de eventuais danos comprovadamente decorrente da pesquisa, você poderá ser indenizado conforme determina a (Resolução 466/12, itens II.7 e V.7), do Conselho Nacional de Saúde, além da garantia de assistência integral.

Sendo assim, este presente termo almeja garantir a manutenção do sigilo e da privacidade dos participantes da pesquisa durante todas as fases da pesquisa. Os dados dos participantes anonimizados (codificados), a fim de garantir a privacidade (Resolução CNS N° 466/12 IV.3.e) a menos que seja de seu desejo expresso que haja a identificação (Resolução 510/2016 Art 9ª, V). Ao final da pesquisa você também terá acesso aos resultados da mesma de modo integral.

Após os devidos esclarecimentos e estando ciente de acordo com o que me foi exposto, Eu _____
declaro que aceito participar desta pesquisa, dando pleno consentimento para uso das informações por mim prestadas. Para tanto, assino este consentimento em duas vias, rubrico todas as páginas e fico com a posse de uma delas.

Local e data: _____

Assinatura do
Participante

Assinatura do Pesquisador Responsável

ANEXO A – PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE
PONTA GROSSA - UEPG



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: POR QUE SER MÃE? A NEGAÇÃO DO MATERNALISMO EM TERESINA-PI NA DÉCADA DE 1970

Pesquisador: THAYNÁ GUEDES ASSUNÇÃO MARTINS

Área Temática:

Versão: 4

CAAE: 57752022.2.0000.0105

Instituição Proponente: Hospital Universitário Regional dos Campos Gerais

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.532.080

Apresentação do Projeto:

O projeto de pesquisa visa analisar como as mulheres nascidas até a década de 1970 em Teresina-PI configuraram suas vivências a partir da alternativa do não desenvolvimento da condição materna. A maternidade como condição específica de mulheres que se tornam mães, tem se constituído ao longo da história a partir de diversas vertentes e concepções, rodeadas por aspectos culturais, sociais, econômicos e políticos, onde de condição essencial para a completude feminina, passa a ganhar espaço o direito do não desenvolvimento dessa condição. Embora seja possível identificar diversos avanços conquistados pelo público feminino diante de seus direitos no que concerne a igualdade de gênero, maiores liberdades e poder sobre seus corpos, ainda é notória a opressão que é imputada as mulheres que não desenvolvem a maternidade, consideradas como incompletas por muitos setores sociais, e colocadas a margem diante de

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE
PONTA GROSSA - UEPG



Continuação do Parecer: 5.532.080

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Projeto foi aprovado sem restrições, após avaliação documental. O projeto se encontra dentro dos princípios éticos e metodológicos, de acordo com o Conselho Nacional de Saúde, Resolução 466/2012 e 510/2016

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1920167.pdf	12/07/2022 01:12:15		Aceito
Outros	justificativaalteracoes.pdf	12/07/2022 01:11:33	THAYNA GUEDES ASSUNÇÃO MARTINS	Aceito
Parecer Anterior	parecerultimo.pdf	12/07/2022 01:00:19	THAYNA GUEDES ASSUNÇÃO MARTINS	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	12/07/2022 00:59:44	THAYNA GUEDES ASSUNÇÃO MARTINS	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projetodetalhado.pdf	30/05/2022 13:41:57	THAYNA GUEDES ASSUNÇÃO MARTINS	Aceito
Folha de Rosto	folhaderosto.pdf	23/05/2022 00:29:11	THAYNA GUEDES ASSUNÇÃO MARTINS	Aceito
Outros	roteiroentrevista.pdf	15/05/2022 16:06:13	THAYNA GUEDES ASSUNÇÃO MARTINS	Aceito
Declaração de concordância	termo.pdf	25/03/2022 19:59:41	THAYNA GUEDES ASSUNÇÃO MARTINS	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA.docx	25/03/2022 19:47:42	THAYNA GUEDES ASSUNÇÃO MARTINS	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: Av. Gen. Carlos Cavalcanti, nº 4748. UEPG, Campus Uvaranas, Bloco da Retoria, sala 22
 Bairro: Uvaranas CEP: 84.030-900
 UF: PR Município: PONTA GROSSA
 Telefone: (42)3220-3282 E-mail: propespsecretaria@uepg.br